

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CESAR LEONARDO VAN KAN SAAD

Um teórica nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues (1939 – 1949).

Porto Alegre
2016

CESAR LEONARDO VAN KAN SAAD

Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues (1939 – 1949).

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando F. Nicolazzi

Porto Alegre
2016

CIP - Catalogação na Publicação

VAN KAN SAAD, CESAR LEONARDO

UM TEORISTA NOS TRÓPICOS: A ESCRITA DE TEORIA DA
HISTÓRIA DO BRASIL DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES / CESAR
LEONARDO VAN KAN SAAD. -- 2016.

244 f.

Orientador: FERNANDO FELIZARDO NICOLAZZI .

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2016.

1. TEORIA DA HISTÓRIA. 2. HISTÓRIA DA
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA. 3. JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES.
I. FELIZARDO NICOLAZZI , FERNANDO, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).



ATA DE DEFESA Nº 18/2016 – MESTRADO

Em 01 de agosto de 2016, reuniu-se a Banca Examinadora para, em sessão pública, avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada, “Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil, de José Honório Rodrigues (1939-1949)” de Cesar Leonardo Van Kan Saad, realizada sob a orientação do Fernando Felizardo Nicolazzi (PPGH/UFRGS). Após a arguição do aluno para a obtenção do título de **MESTRE EM HISTÓRIA**, os examinadores reuniram-se e APROVARAM a Dissertação, atribuindo-lhe os seguintes conceitos: André de Lemos Freixo (UFOP), conceito B.....; Temístocles Cezar (UFRGS), conceito B.....; Mara Cristina de Matos Rodrigues (UFRGS), conceito B.....; . E por ser verdade, eu, Fernando Felizardo Nicolazzi, Presidente dos trabalhos da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo(a)s demais membros da Comissão.

Porto Alegre, 01 de agosto de 2016.

F.N.C.

.....
Fernando Felizardo Nicolazzi
Orientador(a), Presidente da Banca Examinadora
PPG - História/UFRGS

p/ F.N.C.

.....
André de Lemos Freixo (UFOP)

[Handwritten Signature]

.....
Temístocles Cezar (UFRGS)

Mara Cristina M. Rodrigues

.....
Mara Cristina de Matos Rodrigues
(UFRGS)

Todo historiador, como todo escritor, é a soma de si mesmo, de todas as suas raízes e influências. Tenho profundas raízes nacionais. Não optei por uma escola; aceitei as hipóteses de trabalho vindas da filosofia e das disciplinas sociais que li. Tudo isso significa uma pluralidade cultural.

A necessidade de apressar-me não vem só do sentimento da idade, mas da necessidade de ganhar tempo perdido, o que gastei em outras coisas.

Não me julgo um criador literário, no sentido de um poeta ou ficcionista. Não crio, recrio. Sinto que tudo que faço é ensinar, seja escrevendo, seja lecionando numa Universidade. (Nota manuscrita de J. H. Rodrigues encontrada por Leda Boechat Rodrigues dentro de um volume do Brasil e África).

Dedico este trabalho aos meus pais, Fernando e Isabel. Sem eles nada disso teria disso possível.

RESUMO

Esta dissertação tem como foco investigativo o conceito de “teoria da história”, que sustenta e é sustentado por José Honório Rodrigues na escrita de sua *Teoria da História do Brasil*, publicada em 1949. Investigar o conceito de “teoria da história” por meio da escrita de Rodrigues abre perspectivas interpretativas para se compreender a historicidade da constituição da história como disciplina no Brasil. Atrelado a isso, a escrita de *Teoria da História do Brasil* possibilita entender que a definição de “teoria da história” inscreve uma delimitação do ser historiador, ou seja, sanciona uma identidade historiadora. Logo, José Honório, por meio de *Teoria da História do Brasil*, oferece ao leitor de sua época uma narrativa que instrumentaliza os pressupostos práticos, teóricos e narrativos da produção do conhecimento histórico. Ao lado desses aspectos, uma reflexão a respeito do modo como José Honório foi interpretado pela produção universitária foi imprescindível para constituir o modo como minha dissertação se estruturou. Nesse sentido, decidi não analisar *Teoria da História do Brasil* de modo isolado, mas de compreender o percurso que culminou na publicação da mesma, por meio de uma análise da trajetória, como também da interpretação dos textos publicados na década anterior, e que já apresentavam reflexões teóricas, metodológicas e historiográficas. Essa vontade reflexiva de José Honório Rodrigues me motivou a defender a representação do mesmo, como um historiador que para além de escrever história, pensa os pressupostos dessa escrita.

ABSTRACT

This dissertation has as investigative focus the concept of "theory of history", that sustains and is sustained by José Honório Rodrigues in his Brazil's Theory of History, published in 1949. To investigate the concept of "theory of history" through the writing of Rodrigues allows interpretive perspectives to understand the historicity of the history's constitution as a discipline in Brazil. Linked on this, the writing of Brazil's Theory of History allows to understand that the definition of "theory of history" defines a delimitation of being a historian, which means, it sanctions a historian identity. Readily, José Honório, through the Brazil's Theory of History, offers the reader of his time a narrative that exploits the practical assumptions, theoretical and narrative of the production of historical knowledge. Alongside those aspects, a reflection about the way José Honório was interpreted by the university production was essential to compose the way my dissertation was structured. On this meaning, I decided not to analyze Brazil's Theory of History as an isolate aspect, but to understand the path that culminated in the publication of the same, through an analysis of the trajectory, as well as the interpretation of the texts published in the previous decade, which already had theoretical, methodological and historiographical reflections. This reflexive desire of José Honório Rodrigues has motivated me to defend the representation of the same, as a historian who beyond to writing history, think about the assumptions of this writing.

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de qualquer pessoa a Karine Döll minha companheira, que nesses meses de escrita da dissertação soube me amar, me apoiar, me criticar, me incentivar ao término da escrita, assim como teve a paciência para ficar ao meu lado nesse desafio que foi escrever e concluir o Curso de Mestrado.

Aos meus pais Isabel e Fernando, a quem eu dedico este trabalho, que me apoiaram desde o início a sair de Ponta Grossa e ir cursar o mestrado em outra cidade. Sem eles nada teria sido possível.

A todos os professores com quem tive contato na graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e da pós-graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que indireta ou diretamente contribuíram para a minha formação. Não vou listá-los para não recair em risco de esquecimento. No entanto, gostaria de fazer menção a três professores da graduação que tiveram especial influência como ponto de partida para o mestrado. Em primeiro lugar, ao prof. Dr. Antônio Paulo Benatte que, para além de um professor, foi um amigo em todos esses anos de pesquisa e estudo. Em segundo, ao prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat, pois foi quem me apresentou a produção historiográfica de José Honório Rodrigues, e me fez acreditar que essa mesma produção poderia ser um potencial objeto de pesquisa. Em terceiro, ao prof. Ms. Bruno de Macedo Zorek, quem me encorajou a prestar seleção para o mestrado na UFRGS.

Agradeço ao prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi por ter me recebido em Porto Alegre como orientando e pela orientação que desenvolveu. Agradeço-o também por ter sido uma pessoa aberta ao diálogo, como também um excelente e crítico leitor. Muitos dos avanços intelectuais que o mestrado me possibilitou, principalmente em relação à pesquisa e meditação teórica do objeto de pesquisa se devem às orientações desenvolvidas com o orientador, através das reuniões coletivas de discussão de texto. Nesse sentido, sou grato também aos colegas de orientação, Pedro Silveira, Eliete Tiburski, Franciele Machado e Gabriela Jaquet. Esses encontros fizeram do mestrado algo menos solitário, e me possibilitou novos olhares para com meu objeto de pesquisa, como também a constituição do trabalho historiográfico.

Gostaria também de deixar meu agradecimento aos professores que compuseram à banca de qualificação e banca de defesa, ao prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar e a profa. Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues.

O decurso do mestrado me possibilitou aproximar de pessoas que jamais imaginaria o contato. Nesse sentido, gostaria de deixar especial agradecimento para o Prof. Dr. André de Lemos Freixo, quem tive a oportunidade de conhecer nesse processo, e que foi fundamental, principalmente pela oportunidade de conversar com alguém que tem um conhecimento profundo sobre a produção historiográfica de José H. Rodrigues. E, além disso, por ser uma boa pessoa (distinta dos vários exemplos que vemos de mesquinhos intelectual na universidade), aberto a trocas intelectuais, assim como em ter se colocado a disposição, como também me enviou bibliografia que desconhecia sobre J. H. Rodrigues.

Aos amigos e amigas também sou grato, pois as amizades são de fulcral desenvolvimento não só para a vida intelectual, mas para fazer dessa existência algo menos solitário e doloroso. Aos amigos de Ponta Grossa, não vou mencioná-los para não recorrer a injustiças e esquecimentos, pois são inúmeros, e que me escutaram várias vezes falar de José Honório Rodrigues, como se dispuseram a conversar sobre o assunto, a me emprestar livros e demais contribuição. Também quero deixar agradecimento especial a duas pessoas que entraram em minha vida por conta do mestrado e do tempo que morei em Porto Alegre, e que se transformaram em verdadeiros amigos, pelo companheirismo, apreço existencial e por serem fantástico no modo como são: Marcelo Cortes e Cléber Monticelli Petró.

Cabe agradecer, também, ao CNPQ, pela bolsa que tornou esta pesquisa possível do início ao fim.

SUMÁRIO

Palavras Iniciais	1
Capítulo 1 — José Honório Rodrigues: um objeto de pesquisas historiográficas	19
1.1. O modelo construído por Raquel Glezer: Entre análises e repetições	21
1.2. José Honório Rodrigues: “intérprete do Brasil”	37
1.3. A arquitetura do novo	41
1.4. Considerações ao capítulo.....	46
Capítulo 2 — Caminhos que levam a 1949	51
2.1. A interpretação Culturalista da História	54
2.2. Os anos de desenvolvimento.....	72
2.3. Um confronto de diferenças: Viagem de Pesquisa Histórica.....	85
2.4. Ensaios de crítica historiográfica	94
2.5. Escritos historiográficos ou ensaios de história da História	111
Capítulo 3 — Entre a teoria e o método: a escrita de uma <i>Teoria da História do Brasil</i> ..	139
3.1. A conjuntura do “entre lugar”: teoria, metodologia e história da história antes de Teoria da História do Brasil	141
3.2. Marcas de uma singularidade?: Teoria da História do Brasil	168
3.2.2. Da teoria ao método e do método à teoria.....	195
3.3. Eduardo Oliveira França leitor de Teoria da História do Brasil	212
Considerações finais	220
Referências Bibliográficas	225
1. José Honório Rodrigues	225
2. Demais Referências	226

Palavras Iniciais

Nossa própria disciplina tem a sua história, fruto de embates e tensões, disputas por memória, uma memória disciplinar que uma vez instituída tende a canonizar autores e obras constituindo o panteon dos nossos clássicos. Interrogá-lo é tarefa da historiografia, procurando deslindar as tramas que tornam operativas e necessárias estas escolhas, dentre um leque de outras possíveis. Reconstituir estes cenários de disputa e tensões em que ações eletivas são acionadas ajuda-nos a compreender o trabalho de escrita da história como parte de um esforço maior de construção social da vida humana (Manoel L. Salgado Guimarães, Historiografia e Cultura Histórica)¹.

A escrita da história expressa-se, cada vez menos, como um ato desinteressado², uma vez que escrever historiografia se torna, pela mesma operação, refletir sobre os elementos de escrita da história e da prática historiadora, como também sobre os elementos gerais que invadem a relação da historicidade do saber histórico com o tempo.

As iniciativas individuais de historiadores que se dedicavam a pensar os pressupostos teóricos da História deixam de ser fruto de uma experiência excepcional de suas biografias para transformarem-se em um elemento definidor de uma concepção identitária do historiador. Nesse sentido, cito os esforços, na última década, de criação de espaços institucionais que incentivem e disseminem tais interesses por parte de alguns historiadores brasileiros. A começar pela criação do Seminário Nacional de História da Historiografia, realizado em 2007, com edições anuais na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)³. Em 2009, decorrente do terceiro Seminário Nacional de História da Historiografia, foi criada uma Sociedade Brasileira de Teoria da História e História da Historiografia (SBTHH)⁴. Em seu

¹ GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Àgora*: Santa Cruz, v.11.p.31-47, jan. /jun.2005, p.32.

² As considerações oferecidas por Manoel Salgado Guimarães em *Historiografia e cultura histórica*: notas para um debate, publicado em 2005, na Revista *Àgora*, a respeito do trabalho historiográfico, ou de uma história da historiografia, enquanto campo de investigação, apontam para o lugar da escrita, ou melhor, para a “desnaturalização da escrita como sendo pura e simplesmente uma técnica perfeitamente adequada à representação de sons”. GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. *Historiografia e cultura histórica*. Op. Cit. p, 44. Esta consideração é apresentada em três pontos gerais: o primeiro constitui-se da desnaturalização da escrita da história; o segundo exibe um caráter constitutivo frente à relação de escrita e autoria; e o terceiro, sintetiza a construção das fontes por meio da escrita do historiador. Esses pontos lançam-me a uma generalização possível: a escrita da história como um ato interessado por parte dos historiadores em meio ao conhecimento que os mesmos constroem. Esta postura reflexiva aponta para uma identidade historiadora que tem como característica a reflexão a respeito dos pressupostos práticos e teóricos da escrita da história.

³ <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/seminariodehistoria2007>. O Seminário Nacional de História da Historiografia foi anual até sua última edição em 2014, ficando estabelecido, após o último encontro, como bienal.

⁴ <http://www.sbthh.org.br>

estatuto ficava definido que a SBTHH teria por finalidade: “Incentivar o estudo, o ensino e a pesquisa brasileira no âmbito da teoria e história da historiografia; promover reuniões científicas objetivando o intercâmbio de informações entre seus associados e os de associações similares brasileiras, estrangeiras ou internacionais; apoiar a edição de revistas acadêmicas e publicações de outra natureza nos campos de atuação da sociedade [...]”⁵. Todos esses fatores mostram-se como indicativos de transformações institucionais no cenário historiográfico brasileiro, impulsionados por um grupo de historiadores que compreendem a centralidade da formação teórica do historiador.

Ainda posso destacar como significativa a criação, em agosto de 2008, da Revista de História da Historiografia. Segundo o editorial, ficava clara a intenção da reflexão coletiva que se abria: “[...] o sentido da historiografia, sobre sua necessidade e sua legitimidade, sem, todavia, deixar de enfrentar francamente os desafios que freiam e paralisam a atividade teórica sobre a escrita da história”⁶.

Ao lado desses movimentos recentes, há de se destacar a presença marcante nos cursos de História das disciplinas teóricas obrigatórias aos acadêmicos de graduação e pós-graduação.

Visto isso, “Teoria da História” dissemina-se no vocabulário historiográfico corrente, convergindo a um uso difundido na formação historiográfica contemporânea. Longe de afirmar um uso não problemático da “teoria da história”, ou apontar um consenso, que julgo frágil, uma vez que muito se discute a respeito do seu significado, usos e discriminações, a intenção aqui caminha no intuito de tentar operacionalizar, por meio de uma investigação historiográfica, os sentidos em que tal noção foi construída, a partir dos usos e construções narrativas em um determinado contexto historiográfico.

Nesses termos, circunscrevo o objeto de pesquisa em torno de José Honório Rodrigues, tomando como material para a análise sua *Teoria da História do Brasil* (THB) de 1949. Assumo uma postura retrospectiva, ensejando a investigação da historicidade da noção de “Teoria da História” significada e desenvolvida em Honório Rodrigues.

A construção do nome e da obra de José Honório Rodrigues está ao longo do século XX acompanhada de um leque variado de intérpretes e interlocutores. Rodrigues fora reconhecido, de um modo geral, como pioneiro nos estudos de teoria e metodologia, e,

⁵ Capítulo II. Das Finalidades. In; <http://www.sbthh.org.br/estatuto>. Consultado dia 27 de Julho de 2015 as 18:30.

⁶ Editorial. In. Revista de História da Historiografia. Nº 1. Agosto. 2008, p. 06.

igualmente, da historiografia brasileira. Isso não se deu enquanto incorporação desprovida de conflitos, mas como parte de suas problemáticas e serviços críticos prestados em deferência de um significativo grupo de historiadores, atrelados ao campo historiográfico que se formava.

De modo esquemático, elenco um conjunto representativo para as décadas de 1950-1960: Américo Jacobina Lacombe, Francisco Iglésias e Eduardo de Oliveira França. Entre as décadas de 1970-1980: José Roberto do Amaral Lapa, Carlos Guilherme Mota, Alcântara Figueira. A partir dos anos 1990 e até o presente, os esforços de Manoel Salgado Guimarães, e, em certa medida, Carlos Fico, Ronald Polito e Astor Antônio Diehl. Para esses historiadores, apesar das diferenças presentes entre si, a imagem que constituem de Rodrigues como pioneiro na constituição dos estudos teóricos da história e de uma história da História é recorrente, apesar das críticas e debates em face de seus trabalhos.

Francisco Iglesias em *José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira*, afirma que Rodrigues teria uma posição especial na História da Historiografia Brasileira. Em suas palavras:

[...] primeiro, foi quem mais se dedicou ao tema, no exame da produção de livros de história, a tal ponto de poder-se dizer, sem hesitação, ter sido quem mais o cultivou e contribuiu para seu desenvolvimento; segundo, como autor de vários livros de história tratando de assuntos, acontecimento ou figuras marcantes da trajetória nacional⁷.

José Roberto Amaral Lapa em *A Historiografia Brasileira Contemporânea*, publicação de 1976, aponta para uma “congenita pobreza” da Historiografia Brasileira, identificada quantitativa e qualitativamente. Lapa evidencia esta pobreza bibliográfica com o levantamento de uma bibliografia básica da Historiografia Brasileira, tendo por resultado o montante de 58 títulos⁸. O que torna interessante o resultado de tal levantamento diz respeito ao nome de José Honório Rodrigues. Dos 58 trabalhos identificados⁹ por Lapa, 17 foram escritos pelo autor de *Teoria da História do Brasil*, sendo os demais elaborados por um

⁷ IGLÉSIAS, Francisco. *História e Literatura*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p.169.

⁸ LAPA, José Roberto do Amaral. *A Historiografia Brasileira Contemporânea: A História em Questão*. Editora Vozes: Petrópolis, 1981, p.208.

⁹ O ponto de partida de Lapa, em seu levantamento bibliográfico, é o *Manual bibliográfico de Estudos Brasileiros* publicado em fins dos anos 1940 organizado por Rubens Borba e Willian Berrien, contando com uma divisão em 12 áreas do conhecimento. O manual era constituído por uma bibliografia a respeito da produção brasileira, assim como, de um estudo historiográfico. Contou-se com a participação de variados intelectuais brasileiros e estrangeiros divididos por áreas do conhecimento: Geografia - Pierre Monbeig; Etnologia - Herbert Baldus; Período Colonial - Sérgio Buarque de Hollanda; Independência - Otávio Tarquínio de Sousa; Segundo Reinado - Caio Prado Júnior; República - Gilberto Freyre; e Poesia - Manuel Bandeira. José Honório Rodrigues participa do projeto apresentando uma bibliografia, junto com a construção historiográfica do Domínio Holandês no Brasil. DE MORAIS, R. B.; BERRIEN, W. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. V.1e v.2. Brasília: Senado Federal, 1998.

conjunto de 32 autores¹⁰. Outro aspecto interessante do levantamento trata da periodicidade das publicações. Dos 58 trabalhos, 18 foram escritos até 1958, sendo os 40 restantes escritos a partir de 1960. Sete historiadores estrangeiros foram identificados por Lapa, sendo apenas dois antes de 1959, o que revela, em suas palavras “que a Historiografia brasileira despertou maior interesse entre os historiadores estrangeiros, também nos últimos 15 anos, particularmente se tomarmos em consideração os trabalhos que estão em elaboração nesse sentido¹¹”.

Uma das considerações possíveis de ser feita sobre os números apresentados por Lapa diz respeito à progressão da historiografia brasileira e dos estudos historiográficos após os anos de 1960, ficando expressa a presença marcante da figura de José Honório Rodrigues e de seus textos, a contar: *Teoria da História do Brasil*¹² (1949) e *Pesquisa Histórica no Brasil*¹³ (1952), ao lado de *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês*¹⁴ (1949), *Notícia de Vária História*¹⁵ (1951), *Historiografia del Brasil, siglo XVI*¹⁶ (1957) e *Historiografia del Brasil, siglo XVII*¹⁷ (1963), *História e Historiadores do Brasil*¹⁸ (1965), culminando em *História da História do Brasil*¹⁹ (1978; 1979). Nesses termos, a interpretação de Lapa aproxima-se da de Iglesias, uma vez que ele demonstra em números o destaque de José Honório frente às preocupações teóricas e historiográficas do conhecimento histórico.

Manoel L. Salgado Guimarães, ao refletir a respeito da historiografia e/ou das possibilidades da história da historiografia enquanto campo de investigação no Brasil aponta para um conjunto de autores²⁰ que ao longo do século XX tiveram destaque pela reflexão

¹⁰ Dos historiadores citados por Lapa, entre nacionais e estrangeiros, a lista compreendia variados nomes de variadas especialidades: Charles Boxer, Pedro Moacyr Campos, Alice Canabrava, Emília Viotti da Costa, Gilberto Freyre, Vitorino Magalhães Godinho, Henri Hauser, Sérgio Buarque de Holanda, Luís Lisanti, Odilon Nogueira de Matos, Carlos Guilherme Mota, Giselda Mota, Maria Regina Cunha Paula, Rollie Poppino, Caio Prado Junior, José Ribeiro, José Honório Rodrigues, Thomas Skidmore, Otávio Tárquino de Souza, Stanley Stein, Hélio Viana, Cecília Maria Westphalen. LAPA, J.R.A. *A Historiografia Brasileira Contemporânea*. Op. Cit. p, 219-220.

¹¹ Idem, p.209.

¹² RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: Introdução metodológica*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

¹³ RODRIGUES, José Honório. *Pesquisa Histórica no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/INL, 1952.

¹⁴ RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/INL, 1949.

¹⁵ RODRIGUES, José Honório. *Notícia de Vária História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

¹⁶ RODRIGUES, José Honório. *Historiografia del Brazil, siglo XVI*. México: IPHG, 1957.

¹⁷ RODRIGUES, José Honório. *Historiografia del Brazil, siglo XVII*. México: IPGH, 1963.

¹⁸ RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fugor, 1965.

¹⁹ RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil: a historiografia colonial*. São Paulo: Companhia Nacional, 1979.

²⁰ Manoel Salgado Guimarães elenca ao lado de José Honório Rodrigues, os trabalhos de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira*, e Nilo Odália, *As formas do Mesmo*, como expressões de trabalhos a

sobre a escrita da historiografia e sobre os elementos constituintes de memórias disciplinares. O lugar que ocupa José Honório Rodrigues nas interpretações de Guimarães é significativo, mesmo que este apresente críticas contundentes a respeito de sua obra. Nas palavras de Guimarães:

Entre nós podemos certamente considerar o trabalho de José Honório Rodrigues como pioneiro em relação aos estudos de historiografia. Por primeira vez, um historiador de ofício assume o interesse pela historiografia como parte da pesquisa histórica. Seu caráter pioneiro e inaugural deixou marcas na forma de conceber o trabalho com a historiografia, aproximando-o da elaboração de um cuidadoso catálogo de autores e obras²¹.

Dois elementos saltam aos olhos na consideração de Guimarães: o lugar em que o nome de José Honório Rodrigues ocupa dentro da história da historiografia, e o método desenvolvido pelo mesmo na tessitura de uma escrita historiográfica. Ao chamar a atenção para o pioneirismo de Rodrigues, bem como para o enredamento de um “cuidadoso catálogo de autores e obras”, Guimarães parece distanciar-se de seu conterrâneo, marcando-o como o sintoma de uma época distante e sem efeito sobre sua contemporaneidade. Aos olhos de Guimarães, José Honório Rodrigues é interpretado como um compilador cujo esforço analítico e de crítica não é levado em conta, o que torna suas considerações mais próximas da memória do que de uma história da historiografia propriamente dita. Como destaca, em uma de suas considerações a respeito de Rodrigues:

Se a organização sistemática destes catálogos não deve ser confundida com o trabalho de historiografia, são inegáveis sua utilidade como forma de organização de repertórios a serem trabalhados pela pesquisa historiográfica. Por outro lado não podemos descuidar de nos interrogar acerca do olhar que empreende estes mesmos repertórios, num movimento em que ao mesmo tempo em que os apresenta, os apreende segundo uma certa chave de leitura, constituindo a partir daí uma memória acerca destes autores e obras²².

Se Guimarães coloca certa responsabilidade pioneira em Rodrigues, ao mesmo tempo distancia-o do trabalho historiográfico, ou da prática de uma historiografia que ele, enquanto leitor de José Honório, parece constituir.

Ao lado desses problemas que tocam a forma como José Honório Rodrigues e seus textos foram recebidos e debatidos por diferentes intelectuais e historiadores brasileiros ao longo dos anos, é interessante também destacá-lo enquanto objeto de pesquisas acadêmicas. De início, a primeira tese de doutorado a respeito de José Honório foi defendida em 1976 na Universidade de São Paulo. Raquel Glezer apresenta, em *O fazer e o saber na obra de José*

convergir em uma história da historiografia. GUIMARÃES, M. L.S. *Historiografia e cultura Histórica*. Op. Cit. p.39-43.

²¹ Idem, p. 33.

²² Idem, p. 37.

Honório Rodrigues²³, uma reflexão sustentada por uma análise biblioteconômica. Os interesses por parte de Glezer inscrevem suas análises sobre a construção da obra de José Honório enquanto “documento”. Em suas palavras:

O estudo da produção de/sobre José Honório Rodrigues apresenta um problema que deve ser claramente colocado, para que os limites da descrição bibliométrica não sejam ultrapassados. O problema é o da produção do citado autor estar em curso de realização e não ser uma obra encerrada, acabada. Sabemos que o autor continua produzindo artigos, livros e resenhas. Como então propomos o estudo dela? A nosso ver, o fato de estar produzindo plenamente não invalida uma proposta de estudo, pois a obra já possui duração e continuidade que permitem o estudo bibliométrico e nítida estruturação, tanto em sua construção quanto em relação aos conceitos que a regem. Pela duração da produção – 40 anos (1936/1975), podemos estabelecer o relacionamento entre ela e suas condições de elaboração, embora o corte temporal tenha sido feito arbitrariamente, em função de nossas necessidades. Ressalvamos que os valores numéricos virão a ser alterados – quando a obra estiver concluída, mas as conclusões parciais e gerais não o serão²⁴.

A constituição de uma monumentalização em relação a José Honório Rodrigues, por parte da pesquisadora, em que toma o conjunto de suas publicações como uma “obra”, merece destaque, visto que a ordena em uma tipologia pelos seus conteúdos e categoriza-a em três sentidos difusos: obras informativas, formativas e interpretativas. Voltarei ao trabalho de Glezer e a tradição que se abre a partir dela no primeiro capítulo.

Já a recente tese de doutorado de André de Lemos Freixo, *A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*²⁵ (2012) sinaliza um retorno à obra de José Honório Rodrigues, e tem por objetivo uma investigação a respeito da compreensão histórica pelo historiador carioca em face do projeto de Renovação dos Estudos Históricos, estudos estes marcados pela preocupação em refletir sobre teoria, método e historiografia. Nas palavras do pesquisador:

[...] o problema que orienta o presente trabalho dialoga com estas análises e pode ser sintetizado da seguinte forma: o que significava a história da História de José Honório Rodrigues? Isto é, como ele interpretou o desenvolvimento e rumos da historiografia brasileira entre o velho e o novo, e o que isso queria dizer para ele? Este problema lança, pois, um desafio duplo. O primeiro reside no modo de Rodrigues para “compreender historicamente” a questão da renovação dos estudos históricos no Brasil. O segundo obriga a levar em conta a questão da própria historicidade das interpretações de Rodrigues a esse respeito, uma vez que procurava responder a determinadas questões e intenções que certamente não permaneceram as mesmas ao longo da trajetória do autor, razão pela qual opto pela análise dos textos de um período específico de sua trajetória²⁶.

²³ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica* Tese (Doutorado) – USP. São Paulo, 1977 (2v.).

²⁴ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Vol. I. Universidade de São Paulo, 1977 [Tese de doutorado]. S/p.

²⁵ FREIXO, André de Lemos. *A Arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro, 2012 [Tese de Doutorado].

²⁶ Idem, p.32.

Freixo acaba por construir uma análise de conjunto apresentando um quadro geral do percurso de José Honório na construção de sua história da História e a ideia que emanava da intenção da mesma. Nesse sentido, o pesquisador joga com o contexto sem o tomar como determinante, uma vez que apresenta os textos como horizonte reflexivo para uma historicidade das ideias e pensamento de José Honório a respeito da historiografia.

Tendo em vista os trabalhos por ora citados, meu objetivo difere-se de suas propostas uma vez que tenho a intenção de circunscrever minha análise em torno de *Teoria da História do Brasil* e do significado de “Teoria da História” na referida obra. Para tanto, faz-se necessária aqui uma retomada de aspectos biográficos que circundam a produção de José Honório Rodrigues.

Nascido na Rua do Catete no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1913, José Honório cursou direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1933, e depois na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Segundo Lêda Boechat, entre os anos de 1937 e 1969 alguns momentos marcaram a “biografia” de Rodrigues. A bolsa de estudos da Fundação Rockefeller (1943-1944), a bolsa do Conselho Britânico, em março de 1950, e o curso da Escola Superior de Guerra, em 1955. Seu orientador, nos EUA, indicado pela concessão da bolsa, foi o professor Frank Tennembaum, que ministrava cursos de História da América na Universidade de Columbia e Nova York. Por conselho de seu orientador, matriculou-se na disciplina de Introdução à História²⁷.

Devido a tais acontecimentos, ao voltar para o Brasil em 1944, Rodrigues desejava empreender um projeto bibliográfico, apontando para a carência de estudos teóricos e a falta de disciplinas na universidade brasileira que disponibilizassem uma formação teórica para o historiador. É neste ínterim que vêm à luz, em 1949, *Teoria da História do Brasil*, e, em 1952, *Pesquisa Histórica do Brasil*.

Desejava, dentro do mesmo projeto, uma *História da História do Brasil* que só sairia incompleta, em 1978-1979, sendo publicados dois volumes, o segundo dividido em dois tomos. Porém, no fim dos anos 1950 e início dos 1960, uma prévia dessas discussões sairia publicada no México, por iniciativas do Instituto Pan-americano de Geografia e História. Tais projetos bibliográficos marcariam uma chamada de atenção para a renovação dos estudos históricos no Brasil, uma vez que por meio de tais trabalhos José Honório diagnosticava as faltas bibliográficas da produção brasileira, aludindo horizontes para a disciplina da História e para a formação de um campo de estudos especializados.

²⁷ RODRIGUES, Lêda B. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p.19.

No ano de 1955, ministrou cursos na Escola Superior de Guerra. O tema dos cursos girava em torno de um “caráter nacional”. É dessa experiência que vem à luz *Aspirações Nacionais: Interpretação Histórico-Política*, fase inaugurada e que teria sequência em *Conciliação e Reforma*, em 1956, de uma postura histórico-interpretativa, como aponta Lêda Boechat²⁸.

José Honório deu aulas em algumas universidades, não chegando a fazer carreira universitária, ao realizar pequenas incursões ou intervenções de magistério pontual na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, na Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara e na Universidade de Brasília. Foi também professor visitante na Universidade do Texas, em Austin, entre os anos de 1963/1964 e 1966, bem como na Universidade de Columbia, em Nova York, em 1970. O cargo mais importante, como nota Iglesias, foi como Diretor do Arquivo Nacional entre 1958 e 1964²⁹.

No dia 22 de maio de 1986, um derrame cerebral o deixou paralítico e sem fala até sua morte, em 6 de abril de 1987³⁰.

Nos anos 1940, havia publicado alguns textos que já ensejavam uma atitude reflexiva perante a Historiografia Brasileira. São eles: *Historiografia brasileira em 1945*; *Historiografia Brasileira em 1946*; *Historiografia Pernambucana*; *Historiografia Cearense*; *Rodolfo Garcia e Afonso Taunay*; *História e Atualidade*³¹. Por meio desses textos, lança luz a uma vontade que o acompanharia ao longo de sua trajetória, pois indica modos de ler e refletir que estarão presentes em seus textos dos anos 1950-1960, como também nas publicações de 1978-79. Não quero, com tal afirmação, sustentar que se trata de uma obra que se fecha em si mesma, caindo em uma leitura teleológica, em que os textos de 1940 teriam seu fim em 1978-79. Contudo, o que o torna interessante é que, por meio de uma visão geral, pode-se afirmar que sempre fora sua preocupação a de refletir e historiar a produção historiográfica brasileira. Principalmente, no que toca *Teoria da História do Brasil* e *Pesquisa Histórica do Brasil*. No segundo capítulo volto a tratar desses textos anteriores à *Teoria da História do Brasil*.

Teoria da História do Brasil, como seu primeiro grande livro dedicado às questões teóricas e historiográficas, postulava-se como um intento de seu projeto de renovação. Um dos modos de se ler *Teoria da História do Brasil* (THB) pode ser a identificação desse projeto como parte de uma renovação dos estudos históricos no Brasil, culminando na reunião e

²⁸ RODRIGUES, LÊDA B. *José Honório Rodrigues*. Op. Cit. p.25.

²⁹ IGLÉSIAS, Francisco. *História e Literatura*. Op. Cit. p, 174.

³⁰ RODRIGUES, Lêda B. *José Honório Rodrigues*. Op. Cit. p, 25.

³¹ Tais textos saíram em Jornais e revistas à época. Mas reunidos em 1951: RODRIGUES, José Honório. *Notícia de Varia História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

sistematização de ideias e leituras frente à História. Essa será uma das hipóteses que tentarei apresentar ao longo do trabalho.

Os problemas levantados por José Honório, e que integram *Teoria da História do Brasil*, não eram uma novidade aos historiadores brasileiros, uma vez que tais discussões já aparecem em publicações de meados do século XIX e início do XX. No entanto, o que torna o empreendimento de Rodrigues significativo é a convergência desta multiplicidade de discussões em problemas sobre os quais os historiadores teriam que se debruçar. A escrita da história e as discussões desenvolvidas no IHGB³², em meados do século XIX, já suscitavam, ainda que dispersas, tentativas de operacionalizar uma reflexão teórica sobre uma história nacional. Vale citar Januário da Cunha Barbosa e seu *Discurso no Ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*³³, de 1838, que apontava as expectativas em relação à criação do Instituto e, conseqüentemente, em relação à escrita de uma história do Brasil. Do mesmo modo, tem-se a dissertação ganhadora do concurso realizado pelo IHGB³⁴, de Karl F. P. von Martius intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil*³⁵, que disponibilizava um modelo para a escrita da história. Ainda, em relação à organização dos documentos históricos, encontra-se o ensaio de Rodrigo de Souza da Silva Pontes intitulado

³² O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado sobre os marcos do Brasil Nação, em 1838, marcava o aparecimento de uma postura convergente com os interesses nacionais pela escrita da História. Presença institucional da escrita da história do Brasil, o Instituto abria com sua fundação um lugar de fala dos historiadores brasileiros a Época. A leitura da História empreendida pelo IHGB será nas palavras de Guimarães: [...] marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe a traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo. GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Revista Estudos Históricos: São Paulo, p. 5-27. Jan. / jun. 1988, p.8.

³³ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de Fontes de historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

³⁴ A constituição de um concurso de dissertação por parte do IHGB aponta a intenção de se pensar os quadros da construção de uma História Nacional. Segundo Guimarães: “os primeiros passos concretizados no sentido da elaboração de uma história do Brasil, que viria a ser publicada anos mais tarde por um homem ligado ao IHGB – Francisco Adolfo Varnhagen –, são dados por Januário da Cunha Barbosa em 1840, ao definir um prêmio para o trabalho que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil. O texto, premiado em 1847, do alemão von Martius, cientista ocupado das coisas brasileiras, já fora publicado na Revista em 1844 e se revestia de um caráter pragmático, como aliás o próprio título sugere”. GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos Trópicos. Op. Cit. p. 16. O texto que competiu com o de Von Martius foi Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil de Henrique Julio de Wallenstein..

³⁵ VON MARTIUS, Karl Friederich P. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de Fontes de historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

*Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história do Brasil*³⁶ de 1840.

Ao lado desses trabalhos, que tematizam o melhor modo de se escrever a história pátria, questões de análise historiográfica, história da História, problemas de filosofia da história e epistemologia também não eram novidades. Assim, é possível identificá-las no trabalho de João Capistrano de Abreu, em seu *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*³⁷, de 1878, que já apontava diagnósticos sobre a escrita da história do Brasil, a partir de Varnhagen, bem como projetava uma série de expectativas a respeito do conhecimento histórico nacional. Quarenta e oito anos depois, Alcides Bezerra em *Os historiadores do Brasil no século XIX*³⁸, e Manoel Bomfim em *Os que fizeram a história do Brasil*³⁹ (1930), podem ser colocados sob uma mesma perspectiva, ainda que as suas intenções fossem distintas, sendo elas o ensejo por uma escrita da história da História ou a reflexão a respeito das histórias escritas por historiadores.

Discussões que tocam a cientificidade, as características do conhecimento histórico e a filosofia da história, também aparecem nesse período, e podem ser identificadas pela escrita de Silvio Romero⁴⁰, Pedro Lessa⁴¹, Rocha Pombo⁴², Oliveira Vianna⁴³ e, em certa medida, Afonso Taunay⁴⁴. Esses autores elaboram, cada qual dentro de sua contingência, reflexões sobre o modo como entendiam o conhecimento histórico, entre características e

³⁶ SILVA PONTES, Rodrigo de Souza. Quais os meios de que se deve lançar mãos para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil? In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de Fontes de historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

³⁷ ABREU, João Capistrano de. *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.

³⁸ BEZERRA, Alcides. *Os Historiadores do Brasil no século XIX*. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.

³⁹ BOMFIM, Manoel. *Os que fizeram a história do Brasil*. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.

⁴⁰ ROMERO, Silvio. *Interpretações filosóficas as na evolução dos fatos históricos*. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.

⁴¹ LESSA, Pedro. *Reflexões sobre o conceito de história*. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.

⁴² ROCHA POMBO, José da. *Prefácio à História do Brasil, Ilustrada*. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.

⁴³ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *O valor pragmático do estudo do passado*. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.

⁴⁴ TAUNAY, Afonso. *A propósito do curso de História da Civilização Brasileira*. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.

caracterizações, oferecendo ao leitor uma série de expectativas a respeito desse conhecimento, como também propunham leituras sobre a escrita da história. Logo, essas discussões oferecem modos difusos de interpretar *Teoria da História do Brasil*, uma vez que levam a uma percepção polissêmica dos possíveis significados de “Teoria da História”.

Portanto, a motivação pela escolha de *Teoria da História do Brasil* como corpus de análise deveu-se a peculiaridade da obra, expressa pela pretensão de possibilitar uma reflexão teórica acerca do fazer historiográfico enquanto um agrupamento de todas as questões propostas pelos autores já citados. Apresentando como subtítulo “Introdução metodológica”, *Teoria da História do Brasil* é esboçada como um “guia”, um “manual”, que converge reflexões teóricas e epistemológicas, bem como asserções gerais sobre a natureza do conhecimento histórico e seus possíveis significados, repercutindo em problemas de filosofia da história (aqui tomada no sentido de reflexões que versam a respeito do processo histórico, seu sentido e desdobramentos do devir histórico), como também elementos metodológicos da procedência prática do ofício.

Desse modo, THB coloca os historiadores defronte a três âmbitos de reflexões distintas – conhecimento histórico, filosofia da História e metodologia histórica –, mas que passam a ser decisivos na definição de uma identidade historiadora e da prática historiográfica. Aos historiadores, segundo o projeto de Rodrigues, questões de epistemologia, filosofia da história e metodologia da história parecem potencializar uma reflexão concomitante sobre o nome de “*Teoria da História*”.

A fim de traçar o caminho proposto para esse trabalho, parte-se da organização dos capítulos feita por Rodrigues, a qual, de imediato, possibilita uma construção interpretativa sobre a narrativa de THB. Ordenado em dezoito capítulos na primeira edição, os três primeiros apontam para uma avaliação das hipóteses que constituem a visão epistemológica do conhecimento histórico. Segundo o índice:

Capítulo 1. *Significação dos estudos históricos*. A História como fator educativo, como meio de compreensão do presente, como catarse ou libertação. A história e a política externa. Capítulo 2. *A palavra história*. Desenvolvimento da ideia de história. História narrativa, pragmática, científica. Capítulo 3. *A História como ciência*. Naturalismo e historicismo. Widelband. Dilthey. Rickert. A teoria dos valores. Eduardo Meyer e a teoria da eficácia histórica. Xenopol e o conceito de série. A história como estudo dos fatos individuais, particulares e irreversíveis⁴⁵.

Uma questão fundamental que emerge do primeiro contato com tais capítulos seria: para Rodrigues, a história é um campo autônomo do conhecimento? E em decorrência dessa

⁴⁵ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, s/p.

questão e a complementando, ainda é possível indagar-se: existiriam princípios orientadores e ordenadores desse campo?

Os capítulos subsequentes parecem versar a respeito do que chamo de “filosofia da história”, ou seja, tratam de questões que perpassam a reflexão do processo histórico e do sentido do mesmo, repercutindo em problemas de periodização da História, causalidade, atribuição de leis históricas, pressupostos científicos do conhecimento histórico, como também da divisão dos diferentes tipos e características de escrita da história.

Capítulo 4. *A causalidade histórica*. Capítulo 5. *A periodização*. Periodização na história universal. Periodização políticas, filosóficas, ideológicas e sociológico-institucionais. Ciclos de geração. Origem de certas denominações de períodos. Capítulo 6. *A periodização na História do Brasil*. Januário da Cunha Barbosa. Cunha Matos. Abreu e Lima. Diretrizes metodológicas de Martius. Francisco Adolfo de Varnhagen. Capistrano de Abreu. João Ribeiro. Oliveira Lima. Padiá Cológenas. Capítulo 7. *Diversos tipos de história*. Os especialistas de períodos e o de matéria. História delimitada no espaço. Os tipos de história na História do Brasil. Geral ou civil. História das Instituições políticas. Historiografia econômica. História diplomática. Historiografia militar. Historiografia naval. História eclesiástica. História científica. História da Educação. História da Imprensa. História territorial e regional. A biografia⁴⁶.

Sequenciando a apresentação geral de *Teoria da História do Brasil*, o terceiro conjunto de reflexões que me proponho a analisar diz respeito a uma metodologia da história. Os dez capítulos subsequentes ao capítulo 7 indicam um “discurso” sobre o método, ou seja, não se trata apenas de um “como fazer”, mas uma reflexão teórica que ordena este “como” e o justifica, suscitando elementos que o legitimam.

Capítulo 8. *Certeza Histórica*. Sua natureza. Processo histórico e processo judiciário. A prova Histórica. Capítulo 9. *A metodologia histórica*. História da metodologia histórica. Evolução do ensino de metodologia histórica. Criação da cadeira de Introdução aos Estudos da História. Capítulo 10. *Fontes*. A pesquisa histórica; seus problemas. Divisão das fontes. Espécies de fontes. Documentos perdidos. Coleções de fontes. Bibliografia de fontes. Capítulo 11. *Disciplinas Auxiliares da História* (1). Diplomática e Paleografia. Epigrafia. Sigilografia. Heráldica. Genealogia. Numismática. Cronologia. Bibliografia. Capítulo 12. *Disciplinas Auxiliares da História* (2). Cartografia. A cartografia dos séculos XVI aos XX. A cartografia como instrumento de delimitação de fronteiras e títulos de posse. A cartografia nas questões de limites do Brasil com a Argentina, a França e a Grã-Bretanha. Capítulo 13. *Crítica Histórica*. A posição de Alexandre-Herculano e F. A. Varnhagem. Princípios da Crítica. Determinação das datas. Capítulo 14. *Forgicação*. Teoria da Falsidade. Exemplos de forgicação. Carta de Toscanelli. Exemplos brasileiros de forgicação. As “Cartas Falsas”. Capítulo 15. *Crítica de atribuição*. A crítica de atribuição na historiografia brasileira. “Relação do piloto anônimo”. As obras de Fernão Cardim. A prosopopeia. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. *Cultura e opulência do Brasil*. *História do Brasil* de John Armitage. Estudos sobre Caxias. Casos de autoria ainda discutidos. *A Arte de furto*. *Cartas Chilenas*. Capítulo 16. *Crítica de textos*. Filiação dos manuscritos. Edição crítica em geral e em Portugal. Edições críticas no Brasil. *Diário da Navegação* de Pedro Lopez de Souza. As obras de Fernão Cardim. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador. Historiografia das Minas. História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen. Edições indignas de apreço. Capítulo 17.

⁴⁶ Idem, s/p.

Crítica interna. O autor e o valor do testemunho. O testemunho único. O testemunho controlado e incontrolado. O *argumentum ex silentio*. Credibilidade de fontes específicas. 1. Autobiografias (Diário, Memórias). 2. Cartas; 3. Jornais; 4. Relatos de Viajantes⁴⁷.

Ao lado dos pressupostos epistemológicos e das questões de filosofia da história, as questões de metodologia, para além de indicar como Rodrigues compreendia e interpretava o trabalho histórico, parecem levantar uma tópica de problemas, uma vez que indicam a amplitude das questões que os historiadores têm de enfrentar ao pensar e fazer historiografia. Porém, qual é o “sentido” desse trabalho enquanto prática? Como caracterizar o quadro metodológico em José Honório Rodrigues? Pode-se falar em uma deontologia do trabalho histórico? Perguntas que serão respondidas ao longo do trabalho.

Para finalizar, o último capítulo sintetiza o plano de THB, apresentando o feixe necessário para a sua leitura, pois parece convergir num trabalho teórico sobre a própria teoria e sobre os sentidos interpretativos da mesma: “Capítulo 18. *A compreensão e a síntese históricas.* Interpretação. Teorias interpretativas. A análise histórica. Crise do pensamento histórico. Tarefa científica da história”⁴⁸. Nas edições subsequentes de THB – sendo cinco ao todo⁴⁹ – Rodrigues suprime alguns capítulos e amplia outros, ficando em 15 capítulos o plano geral da obra.

Essa divisão esquemática em três âmbitos de reflexões distintas – conhecimento histórico, filosofia da História e metodologia histórica – em *Teoria da História do Brasil*, serve-me apenas para enunciar o problema, uma vez que constitui uma generalização, localizando diferentes concepções que caminham lado a lado. Nesses termos, tenho clareza de que a construção de um sentido da noção de “Teoria da História” em *Teoria da História do Brasil* abarca uma complexidade de sentidos, entre problemas, questões e reflexões. A regularidade evidente nesses três âmbitos de reflexões se faz necessária, visto que possibilita entender o porquê da reunião dos mesmos em uma só obra sob o nome de “Teoria da

⁴⁷ Idem, s/p.

⁴⁸ Idem., s/p.

⁴⁹ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949. RODRIGUES, J.H. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 2ª ed. revista, aumentada e ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. 2 vols. (Coleção Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5ª Série, Grande Formato, vol. 11). RODRIGUES, J.H. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 3ª ed. revista, atualizada e com dois capítulos novos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. (Coleção Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5ª Série, Grande Formato, vol. 11). RODRIGUES, J.H. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 4ª ed. atualizada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. (Coleção Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5ª Série, Grande Formato, vol. 11). RODRIGUES, J.H. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 5ª ed. acrescida de um posfácio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. (Coleção Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5ª Série, Grande Formato, vol. 11).

História”, e, ao mesmo tempo, perguntar-se o que legitima tal divisão e quais os elementos que levam a oferecer este agrupamento interpretativo.

O que se percebe é que as iniciativas de Rodrigues na escrita de uma *Teoria da História do Brasil* justificavam-se pela lacuna bibliográfica e editorial de estudos teóricos e metodológicos sistemáticos a respeito da História no Brasil e a inexistência de uma disciplina nos meios universitários brasileiros que contemplasse tais discussões⁵⁰.

Nesses termos, o projeto de Rodrigues, junto as suas reflexões teóricas, metodológicas e epistemológicas sobre o ofício do historiador, sintetiza o modo como ele lia e diagnosticava a transformação da Historiografia Brasileira. Segundo Freixo, esta “leitura” inaugura uma versão científica da História do Brasil. Em suas palavras:

[...] o plano original de *Teoria...* (1949), apresenta, em diferentes seções, elementos de como Rodrigues sistematizava sua leitura para a evolução da historiografia no Brasil. As várias etapas dessa evolução, como ele as entendia, conduziam a uma “nova síntese”, entre teorias e métodos, que inaugurariam sua versão científica para a História no Brasil⁵¹.

Essa interpretação de uma versão científica em Rodrigues, da História do Brasil, por meio de *Teoria da História do Brasil*, incide na ideia da profissionalização dos historiadores, como também na especialização dos estudos históricos.

Não será objetivo aqui desenvolver uma análise a respeito da formação de um campo historiográfico brasileiro. Porém, tais questões aparecem no horizonte contextual de *Teoria da História do Brasil*, uma vez que Rodrigues parece refletir a respeito dos pressupostos gerais que constituem o trabalho do historiador, dotando-o de uma especificidade e particularidade de formação. Em suma, essas questões acompanham o problema geral da dissertação, pois, como apontado anteriormente, José Honório teria como ponto de partida uma lacuna bibliográfica, assim como a falta de tais estudos no âmbito acadêmico, sentida pela experiência que o mesmo desfrutou em universidades estadunidenses, motivando-o à investigação dos problemas teóricos, metodológicos e historiográficos no Brasil, dando forma e sentido a um projeto de “renovação dos estudos históricos”. Logo, investigar as implicações da elaboração de tal projeto, tendo em vista a noção de *Teoria da História*, constitui-se como ponto central de meu trabalho.

Portanto, o problema levantado gira em torno da investigação da historicidade da noção de “Teoria da História” em *Teoria da História do Brasil*. Nesses termos, e retomando indagações que já foram por mim aqui lançadas, busco compreender: qual o sentido de *Teoria*

⁵⁰ PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO; IN; RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. Op. cit. p. VII.

⁵¹ FREIXO, André de Lemos. *A Arquitetura do novo*. Op. Cit. p.35.

da *História* para Honório Rodrigues em *Teoria da História do Brasil*? Quais as tópicas que José Honório Rodrigues propõe aos historiadores, em torno da noção de *Teoria da História*, pelos usos que estabelece? E, por fim, qual a prática historiográfica decorrente de *Teoria da História do Brasil* frente à profissionalização do historiador?

Alguns esclarecimentos de ordem metodológica se fazem necessários, principalmente no tocante à relação que estabeleço com os textos de José Honório Rodrigues por mim levantados e que sustentaram o trabalho como um todo. Por vezes emprego a noção de “economia textual” para sustentar o meu argumento, a fim de compreender a forma da apresentação dos textos de Rodrigues, atentando para o modo como o mesmo constrói suas narrativas e também ao caráter de sua maneira de argumentar.

Atribuo à “economia”, que acompanha o adjetivo “textual”, dois sentidos: ao primeiro, o de propriedade; seguido do de quantidade. Segundo Derrida, “por um lado, aquilo que concerne à lei da propriedade (*oikonomia*, a lei, *nomos*, daquilo que é próprio, apropriado a si, em casa [...]) e, por outro, à lei de quantidade: quando se fala em economia fala-se sempre em quantidade calculável”⁵².

Inicialmente, essa questão da “economia”, construída por Derrida, está inscrita em sua reflexão a respeito da tradução. A lei da propriedade é a lei da transposição originária para um sentido outro, propriedade daquilo que lhe é próprio, e passa a ser transposto em outro, ou seja, transportado o sentido do próprio para o próprio de outro. Nesse caso, o “próprio de outro” é a síntese interpretativa que meu próprio texto oferecerá, interrogando e tomando como escopo analítico o conjunto textual de José Honório Rodrigues.

Nesses termos, a aproximação desse esforço interpretativo, juntamente com a ideia de “economia textual”, aproxima-se da operação de tradução referida por Derrida, uma vez que tradução, nessa chave de leitura, tem de apresentar de modo relevante o sentido mais próximo ao original ou manter uma relação possível com o mesmo. Nas palavras de Derrida: “mesmo se for o sentido mais próximo de uma figura, de uma metáfora, de uma metonímia, de uma catacrese ou de uma indecível impropriedade”⁵³.

Ora, por que usar essa noção para uma análise textual? Acredito que ela sirva ao propósito que quero atingir, ao efeito de inferência que quero construir, uma vez que o distanciamento do texto tratado, a lacuna temporal de sua marca, me coloca numa relação de traduzibilidade do problemático, do verídico, do sentido originário (por mais que se fabriquem como horizontes do que como certezas) uma vez da história do texto já estabelecer

⁵² DERRIDA, Jacques. O que é uma tradução “Relevante”. *Alfa*, São Paulo, n°44, p.13-44, 2000, p.19.

⁵³ *Idem*, p.19.

o preenchimento de sentido, e com isso, tratar do original em si mesmo, que é por si, uma operação impossível. Logo, economia textual me coloca sobre a possibilidade de atingir ao próprio texto, não perdendo de vista a distância temporal e a distância de minha leitura, meu presente, com o presente do passado de José Honório Rodrigues (esta como uma relação próxima da ideia de tradução em Derrida), e também sintonizar as camadas além-texto de sentido que compõe o texto em meio a sua distância.

A questão da história do texto, entre elementos pré e pós-textuais, é levantada por David Harlan em *História Intelectual e o retorno da Literatura*, onde estabelece a relação do texto com sua tradição, pois um texto não pode ser entendido sem a tradição, tomada como história que o acompanha desde seu momento de aparecimento. Em suas palavras:

[...] não a tradição na qual o texto foi escrito (jamais podemos recuperá-la), mas a tradição de interpretações que cresceu em torno do texto desde que ele foi escrito [...] o texto não pode nunca ser separado das interpretações que agora “constituem a realidade histórica de seu ser”⁵⁴.

Portanto, remeter à “economia do texto” é compreender a história do texto, junto com o sentido de suas páginas, em meio às contingências que lhe deram possibilidade, reconhecendo a impossibilidade de captar o sentido originário, ou a intenção primeira do sentido, mas ao mesmo tempo, tê-la em horizonte de sua própria significação. Chamar a tudo isso de uma “economia” é estabelecer uma relação de troca, que incide em um modo franco de se relacionar com o objeto e, portanto, conseguir um modo de encará-lo pela distância temporal, entre de um lado a produção de sentido dos textos, e de outro, minha leitura sobre os mesmos.

Entretanto, essa noção de economia textual me lança a um olhar retrospectivo, e ao mesmo tempo me impõe uma preocupação atrelada a um princípio geral, que é definidor da forma como estará estruturada a maneira de minha própria narrativa, ou seja, a reconstituição de argumentos. Essa reconstituição de argumento estrutura-se na reprodução dos argumentos como um ato de compreensão e interpretação sobre os mesmos. Segundo Gadamer, “Toda reprodução já é interpretação desde o início e quer ser correta enquanto tal. Nesse sentido, também ela é “compreensão”⁵⁵.

Nesse sentido, essas colocações iniciais sustentam e dão justificativas para a interpretação, ou leitura, que se encontrará nas páginas que se seguem. Essa relação entre economia textual e reconstituição de argumentos, se dá através do conceito de leitura apontado por Gadamer em *O problema da Consciência Histórica*. Em suas palavras: “A

⁵⁴ HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato S. OLIVEIRA (Org.). Narrar o passado, repensar a história. Campinas, S.P.: IFCH/Unicamp, 2000, p. 26-27.

⁵⁵ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015, p.18.

leitura, enquanto distinta de um “recital”, não se coloca por si mesma; ela não é uma atualização autônoma de um padrão de pensamento, mas permanece subordinada ao texto restaurado pelo processo da leitura. A leitura é suprasumida na leitura do texto”⁵⁶. Logo, será por meio dessas noções gerais de uma hermenêutica textual que lerei o conjunto textual de José Honório Rodrigues, selecionado para análise.

A divisão da dissertação encerra-se em três capítulos. O primeiro capítulo é intitulado: *José Honório Rodrigues: Um objeto de pesquisas historiográficas*. Por meio do primeiro capítulo, apresento uma análise dos trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias) que tomam o conjunto da produção de José Honório como objeto de investigação. Nesse sentido, as três seções que encerram o capítulo tem o objetivo de apontar, a partir de Raquel Glezer, a construção de um modelo interpretativo que conjectura a produção de Rodrigues em categorias estanques. O modelo de Glezer gerou repetições, o que demonstro ao longo da primeira parte. Na sequência, apresento as discussões de Paulo Alves Junior, o qual sanciona uma representação da “obra” de José Honório, através de uma chave de leitura que atribui Rodrigues como intérprete do Brasil. E por fim, apresento as recentes contribuições de André de Lemos Freixo no que toca a José Honório Rodrigues e sua produção como um objeto de história da historiografia. Nesse sentido, o capítulo ajuda a compreender os desenvolvimentos do modo como José Honório Rodrigues foi compreendido ao longo dos anos, pelo menos pela escrita acadêmica, e com isso ilumina a construção de meu objeto de pesquisa, a fim de apontar a distinção de minha proposta em face dos trabalhos ora mencionados.

Em vistas das análises do primeiro capítulo, e principalmente, da recorrente interpretação oferecida por Glezer, de que José Honório Rodrigues só teria se tornado um historiador interpretativo, ou preocupado com questões teóricas, a partir dos anos de 1960, e também na intenção de compreender os desenvolvimentos que o levaram a escrita de uma *Teoria da História do Brasil*, construo, por meio do segundo capítulo, a trajetória dos textos antecedentes a *Teoria da História do Brasil*, e com isso, apresento as predileções, questões e escritos que apontam reflexões teóricas e historiográficas antes de THB. Nesse sentido, *Caminhos que levam a 1949*, título do segundo capítulo, tem a intenção, a partir de uma análise da trajetória dos textos, e por consequência, de José Honório Rodrigues, apresentar os caminhos desenvolvidos pelo mesmo como historiador que, além de escrever história, pensa os pressupostos dessa escrita, a fim de elucidar as discussões teóricas e historiográficas anteriores a *Teoria da História do Brasil* em sua produção.

⁵⁶ GADAMER, Hans-Georg. *O problema da Consciência Histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.11.

O desenvolvimento do segundo capítulo me impulsiona a representar José Honório Rodrigues, em vista de seus textos, como um teórico da história. Isso se dá, por dois motivos fundamentais, primeiro como resposta à parte dos trabalhos discutidos no capítulo 1, e em segundo, pela forma e conteúdo dos textos que antecedem *Teoria da História do Brasil*, juntamente com o referido título. Logo, o capítulo 3 tem por intenção analisar a problemática teórica em *Teoria da História do Brasil*. Para tanto, é necessário, antes de entrar na economia do texto propriamente dito, compreender os debates, juntamente com a conjuntura anterior à *Teoria da História do Brasil*, a fim de mapear as questões por meio de textos publicados anteriores ao de José Honório Rodrigues. Essas discussões encerram a primeira seção do capítulo. A seguir, parto ao desenvolvimento de *Teoria da História do Brasil*, objetivando compreender a noção de teoria na economia de seu texto, como também, os pressupostos da disciplina da história ali desenvolvidos, que promovem não só uma noção de prática historiográfica, mas também de identidade historiadora, ou seja, do ser historiador para Honório Rodrigues.

Capítulo 1 — José Honório Rodrigues: um objeto de pesquisas historiográficas

Penso que se é verdade que a história é feita de documentos e textos, não é menos importante conhecer os resultados mais modernos dados ao público por autoridades no assunto, de modo que não se caia no perigo de descobrir de novo a América¹.

A intenção neste primeiro capítulo é compreender as diferentes interpretações que foram feitas pela escrita universitária a respeito da produção historiográfica de José Honório Rodrigues (JHR). Nesse sentido, retomarei alguns trabalhos sobre José Honório, em específico teses e dissertações dos últimos quarenta anos, a fim de problematizar modelos interpretativos e, por consequência, modos de narrar a produção historiográfica do historiador em questão.

A começar pela tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 1976 por Raquel Glezer, “O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica”², a qual pode ser considerada o primeiro grande trabalho a respeito do conjunto textual de José Honório Rodrigues. Além de receber grande responsabilidade pela sistematização e significação da “obra” do autor, a análise de Glezer parece indicar, ao sistematizar o conjunto da produção do historiador carioca, uma periodização que tentarei apresentar ao leitor como arbitrária, baseando-me em dois fatores: a justificativa do argumento da tese em questão e o caráter rígido estabelecido pela autora, o qual gerou repetições.

Os trabalhos subsequentes parecem não só ter justificado tal modelo, como também o encararam como não problemático. É o caso da dissertação de mestrado defendida em 2000 por Ana Luiza Marques intitulada “José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da História do Brasil”³ e o trabalho de conclusão de curso de Géssica Goes Guimarães, “José Honório Rodrigues: por uma história combatente”⁴, de 2005.

Em 2010, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), foi defendida, por Paulo Alves Junior, uma tese de doutorado em Sociologia intitulada: “Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, intérprete do Brasil”⁵, que apresenta José

¹ RODRIGUES, José Honório. Uma Viagem de Pesquisas Históricas. Rio de Janeiro. *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 188, 1945, p.15.

² GLEZER, Raquel. O Fazer e o Saber na obra de José Honório Rodrigues: Um modelo de Análise Historiográfica. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.

³ MARQUES, Ana Luiza. José Honório Rodrigues: Uma sistemática teórico-metodológica a serviço da História do Brasil. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2000.

⁴ GUIMARÃES, G.G. José Honório Rodrigues: Por uma História Combatente. [Trabalho Conclusão de Curso]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

⁵ ALVES JUNIOR, Paulo. *Um Intelectual na Trincheira: José Honório Rodrigues, Interprete do Brasil*. [Tese de Doutorado]. Araraquara: São Paulo, 2010.

Honório dentro da tradição do pensamento social brasileiro. Um fato curioso é que Alves Junior não se reporta a nenhum dos trabalhos anteriores a respeito de José Honório, ato consciente ou não, ficando muitas vezes refém de uma periodização “naturalizada” em relação ao historiador. De qualquer modo, é interessante perceber a relação entre história e sociologia quando da leitura de Rodrigues feita por um sociólogo.

Tem-se ainda a recente tese de doutorado defendida em 2012 por André de Lemos Freixo na Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada “A arquitetura do novo: Ciência e história da História do Brasil em José Honório”⁶, cuja reflexão promove um questionamento sobre os estudos anteriores feitos sobre Rodrigues, uma vez que me leva a problematizar o modelo construído por Glezer novamente e sugerir alternativas. É nesse sentido que retomo tais trabalhos, a fim de repensar tal periodização e compreender o modo como Glezer lê o conjunto da produção historiográfica de José Honório.

A respeito da periodização como um problema para a escrita da história, sigo as orientações de Jaques Le Goff em *A História deve ser dividida em pedaços?*. Para Le Goff, o termo periodização indica uma ação humana sobre e no tempo, e sublinha a não neutralidade do historiador em relação à divisão da história em períodos. Em suas palavras:

O recorte do tempo em períodos é necessário à história, quer seja ela considerada no sentido geral de estudo da evolução das sociedades ou no tipo particular de saber e de ensino, ou ainda no sentido de simples desenrolar do tempo. Entretanto, essa divisão não é um mero fato cronológico, mas expressa também a ideia de passagem, de ponto de viragem ou até mesmo de retratação em relação à sociedade e aos valores do período precedente⁷.

Tais pressupostos são correntes na escrita da história uma vez que, ao narrar, os historiadores de forma geral periodizam, dividem, estabelecem recortes, a fim de constituírem imagens possíveis de passado com respectivas relações com o presente e o futuro. Nesses termos, afirma Le Goff: “o historiador formata uma concepção do tempo e simultaneamente oferece uma imagem contínua e global do passado, que acabamos por chamar ‘história’”⁸. Logo, periodização é um elemento corrente e ativo da escrita da história já que oferece uma ajuda ao controle do tempo, ao seu uso, sendo este um ato consciente ou não por parte dos historiadores. Porém, faz surgir problemas de apreciação do passado, pois periodizar a história é um ato complexo, carregado ao mesmo tempo de subjetividade (posições políticas e

⁶ FREIXO, André de Lemos. *A Arquitetura do Novo: Ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

⁷ LE GOFF, Jacques. *A História deve ser dividida em pedaços?*. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p.12.

⁸ Idem, p. 33.

teóricas) e de esforço para produzir um resultado coerente em face da imagem de passado que se fabrica⁹.

Essas ponderações teóricas a respeito da periodização se fazem necessárias para o modo como interpreto os trabalhos sobre José Honório Rodrigues e o conjunto dos textos selecionados que estabelecem uma periodização em torno da noção de “obra” e “autor”, a qual retomarei no final do capítulo. O interessante é compreender que ao narrarem a respeito de José Honório Rodrigues e estabelecerem uma significação historiográfica ao conjunto de seus textos, os trabalhos, no geral, carregam uma noção naturalizada do que compõe o sentido de “obra” e “autor”, incidindo em uma periodização “naturalizada” ou não problematizada.

1.1. O modelo construído por Raquel Glezer: Entre análises e repetições

A leitura que desenvolverei a partir de “O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica”, de Raquel Glezer, defendido em 1976, objetiva apontar o modo como Rodrigues foi interpretado pela historiadora paulistana e, com isso, problematizar, ao longo dos demais trabalhos que versaram sobre o historiador carioca, o modo como essa interpretação inicial se manteve. Nesse sentido, os pontos que interessam à reflexão estarão dispostos sobre o modo como Glezer justificou seu modelo interpretativo e também como ela entendeu e significou a produção de Honório Rodrigues ao longo dos anos. A sequência será dedicada aos demais trabalhos e o modo como estes se relacionaram com Glezer, entre consensos e dissensos.

A escolha da temática de Glezer em seu trabalho de doutorado sobre José Honório Rodrigues justifica-se pela necessidade de refletir a respeito do trabalho teórico do historiador. Traçando um perfil de Honório Rodrigues como o primeiro historiador brasileiro a pensar de modo sistemático o trabalho do historiador, afirma a autora:

O autor brasileiro que primeiro defendeu a pesquisa pública, esclarecendo sua área de concentração e conceituando-a claramente, foi José Honório Rodrigues, em 1952¹⁰, e assim, decidimos averiguar de que maneira utilizou esse conceito, enquanto diretor de instituições históricas. O nosso objetivo era portanto estudar sua atuação neste setor específico¹¹.

Tal proposta não seria executada pela historiadora. Abandonando a pretensão de encarar o projeto de pesquisa histórica de Rodrigues, e sua dedicação à temática

⁹ Idem, p.14.

¹⁰ 1952 é o ano de publicação de *Pesquisa Histórica no Brasil*.

¹¹ GLEZER, Raquel. *O Fazer e o Saber na obra de José Honório Rodrigues: Um modelo de Análise Historiográfica*. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.

historiográfica, redireciona o objeto de sua tese de doutoramento para um levantamento bibliográfico da produção historiográfica de José Honório Rodrigues e um estudo de sua repercussão¹². É sobre esta incursão que interessa aqui remontar e entender como Glezer a constrói, uma vez que este levantamento repercutirá em um modelo e, na sequência, em uma periodização.

Raquel Glezer parte de reflexões desenvolvidas por H. Butterfield¹³, o qual, sugestionava que os livros de história deveriam ser tratados como arquivos mortos de uma instituição, para que assim fosse possível apreender não o que estava errado, sustenta: “mas o que os historiadores pensavam”¹⁴. Os historiadores, nessa chave de leitura, deveriam ser tratados como “criaturas históricas”, devendo ser analisados dentro da história, inseridos no desenvolvimento dos estudos históricos que, por sua vez, são condicionados pelo momento histórico. Essa postura historicizante, acompanhada de uma divisão categórica, será apresentada por Glezer da seguinte forma:

O estudo da produção histórica pode ser feito tanto por **assunto**, como por **período histórico** ou por **autor**, merecendo em cada uma dessas formas um tratamento diferente. Em nosso caso, o trabalho foi feito a partir de um **autor**, cujas **obras formam o acervo documental**, o “corpus” através do qual nos propusemos estudar o discurso de um historiador procurando separar o **fazer e o saber**, contribuindo assim para a compreensão do trabalho do historiador e da evolução do conhecimento histórico no Brasil¹⁵.

É interessante perceber o modo como Glezer articula os conceitos operacionais de sua análise. “Assunto”, “período histórico” e “autor” parecem ressoar como unidades transparentes ou como conceitos referenciais dados. Sem serem ou estarem dispostos em uma necessidade de interrogação por parte da historiadora, tais elementos ressoam como “naturais”, dados, acertados e pré-estabelecidos, como se “autores”, “obras”, “assuntos” e “processos históricos” existissem *per se*, e como se não fosse necessária qualquer problematização em face do objeto que se está propondo versar. Esse modo de trabalhar ecoa uma compreensão teórica, a qual está no cerne do trabalho de Raquel Glezer, em que a produção historiográfica será, ao final da análise, dividida em uma relação binária, na crença em separar o fazer do saber do historiador. Divisão essa também não problematizada. Tais conceitos parecem funcionar como um *a priori* para Glezer, uma vez que a mesma parece querer encontrá-los prontos e acabados em um todo sistemático da produção de José Honório

¹² Idem, p. 3.

¹³ GLEZER cita o trabalho de Herbert Butterfield para indicar sua escolha teórica e metodológica, possibilitando o direcionamento de suas reflexões. O trabalho guia neste sentido é: *Man on his Past: The study of history of historical scholarship*. Cambridge University Press, 1955.

¹⁴ GLEZER, Raquel. *O Fazer e o Saber na obra de José Honório Rodrigues*. Op. Cit. p.3.

¹⁵ Idem, p. 4. [grifos meus].

Rodrigues, não necessitando de qualquer reflexão sobre a natureza do trabalho de seleção, agrupamento ou divisão, e os potenciais problemáticos que acarretam à significação de uma determinada produção histórica e historiográfica.

Aliado a isso, o modelo de análise construído por Glezer, a partir da bibliometria¹⁶, parece estar marcado pelos mesmos problemas identificados acima. O caminho que leva a tomar tais opções analíticas é justificado pela falta de instrumentos que permitiriam a localização da produção historiográfica¹⁷. A falta de bibliografia, catálogos e repertórios especializados em história – problemas que até hoje permanecem em estado latente – obrigaria o pesquisador a utilizar os dados existentes. Nesse sentido, a arbitrariedade, juntamente com a sorte, compõe parte de tal empreendimento. Como afirma:

A ele [o pesquisador] cabe à localização dos dados de seu interesse, dispersos e desorganizados nos arquivos, bibliotecas, coleções particulares de documentos e museus. A coleta aleatória acaba não permitindo o conhecimento global da produção intelectual da época, nem do todo da produção, especialmente daquela publicada em periódicos, para não falar das condições de produção, público, leitor e etc.¹⁸.

E continua:

Estas dificuldades explicam o desenvolvimento da análise historiográfica brasileira por assunto, período de crise, momento significativo, enfim, temas limitados temporalmente, cuja produção historiográfica é facilmente localizada. Assim, os principais autores e tendências são analisados, não influenciando no todo a possíveis existências de autores não conhecidos ou não localizados¹⁹.

Esses pontos de partida, justificados em um empreendimento bibliométrico, servem à Glezer, para constituir o escopo de sua reflexão. Junto a esse conjunto de problemas, elenca também a inexistência de conceitos e técnicas de análises testadas na realidade cultural brasileira:

Esse fato explica a constante retomada da análise historiográfica e sua estagnação, desde que foi lançada como elemento necessário para a compreensão do complexo

¹⁶ Glezer justifica os usos da bibliometria por uma historicização de tal área do conhecimento no Brasil. Indica que a existência de estudos bibliométricos no Brasil data da criação do curso de mestrado em Biblioteconomia e Documentação, promovido pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. A criação do IBBO em 1970 funciona como um divisor de águas em tal tipo de estudo. Segundo a autora, antes do seu trabalho, somente quatro trabalhos utilizando da bibliometria poderiam ser encontrados no Brasil: “apenas quatro estudos o foram, três dos quais, são dissertação de mestrado, respectivamente sobre frente de pesquisa, distribuição da literatura geológica e comportamento bibliométrico da língua portuguesa. O único estudo que escapa a esta categoria é o que foi feito para a Biblioteca Nacional”. GLEZER, Raquel. O Fazer e o Saber na obra de José Honório Rodrigues. Op. Cit. p. 15. Desse modo, a análise bibliométrica compõe a análise de um determinado arquivo, ou a instauração do mesmo. Partindo de um determinado acervo delimitado, ou a se delimitar, as obras de José Honório Rodrigues, no caso, foram analisadas a partir de alguns conceitos: colégio invisível, frente de pesquisa e relevância. Idem, p.16.

¹⁷ GLEZER, Raquel. O Fazer e o Saber na obra de José Honório Rodrigues. Op. Cit. p. 10.

¹⁸ Idem, p. 11.

¹⁹ Idem, p.11.

cultural brasileiro. Sabemos, também, que é vital para o desenvolvimento dos estudos históricos a análise historiográfica, tanto de tema como de autor, visando ao conhecimento dos fenômenos culturais que marcam a concepção de história do Brasil²⁰.

Na sequência de seu argumento expõe a compreensão de modelo e o constitui. Glezer compreende “modelo” como “um mecanismo de pensamento logicamente estruturado que permite o conhecimento de um certo objeto”²¹. Nesse caso, a construção de um modelo de interpretação tem como finalidade o conhecimento do *modo de produção* de uma obra histórica²². Para tal empreendimento, volta a sustentar que a obra de história, objeto de estudo na história, deve ser vista como um arquivo e o historiador como “criatura histórica”, devendo os dois serem inseridos no desenvolvimento dos estudos históricos. Nesse caso, a obra de história, ou historiográfica, tomada no sentido de documento, refere-se “as publicações feitas pelo autor ou acerca da obra dele”. De início, o problema da periodização ressoa. Como estabelecer um corte na produção historiográfica de um autor que ainda vive e produz?

José Honório Rodrigues estava produzindo, pesquisando e escrevendo no momento da escrita da tese de Glezer. O recorte estabelecido pela autora, dos primeiros textos até 1975, é justificado do seguinte modo: “[...] a obra já possui duração e continuidade que permitem o estudo bibliométrico e nítida estruturação, tanto em sua construção quanto em relação aos conceitos que a regem”²³. Mais uma vez, pode-se perceber a ausência de problematização da operacionalidade desenvolvida por Raquel Glezer. A constatação, juntamente com uma relação que culmina em um referencial naturalizado, é a chave de seu argumento.

Algumas considerações podem ser assim tecidas: se, em um primeiro momento, localizo a falta de problematização do vocabulário que ordena o modo como ela sistematiza o modelo quando do recorte da produção de Rodrigues, isso parece refletir numa seleção arbitrária, um flerte com uma “ordem natural”, uma vez que estabelece o marco final à própria escrita de sua tese, antecipando ao leitor uma imagem fechada da “obra” de Rodrigues, que exclui o que virá a ser escrito e publicado após a data do recorte. De qualquer forma, as considerações em termos numéricos, ficam assim, pelas próprias palavras de Glezer, em suspenso:

Pela duração da produção – 40 anos (1936/1975), podemos estabelecer o relacionamento entre elas e suas condições de elaboração, embora o corte temporal tenha sido feito arbitrariamente, em função de nossas necessidades. Ressalvamos

²⁰ Idem, p.11-12

²¹ Idem, p.12.

²² Idem, p.12-13.

²³ Idem, p.16.

que os valores numéricos virão a ser alterados – quando a obra estiver concluída, mas as conclusões parciais e gerais não o serão”²⁴.

Por mais que Glezer reconheça a arbitrariedade de seu recorte, como também deixe em aberto a somatória da produção de Rodrigues, uma vez que o mesmo estava vivo e produzindo, ela sugere a não alteração da significação da “obra” do mesmo, estando prescrito, em face da regularidade (1053 documentos entre 1936 e 1975) enunciada anteriormente, o sentido entre passado e futuro da produção de José Honório Rodrigues.

No que concerne à estrutura da análise de Glezer, seu argumento encontra-se disposto entre gráficos que apresentam ao leitor porcentagens da produção de Rodrigues, entre os textos publicados nacional e internacionalmente. Estes mesmos gráficos levam em consideração, ainda, os veículos de informação, os periódicos (nacionais e internacionais), e também, estabelece uma divisão entre os periódicos especializados e os não especializados. Os gráficos levam também em conta as editoras que publicavam Honório Rodrigues. O que dá sustentação aos gráficos, de modo geral, desenvolvidos por Glezer são os conjuntos de citações. Ou seja, quem citava José Honório Rodrigues e era citado por ele, constituindo assim um quadro. Com isso, a autora estabelece, por meio do conjunto das citações, as possíveis relações intelectuais à época da produção dos textos de Rodrigues. As considerações, por meio dos gráficos, serão conceituadas por Glezer como *colégio invisível*.

No que toca esta leitura que desenvolvo sobre o trabalho de Glezer, principalmente o modo como JHR foi construído como objeto de análise, traçarei dois movimentos que serão fundamentais ao objetivo do capítulo. Primeiro, entender o que significava este *colégio invisível*, e qual significado José Honório ganhará em face do mesmo. Num segundo momento, perceber qual o sentido atribuído por Raquel Glezer ao que denomina como a “obra” de José Honório Rodrigues, e junto com tal movimento interpretativo, como ela o periodiza.

O conceito de *colégio invisível* é uma das contribuições da bibliometria e tem a pretensão de compreender uma dada produção cultural. Seguindo os preceitos de Derek Price, em *Some Remarks on elitism in information and the invisible college phenomenon*²⁵, Glezer objetiva que os participantes do *colégio invisível* formariam uma elite hierárquica, resultante

²⁴ Idem, p.16.

²⁵ Raquel Glezer cita o seguinte artigo como desfecho e desenvolvimento do seu argumento: PRICE, Derek J. de Solla. Some remarks on elitism in information and the invisible college phenomenon. In: Science. Journal of the American Society for Information Science. 22(2):74-75, mar.apr,1971.

de desigualdade conhecida e esperada na população total de pesquisadores, regularizando uma frente de pesquisa²⁶. Em suas palavras:

A análise objetiva deste fenômeno é muito complexa; entretanto, como ele também existe em História, preocupamo-nos em localizá-lo e apresentá-lo, através da seleção dos autores escolhidos pelo historiador em estudo **e dos que escolheram-no como objeto de atenção**. Utilizando apenas o nome do autor relacionamos todos os autores citados por José Honório Rodrigues no título de suas obras e depois separados os historiadores que viveram entre 1936-1975 [...] fizemos a mesma coisa para os **documentos referentes à repercussão de sua obra**, excluindo igualmente os de apenas uma citação [...] comparando os nomes dos historiadores [...] encontramos aí relacionados os de mais projeção no período. Portanto, podemos afirmar que existe colégio invisível em História do Brasil, tanto aqui como no exterior²⁷.

As citações funcionam como justificativa para a existência de um colégio invisível e para a identificação de uma frente hierárquica dos estudos históricos em história do Brasil. A seleção soa arbitrária, pois ela descarta as relações materiais, presenças institucionais, redes de intelectuais, produção, influência e uma série de outros fatores, resumindo a existência desse colégio invisível simplesmente pelo fato de JHR ser citado ou não, ou pelo próprio JHR citar outros autores. Segundo Glezer, o *colégio invisível* a que Rodrigues pertence é formado pelos seguintes historiadores:

Em termos brasileiros, o colégio invisível é formado por Afonso Arinos de Melo Franco, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, Américo Jacobina Lacombe, Artur César Ferreira Reis, Caio Prado Junior, Francisco Iglesias, Gilberto Freyre, Guilherme Auler, Hélio Viana, João Camilo de Oliveira Torres, Nelson Werneck Sodré, Pedro Calmon e Sérgio Buarque de Holanda, além do próprio José Honório Rodrigues. Em termos internacionais, além de Jaime Cortesão, Magnus Mörner, R. Koneztke e Virginia Rau, encontramos um grupo de historiadores norte-americanos especializados em História do Brasil, os “brazilianists”: Alan K. Manchester, Alexander Marchant, Charles R. Boxer, Clarence Haring, Edward B. Burns, George C. A. Bohrer, H.V. Livermore, Manoel Cardozo, Richard Graham, Richard Morse, Robin A. Humphreys, Rollie E. Poppino, Roscoe E. Hill e Stanley J. Stein²⁸.

O agrupamento desses autores, incluindo brasileiros e estrangeiros, é justificado somente pelo fator citação, sem levar em conta a história de cada um e o significado de suas produções intelectuais. Glezer sustenta, então, que o grupo forma uma “elite hierárquica” da produção em História do Brasil.

Géssica Góes Guimarães em “José Honório Rodrigues: por uma história combatente”²⁹, considera a respeito da operação de Glezer, o seguinte:

²⁶ GLEZER, Raquel. O Fazer e o Saber na obra de José Honório Rodrigues. Op. Cit. p.45.

²⁷ Idem, p.45-47.

²⁸ Idem, p.48.

²⁹ GUIMARÃES, G.G. José Honório Rodrigues: Por uma História Combatente. [Trabalho Conclusão de Curso]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

A historiadora pretende, seguindo este modelo de análise, demonstrar o enraizamento histórico da obra, voltando à discussão sobre a *visão de mundo* de um grupo e das condições históricas, que não determinam, mas delimitam limites, impondo à toda produção cultural – entendendo a historiografia como um componente deste conjunto – características próprias de seu tempo. Portanto, **a autora acredita poder analisar a obra de José Honório através do desenvolvimento do pensamento histórico no Brasil**, assim como o estudo da obra específica deste historiador permite perceber características do todo. Ou seja, segundo a estrutura de análise defendida por Raquel Glezer, **a produção de um historiador pode ser analisada como metonímia da produção cultural que o cerca, no tempo e espaço**³⁰.

A análise delineada por Guimarães sobre Glezer toca na operacionalidade e expõe o projeto desta, perguntando-se como é possível desenvolver esta leitura da produção intelectual de um historiador entendendo a sua historicidade e, por meio desta, visualizando toda uma época. E mais, como é possível traçar tais considerações por meio das citações, e somente por elas? Na sequência, viria a crítica, demonstrando o ponto fraco do modelo desenvolvido por Glezer:

A análise de Raquel Glezer está de acordo com os enunciados teóricos a que segue, a historiadora impõe ao seu olhar crítico o rigor capaz de identificar o enraizamento histórico das idéias [sic] de José Honório, contudo, **Glezer compara conceitualmente a produção de Rodrigues a um “colégio invisível” de intelectuais e um “universo cultural” que a própria autora afirma ser um grupo heterogêneo e suas relações complexas à análise**. O grande problema engendrado por tal imprecisão consiste no fato de que o conjunto da obra de José Honório e, principalmente, o desenvolvimento de suas idéias [sic] acerca da história – história do Brasil – são mensurados a partir do desenvolvimento das idéias [sic] de um grupo que podem comportar *visões de mundo* **díspares**. Torna-se, destarte, difícil mensurar a relevância de um autor apenas através da quantificação das vezes em que seu nome é citado em livros de outros autores³¹.

Essa dificuldade denuncia o empreendimento. O conjunto das citações, entre aquelas que José Honório engendra em seu texto e aquelas em que ele torna-se presente em textos de outros autores não inscreve uma coesão. Porém, segundo Glezer, indicam um direcionamento substancial em uma frente de pesquisa, em uma tópica homogênea e encadeada por um todo a representar uma época. Tal desenvolvimento só mostra a ambiguidade, ou mesmo a disparidade das relações intelectuais em uma dispersão de ideias. A proposta em tentar localizar a precisão de uma “época” através da análise de um único autor falha em termos de generalização, pois acaba soando um empreendimento a-histórico, uma vez que toma a produção de um autor, como José Honório Rodrigues, como sendo expressiva e quantitativa, a fim de abarcar uma imagem de época tão limpa e ordenada. Ainda vale destacar o que Glezer compreende por “frente de pesquisa”, pois o conjunto ordenado como colégio invisível tem a

³⁰ Idem, p.18 [Grifos meus].

³¹ Idem, p. 20 [Grifos meus].

finalidade de direcionar uma frente de pesquisa a qual funcionará como o escopo de sua reflexão quando compõe a produção de Rodrigues como “obra”.

A identificação em um colégio invisível, juntamente com o agrupamento em 1053 documentos, leva a autora a afirmar a existência de uma frente de pesquisa, a qual tem a função de estabelecer um corte na produção de José Honório Rodrigues, demarcando os textos que contemplem certa ideia de relevância, a partir dos textos que tem maior número de citações. Em suas palavras:

[...] dos 1053 documentos publicados de autoria de José Honório Rodrigues, apenas 170 tiveram alguma forma de repercussão, isto é, 16% do total. E podemos então afirmar que cerca de 16% da produção é relevante, isto é, pode ser submetida aos critérios de relevância. Estes 170 documentos abrangem 80 títulos, o que dá uma média de publicação de 2,1 para cada um³².

A indicação de uma frente de pesquisa concentra-se em 24% da produção sintetizada em 63% das citações, a isto é somado um grupo denominado “barulho de fundo”³³, ou que repercute com pouca relevância, tendo um total de 44%, atraídos por 33% das citações, e finalmente, o grupo denominado “morte rápida”³⁴ que concerne 32%, sendo apenas 4% das citações. Ou seja, tal divisão estabelece que somente 24% da produção de José Honório é relevante. Um dado somente quantitativo que não presta nenhum cuidado para com o conteúdo ou analiticidade da produção. A frente de pesquisa é identificada nos seguintes títulos:

[...] encontramos os seguintes documentos editados em veículo autônomo: Brasil e África, Teoria da História do Brasil, Aspirações Nacionais, Interesse Nacional e Política Externa, Civilização Holandesa no Brasil, Vida e História, A pesquisa histórica no Brasil e Historiografia e Bibliografia do domínio Holandês. Neles devem estar formuladas as linhas diretrizes do trabalho do autor em questão e os conceitos que o regem³⁵.

Glezer estabelece uma linha norteadora, o fio condutor de uma identidade da produção de Rodrigues com base somente no conjunto das citações, sem levar em conta a própria historicidade do empreendimento ou de quem o cita. Tais considerações comporão a base “empírica” para a divisão e significação da produção do mesmo como “obra”, e na sequência esclarece a divisão em períodos.

Passo agora para o outro elemento enunciado anteriormente e que aqui tem um efeito significativo. A periodização e o significado da produção de Honório Rodrigues como “obra”.

³² Idem, p.54

³³ Idem, p.55

³⁴ Idem, p.55

³⁵ GLEZER, Raquel. *O Fazer e o Saber na obra de José Honório Rodrigues*. Op. Cit. p. 55. [grifos no original].

A enunciação da produção intelectual ou historiográfica de José Honório Rodrigues como uma “obra”, e esta tomada como um documento, sugestionam o sentido fechado que Glezer atribui a “obra”. O espaço que a mesma dedica a problematizá-la, juntamente com as considerações que tece, é o ponto crucial de seu argumento para que se entenda a significação de suas análises, assim como a periodização que oferece à produção de Rodrigues. De início, Glezer dá o direcionamento da análise: “Assim, quando iniciamos a análise da obra em si, deixamos claro que neste Capítulo trabalhamos com as publicações autônomas em bloco quanto à categorização [...] que possuam dados relevantes para a análise”³⁶.

Não pretendendo uma separação de artigos, resenhas, livros e separatas, a descrição desse nível analítico apresenta-se quanto à forma e à obra como um todo, já dispostas na análise, por meio do *colégio invisível*. Assim, o que Glezer, nessa etapa de seu argumento, oferece ao leitor é o desenvolvimento “permanecendo informação pela informação, desligada do todo da análise”³⁷. Desse modo, o agrupamento oferecido pela autora se dá em três ordens distintas, promovendo uma divisão por períodos: obras informativas, formativas e interpretativas. O que Glezer entende por cada uma delas? Segundo a autora:

Obras informativas são aquelas que transmitem ao leitor informações consequentes, historicamente e fundamentadas em sólida base bibliográfica e documental, **sem preocupação quanto aos conceitos do autor e interpretação pessoal**. Elas são de dois tipos: históricas e bibliográficas³⁸.

No grupo ordenado por Glezer, para as obras informativas, podem ser encontrados os seguintes títulos de autoria de Rodrigues: *Civilização Holandesa no Brasil*, de 1940, *Brasil: Período Colonial*, de 1953, *O Continente do Rio Grande*, de 1954, e *Assembleia Constituinte de 1923*, de 1974. As obras informativas bibliográficas são: *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, de 1949, *As fontes da História do Brasil na Europa*, de 1950, *A Pesquisa Histórica no Brasil*, de 1952, *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*, de 1956, *Historiografia del Brasil. Siglo XVI*, de 1957, *Historiografia del Brasil. Siglo XVII*, de 1963, *A situação do Arquivo Nacional*, de 1959, *Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, de 1961.

Destacando ao final do grupo das obras informativas que “não há limitação temporal na produção destas obras”³⁹, e indicando-as como uma constante na produção de Rodrigues, pelo caráter de informar o leitor a respeito do passado por meio de um trabalho erudito e documental, Glezer estabelece um recorte, uma separação perante os demais trabalhos de José

³⁶ GLEZER, Raquel. O Fazer e o Saber na obra de José Honório Rodrigues. Op. Cit. p.62.

³⁷ Idem, p.62.

³⁸ Idem, p.63 [grifos meus].

³⁹ Idem, p.64.

Honório. Tal recorte indica uma significação a estes textos, sendo os mesmos somente considerados como “informativos”. Segundo a leitura de Glezer, a ausência de conceitos e interpretação pessoal, gera uma qualificação duvidosa, uma vez que informação, trabalho conceitual ou mesmo interpretação sugestionam um trabalho narrativo conjunto à escrita da história.

Dando sequência, as obras formativas são identificadas do seguinte modo: “[...] a propiciar aos iniciantes nos estudos históricos, mas não só a eles, a oportunidade de conhecer áreas especializadas no trabalho do historiador, como a metodologia histórica e a história da história”⁴⁰. Nesse grupo, é integrado por Glezer, os textos que ela significa como sendo aqueles que indicam ao leitor os pressupostos dos estudos históricos, ou da disciplina da história. *Teoria da História do Brasil*, de 1949, e *A pesquisa histórica no Brasil*, de 1952, são colocados lado a lado, devendo ser notado a repetição novamente para o segundo título, neste segundo grupo ordenado por Glezer. Ao lado destes títulos, ainda ordena os textos de história da história: *Notícia de Varia História*, de 1951, *História e Historiadores do Brasil*, de 1965, *Vida e História*, de 1966, *História e Historiografia*, de 1970. Vale lembrar que *História do Brasil* só sairia em 1978, estando fora do recorte estabelecido por Glezer.

E por fim, as obras interpretativas, são significadas por Glezer, pela preocupação por parte de José Honório em interpretar a realidade nacional, procurando compreender as atitudes brasileiras, levando em conta problemas ideológicos da interpretação histórica. Nesse grupo entram *Brasil e África*, de 1964, *Aspirações Nacionais*, de 1962, e *Interesse Nacional e Política Externa*, de 1966. Esse último recorte é o mais problemático. Excluindo *Conciliação e Reforma*, de 1965, que forma a trilogia a respeito da interpretação do caráter nacional, Glezer estabelece uma periodização que tem os anos de 1960 como marco fundamental em sua leitura da produção de José Honório Rodrigues, como ideólogo e historiador interpretativo. Em suas palavras:

Este grupo de obras data de um momento bem marcado historicamente no estudo da realidade nacional, a década de 1960, e no contexto global da produção do autor, são inovadoras. A partir delas o autor começa a ser citado como ideólogo, isto é, como um historiador que faz reflexões críticas sobre a interpretação da realidade brasileira que estuda⁴¹.

Esse modo de interpretar e significar a produção de José Honório Rodrigues por Raquel Glezer é indicativo da leitura da autora. Se num primeiro momento apresentei o modelo de seleção, ou melhor, de interpretação que a mesma executou pela bibliometria, é

⁴⁰ Idem, p.65.

⁴¹ Idem, p. 65.

interessante perceber agora a periodização que a mesma estabelece e o significado que dá aos períodos que dão forma a essa produção. José Honório, nessa acepção, só se tornaria um historiador interpretativo, ou, nesse caso, “reflexivo” dos aspectos nacionais, a partir dos anos de 1960. Ficando a produção precedente entre o caráter informativo ou de formação, que em termos gerais, tem sentidos equivalentes, uma vez que na acepção de Glezer, os textos informativos e os textos formativos, teriam um caráter “pedagógico” ao público leitor. Desse modo, fica claro que Glezer, sobre o nome de análise e interpretação do conjunto documental produzido por José Honório Rodrigues, estabeleceu uma forma de monumentalização, naturalizando o que era problemático e esvaziando boa parte da produção, e conseqüentemente, da relevância de um determinado período, ou melhor, o caráter reflexivo, interpretativo e teórico da produção de Rodrigues.

Glezer traça essas considerações em 1976. E os demais trabalhos, que tomam José Honório Rodrigues como objeto de reflexão, como se relacionam com o empreendimento de Glezer?

Os vinte e quatro anos de silêncio em pesquisas sobre José Honório Rodrigues foram quebrados pelo trabalho de Ana Luiza Marques, defendido em 2000, na Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro, e intitula-se “José Honório Rodrigues: Uma sistemática teórico-metodológica a serviço da História do Brasil”⁴². Introduzindo sua dissertação com considerações precipitadas, Marques coloca a concepção de história de Rodrigues como “potência”: “José Honório Rodrigues apresenta a História como potência, ou seja, o que ‘é sempre presente’”⁴³. Em linhas seguintes, Marques deixaria claro sua maneira de argumentar: “O autor não conceitua a história potência, apenas apresenta uma sistemática teórico-metodológica posta a serviço da história do Brasil”⁴⁴. Entre ambiguidades e falta de precisão, pode-se encarar “potência” como uma tomada de posição pelo presente, ou a escrita do historiador versada por um sentido político no presente, pois Marques não deixa claras as referências à ideia de potência. Apenas é um qualificativo que entrecorta seu texto e o modo como adjetiva a concepção de história de Honório Rodrigues.

De qualquer forma, o mérito, ou mesmo, o sentido de um projeto de renovação dos estudos históricos no Brasil, sintetizados pela tríade: *Teoria da História do Brasil*, *Pesquisa Histórica no Brasil* e *História da História no Brasil*, considerados, anteriormente por Glezer,

⁴² MARQUES, Ana Luiza. José Honório Rodrigues: Uma sistemática teórico-metodológica a serviço da História do Brasil. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2000.

⁴³ Idem, p.1.

⁴⁴ Idem, p.1.

entre obras de informação (PHB⁴⁵) e de formação (THB⁴⁶ e HH⁴⁷), para Marques parece ressoar na mesma chave interpretativa: seria apenas uma sistemática teórica, apresentada sobre a realidade brasileira. E mais, é fiel à periodização proposta por Glezer. Ao invés de querer problematizá-la, reproduz!

Partindo de uma entrevista de José Honório Rodrigues a Carlos Guilherme Mota que saiu publicada no Jornal Estado de São Paulo, em 22 de Julho de 1978, e reproduzida em uma coletânea de textos de Rodrigues intitulada *Tempo e Sociedade*⁴⁸, em 1986, Marques reforça o recorte estabelecido por Glezer, que toma os anos de 1960, como uma virada teórico-interpretativa, pelas palavras do próprio José Honório Rodrigues. A respeito da periodização, Marques torna-se enfática:

Se nos primeiros anos de trabalho o autor dispõe os conceitos de maneira descritiva, após aquela data ocorre a apresentação analítica voltada para a compreensão do processo histórico brasileiro. São os trabalhos informativos quanto a autores, fontes e acervo, **substituídos por trabalhos que buscam interpretar a história presente do Brasil**. Esta fase analítica se cristaliza no período em que **José Honório Rodrigues** é citado **como ideólogo**. No sentido de ser então um historiador preocupado em refletir a realidade histórica que examina. Raquel Glezer e Francisco Iglesias notam a existência de algumas mudanças significativas ao longo de sua produção. Ambos, porém reconhecem **certa fragilidade na argumentação teórico-metodológica de José Honório Rodrigues**. Parece que, por um lado, a idéia[sic] de viragem para o presente é pertinente à data, por outro, a própria não significa ruptura. A preocupação do autor com o presente, nada mais é do que a confiança na história sempre presente, afirmada ou declarada ao expressar a questão do poder ativo da história⁴⁹.

Se retomarmos a entrevista de José Honório Rodrigues a Carlos Guilherme Mota, se perceberá o contraste, fruto de uma postura interpretativa de Marques que a aproxima muito mais de Glezer, do que ao próprio José Honório Rodrigues, objeto de seu trabalho. Interrogado por Carlos Guilherme Mota, a respeito de *História da História do Brasil* e das possíveis ligações com os ensaios interpretativos a respeito do Brasil, José Honório responderia:

Minha viragem para os problemas do presente, para fazer com que a história fique ligada, tente responder às indagações presentes, resulta de duas coisas: primeiro de certas influências de caráter filosófico, e da problemática nacional que se vai agravando; e da minha entrada na Escola Superior de Guerra. Em 1955, quando entro na ESG, deparo com aquela problemática nacional toda, e eu vivia até então num ambiente fechado, muito erudito. Senti que o historiador tinha que estar mais

⁴⁵ Pesquisa História do Brasil

⁴⁶ Teoria da História do Brasil

⁴⁷ História da História do Brasil

⁴⁸ RODRIGUES, José Honório. Vamos discutir o Brasil: Entrevista a Carlos Guilherme Motta. In: *Tempo e Sociedade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

⁴⁹ MARQUES, Ana Luiza. José Honório Rodrigues. Op. Cit. p, 4. [grifos meus]

atualizado com o seu presente para que realmente pudesse buscar no passado aquilo que respondesse as interrogações do presente. Neste livro [*História da História do Brasil*] duas coisas concorrem: o revisionismo que eu fiz com alguns livros posteriores à ESG, e o polemismo⁵⁰.

Eis o problema de estabelecer recortes, ou melhor, fatias de períodos rígidos, pois muitas vezes obedecem a uma arbitrariedade que pouco ajuda a entender o movimento intelectual de um determinado historiador. Longe de querer reivindicar um realismo ingênuo, onde a fala de Rodrigues sobre sua própria obra e biografia sugestionem prova última do sentido correto e legítimo, a indicação da entrevista, aqui contrastada com o comentário de Marques sobre a mesma, sugere pela fala de Rodrigues um movimento múltiplo e coroado pela não rigidez de sucessões de períodos que se sustentam em transformações abruptas. Logo, a interpretação de Marques sugere um recorte ingênuo, como se ele terminasse os anos de 1940 como erudito e em 1950 acordasse como ideólogo. Parece que ao reproduzir Glezer, Marques acaba estabelecendo um movimento temporal que tenta constituir-se como cronológico, linear, etapista e teleológico, pois a divisão pouco ajuda a entender o movimento intelectual das transformações conceituais em Rodrigues.

Segundo essa leitura, José Honório Rodrigues só se dedicaria a pensar e interpretar o Brasil a partir dos anos de 1960, quando passa a ser considerado um “ideólogo”, ou historiador interpretativo. Tal divisão da obra do historiador carioca é problemática, mas não para Glezer e Marques.

Logo, considerar a primeira parte da produção de José Honório Rodrigues, somente como informativa ou formativa, principalmente os textos que objetivam uma escrita da história que toma como objeto de reflexão o domínio holandês no Brasil, ao exemplo de *Civilização Holandesa no Brasil*, como também, *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês*, juntamente com os textos de crítica historiográfica que remontam aos anos de 1940, e também, aos ensaios teóricos como *Teoria da História do Brasil* e *Pesquisa Histórica no Brasil*, que traziam afora suas especificidades, narrativas constituídas por meio de problemáticas que tomavam não só a história do Brasil, mas a historiografia e o presente histórico do autor é contra factual a forma e ao conteúdo de tais bibliografias. Portanto, sugestionar somente um sentido informativo para esses textos, ou desconsiderar o potencial interpretativo, e os problemas teóricos sugestionados pela escrita da história de Rodrigues desse período, é um tanto quanto descompassado a natureza e a forma de tais bibliografias. Produzir uma interpretação que imputa uma virada interpretativa somente nos anos de 1960

⁵⁰ RODRIGUES, José Honório. Vamos discutir o Brasil: Entrevista a Carlos Guilherme Motta. In: *Tempo e Sociedade*. Op. Cit., p.151.

acaba por desqualificar toda uma série de reflexões que são chaves para compreender o projeto teórico iniciado dos anos de 1949, assim como, os diagnósticos a respeito da história e historiografia no Brasil.

Na sequência, Marques expõe a intenção de seu trabalho, tendo como objetivo principal problematizar o que denomina como “sistemática teórico-metodológica”. Na sua concepção:

O projeto de José Honório Rodrigues era publicar três livros referentes à história, pondo a serviço das aspirações nacionais uma sistemática teórico-metodológica. Sua ambição era contribuir para os estudos históricos da história do Brasil e compartilhar, com nomes da envergadura de Varnhagen e Capistrano, o mérito de tê-la influenciado decisivamente⁵¹.

A partir da leitura do projeto de Honório Rodrigues, Marques propõe a seguinte consideração que orienta sua interpretação: “se tudo o que importa a José Honório Rodrigues se configura no mundo contemporâneo, o todo e qualquer tipo de preocupação política é presente enquanto história”⁵². Nesses quadros, acrescenta mais um elemento a sua interpretação: “o campo híbrido do positivismo e Presentismo permite que esta vasta preocupação política encontre realização na escrita da história através da sistemática teórico-metodológica posta a serviço da história do Brasil”⁵³. Logo, o projeto de Rodrigues para Marques estaria entre o positivismo do início do século XX, misturado com uma ideia vaga de “Presentismo”, e o composto de tudo isso seria a dissolução do saber no fazer da história, para usar a expressão de Glezer, a serviço da História do Brasil. O que Marques compreende por “positivismo” e “presentismo”, naquilo que denomina como “sistemática teórico-metodológica”?

A relação entre a sistemática teórica e metodológica, juntamente com “positivismo” e “presentismo” será caracterizada por Marques como um híbrido. José Honório Rodrigues, através da escrita de *Teoria da História do Brasil*, apresentaria ao leitor uma concepção do trabalho historiográfico que tem por características fulcrais o hibridismo de concepções e referências. Nas palavras de Marques:

A partir da leitura das três obras do projeto [THB, PHB E HH], formula-se a seguinte questão dissertativa: se tudo que importa a José Honório se configura no mundo contemporâneo, o todo de qualquer tipo de preocupação política é presente enquanto história. O campo híbrido do positivismo e presentismo permite que esta vasta preocupação política encontre realização na escrita da história através da sistemática teórico-metodológica posta a serviço da história do Brasil. Este híbrido é a adição de duas noções: a de fato como o “real” a ser descoberto no documento pelo método crítico, e a de interpretação histórica enquanto a teoria do historiador

⁵¹ MARQUES, Ana Luiza. José Honório Rodrigues. Op. Cit., p.5.

⁵² Idem, p.6.

⁵³ Idem, p.6.

sobre os fatos. Assim, o documento é a escritura representativa da realidade material do fato, que como tal declara presente a noção de história atuante mesmo no silêncio dos arquivos⁵⁴.

Logo, para Marques, o “híbrido” da concepção do trabalho do historiador em Rodrigues seria a relação ambivalente entre a capacidade representativa do documento, atrelada à própria materialidade do mesmo em referir-se a um “real”, junto com uma ideia de história que tem como foco analítico o presente. “Positivismo”, nessa acepção, seria a própria possibilidade interpretativa perante o documento em referir-se ao “real”, e “presentismo”, a ideia de história que tem como partida e horizonte o presente. Em páginas a frente, Marques traça as seguintes considerações:

O historiador crítico, que usa adequadamente as informações colhidas do documento, é essencial porque seu trabalho vem confirmar a potencialidade da história pela determinação de fatos cujos efeitos são sentidos e vividos na “realidade brasileira”. Se colocarmos toda atenção no destaque de José Honório ao método crítico, e por conseguinte, à determinação de fatos segundo este método propriamente histórico, poderemos pensar no híbrido teórico-prático de positivismo e presentismo de sua argumentação metodológica⁵⁵.

A afirmação soa muito mais como uma suposição do que uma argumentação expressiva perante a constituição narrativa de José Honório Rodrigues. Voltarei a essas questões no capítulo três, quando da análise de *Teoria da História do Brasil*.

Géssica Góes Guimarães em “José Honório Rodrigues: Por uma história combatente”⁵⁶, tem por objetivo investigar uma virada política na escrita de José Honório Rodrigues, a partir das publicações em que o historiador apontava uma predileção em incluir, juntamente com a historiografia, uma posição incisiva sobre o presente. Tal opção reunia-se ao intento de problematizar o trabalho do historiador, dotando-o de historicidade, a partir de sua experiência. Nesse sentido, entender a interpretação de José Honório Rodrigues sobre o processo histórico brasileiro e seu posicionamento face ao seu ofício de historiador tornava-se um dos objetivos centrais. Em suas palavras:

Percebemos que, na segunda metade de sua trajetória intelectual – a partir de 1960 – José Honório Rodrigues assume um posicionamento político veemente em sua escrita, se antes o autor privava-se de intervenções ideológicas em sua narrativa, em seu segundo momento, importa-lhe, sobremaneira, transformar sua historiografia em *combatente*, atribuindo-lhe capacidade política de intervenção na sociedade em que vive. Portanto, a história passa a ter um duplo significado para Rodrigues, o de reviver o passado, através da crítica documental e a função de discutir à guisa da história as questões do presente⁵⁷.

⁵⁴ Idem, p.7.

⁵⁵ Idem, p.30

⁵⁶ GUIMARÃES, G.G. José Honório Rodrigues: Por uma História Combatente. [Trabalho Conclusão de Curso]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

⁵⁷ Idem, p.7.

A justificativa desse recorte se dá pela seleção de algumas obras que compõem o conjunto documental de Guimarães. Não respeitando uma sequencialidade temporal, muito menos uma tópica ordenadora, a autora constrói uma série que tem os seguintes títulos: *Filosofia e História*, de 1981, *História, corpo do Tempo*, de 1975, *História Combatente*, de 1981. Ao lado desses títulos indica a necessidade da consulta de textos como: *Teoria da História do Brasil*, de 1978, pois a autora utiliza a 5ª edição e *Conciliação e Reforma no Brasil*, de 1965.

Guimarães tem uma postura crítica sobre o trabalho de Raquel Glezer, como indicado anteriormente⁵⁸. No entanto, ela assume a mesma periodização oferecida pela historiadora paulistana. Se, em uma primeira leitura, pode-se observar uma postura que problematize à sistemática de Glezer, ao *modus operandis* de seu argumento culminando em uma potencial desconfiança, de outro, as divisões/periodizações estabelecidas, juntamente com a justificativa frente a elas sobre a produção de Honório Rodrigues, são reproduzidas. Tal postura é visualizável na leitura que Guimarães estabelece sobre Marques:

Ana Luiza Marques concorda com a periodização proposta por Raquel Glezer sobre a virada conceitual na obra de José Honório Rodrigues, novamente a segunda metade da década de 1950 é considerada marco inicial da problematização do presente na obra do autor. Marques retoma a discussão aventada por Glezer sobre a “*conciliação*” presente na produção do autor analisado, após a “virada teórica”: **a preocupação do autor com o presente e com uma história voltada para os problemas do presente parece mais um desafio às gerações posteriores do que uma postura concreta em sua escrita da história**, a historiadora paulista fala em conciliação entre a teoria conclamada e a prática cotidiana. Porém, para Marques, tal se explica porque ‘*a preocupação do autor com o presente, nada mais é do que a confiança na história sempre presente, afirmada ou declarada ao expressar a questão do poder ativo da história*’⁵⁹.

Os problemas com o presente, ou a escrita a partir dos problemas do presente, na leitura que oferecerei no segundo capítulo, somam-se a uma postura teórica desde os textos de final dos anos de 1930, e constituem uma necessidade para Rodrigues à história, principalmente em seus textos de crítica historiográfica, ou de história da historiografia. Com o projeto teórico que tem início em THB, de 1949, tais questões são sistematizadas e potencializadas. Assim, tal afirmação em destaque no trecho de Guimarães soa como uma consideração apressada, ou equívoca. Nesse sentido, as posições não destoam. Glezer, Marques e Guimarães, ao menos no que toca a periodização parecem concordar, o que culmina em uma mesma significação do conjunto textual de Rodrigues. Retomarei essas considerações ao final do capítulo.

⁵⁸ Ver nota 30.

⁵⁹ GUIMARÃES, G.G. José Honório Rodrigues: Por uma História Combatente. Op. Cit., p.22.

“José Honório Rodrigues: por uma história combatente” reapresenta a periodização que tem início em “O saber e o fazer”, sem uma atitude problematizadora, pois inscreve essa virada política na escrita historiadora de Rodrigues, entre os anos de 1950 e 1960, mas com destaque, como vimos anteriormente, para a própria seleção disposta por Glezer, em 1960, quando do aparecimento de *Aspirações Nacionais, Conciliação e Reforma e Interesse Nacional e Política Externa*. Uma leitura etapista, quiçá teleológica, pois tenta encontrar o sentido definidor da “obra” de José Honório, não pelos textos/escrituras em si, mas através de unidades pré-estabelecidas, que ordenam um sentido que tente a estabelecer a significação final de uma “obra” que tem entradas e saídas múltiplas e difusas.

Nas duas seções subsequentes apresentarei os trabalhos, que em certa medida, se distanciam da “tradição interpretativa” de Glezer.

1.2. José Honório Rodrigues: “intérprete do Brasil”

Paulo Alves Junior em “Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, intérprete do Brasil” tem por objetivo tematizar a produção historiográfica de Rodrigues, conceituando-a a partir de uma chave de leitura que coloca José Honório como um intelectual que pensa e escreve a respeito da realidade brasileira. Abrindo seu argumento por meio de uma reflexão sobre os “intérpretes do Brasil”, Alves Junior problematiza a própria noção de “intérpretes do Brasil” e parte da consideração de que há uma formação canônica a respeito dos “clássicos” do pensamento social brasileiro. Partindo de Antonio Candido e seu conhecido prefácio para *Raízes do Brasil* de Sergio Buarque de Holanda, estabelece uma demarcação de um conjunto geracional – os intelectuais de 1930 – e afirma que “outros são considerados de menor quilate, e só aparecem como referência de segunda mão, recebendo pequeno prestígio quando se trata de pensar o Brasil”⁶⁰.

O ponto central de sua argumentação está em apontar a interpretação do Brasil por meio da escrita de um intelectual que ficou marginalizado, ou apagado em face do cânone. Em suas palavras:

O núcleo deste trabalho visa “dar luz” a um desses intérpretes renegados à condição de “segunda mão”. Um intelectual que ficou, ao longo dos anos, restrito aos departamentos de História de algumas poucas e boas universidades: José Honório Rodrigues. Autor de fundamental importância nas áreas da pesquisa, teoria e metodologia das ciências humanas⁶¹.

⁶⁰ ALVES JUNIOR, Paulo. *Um Intelectual na Trincheira: José Honório Rodrigues, Interprete do Brasil*. Op. Cit. p, 9.

⁶¹ Idem, p.9.

Colocando a importância da produção histórica e historiográfica de José Honório Rodrigues não só restrita aos meandros da História, mas também da sociologia, e ele mesmo, Alves Junior, concorrendo com o referido trabalho ao título de doutor em sociologia, estabelece uma linha atenuada e interdisciplinar entre os respectivos campos de conhecimento, a fim de reconhecer, de um lado, a necessidade e a ambivalência entre trocas intelectuais e, de outro, entender José Honório Rodrigues como um intérprete do Brasil. Segundo o autor:

Acreditamos que a busca incansável de compreender essa singularidade nos auxilia no escopo de melhor identificar problemas que são históricos e recorrentes no Brasil, e que levaram à formação de um **Estado que não atende às aspirações mais primárias e legítimas do povo**. Nesse ínterim, esta pesquisa, centrada na produção intelectual de José Honório Rodrigues, pretende alçar tal intelectual à condição de intérprete do Brasil, destacando a forma como o autor expõe o papel de determinadas forças e grupos sociais na condução do país, além de apontar as mazelas da sociedade⁶².

Nesses termos, Alves Junior, para além de indicar a existência de uma preocupação com o presente na produção de José Honório, tem por pretensão indicar uma interpretação dos conteúdos que acompanham “preocupação com o presente”, constituindo um entendimento a respeito da leitura de Brasil que o historiador carioca desenvolve, assim como as posições políticas que assume pela sua escrita da história. Fazendo uso do conceito de “visão de mundo” de Lucien Goldman, Alves Junior operacionaliza-o para explorar qual “visão de mundo” compõe Rodrigues. Nesse sentido, o autor localiza a posição político-ideológica de José Honório através do “nacional-liberalismo”⁶³. Tomando *Aspirações Nacionais e Conciliação e Reforma* como centro de sua argumentação, Alves Junior identifica em José Honório Rodrigues uma relação fortuita com o nacionalismo desenvolvimentista, exemplificado pelo governo de Juscelino Kubitschek. A leitura nacional, atrelada com a compreensão do capitalismo, será um dos elementos guias da análise, uma vez dos conjuntos tensionais que perpassam o momento, entre o desenvolvimento nacional e as relações com o capital estrangeiro. A defesa de um nacionalismo pela via liberal parece ser, segundo Alves Junior, a posição defendida por Rodrigues⁶⁴. Assinala:

[...] identificamos José Honório Rodrigues como um representante do grupo social que compõe o nacionalismo desenvolvimentista da década de 1950, bem como suas perspectivas de entendimento acerca da realidade política e social do Brasil. Em nossa concepção, Honório buscava explicar as contradições da sociedade brasileira,

⁶² Idem, p.11 [grifos meus]

⁶³ Idem, p.12.

⁶⁴ Idem, p.12-13.

especialmente no tocante a elucidar os rumos em que as lideranças políticas assumiam e que as levavam a instituir práticas que as alijavam do “povo”⁶⁵.

A preocupação com o “povo”, ou com quem é o povo no Brasil, presente na produção de Rodrigues, leva Alves Junior a aproximá-lo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), por representar a conjuntura brasileira existente no Brasil durante o decênio dos anos de 1950⁶⁶. Nesse sentido, a interpretação de José Honório Rodrigues da História do Brasil como um processo cruento, e a tese do caráter conciliador da mesma, aparece para justificar essa relação. Considerando tais aspectos como fundamentais na interpretação do Brasil em Rodrigues, Alves Junior destaca que, para o mesmo, o caráter “cruento” ou “incruento” é o resultado de uma leitura historiográfica que destaca que as ações políticas por meio da liderança ou da elite desempenham o controle do Estado. O caráter conciliatório para com o povo tem como ponto fulcral a tentativa de introduzir um melhor funcionamento das instituições do país. Seria este o melhor modo, na leitura de Alves Junior sobre a interpretação de Rodrigues, de melhorar a condição de vida do povo.

Desse modo, indica que a “interpretação honoriana do Brasil” oferece elementos significativos para o entendimento da sociedade brasileira, no que toca à leitura de um determinado processo sócio histórico que se caracteriza pelo retardamento de toda e qualquer dinâmica de desenvolvimento, autonomia e modernização do Estado brasileiro⁶⁷. Em suas palavras:

A sua obra é pertinente no sentido de proporcionar uma **interpretação a partir de um viés ideológico nacionalista-liberal** que permite vislumbrar aspectos de uma **consciência social prática**, função que o intelectual em questão tem como consciência limite da sua leitura dos projetos de desenvolvimento do capitalismo. A sua obra é pertinente no sentido de proporcionar uma interpretação a partir de um viés ideológico nacional-liberal, permitindo vislumbrar aspectos de uma consciência social prática, a funções que o referido intelectual, na sua possibilidade de análise instituída pela consciência limite, além da leitura que realiza acerca dos projetos de desenvolvimento do capitalismo⁶⁸.

A posição teórica de Alves Junior sobre Rodrigues é esclarecida no trecho acima. A generalização interpretativa tomando “obra” como um todo fechado, igualmente aos trabalhos precedentes é uma marca presente, juntamente com a significação sobre a mesma. Diferente das leituras anteriores, Alves Junior está preocupado com a posição política e ideológica de José Honório, principalmente a respeito de sua leitura da História do Brasil, ou o processo sócio histórico do desenvolvimento brasileiro, no caso, a leitura do capitalismo, juntamente

⁶⁵ Idem, p.13.

⁶⁶ Idem, p.15.

⁶⁷ Idem, p.16.

⁶⁸ Idem, p.17.

com os aspectos nacionais da análise. Nesses termos, a “obra” de José Honório Rodrigues é enquadrada dentro do que o autor denomina como “nacional-liberalismo”.

O escopo de sua reflexão está em tomar como material de análise *Aspirações Nacionais e Conciliação e Reforma*, publicações dos anos de 1960. Para tanto, o autor propõe uma interpretação através da trajetória de Rodrigues, a confirmar um interesse de Rodrigues pelo caráter nacional. Assim, sua interpretação aproxima-se da periodização de Glezer, que considerava os decênios de 1960 como uma virada histórico-interpretativa, embasada por uma leitura do presente. Porém, com um adendo: a aproximação é superficial, uma vez que o ponto que os distingue está na significação geral, no sentido que Alves Junior predica a “obra” de Rodrigues. Portanto, torna-se interessante entender essa diferença.

Ao percorrer a produção anterior de José Honório Rodrigues, principalmente os textos que ensejam uma postura teórico-reflexiva a respeito da disciplina da história, os textos que virão publicados como *Teoria da História do Brasil*, de 1949 e *Pesquisa Histórica do Brasil*, de 1952, mas também os textos referentes ao domínio holandês, ou mesmo a dissertação ganhadora em 1937 do concurso de erudição da ABL, Alves Junior já apontava que a preocupação com o presente como significado do conceito de história em José Honório Rodrigues era uma evidência a se considerar. Juntamente com a postura reflexiva perante a historiografia brasileira, e a partir desse entendimento, uma posição revisionista. Como argumenta:

Todo esse resgate da trajetória do pensador carioca visa esboçar sua relevância no que diz respeito à produção no campo historiográfico. Acreditamos que, de um modo geral, ainda não exista uma produção identificada por nós como interpretativa da sociedade brasileira, **porém, as teorizações a respeito da história e da pesquisa histórica já demonstravam preocupações no que diz respeito a um revisionismo de caráter nacionalista**⁶⁹.

A diferença em relação ao modelo de Glezer é significativa. Por mais que os trabalhos precedentes esboçassem objetivos díspares perante os de Alves Junior, torna-se interessante notar que a interpretação do mesmo perante a “obra” de Rodrigues como “intérprete do Brasil” não é partícipe de uma virada que tem os anos de 1960 como o marco da mudança de Rodrigues enquanto historiador interpretativo, mas é indicativo que Alves Junior apresenta José Honório como alguém que está refletindo sobre o presente por meio da escrita da história e sustentando uma postura teórica e política a respeito da disciplina da história. Os anos que separam, por exemplo, o concurso na ABL, em 1937, juntamente com a presença na Escola Superior de Guerra, seja como estagiário, ou conferencista, a partir de 1950, serão

⁶⁹ ALVES JUNIOR, Paulo. *Um Intelectual na Trincheira: José Honório Rodrigues, Interprete do Brasil*. Op. Cit., p.27 [grifos meus]

considerados por Alves Junior, como anos de maturação⁷⁰. Ou seja, os anos de 1960 não estabeleceram uma virada, ou uma transformação substancial em sua produção, somente potencializaram aspectos já presentes.

No que pese às aproximações e diferenças, e principalmente na ausência de Alves Junior em apresentar em seu próprio trabalho como se sintoniza e afasta dos trabalhos precedentes, fica claro uma postura alternativa, frente ao modelo interpretativo de Raquel Glezer.

1.3. A arquitetura do novo

André de Lemos Freixo, em sua tese de doutorado defendida em 2012, recorta parte da produção historiográfica de José Honório Rodrigues como objeto de análise. “Arquitetura do Novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues”⁷¹ tem como intuito problematizar a produção de Honório Rodrigues, principalmente no que toca à reflexão a respeito da história, e de uma escrita da história da historiografia. Nesse sentido, Freixo circunscreve sua problemática na renovação dos estudos históricos ensejada por Rodrigues através dos possíveis efeitos de uma proposição de transformação dos estudos históricos no Brasil. Preocupado em entender o movimento intelectual que possibilitou na trajetória de José Honório a proposição de uma renovação dos estudos históricos no Brasil, Freixo constitui sua reflexão entre as experiências de Rodrigues, por meio das motivações e do aparecimento de *Teoria da História do Brasil*, de 1949, como também, o de *Pesquisa da História do Brasil*, de 1952, que levam ao entendimento da concepção historiográfica de José Honório.

Os quadros gerais desenvolvidos por Freixo são possíveis por meio de uma argumentação que alia análise da trajetória, contextualização e interpretação textual. Partindo dos primeiros escritos de José Honório Rodrigues, onde identifica certa predileção aos estudos teóricos e análises historiográficas, o autor conduz o leitor pelos problemas emergentes na escrita historiográfica de José Honório Rodrigues. O ponto de partida de sua argumentação se dá a partir de *Civilização Holandesa no Brasil*, escrito em 1937 como tese que obtém a vitória do concurso de erudição da ABL, e publicado em 1940. Freixo parte a considerar este primeiro cenário que dá possibilidade à escrita de *Civilização Holandesa no Brasil*,

⁷⁰ Idem, p.27.

⁷¹ FREIXO, André de Lemos. *A Arquitetura do Novo: Ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

juntamente com uma série de outros artigos que lançava bases para uma “nova” concepção de história. Em suas palavras:

A renovação dos estudos históricos, para Rodrigues, era trazida pelos ventos da mudança nas ciências “vizinhas” à história, como a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia e a Economia, entre outros, e como ele considera velha: a história “factualista”, tradicionalista e conservadora, dos grandes fatos políticos nacionais. História que se mostrava, aos olhos de Rodrigues, como caduca e estéril para a compreensão dos muitos problemas da sociedade brasileira no seu presente. Reflexo de um Brasil arcaico que deveria ser deixado para trás⁷².

Freixo já apresenta uma predileção por parte de José Honório Rodrigues nos anos de 1930 e 1940 por uma vontade reflexiva pela história, assim como uma intermediação por uma nova concepção de escrita historiográfica. O trecho acima, faz menção à conjuntura de publicação de *Civilização Holandesa do Brasil*, a reivindicação de uma interdisciplinaridade, o diálogo com as demais ciências sociais ventilaria a história dos seus velhos hábitos e tiraria o mofo e a poeira arejando a historiografia e direcionando-a por novos ares de pensamento, práticas e modelos de escrita.

Em um segundo momento, parte a uma consideração de algumas experiências marcantes da trajetória de Rodrigues, como por exemplo sua entrada no Instituto Nacional do Livro ou ainda a viagem de pesquisa, referente a uma bolsa financiada pela fundação Rockefeller que redirecionaria em meados dos anos de 1940 questões decisivas à biografia de José Honório. Um terceiro momento da narrativa de Freixo inscreve-se sobre a relação de um conjunto de problemas que dizem respeito à trajetória de Rodrigues. Em suas palavras:

Esse problema foi constituído por ele após seu retorno dos Estados Unidos da América, onde ficou por aproximadamente um ano realizando estudos e pesquisas em diversas instituições daquele país. A partir de comparações de análise que primavam pela avaliação ou exame do grau de sofisticação metodológica nos textos históricos publicados no Brasil entre 1945 e 1946, ele configurou e apresentou o que lhe pareceria um grave “sintoma” nessa produção: o “atraso” ou descompasso entre os problemas reais da nova sociedade brasileira e os textos que a historiografia pátria produziria em termos de conhecimento histórico⁷³.

A viagem de 1943/1944 seria uma marca definidora de Rodrigues, segundo a argumentação de Freixo. Diferente da periodização estabelecida por Glezer que estipulava os anos de 1960 como definidores de uma virada teórico-interpretativa, sem qualquer fundamentação, ou tendo como único simulacro a publicação de *Aspirações Nacionais*, a experiência que teria nos EUA, e mais o impacto frente às diferenças das condições de trabalho do historiador estadunidense em relação ao brasileiro, colocaria Rodrigues em uma

⁷² Idem, p.32

⁷³ Idem, p.33

relação de combate às condições precarizadas e ao “atraso”, visto como uma questão de consciência em relação à prática historiográfica hegemônica no Brasil.

A partir dessa conjuntura, uma postura de combate e engajamento desenha-se na imagem pela qual Rodrigues é tecido na narrativa de Freixo, uma vez que essas motivações combatentes seriam relacionadas pelos outros trabalhos com o caráter nacional brasileiro, mas em Freixo, elas funcionam – diferente das interpretações anteriores – para evidenciar que em meados dos anos de 1940 e 1950 essas posturas eram alicerçadas frente ao próprio conhecimento histórico e a necessidade de uma ciência da história.

Nesse ínterim, Freixo passa a problematizar a questão que se fará presente na escrita historiográfica de José Honório da virada dos anos 1940 para os de 1950, que é a problematização do fazer historiográfico.

Nesses termos, a narrativa de Freixo aponta os problemas que preocupavam José Honório em parte de sua biografia e que tinham inferência na proposta de uma nova concepção de escrita da história. O que conduz sua reflexão, e por consequência sua análise, é um jogo ambivalente que é guiado, de um lado, por uma leitura que atenta aos elementos contextuais, motivados pela conjuntura biográfica (experiências institucionais do autor, publicações de textos, etc.), e de outro, a leitura e a interpretação dos textos propriamente ditos. Em síntese, o ponto central de sua tese é versar a respeito da concepção de história que entrelaça o projeto teórico de José Honório Rodrigues, sintetizada na defesa de procedimentos teóricos e institucionais para a pesquisa histórica no Brasil. Compreender a historicidade dos textos que marcam esses desdobramentos na produção historiográfica de José Honório na defesa de um conhecimento histórico instrumentalizado e teoricamente conduzido torna-se central em Freixo, para que o mesmo problematize certa concepção de história da História desenvolvida em Rodrigues. Essa trama interpretativa de entender o movimento que dá possibilidade a uma reflexão teórica no Brasil e a escrita de uma história da História encerram parte do pensamento de Rodrigues em relação ao conhecimento histórico e a leitura e interpretação do corpo do tempo que o mesmo engendra. Nas palavras de Freixo:

[...] a história da História para Rodrigues encerra o tempo da ação, da iniciativa inovadora historiográfica, que se configura como tal na relação entre um campo de experiências comuns e um horizonte específico, fazendo-se, pois, um “presente histórico”, em solidariedade com um passado e, sem dúvida, um futuro que julgava “melhor”, ou seja: a ciência da História do Brasil. Seu tempo presente, exatamente por ser histórico, torna-se para o autor espécie de observatório absoluto do passado em função do atual, tempo da plenitude do entre o que é, o que foi e o que será. Interpretar o passado, ampliando e pluralizando seus sentidos, tornava-se

precondição para a intervenção responsável, pois consciente, no presente, para José Honório⁷⁴.

Um dos pontos centrais da leitura de Freixo sobre o sentido da história para Honório Rodrigues, é estabelecer a relação fortuita entre a escrita da história com o presente do historiador, ou a relação entre história e vida. Ponto decisivo do conceito de história em Rodrigues, uma vez que é através de tal enunciação que o historiador se debruça a pensar e escrever sobre o passado, tendo como ponto alto a relação de si com o seu outro, ou seja, a relação furtiva que problematiza presente e passado, abrindo um horizonte ao futuro. Sobre essas considerações, aquilo que restou de passado em um presente vivo e a relação do passado/presente, estabelece à história enquanto conhecimento sua condição de possibilidade e necessidade.

A história da História, portanto, seria o entrelaçamento de tais preocupações, uma vez que ao escrever sobre a história, historicizando e a historiografando, o historiador marcaria sua relação no corpo do tempo, dotando, por este movimento, não só seu lugar, mas a sua relação com o tempo. Sua escrita torna-se integrante do corpo do tempo e marca de sua própria historicidade.

A história da História teria como um de seus pressupostos o de abrir ao historiador o seu presente histórico. E a possibilidade teórica, segundo Freixo, em José Honório é a reivindicação necessária e fundamental de uma ciência da História. Essa relação que pode ser considerada de ordem epistemológica é tramada com uma concepção de história, de um lado, e com uma compreensão da relação com o tempo, o tempo presente, lugar do historiador e da escrita da história, de outro. Em suas palavras:

Trata-se da escolha e de seleção para manter essa história “viva”, o passado restaurado enquanto experiência do atual para o presente, **que instrui a ação e o preparo de novos rumos**. Esclarecido pela ciência da História, como defendia o autor, **o passado somar-se-ia à vida e à ação**; a *práxis* atual; um presente gerador de passado e futuro. Vida, neste caso, significa ação de um corpo social do qual o historiador fazia parte não só como pensador, mas como agente de transformação efetiva. Essa vivência que Rodrigues atribui à História se traduz num saber “combatente”, isto é, um engajamento direto do conhecimento histórico para a vida prática humana. Inicialmente, sua intenção é com a transformação do mundo da historiografia como especialidade, fazendo-a ciência no Brasil. Somente a prática de pesquisa, com suas normas e procedimentos críticos e metódicos, assim como a fundamentação teórica que redefine as interpretações e contribuições como novas não bastariam. Seria necessária ainda a mediação de uma narrativa que amarrasse e unificasse essas experiências às suas intenções e horizontes, em uma história que desejava convincente e, acima de tudo, verossímil, que abarcasse todas as dimensões da experiência humana⁷⁵.

⁷⁴ Idem, p.37.

⁷⁵ Idem, p.38 [grifos meus].

O historiador engajado, ou uma escrita da história engajada, não estaria, na interpretação de Freixo, na virada dos anos de 1960 quando da publicação dos ensaios de interpretação histórico-social – *Aspirações Nacionais* –, mas é uma tópica, ou melhor, é parte da operação historiográfica e do fazer historiográfico que identifica Rodrigues como historiador. A história enquanto conhecimento tem de atender à vida, e esta é entendida como o corpo social dotado de historicidade e movimento; o historiador é integrante do mesmo movimento e sua escrita deve atender aos anseios, embates e combates frente aos problemas desse mesmo corpo social. A escrita da história e a ciência da História em José Honório Rodrigues, por meio dessa leitura, podem ser entendidas como a ação consciente do historiador no presente. Em suma, a historicização torna-se a arma política do historiador.

José Honório Rodrigues, diagnosticando a historiografia brasileira nos anos de 1940, assim como na publicação de *Teoria da História do Brasil e Pesquisa Histórica no Brasil*, acaba marcando essa postura não ingênua e combatente, em que o horizonte estabelecido é o de pensar o fazer histórico e historiográfico brasileiro. É por uma nova escrita da história que ele luta em seus primeiros textos trazendo à tona os retrocessos em termos de método e teoria. Chamar todo esse movimento de “arquitetura do novo”, como faz Freixo, é apontar para esse caráter político de Rodrigues ao versar sobre uma nova tópica e, conseqüentemente, sobre um novo modo de instrumentalizar a historiografia, que até então se mostrava carente de pensamento e dotada de tom episódico, personalista e tradicional.

Por fim, gostaria de chamar a atenção para uma das considerações de Freixo a respeito do projeto de renovação de José Honório Rodrigues, juntamente com a prescrição de uma história da História, a qual denominada de ‘arquitetura do novo’ tem como cerne a denotação de uma tradição, onde o horizonte é a consolidação de um campo disciplinar à historiografia. O longo trecho se faz necessário:

Rodrigues defendia uma tradição, isso é fato. Sua tradição de cultura histórica não buscava por autoridades “em si”, como memória disciplinar, mas a própria configuração de experiência concreta de um campo disciplinar e científico que ele projetava para a sua historiografia. A sucessão mais atual para os esforços e os trabalhos de outros agentes que, assim como ele desejava, contribuíram para a pavimentação desse caminho rumo a uma História e um Brasil novos, modernos e atuais. Sendo assim, sua tradição visava a um fim prático, que não pode ser menosprezado na análise do que fazia Rodrigues quando escrevia história da História do Brasil. Os nomes dos grandes mestres da historiografia brasileira de Rodrigues encerravam valores fundamentais: eles foram cuidadosamente figurados na medida em que permitiram a José Honório destacar as características que ele julgava os mais atuais à sua proposta. Trariam luz aos sombrios problemas de uma conturbada historiografia numa turbulenta década como foi a de 1940. Como resposta às dificuldades e problemas de seu tempo, sua história, sua história da História foi uma forma de convidar os leitores de então a agirem no mundo, a ousarem transformá-lo, primeiramente, em termos historiográficos. Somente após essa renovação, pensava ele, seus contemporâneos poderiam ultrapassar os limites

da escrita da história e, de fato, “fazer” história. Mas isso somente se e quando devidamente esclarecidos, e estes só através de uma ciência da História⁷⁶.

Portanto, a “arquitetura do novo” trata-se, em termos gerais, da historicização do movimento intelectual o qual Rodrigues constituía e prescrevia, ou seja, da delimitação da ideia de um campo disciplinar para a escrita da história no Brasil. A defesa de uma Ciência da História indicava a compreensão de que a História deveria ser entendida e praticada enquanto um campo autônomo, dotado de regras, procedimentos práticos e teóricos no qual os historiadores estariam integrados em uma agência de especialização, mas sem perder de vista os problemas que os condicionavam a escrever e pensar a história, no caso, o presente histórico. Nesses termos, considera Freixo, “A inexistência, no caso brasileiro, de um campo científico e especializado, para o autor, um dos principais problemas na historiografia nacional e razão para o seu estado de atraso”⁷⁷.

Em suma, Freixo distancia-se das interpretações anteriormente analisadas. Primeiro, no tocante à periodização composta por Glezer e reproduzida aos demais. Não estabelece um corte natural e um modelo geral de um sentido redutor e definidor da “obra” de Rodrigues. Ao invés disso, o problema sobre o qual estrutura seu trabalho está em historicizar parte da produção de Rodrigues e entender o modo como se faz possível o que significa como “arquitetura do novo”, possibilitando ao leitor uma compressão da historicidade dos textos por meio de uma leitura hermenêutica de parte da produção de Honório Rodrigues.

1.4. Considerações ao capítulo

Ao longo dessas páginas, me dediquei a apontar como os diferentes trabalhos representam José Honório Rodrigues e como significam sua produção. Em termos gerais, os trabalhos tomados como material de análise, afora suas particularidades, tiveram como foco, modos de refletir e operacionalizar a produção historiográfica de José Honório Rodrigues tomando-a como objeto de estudo.

Algumas ponderações de cunho teórico não escapam à necessidade, uma vez que há uma presença não pontuada, um sombreamento de uma questão que agora apresentarei a título de consideração do capítulo.

A insistência e a condução por um problema de periodização ao longo da leitura dos trabalhos tocam em outro ponto que é significativo. A escrita da história, como enunciado no

⁷⁶ Idem, p.396.

⁷⁷ Idem, p.207.

início, uma vez de sua execução, perpassa problemas de periodização, divisão e ordenação, assim como a escrita sobre a produção de um determinado autor, que, situada espaço-temporalmente, também carrega consigo os mesmos problemas. Por conseguinte, a leitura que desenvolvi ao longo dos trabalhos a respeito da produção de José Honório Rodrigues apontava periodizações sobre a produção do autor em questão. Vide a interpretação que fiz do modelo desenvolvido por Raquel Glezer e suas repetições, como também as alternativas desenvolvidas por Alves Junior e Freixo. A periodização que Glezer estabelece, assim como, aos demais constitui um sentido a ideia de “obra”, ou inscreve a produção de Rodrigues como “obra”, e está correlata a fabricação por um autor, correspondendo em uma relação de autoridade e autoria a José Honório Rodrigues. O que fica em suspenso e emerge enquanto interrogação é a operação que sanciona sentido sobre a relação entre “autor” e “obra” e a função que ambas as categorias exercem às análises problematizadas.

A relação que estabeleci ao longo do capítulo entre periodização, de um lado, e o sentido referido à operacionalidade dos trabalhos, de outro, sugere, em termos gerais, o modo como os trabalhos entre si compreenderam José Honório Rodrigues e o significaram. Essas relações entre as categorias como formas indicativas da operação historiográfica dos trabalhos analisados podem ser sintetizadas pelas provocações oferecidas por Roland Barthes, em *A morte do autor*. Segundo Barthes:

O *autor* ainda reina nos manuais de história literária, nas biografias de escritores, nas entrelinhas dos periódicos e na própria consciência dos literatos, ciosos por juntar, graças ao seu diário íntimo, a pessoa e a obra; a imagem da literatura que se pode encontrar na cultura corrente está tiranicamente centralizada no autor, sua pessoa, sua história, seus gostos; suas paixões; a crítica consiste [...] [na busca d]a *explicação* da obra [que] é sempre buscada ao lado de quem a produziu, como se, através da alegoria mais ou menos transparente da ficção, fosse sempre afinal a voz de uma só e mesma pessoa, o *autor*, a revelar a sua “confidência”.⁷⁸

A diferença dos trabalhos entre si é marcante. As aproximações também o são. Entretanto, o conjunto como um todo parece apontar para uma mesma operação, ainda que exista uma diferença temporal dos trabalhos, existe uma linha de pensamento comum, um trato, indicado pelas entrelinhas, e talvez somente por estas. A busca por essa voz da “confidência” da qual fala Barthes parece ser o sintoma que povoa todas as análises, elemento consciente ou não. Por esse ângulo, a função autoral, a relação da obra e autor, texto e autor, e esse trato tirânico da significação pode ser também alargado para a história da historiografia. Ao menos, é perceptível nos trabalhos que têm José Honório como objeto de interrogação.

⁷⁸ BARTHES, Rolando. *A Morte do Autor*. In: *Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.58.

A função autoral, ou a crença no autor leva a conclamar a necessidade de uma operação que direciona a autoridade a voz una e definidora que é identificada como a proprietária dos textos, e que converge a ser também, a proprietária do sentido dos próprios textos, ficando os textos em uma relação de causalidade ao autor. Logo, em sua totalidade, os trabalhos discutidos nesse capítulo parecem corroborar a esta operacionalidade que tem como ponto definidor a busca desta função autoral. Indicam, em suma, a relação necessária em marcar a voz proprietária do discurso, constituindo com isso a relação direta, não problemática, entre autor e texto, e no mais, entre autor e obra. Há certa facilidade em dividir, periodizar e significar a relação tomada como dada do autor, elemento tácito e geral – José Honório Rodrigues – e seus textos tomados como obra. O produto dessa relação, produto do leitor e da leitura que dá possibilidades aos trabalhos entre si, desaparece pela busca incessante de autoridade da “obra/autor”.

Nessa perspectiva, fazer referência às considerações de Michel Foucault em *O que é um autor*⁷⁹, conferência de 1969 no College de la France, torna-se furtiva a título de consideração, indicando as chaves interpretativas, ou a abertura de um caminho que parece ser tomado como não necessário, ou mesmo não problemático. Longe de creditar saídas, faço valer à vontade por uma reflexão que considero central, quando se parte a pensar a historicidade da escrita da história. Nas palavras de Foucault:

Essa noção do autor constitui o momento crucial da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, e também na história da filosofia, e das ciências. Mesmo hoje, quando se faz a história de um conceito, de um gênero literário ou de um tipo de filosofia, acredito que não se deixa de considerar tais unidades como escansões relativamente fracas, secundárias e sobrepostas em relação à primeira unidade, sólida e fundamental, que a do autor e da obra⁸⁰.

Monumentos irreprimíveis, “autor” e “obra” de início parecem funcionar como pontos de partida operacionais, sem que se necessite de discussão. Elementos oferecidos por uma heurística comum, traçar a relação entre a figura do autor com a de uma obra, parece ser a letra rápida e fortuita de uma análise padrão nos meandros do conjunto da história das ideias, ou nesse caso, de uma história da historiografia. Tomando a afirmação de Foucault, parece ser um procedimento padrão, sem causa de reflexão, que existam tais figuras prontas a serem preenchidas de conteúdo, ou a presença de tais unidades discursivas, sendo uma necessidade em tais campos do conhecimento para o próprio desenvolvimento do mesmo.

⁷⁹ FOUCAULT, Michel. O que é um autor. In: *Ditos e Escritos III – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

⁸⁰ Idem, p, 267.

Estas colocações, por parte de Foucault, me levam a novamente perguntar: O que é um autor e o que é uma obra? Tudo o que este personagem – o autor – escreveu ou disse, tudo o que ele deixou para traz de si mesmo, faz parte dessa categorização unitária? Problemas de como selecionar, dividir, recortar e periodizar? Onde parar e conjecturar, quando remediar e compreender que se chegou ao fim, quando se pode realmente dizer que isto integra a seleção daquilo que se vai entender como obra?⁸¹

Nessa medida, seguindo as palavras de Foucault, o autor torna-se nessa mesma operação problemática a referência a um nome próprio, ele apresenta os mesmos problemas que sugestionam uma referência única e direta entre um nome próprio e uma obra, fechada em si mesma, e prescrita por um sentido único. Nas palavras de Foucault: “Ele é uma indicação, um gesto, um dedo apontado para alguém; em uma certa medida, é o equivalente a uma descrição”⁸².

Essas considerações colocam o problema da possibilidade em estabelecer afirmações cerradas que estabelecem a relação da autoria, de um lado, a José Honório Rodrigues, e de outro, à dispersão de seus textos, entre a significação e a historicidade dos mesmos. De qualquer modo, parece existir certa regularidade na ausência desses problemas da relação do autor/obra. Segundo Barthes:

O Autor, quando se crê nele, é sempre concebido como o passado de seu livro: o livro e o autor colocam-se por si mesmos numa mesma linha, distribuída como um *antes* e um *depois*: considera-se que o Autor nutre o livro, quer dizer que existe antes dele, pensa, sofre, vive por ele; está para a sua obra na mesma relação de antecedência que um pai para com o filho⁸³.

A insistência nessas questões é constatada pela construção de um sentido único e definidor, que tomou ao longo do capítulo a forma de uma periodização naturalizada e encarada como dada. Logo, fechada em si mesma, engendrando um sentido único e dando forma a um todo genérico, quiçá inconsistente, predicado pela relação obra/autor.

Esta operação do conhecimento, presente principalmente nos três primeiros trabalhos aqui discutidos, e em certa medida, em estado oculto no trabalho de Alves Junior, geram problemas em termos de sentido e significado, uma vez da dispersão dos textos de José Honório Rodrigues, da diferença em um conjunto bibliográfico que se desenvolve quase que por meio século, como também, do desaparecimento e distância da figura autoral de Rodrigues, e seus textos propriamente ditos e a história dos mesmos. O último trabalho, o de

⁸¹ Idem, p.270.

⁸² Idem, p.272.

⁸³ BARTHES, Rolando. A Morte do Autor. *Op. Cit.*, p. 61.

André de Lemos Freixo, não integrarei nas mesmas considerações, por mais que a biografia e juntamente a figura autoral preponderem sobre o sentido possível da hermenêutica do material que toma em análise. Mas, de qualquer forma, seria uma injustiça imputar as mesmas considerações que os trabalhos anteriores a respeito desse ponto.

Por fim, como estabelecer uma linha de fuga, ou uma alternativa ao quase imperativo autor/obra? Seguindo Barthes, a única chave de acesso e possibilidade à produção de sentido aos textos é tomá-los enquanto escritura. Em suas palavras: [...] a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem. A escritura é esse neutro, esse composto, esse oblíquo pelo qual foge nosso sujeito, o branco-e-preto em que vem se perder toda a identidade, a começar pelo do corpo que escreve⁸⁴. Logo, é a abertura da história aos textos e a sua historicidade, da história da escritura e a posição do leitor da história que se abre enquanto forma e possibilidade. Juntamente com uma miríade de possibilidades, que para além da relação da autoria, obra e concepções apressadas, só à leitura, e neste caso, a leitura da história por meio da historiografia.

É sobre esse sentido que os próximos capítulos se desdobrarão na tentativa de constituir leituras possíveis a partir dos textos que recebem o nome de Rodrigues, mas sem recorrer a uma determinação biográfica ou estabelecer um sentido definidor, como um todo coerente do conjunto bibliográfico convergindo a uma concepção de “obra” fechada e lacrada em si mesma. Mas, de qualquer forma, a divisão que estabelecerei sobre os textos, juntamente com o sentido que prescreverei também será parte de uma tomada de posição de minha própria leitura, repercutindo em uma concepção de periodização. Tentarei deixar claro ao longo dos próximos capítulos os caminhos e as posições interpretativas assumidas. Portanto, minha intenção é sobre os textos e tão somente, pois como afirma Barthes: “[...] a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino, mas esse destino já não pode ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; ele é alguém que mantém reunidos em um mesmo campo todos os traços de que é constituído o escrito”⁸⁵. Logo, a operação interpretativa, aqui, corresponde a mais um, dos possíveis destinos dos textos em discussão.

⁸⁴ Idem, p.57

⁸⁵ Idem, p.64.

Capítulo 2 — Caminhos que levam a 1949

Toda a história, quando a vemos pelo prisma da agonia mundial, torna-se, então, história contemporânea, pois para combater é preciso ter confiança na causa que defendemos, e esta confiança tem suas raízes no passado histórico. Uma nação não é somente um grupo humano a defender um passado, mas também um grupo que participará de um futuro comum¹.

A motivação pela escrita deste segundo capítulo se deu pela constituição de caminhos interpretativos possíveis, a partir dos textos que precedem *Teoria da História do Brasil*, indicando a presença de predileções teóricas e reflexões sobre o ofício do historiador, entre crítica historiográfica e análise do método, por parte de José Honório Rodrigues. Sem recair em uma determinação biográfica, ou mesmo constituir uma linha interpretativa linear, a motivação da análise estará versada em torno da cronologia dos textos de José Honório, como fio condutor do capítulo. Assim sendo, apresentarei em termos gerais a conjuntura das reflexões de Rodrigues anteriormente a THB, funcionando como formas de introduzir seu pensamento a respeito da história.

No capítulo anterior apontei uma série de interpretações que sancionaram diferentes posições sobre a produção historiográfica de José Honório Rodrigues. Uma das intenções desse capítulo é apontar uma alternativa interpretativa, aliada em certo sentido, à interpretação geral apresentada por André de Lemos Freixo, como discutido no final do capítulo anterior, que constituí uma imagem de José Honório Rodrigues como teórico da história. Nesses termos, considero a presença das reflexões a respeito do conhecimento histórico uma tópica corrente em Rodrigues, tendo nos primeiros escritos – precedentes a THB – a justificação da escrita da história juntamente com a reflexão sobre a mesma.

Logo, o interesse em traçar os caminhos que levam a 1949 – ano de publicação de *Teoria da História do Brasil* – justifica-se em refletir sobre a trajetória das problemáticas que se delineiam pela escrita dos primeiros textos de Rodrigues. Assim, distancio-me de uma leitura finalista ou teleológica, embasada na ideia de origem e desfecho, como se estas primeiras reflexões fossem a justificativa perpétua dos desdobramentos vindouros, mas a atenção está no contrário, ou seja, o destaque para a contingência das discussões de cunho teórico e historiográfico, e sua conseqüente presença na trajetória de José Honório, que leva

¹ RODRIGUES, José Honório. História e Atualidade. In; *Notícia de Varia História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951, p.224.

até a publicação de *Teoria da História do Brasil*. Esses escritos apontam uma vontade por parte de José Honório em refletir a respeito do ofício do historiador e das possibilidades do conhecimento histórico. Em seguida, a intenção perpassa a compreensão da historicidade de tais reflexões, aliadas com o conjunto dos problemas levantados pelo historiador em questão. Atentar para a trajetória do conjunto de ideias, objetos e problemas que perpassam os primeiros textos, e que intuem em uma constituição identitária de José Honório Rodrigues, como um historiador, que além de escrever história, pensa os pressupostos teóricos e historiográficos dessa escrita, torna-se objetivo nestas páginas.

No que consiste perguntar-se pela trajetória de um dado indivíduo, ou mesmo de um conjunto de ideias, problemas, e etc.? Qual relação que se mantêm, entre de um lado, o objeto como interesse ao pesquisador, e de outro, o desenvolvimento desse mesmo objeto em uma intelecção de sua trajetória? A construção do objeto que compõe a análise da trajetória necessita como bem formulou Pierre Bourdieu de um cuidado para que não se recaia em uma ilusão retórica, ou biográfica, ao versar a respeito de uma determinada trajetória, pois no contato com os elementos que integram uma “história de vida” é fácil que se recorra a uma ilusão de sequencialidade dos acontecimentos com uma respectiva significação que tende a constituir em uma direção naturalizada, ou em uma representação comum da existência².

Nesse sentido, primar pelo conceito de trajetória é colocar ao menos em suspenso essa representação rápida, ou ter consciência de seus efeitos na constituição do objeto a que se denomina de trajetória. Nas palavras de Bourdieu:

A análise crítica dos processos sociais mal analisados e mal dominados que atuam, sem o conhecimento do pesquisador e com sua cumplicidade, na construção dessa espécie de artefato socialmente irrepreensível que é a “história de vida” e, em particular, no privilégio concedido à sucessão longitudinal dos acontecimentos constitutivos da vida considerada como história em relação ao espaço social no qual eles se realizam não é em si mesmo um fim. Ela conduz à construção da noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) **num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações**³.

A noção de trajetória que Pierre Bourdieu desenvolve, serve-me a atentar a estes aspectos que expõem a limitação de uma concepção padrão de biografia, ou de fatos biografáveis, e aponta, principalmente, a uma abertura teórica que possibilita compreender estes “espaços de devir” e de transformações, que os sujeitos, ou mesmo, um determinado conjunto de ideias (representações, problemas e etc.) se modificam por meio de um movimento temporal, constituindo assim, formas distintas ao longo de uma determinada

² BOURDIEU, Pierre. A ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.185.

³ Idem, p.189 [Grifos meus].

duração. Logo, fica ao pesquisador a opção, se tratará tais desenvolvimentos por meio das continuidades ou descontinuidades, ou se fabricará uma imagem que corresponda a um movimento cronológico ou não. De qualquer forma, tentar compreender uma trajetória por meio de uma série única e suficiente de acontecimentos sucessivos, como sustenta Bourdieu: “sem [nenhum] outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurda quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações”⁴ .

Portanto, fazer menção ao conceito de trajetória de Bourdieu abre um espaço reflexivo para estes pressupostos que conduzem ao que selecionar, e o que deixar de fora, perguntando-se pelo que integra um acontecimento biográfico. Estes, afirma Bourdieu, definem-se entre colocações e deslocamentos, dentro de uma determinada duração, apontando precisamente aos diferentes estados sucessivos de uma dinâmica social⁵. Logo, as colocações de uma determinada posição ocupada em um determinado momento, e os deslocamentos frente a outro, sendo o movimento entre uma posição e outra, são constitutivos, em termos analíticos, do espaço de devir e transformações em uma duração que caracterizam certa trajetória. Portanto, a trajetória permite recortar para a análise determinados períodos da vida de um determinado sujeito e compreender, a partir de determinado conjunto de problemas, seus movimentos no tempo, assim como os deslocamentos e as transformações do mesmo.

Dessa forma, o conceito de trajetória colabora a constituir a forma do capítulo. Aliando em um mesmo escopo analítico três séries distintas. Primeiramente, possibilita compreender o conjunto das ideias norteadoras de Rodrigues a respeito do conhecimento histórico. Em segundo lugar, abre margem para os possíveis significados dos acontecimentos biográficos do historiador José Honório. E em terceiro, consistindo na parte central do capítulo, possibilita a interpretação dos textos que integram o período da trajetória.

Os textos selecionados a análise podem ser integrados em um arquivo que apresentam as seguintes características: reflexões teóricas de cunho geral, filosofia da história, relatório de viagem de pesquisa, como também textos que podem ser identificados como de “crítica historiográfica”, ou mesmo história da história. Tópicos comuns que constituem uma concepção de prática historiadora que coloca concomitantemente: teoria, metodologia e epistemologia (ou filosofia da história).

⁴ Idem, 190.

⁵ Idem, 190.

A começar pela publicação em O Jornal, em 1939, a *Interpretação Culturalista da história*, sequenciando em textos publicados na revista do IHGB: *Uma viagem de pesquisas históricas*, de 1945, como também, *Significado cultural da história: utilidade da história na formação dos diplomatas*, de 1946. Quero ainda chamar atenção para os textos que compõem *Notícia de Vária História*, de 1951, mas escritos entre os anos de 1945 - 1947 são eles: *Historiografia Brasileira em 1945*, *Historiografia Brasileira em 1946*, *Historiografia Pernambucana e Historiografia Cearense*.

Ainda fará parte desta seleção às reflexões historiográficas a respeito do Domínio Holandês no Brasil, e a contribuição de José Honório Rodrigues ao *Handbook of Brazilian Studies* organizado por William Berrien e Rubens Borba de Moraes, publicado em 1949, uma vez que José Honório Rodrigues inicia seus trabalhos históricos, constituindo-se como historiador especializado na escrita da história do domínio holandês no Brasil. De modo geral, estes textos perspectivam a posição de José Honório frente à historiografia brasileira, publicados ao longo dos anos de 1940, como também conjecturam uma série de diagnósticos ao plano educacional e institucional da escrita da história no Brasil.

2.1. A interpretação Culturalista da História

Nesta primeira seção discutirei um dos primeiros textos de José Honório Rodrigues de predileção teórica, ou historiográfica. Publicado em 1939, *Interpretação Culturalista da História* sai em O Jornal, no Rio de Janeiro, em 30 de abril⁶. Algumas considerações preliminares se farão necessárias antes da interpretação do texto propriamente dito.

José Honório Rodrigues ingressou na Universidade aos 19 anos, em 1933. Na Rua do Catete, no Rio de Janeiro, cursou direito na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, bacharelando-se em 1937. No mesmo ano que saía da universidade, conquistou ao lado de Joaquim Ribeiro o Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras, publicado em 1940, pela Editora Companhia Nacional na Coleção Brasileira, com o título *Civilização Holandesa no Brasil*⁷. Em 1939 candidata-se ao vestibular para o curso de História e Geografia na Faculdade Nacional de Filosofia. Segundo Lêda Boechat, José Honório desistiria de tal intento ao saber que um dos professores de História seria Eremildo Viana ex-

⁶ RODRIGUES, José Honório. *Interpretação culturalista da História*. O Jornal. Rio de Janeiro. 30 de abril de 1939.

⁷ RODRIGUES, José Honório. *Civilização Holandesa no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. GUIMARÃES, Géssica Goes. *José Honório Rodrigues: Por uma História Combatente*. Rio de Janeiro: UERJ, 2005 [Trabalho de conclusão de curso], p.10.

colega na Faculdade de Direito. Nas palavras de Boechat: “não reconhecia a mínima competência, desistiu da matrícula”⁸.

A desistência de uma nova graduação em história e geografia não impediria que o mesmo trilhasse um caminho historiográfico. Com um concurso ganho, e logo, um livro publicado, o futuro autor de *Teoria da História do Brasil* continuaria trilhando e desbravando seus caminhos pelo conhecimento histórico. Por estes mesmos anos, a aproximação por parte de José Honório das preleções de Sociologia e Antropologia Cultural, ministradas por Gilberto Freyre na Universidade do Distrito Federal⁹ (UDF), eram uma realidade, traço marcante e fundamental nos primeiros textos de José Honório, seguido das transformações do ensino universitário brasileiro, principalmente com a chegada das missões estrangeiras às universidades brasileiras. Segundo Freixo, José Honório frequentou o *Club*¹⁰ de sociologia inaugurado na UDF por Gilberto Freyre¹¹.

O *club* de sociologia, uma iniciativa de Gilberto Freyre no período que esteve atuando na UDF, deu-se em 1937. Reunião de interessados na promoção e na divulgação dos estudos sociais, entre todos os alunos e professores da Universidade do Distrito Federal. Segundo Simone Meucci, o *Club* teria os seguintes objetivos: “organizar uma biblioteca de sociologia, mobilizar dados e informações sobre a vida social nacional, empreender trabalhos de pesquisa e promover conferências”¹². Seguindo a autora, o *club*, em linhas gerais, manteve suas atividades até o fechamento da Universidade do Distrito Federal, com atividades irregulares

⁸ BOECHAT RODRIGUES, Lêda. *José Honório Rodrigues: Um Historiador na Trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p.20.

⁹ Gilberto Freyre chegou ao Rio de Janeiro, para assumir a cadeira de Sociologia na Faculdade de Direito Nacional em setembro de 1935, onde ministraria na Faculdade de Direito, cursos de Antropologia e Sociologia. Permaneceu na cidade durante duas temporadas: entre setembro de 1935 e abril de 1936 pedindo, em dezembro de 1937 o desligamento do cargo. MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a Sociologia no Brasil: Da sistematização à constituição do campo científico*[Tese de Doutorado]. Campinas: UNICAMP, 2006, p.102.

¹⁰ Em um dos volumes de correspondência publicados por Lêda Boechat, José Honório receberia de Gilberto Freyre em 1938 duas cartas que indicam a preocupação de Freyre para com Rodrigues, se este continuava participando do Club de sociologia. Em carta de 6 de agosto de 1938, Freyre escreve: “E o clube de Sociologia? Você tem aparecido?”. FREYRE, Gilberto. Carta de 6 de agosto de 1938. In: RODRIGUES, Lêda Boechat. *Correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2000, p.223. Em 14 de dezembro, outra carta em que Freyre demonstra a mesma preocupação pela participação de Rodrigues no Club de Sociologia: “Estimaria que você se pudesse sempre em contato com o Club de Sociologia da Universidade, cujo presidente é o José Bonifácio”. FREYRE, Gilberto. Carta de 14 de Dezembro de 1938. In: RODRIGUES, Lêda Boechat. *Correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2000, p.224. Lêda não publicou as respostas, mas fica indicado a relação próxima de Rodrigues com Freyre, e desse modo, seu envolvimento com o Club de Sociologia.

¹¹ FREIXO, André de Lemos. A arquitetura do novo. *Op. Cit.*, p.43.

¹² MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a Sociologia no Brasil*. *Op. Cit.*, p.128.

em meio aos percalços administrativos e políticos da época¹³. Em início dos anos de 1940, uma iniciativa de retomar as atividades e renomear o *Club*, a fim de sua continuidade e instrumentalização como um foco de desenvolvimento de um pensamento social brasileiro, deu-se por parte de José Bonifácio. Segundo Meucci:

A articulação de um projeto intelectual desta natureza, dedicado à promoção dos estudos sociais dentro e fora do meio acadêmico, por meio de uma associação e de publicações, se justificava exatamente em virtude do interesse crescente pelas Ciências Sociais no meio intelectual brasileiro do período. A rigor, o ano de 1939 pode ser considerado um marco para o aparecimento de inúmeras publicações¹⁴ relativas ao desenvolvimento da sociologia no Brasil¹⁵.

Nesse sentido, a presença de Gilberto Freyre, juntamente com os desdobramentos institucionais em um grupo de estudos e pesquisas em Ciências Sociais, são traços indicativos do florescimento das ciências sociais na Universidade do Distrito Federal, como também o desenvolvimento de novas concepções de ensino e pesquisa, agora vinculadas ao ensino superior. Em traços gerais, e ao que impera a trajetória de José Honório Rodrigues, a inserção do mesmo nesta conjuntura indicará, como se verá ao final dessa seção traços decisivos de suas primeiras reflexões a respeito da historiografia.

Ainda deve-se destacar outro aspecto preponderante desse período. A presença estrangeira, a partir das missões francesas nas universidades brasileiras. José Honório teria em sua trajetória, como acadêmico, o efeito desses desdobramentos. Segundo Freixo:

Participou também das aulas de alguns professores franceses no Rio de Janeiro [...] aulas de Henri Hauser – um dos responsáveis pela introdução da História Econômica no ensino superior francês, também na UDF – professor que teria marcado sua trajetória e perspectivas iniciais, especialmente no que toca à renovação da escrita histórica¹⁶.

Desse modo, faz-se necessário a construção de um quadro contextual a respeito do período para que se compreendam as transformações e permanências que os anos de 1930 e 1940 indicavam principalmente no que toca as universidades brasileiras, como também a escrita e ensino da história. Tais considerações não funcionaram como um quadro explicativo para o texto selecionado para a análise, mas oferecem elementos necessários a historicidade do mesmo.

¹³ Idem, p.136.

¹⁴ As revistas que contemplavam a publicação em Ciências Sociais, e desta feita, marcavam o aparecimento de uma circulação de ideias e predileções da constituição de um espaço para a mesma na sociedade brasileira no referido período eram: Revista de Sociologia (organizadas por Romano Barreto e Emílio Williems); Dicionário de Etnologia de Hebera Bardus, Dicionário de Sociologia de Emílio Willems, e por fim, Leituras Sociológicas de Romano Barreto.

¹⁵ MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a Sociologia no Brasil. Op. Cit.*, p.136.

¹⁶ FREIXO, André de Lemos. *A arquitetura do novo. Op. Cit.*, p.43

De início, um olhar sobre as missões francesas nas universidades brasileiras constitui-se como primordial. Segundo Marieta de Moraes Ferreira: “os estudos existentes têm concentrado sua atenção na Universidade de São Paulo (USP), deixando em plano secundário as missões que se dirigiram para o Rio de Janeiro e Porto Alegre”¹⁷. Para a autora, existe um desconhecimento sobre a atuação dos professores franceses na criação dos cursos de história no Rio de Janeiro, que se faz sentir não apenas na produção acadêmica, mas também na memória corrente. É em face desse objetivo que seu artigo *Os Professores Franceses e o Ensino da História no Rio de Janeiro* têm como propósito o de chamar a reflexão.

Criada em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro resultou de um esforço por parte do governo federal em unir a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e duas faculdades livres de Direito que existiam na época. O projeto da universidade, como destaca Ferreira: “não preconizava atividades de pesquisa ou qualquer investigação científica ou pedagógica [...] as demandas de criação de uma verdadeira universidade permaneciam questão central entre as elites intelectuais do país”¹⁸. As críticas a este “modelo” de universidade viriam marcadas por uma qualificação de “fachada”, pois as expectativas eram maiores que a própria experiência que se consolidou, como destaca Cunha, em *A Universidade Temporã*:

[...] não demorou muito e surgiram críticas incidindo sobre a falsidade do título pomposo atribuído a um mero conglomerado de escolas que continuavam a ser tão isoladas quanto antes, mantendo o mesmo currículo de quando eram apenas faculdades sem nenhum vínculo umas com as outras¹⁹.

Este quadro começaria a mudar a partir de 1930, com Getúlio Vargas a frente do Estado, uma vez que seu Governo Provisório (1930-1934) programaria uma série de medidas que animariam mudanças. Cito Cunha:

[...] a política educacional não resultou de um programa definido nem teve um desdobramento homogêneo [...] um liberalismo elitista, conforme os interesses sociais e pedagógicos das oligarquias começaram a ceder lugar, a partir de 1932, a um liberalismo igualitário, convergente com os interesses das classes trabalhadoras e das camadas médias²⁰.

¹⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores Franceses e o ensino da História no Rio de Janeiro dos Anos 30. In; MAIO, Marco Chor; BÔAS, Gláucia Villas. Ideias de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Pinto. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999, p. 277.

¹⁸ Idem, p. 278.

¹⁹ CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã: O Ensino Superior, da Colônia à Era Vargas*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 194.

²⁰ Idem, p. 206.

No plano educacional, destaco para a criação do Ministério da Educação e Saúde com vistas a uma promoção de um programa de reforma na área²¹. No que toca ao ensino superior, os anos Vargas apontaram, de modo geral, para uma política educacional autoritária, destituindo qualquer medida liberal, a começar por sua atuação em 1931, quando Francisco Campos – ministro da educação – elabora o Estatuto da Universidade Brasileira vigente por trinta anos²². Para Ferreira:

Francisco Campos parecia aproximar-se dos renovadores da educação, ao estabelecer que o ensino superior devesse ser ministrado preferencialmente nas universidades; por outro lado, porém, não tomou iniciativas concretas para a estruturação de um novo sistema universitário²³.

Em contrapartida as medidas autoritárias de Vargas, que em São Paulo a elite desvencilhada das políticas educacionais nacionais, assume a via liberal. Contrária aos acontecimentos de 1932, a elite paulista pressiona pela criação, em oposição ao regime varguista e tendo sido destacado anteriormente, a Universidade de São Paulo, em 1934.

Naquele mesmo ano, o prefeito da Capital Federal – Rio de Janeiro – Pedro Batista, arquitetou algumas mudanças, como afirma Ferreira:

[...] visando a obter maior autonomia política para a cidade frente ao governo federal, procuraria praticar reformas sociais voltadas para a saúde pública e a educação [...] Pedro Ernesto entregou a Anísio Teixeira, integrante da corrente mais democrática da escola Nova, a Diretoria Geral de Instrução do Rio de Janeiro²⁴.

Teixeira buscou reformar a Escola Normal, destinada à formação de professores primários, numa escola superior para professores, criando o Instituto de Educação, além de, em 1935, fazer o mesmo com a Universidade do Distrito Federal (UDF), passando pelas orientações do Ministério Federal. Com a instalação do Estado Novo em 1937, Vargas eliminava a UDF e integrava seus quadros à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil, em 1939. Alceu Amoroso Lima seria um dos responsáveis por esta integração, exercendo por parte dos grupos católicos um papel relevante na definição dos cursos e na contratação dos professores²⁵.

A fundação da USP, da UDF e da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), motivaram as relações culturais entre França e Brasil, transportando os interesses da diplomacia francesa

²¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores Franceses e o ensino da História no Rio de Janeiro dos Anos 30. *Op. cit.* p, 279.

²² CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã*. *Op. cit.* p, 207.

²³ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Os professores Franceses e o ensino da História no Rio de Janeiro dos Anos 30*. *Op. cit.* p, 279.

²⁴ *Idem*, p. 279

²⁵ *Idem*, p.281

em garantir sua influência nos estabelecimentos de ensino superior, recém-formados no Brasil²⁶.

Os professores que iriam para o Rio de Janeiro, entre História e Geografia, foram: Henri Hauser, Eugène Albertini e Pierre Deffontaines em 1930 para a UDF, sendo o último geógrafo; e Victor Tapié e Antoine Bon, para a FNF²⁷. A atuação de Henri Hauser, como destaca Ferreira: “centrou-se não só em organizar a cadeira de história moderna, mas também de fazer propostas para a montagem do curso como um todo”²⁸. Em outro artigo, a autora destacaria o seguinte para a figura de Henri Hauser:

O mais importante deles [...] diferentemente de seus companheiros, ocupava um lugar de destaque na estrutura acadêmica francesa. Tinha sido um dos precursores da História Econômica, e sua obra historiográfica era considerada de grande relevância²⁹.

Eugène Albertini foi professor de história antiga na UDF. Victor Lucien Taipé, segundo a autora, aproximou seus interesses de pesquisa, que eram, na época, estudar os países da Europa Central, com estudos do barroco mineiro, mas não teria publicado nada significativo por aqueles anos a respeito do Brasil³⁰. Antoine Bon, que passou pelo Brasil em meados de 1939, lecionou História Antiga na FNF³¹.

Para além de um grupo homogêneo, as “missões francesas” no Brasil, entre as experiências de São Paulo e do Rio de Janeiro, apontam para disparidades entre os historiadores que vieram para cá. Eram oriundos de gerações diferentes, com formações distintas e em estágios profissionais dessemelhantes. Como argumenta Ferreira:

[...] no que diz respeito às formas de conceber e ensinar a história há também diferenciação gritante. Enquanto Hauser e Albertini já eram grandes professores e tinham perspectivas sobre o ensino de uma história social e econômica, que valorizasse o estudo das sociedades, da vida cotidiana e das relações sociais, Tapié e Bon estavam comprometidos com os estudos descritivos dos grandes eventos, das batalhas e dos tratados³².

Nesse sentido, os anos de 1930/1940 marcam transformações significativas na vida intelectual brasileira. A criação das universidades no Rio de Janeiro, e em São Paulo, no início do decênio de 1930, juntamente com o estreitamento das relações entre Brasil e França, e o financiamento de professores estrangeiros no Brasil, repercutem em elementos significativos de transformações, também, na escrita da história.

²⁶ Idem, p. 285.

²⁷ Idem, p. 286.

²⁸ Idem, p.288.

²⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 43, p.227-246, 2005, p.232.

³⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Os professores Franceses e o ensino da História no Rio de Janeiro dos Anos 30*. Op. Cit., p. 291.

³¹ Idem, p. 292.

³² Idem, p. 293.

Pedro Moacyr Campos em *O estudo da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, de 1954, destaca que a fundação da Faculdade de Filosofia, em 1934, deu-se como um significativo acontecimento no Brasil, gerando uma transformação expressiva da historiografia brasileira, pois esta era marcada pelo diletantismo e amadorismo, convergentes no autodidatismo:

Na década de 1920 e 1930, porém, a autocrítica característica do período e que encontrou sua expressão na obra de Paulo Prado, Monteiro Lobato, Alcântara Machado, lançou as bases para uma renovação também do ensino, criando, assim, o ambiente favorável à fundação das primeiras Universidades entre nós. Nas Faculdades de Filosofia tinha a História seu lugar, constituindo, com a Geografia, uma subsecção. Pela primeira vez, aqui, para os que se sentissem atraídos pelo estudo da História, a oportunidade de frequentar cursos em que a matéria fosse, na medida das possibilidades, ministradas segundo os métodos europeus, lançando-se, assim, os fundamentos sobre os quais seria de se esperar pudesse florescer uma moderna historiografia brasileira³³.

Desse modo, com a universidade a fabricação de um novo espaço historiográfico era uma realidade emergente, possibilitando a transformação do ensino, e também sancionando a possibilidade da pesquisa histórica, com certificações metódicas do conhecimento, culminando na pesquisa de arquivo, convergente em análise depurada de técnicas e teorias europeias. Em síntese, segundo a interpretação de Moacyr Campos, a presença francesa na USP, como também na UDN no Rio de Janeiro, foi o ponto culminante de tal desenvolvimento, pois, segundo ele, os estudantes passaram a ter um contato maior com a história universal, ou seja, europeia, de modo a conseguirem entender o Brasil em um quadro geral. As disciplinas oferecidas pelos professores franceses eram as cadeiras de História da Civilização Antiga e Medieval (Émile Coornaert; Jean Gagé), Civilização Moderna e Contemporânea (Fernand Braudel)³⁴.

Sobre estes quadros pode-se localizar José Honório Rodrigues, uma vez que o mesmo estava imerso sobre essa conjuntura universitária. Em certa medida, podem-se sentir os mesmos indícios, no que toca a escrita da história e os apelos de mudanças, ou ao menos, o convite por se refletir para novos rumos da escrita da história em *Interpretação Culturalista da História*. Deve-se, ainda, ter certa cautela em relação a uma leitura otimista do período, uma vez que as transformações apontadas, principalmente, entre trocas culturais que envolveram Brasil e França, juntamente com a emergência do ensino da história na universidade, trazem consigo permanência de formas hegemônicas de uma escrita da história tradicional. Logo, é sobre este tom que José Honório abre o texto de 1939, denunciando um

³³ CAMPOS, Pedro Moacyr. “O estudo da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”. *Revista de História*, São Paulo, Nº 18, v.2, p, 491-503, 1954, p. 495.

³⁴ Idem, p, 502-503.

diagnóstico negativo em face da historiografia brasileira e dos historiadores. Em suas palavras:

Persistem os historiadores nacionais no respeito aos velhos dogmas de que a história é o “passado político” ou “a biografia coletiva”, e com isso continuam na triste situação de vermos grande parte da produção histórica nacional se limitar ao relato de anedotas políticas, episódios militares e diplomáticos, quando o que deve preocupar a um **autêntico historiador são os aspectos econômicos, reaes, culturaes, linguísticos, geográficos, folclóricos no objetivo da reconstituição histórica do ambiente social em que se precessou[sic] o facto em questão**³⁵.

O tom da denúncia, e ao mesmo tempo de prescrição, somados a uma problemática teórico-epistemológica direcionavam uma realidade marcante de estagnação historiográfica no Brasil. Rodrigues confirmava uma interpretação que aliava prescrições teóricas, mas também, um posicionamento político em relação à forma usual da escrita da história pela disciplina da história. Ou seja, já de início em *Interpretação Culturalista da história* pode ser percebido o tom ético, e ao mesmo tempo, estético de Rodrigues, para com a disciplina da história, uma vez que ele imputava aos historiadores um diagnóstico alarmante de tradicionalismo e engessamento do conhecimento histórico no Brasil.

No entanto, José Honório abre sua argumentação por meio de uma generalização. Coloca os historiadores, entendidos de modo geral, como um coletivo uniforme de profissionais, identificados pela persistência aos “velhos dogmas”, e sintetizados na produção de imagens engessadas do passado, tendo como epicentro a referência ao passado político, ou a biografia coletiva.

Essas asserções levantadas funcionam para Rodrigues, para justificar a produção, por parte desses mesmos historiadores, de narrativas históricas que mais se assemelham a uma crônica apática que se abstém de problemáticas e instrumentalização metodológica. Perante esta generalização, Rodrigues, sustentaria ainda, o caminho a ser seguido, a saída aos quadros de estagnação. Oferecendo um tom não só pedagógico, mas propedêutico do que deveria ser a preocupação do verdadeiro, ou como ele mesmo significou: “autêntico historiador”. No que consistia esta identidade do “autêntico historiador”?

De início, a relação com as ciências sociais. Para além de uma especialidade caolha, ou voltada para si mesmo, o historiador deveria estabelecer uma relação interdisciplinar com as ciências sociais, também emergentes nestas primeiras décadas do século XX, e com isso, preocupar-se com um movimento reflexivo que comtemple não só o anedótico, os acontecimentos políticos, os anais, mas aqueles elementos de uma duração maior, e que dão a

³⁵ RODRIGUES, José Honório. *Interpretação culturalista da História*. *O Jornal*. Rio de Janeiro. 30 de abril de 1939, s/p.[grifos meus].

possibilidade de compreender as condições onde os fatos sociais são produzidos, ou seja, a preocupação que Rodrigues impunha aos historiadores eram que estes voltassem suas inquietações a reconstituir o ambiente histórico-social do passado, dando ênfase nos processos culturais, sociais, linguísticos, geográficos, folclóricos, e etc., os quais ele nomeia como sendo os “aspectos reais”. Na sequência, ele é enfático:

Os ensaios biográficos e descritivos que predominam na historiografia nacional devem ser urgentemente abandonados. Tanto um como o outro renunciam ao método na consideração histórica. Para nós as unidades históricas tem que constituir um tema de investigação científica [sic] e, portanto, não podem ser expostas em uma narrativa épica, sem planos, enfim, em uma chronica[sic] ligeira e fácil³⁶.

A predicação negativa soa como uma palavra de ordem. Como se Rodrigues fosse o profeta que guarda consigo os caminhos para a salvação, e neste caso, a salvação da historiografia. Na alternativa proposta, principalmente a defesa de uma relação interdisciplinar intensa com as ciências sociais estaria em jogo, não só uma nova imagem de passado possível a historiografia, mas uma nova concepção de tempo, e controle do mesmo, assim como, de ferramentas e procedimentos metodológicos. Logo, ao que impera o conhecimento histórico, a aproximação com as ciências sociais depararia um superávit ao qual os historiadores não poderiam abster-se: a necessidade de precisão metodológica na condução de problemáticas que fujam da linearidade episódica e causal.

A historiografia que José Honório Rodrigues denunciava, e conseqüentemente, reivindicava, era uma historiografia que teria como ponto central a presença marcante do método, e que seria assim, chamada de científica. Sem método, ou melhor, sem a sistematização da investigação em compor unidades de análise, a história estaria condenada a uma “narrativa épica, sem planos, enfim, em uma chronica ligeira e fácil”³⁷.

A instrumentalização metódica apareceria aliada a um preceito de convergência. A aproximação com as ciências sociais era apresentada como uma necessidade manifesta. A antropologia cultural apareceria como uma reivindicação necessária, tendo como tendência: “explicar as repetições ou uniformidades no desenvolvimento da vida social humana”³⁸.

Tais considerações eram tecidas, a partir da leitura do Antropólogo australiano John Barnes (1918-2010), para quem, José Honório apresentava o problema da relação entre história e antropologia. Segundo a leitura de Rodrigues, sobre Barnes, nenhum historiador deveria ignorar a relação com as ciências biológicas ou naturais. Tratado como exagero e, por conseguinte, um equívoco, Rodrigues rebateria as afirmações fazendo referência a Rickert,

³⁶ Idem, s/p.

³⁷ Idem, s/p.

³⁸ Idem, s/p.

para quem, a história, tornando-se científica, deveria na interpretação do filósofo alemão, por José Honório: “abandonar apressadamente qualquer ligação com as ciencias naturais, cujos métodos são como demonstra Rickert, inteiramente antitheoricos aos das ciencias sociais”³⁹. Em suma, a relação necessária com as ciências sociais, ou em específico com a Antropologia era reivindicada, mas sem recorrer a um determinismo, pois Rodrigues prescreveria na sequência, a necessidade de uma especificidade da história e da prática historiográfica. Ao mesmo tempo, a referência a H. Rickert prescrevia uma crítica ao naturalismo, reivindicando um status epistemológico autônomo para as ciências humanas, e para a história, em específico.

Interpretação Culturalista da História, portanto, aliava uma crítica à historiografia brasileira contemporânea a Rodrigues, e em consequência, inscrevia as saídas para esses mesmos problemas que identificava. Não é gratuita a possível influência em meados dos anos 1930 das ciências sociais, e principalmente, a aproximação de José Honório Rodrigues com o *Club* de sociologia de Gilberto Freyre na UDN. Longe de oferecer interpretações determinantes, a menção a tal conjuntura contribui, ao menos, para que se entenda a presença de problemáticas advindas da Antropologia e Sociologia na escrita de José Honório.

É sobre este íterim que *Civilização Holandesa no Brasil* aparece citada na economia do texto de 1939, como um prenúncio, ou exemplo, da relação possível entre o trabalho do historiador e a relação necessária com as demais ciências sociais, no caso em específico, com a antropologia. Voltarei às questões que concerne a escrita de *Civilização Holandesa do Brasil* ao final da seção.

Assim, a defesa de uma análise da história por um viés cultural deveria ser justificada sem recair em uma visão unilateral ou determinista. Assumindo uma perspectiva historiadora, José Honório sustenta a defesa e uso de elementos multidisciplinares com a antropologia e ciências sociais na tentativa de contemplar uma reconstituição “real” do passado.

O ponto decisivo de seu argumento a respeito de uma interpretação culturalista da história se dá através da leitura de dois antropólogos do início do século XX. Samuel Lowrie em *Culture Conflicts in Texas (1533-1535)* publicado pela Columbia University Press, em 1917, e Kroeber, em *Antropology*, de 1923. Tais referências ecoam na economia do texto de Rodrigues, para justificar seu argumento, e também facilitar o contraponto que dá sustentação aos maus exemplos e exageros que não devem ser seguidos, e assim, constituir a defesa da

³⁹ Idem, s/p.

necessidade metodológica de uma perspectiva cultural, antropológica, proporcionando um alargamento da significação de uma nova prática historiadora.

José Honório começa sua defesa da relação com a antropologia assinalando o caráter do fenômeno cultural. Em sua leitura, a cultura é um elemento eminentemente histórico, uma vez que em seu estágio de desenvolvimento ela sofre determinação dos momentos precedentes, em um movimento concomitante e gradual do tempo. Em suas palavras:

Todo fenômeno cultural é social e a cultura é determinada pela cultura anterior. Isto é, toda forma cultural encontra nos fundamentos culturais [sic] anteriores sua gênese. Os padrões básicos e tradicionais do ambiente cultural modelam a forma e o conteúdo dos futuros typos [sic] e valores culturais[sic]. Dahi[sic] o anti-psychologismo[sic] nas ciencias[sic] sociais.

A relação aberta com as disciplinas vizinhas da história, sejam elas a antropologia, ciências sociais, e mesmo psicologia, davam-se na defesa estrita do caráter histórico da análise. Sem recair em determinismo ou uma postura unilateral, José Honório Rodrigues sentenciava um alargamento da concepção da prática historiográfica, chamando a atenção dos historiadores para aspectos e processos além do recorrentemente aceito e fabricado pelos historiadores. Portanto, os historiadores não eram, na visão de Rodrigues impedidos de praticarem a interdisciplinaridade, eram encorajados a tal, desde que o caráter histórico fosse mantido e fortificado. Como sustenta:

Isso não impede, porém, que outros achem que a história pode buscar na psicologia as mais importantes informações relativas à motivação, execução e limitações das atividades humanas. É mesmo impossível a um historiador compreender os padrões de conduta dos homens no passado, sem um conhecimento de psicologia geral da conduta humana. Eis porque aquelas restrições não impedem o reconhecimento do valor da psicologia para a compreensão da ação individual, dos contatos culturais e sociais, e finalmente para verificar a influência da imitação e da tradição⁴⁰.

Ao mesmo tempo em que pontuava diagnósticos e oferecia saídas possíveis, em sua perspectiva a cautela também se fazia presente, uma vez que a denúncia de extremos era o embasamento do seu argumento. Os antropólogos citados anteriormente – Lowrie e Kroeber – aparecem novamente, como o contraponto, ou mesmo, como exemplos, que encorajam a análise cultural para a historiografia, mas os excessos devem ser contidos, ou melhor, a cautela reflexiva deve ser posta à prova para que não se fabrique determinismos ou recaia em excessos:

É bem verdade que há na interpretação de Lowrie e Kroeber, uma tentativa, por assim dizer forçada de buscar ver as coisas e os aspectos sociais por um prisma culturalista. Essa maneira de compreender não parece ser a mais acertada. Os dois ardentes defensores tem encontrado opositores. Goldenweiser, Wissler e outros [...] mostram os exageros do auriorismo [sic] culturalista. Reconhecem a importância do psicólogo, embora este não abranja toda a realidade social, mas a “coisa social” não

⁴⁰ Idem, s/p.

pode ser compreendida de um modo puramente psicologico, apesar da compreensão moderna dos factos sociais. Não é certo que nós somos um todo em face de situações totaes? Mas por isso mesmo a situação que é social não pode ser interpretada somente pela visão psicologica⁴¹.

Logo, se a intenção da análise é a reconstituição total do passado, ou mesmo, a atenção para o todo social, uma leitura unilateral que elenque uma única medida reflexiva não cumprirá objetivo algum, ou não será feliz em uma análise do todo social. A defesa de uma atitude metodológica que abarque uma análise de unidades sociais, e que entenda estas pela concepção de totalidade culmina em uma postura interdisciplinar, pois um só campo do conhecimento, em se tratando de análises socioculturais, não daria conta de compreender o movimento da “coisa total”, ou das mesmas unidades que o compõe. Esta interpretação do trecho acima, que se soma com a defesa marcante da interdisciplinaridade, juntamente com uma postura culturalista para a história, fica muito mais ao critério de minha leitura, posto que Rodrigues, em 1939, não deixa claro o que compreende por situações totais, e não volta a tratar de tais conceituações. Jogando com um vocabulário de pouca precisão, as suposições pelos sentidos precisos de “unidades históricas”, “coisa social” e “situações totais”, parecem reverberar em sinônimos que exemplificam o coroamento metodológico que dá justificação a suas prescrições. Logo, esta referência a fraqueza de um argumento unilateral frente a situações totais, pela escrita da história, e a atenção de um historiador por estes problemas ao conhecimento histórico, colocaria o mesmo frente a necessidade de abrir a história aos meandros das ciências próximas. Seria, apenas, por meio de tais saídas que a historiografia deixaria seu engessamento e sua característica de “crônica fácil”. Em síntese, e em termos de conteúdo de análise, Rodrigues flerta com a multiplicidade de pontos de vista, devido à defesa de várias visões que são necessárias para que se compreenda a “coisa total”. Porém, do ponto de vista da forma, a saída que propõe é uma só, isto é, um unilateralismo do contato com as ciências sociais, onde o método é o coroamento da mudança.

Dando sequência ao argumento, Rodrigues volta a enunciar o trabalho dos antropólogos anteriormente citados, apontando para a possibilidade de uma reflexão que sistematiza uma postura cultural na construção dos fatos. A antropologia considera Rodrigues, através do trabalho de Lowrie e Kroeber, é reivindicada, em sua compreensão: “puramente para julgar um acontecimento histórico”. E continua:

O sr. Samuel Lowrie é o interprete culturalista de um facto humano. Isto é, recorre à **antropologia puramente para julgar um acontecimento histórico**. Já declaramos e queremos frisar, aqui, que se não trata de socorrer-se da antropologia, **mas de usal-a para a compreensão total do facto histórico. A situação histórica é vista antropologicamente. Ahí que não concordamos**. Mas é cedo para discordar ou

⁴¹ Idem, s/p.

criticar. [...] Lowrie, em “Culture and Ethnology” (1917) e Kroeber em “Antropology” (1923) afirmam que qualquer mudança na cultura de um grupo é sempre precedida de certas **condições culturais** [sic]. Estas é que possibilitam as transformações. Não seria pois, de espantar que, seguindo as diretrizes de seus mestres, Lowrie explicasse todo facto histórico do Texas como um conflito de cultura. É, aliás, a impossibilidade de atribuir as causas culturais o “complexo condicionador” do facto histórico-social que o leva a pôr em relevo todas as outras condições históricas “condicionaes”[sic] do caso⁴².

Pela leitura de Rodrigues, a respeito dos antropólogos, fica claro o que o historiador deveria e não deveria fazer quando estabelece uma relação interdisciplinar. Neste caso, a antropologia deveria, juntamente com uma perspectiva cultural, ser reivindicada, diferentemente de Samuel Lowrie, não para constituir um tribunal do acontecimento histórico, mas o analista, ou neste caso, o historiador deveria usar da antropologia como uma ferramenta interpretativa, dentre várias disponíveis, para compreender o fato histórico, ou as condições que o fazem possível. Sendo que a antropologia, nesta interpretação de Rodrigues, possibilita a compreensão dos processos condicionadores da relação entre os elementos históricos, sociais e os culturais.

Em termos gerais, um dos pontos de partida de *Interpretação Culturalista da história* era diagnosticar os limites dos historiadores, e a pouca sensibilidade dos mesmos às mudanças. Se a economia do texto de 1939 aponta para a necessidade e reivindicação de uma interdisciplinaridade com as ciências sociais, era um dado existente do qual evidenciava algo que já estava em curso, e ao citar o seu próprio texto – *Civilização Holandesa no Brasil* – José Honório apontava para esta realidade que pouco se levava em consideração. Portanto, segundo Rodrigues, os historiadores: “não se têm ainda recorrido deste método de analyse cultural, o que tira em parte o valor de suas reconstituições ambientais”⁴³

As considerações de *Interpretação Culturalista da História* apontam a um horizonte de expectativa de Rodrigues para com o futuro da disciplina da história, ou o que deveria ser feito para que este futuro disciplinar fosse aberto. Nesse sentido, as considerações, somam-se a sua publicação com Joaquim Ribeiro. *Civilização Holandesa no Brasil* pode ser tomada como um exemplo do que deveria ser o trabalho do historiador. Não irei apontar uma análise detalhada dessa publicação⁴⁴, uma vez que foge ao tema do capítulo, apenas, a fim de ilustrar a posição de Rodrigues, apontarei o plano da obra e o modo como se relaciona com a sua posição culturalista.

⁴² Idem, s/p.

⁴³ RODRIGUES, José Honório. *Interpretação culturalista da História*. Op. Cit. s/p.

⁴⁴ Uma análise detalhada a respeito de *Civilização Holandesa no Brasil* foi desenvolvida em “A Arquitetura do Novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues” de André de Lemos Freixo. Ver a segunda seção do capítulo 1.

Constituindo-se como um ensaio histórico interpretativo, mas sem dispensar o recurso às fontes e discussão historiográfica, Rodrigues e Ribeiro apresentam uma tentativa de reconstrução histórica do período holandês. Sem recair a uma análise biográfica, ou mesmo embasada em uma história eminentemente administrativa, os problemas sociais e culturais saltam aos olhos, posto que a intenção caminha na construção de um plano de trabalho que tem por pressuposto um corte temático, muito mais do que uma determinação cronológica. Esse recorte temático que caracteriza a forma como foi pensada e trabalhada a estrutura narrativa de *Civilização Holandesa no Brasil*, objeta a um fim, como sustenta Rodrigues e Ribeiro:

Convém salientar [...] o feitio deste ensaio é contrário à atitude profundamente *lateral* dos que tomam por base a biografia, tão em moda entre os historiadores romancistas dos nossos dias ou da vida administrativa, tão do gosto dos antigos historiógrafos. Procuramos, ao contrário, **reconstituir o ambiente histórico-social, estudando as condições econômicas determinantes, os elementos raciais, culturais e linguísticos, que concorreram para definir o referido momento histórico**⁴⁵.

Se a “intenção” dos autores está para com a reconstituição do ambiente histórico social, assim como para os aspectos determinantes da economia, e também, da cultural, língua e etc., é colaborativa a visão desencadeada em *Interpretação Culturalista da História*, discutido anteriormente. Em termos gerais, a posição tomada em *Civilização Holandesa no Brasil*, apresenta uma nova orientação à prática historiográfica que aponta uma posição que vai além da história tradicional, ou do passado político, biográfico, administrativo, e lança bases para se pensar o desenvolvimento de uma nova concepção de história desencadeada por Rodrigues, que aproxima a história das ciências sociais.

Dividida em três problemáticas gerais, e um desenvolvimento da sociedade holandesa em Pernambuco, *Civilização Holandesa no Brasil* aponta em um primeiro momento o problema do mar, ou a “civilização”⁴⁶ do atlântico, indicando o desenvolvimento da liberdade dos mares, como também o modo com que a Holanda contrasta a hegemonia dos países ibéricos.

A argumentação estrutura-se na apresentação da emergência de uma nova cultura, ou mesmo civilização propiciada pelas trocas econômicas marítimas, desencadeada pelos países ibéricos, e suas conseqüentes perdas de hegemonia. Logo, o que interessa neste primeiro momento é compreender “o próprio estilo de vida, que se torna burguês e mercantil”⁴⁷.

⁴⁵ RODRIGUES, José Honório; RIBEIRO, Joaquim. *Civilização Holandesa no Brasil*. Op. Cit. p. 5.

⁴⁶ Idem, p.3.

⁴⁷ Idem, p.63.

Rodrigues, também apresenta as discussões que permearam o século XVI e XVII no que toca o discurso jurídico e a questão da liberdade dos mares. Este princípio de liberdade marítima era considerado na leitura de José Honório, como um ideal burguês em desenvolvimento, pois ao lado dessa pretensa liberdade dos mares, encontrava-se também a liberdade de comércio. Partindo das discussões teóricas das diferentes doutrinas da época, a argumentação a respeito da problemática dos mares propiciada pelo discurso jurídico, ofereceu a Rodrigues, uma forma de compreender, em suas palavras: “[...] o surto destas teorias impulsionadas pela Reforma e pelo grande desenvolvimento da era atlântica”⁴⁸.

Se em um primeiro momento, a economia do texto de *Civilização Holandesa no Brasil*, desenvolvia a problemática dos mares, o problema da terra, e logo, uma relação com a ciência geográfica era o próximo passo da argumentação. A problemática da terra foi dividida em seis pontos gerais. Primeiramente, o plano geográfico do litoral norte do Brasil, ou seja, uma análise das razões das escolhas por Pernambuco, frente ao fracasso da ocupação holandesa na Bahia. Seguido de uma análise a respeito da construção de um centro econômico, gerenciado em Pernambuco. Os aspectos antropogeográficos, assim como os movimentos de expansão por terra e mar, e por fim, as características das regiões naturais eram discutidas na sequência.

Um terceiro momento, ou problemática, diz respeito da questão populacional e a caracterização étnica do domínio holandês. Nesse ponto, a visão histórica que dá sustentação ao ensaio como um todo, soma-se as lições de antropologia, e faz com que a visão do historiador aproxima-se de um olhar culturalista, para que possa ser compreendido, através dos movimentos temporais, as caracterizações e diferenças da população no Brasil holandês. Como sustenta Rodrigues: “A ciência antropológica, examina esses elementos componentes da colcha racial do Brasil Holandês, fundada, sobretudo, em dados históricos dignos de apreço”⁴⁹. Partindo de categorizações generalizantes, o elemento europeu, ou a constituição étnica dos povos dos países baixos, é somado a uma análise que enreda a narrativa com o elemento americano, o negro africano e o oriental. As considerações para com o domínio holandês, e os distintos elementos étnicos perpassavam a uma distinção da composição racial que tinha por fundamento a quantificação por sexo. Nas palavras de Rodrigues:

Os elementos europeus e orientais eram quase que exclusivamente formado de *homens*. Somente o elemento negro-africano e o elemento ameríndio continham grande número de *mulheres*. A *preta* e a *índia* é que se submetiam ao regime da poliandria, imposto pelas condições sociais, uma vez que a *mulher* dos demais

⁴⁸ Idem, p. 75.

⁴⁹ Idem, p.140.

elementos era rara. Esse verdadeiro regime poliândrico deu origem a inúmeros mestiços de variedade espantosa. A *mulher* escrava (preta ou índia), sem embargo prolífera (utilíssima, portanto, a uma terra quase não povoada) levava ao seu descendente a tara deplorável de inúmeros complexos de inferioridade, oriundos de sua condição social. O mestiço, portanto, não podia fugir a esse determinismo psico-biológico⁵⁰.

Na sequência, a patologia das raças dava fundamento às diferenças, em grau de adaptação ao ambiente na colônia e as relações raciais entre si. As distinções étnicas, entendidas por um ponto de vista cultural e de adaptação ao meio geográfico, marcavam uma caracterização dessa colcha racial do domínio holandês que tinha, na concepção dos autores, uma análise condicionada ao ambiente⁵¹.

A especificação da “colcha racial” no domínio holandês caminha na análise de Rodrigues e Ribeiro, ao amalgama das etnias, que se defrontavam na colônia holandesa. A respeito das relações étnicas, e de uma possível etnografia, a problematização se dava em termos culturais, e a pergunta guia, pautava-se sobre os efeitos da influência flamenga na formação cultural de Pernambuco. Seguindo o historiador alemão, Wätjen, afirmam Rodrigues e Ribeiro:

A etnografia do Brasil Holandês ainda não foi reconstituída. É certo que já na obra fundamental de Wätjen há dados a respeito. Usos e costumes da colônia batava acham-se , aí, registrados. Falta, todavia, uma contribuição em que se aponte a superposição dos complexos culturais holandeses sobre os complexos culturais dos colonos lusitanos, dos ameríndios e dos negros. Essa superposição merecia ser esclarecida, afim de serem discriminados os diversos materiais, que essa correntes étnicas trouxeram aquela região no mencionado período do século XVII⁵².

As influências etnográficas ligadas à vida material e espiritual, na compreensão de Rodrigues e Ribeiro, podem ser analisadas por meio das análises da influência holandesa no folclore, como também por meio de uma análise linguística, notando para as diferentes línguas do domínio holandês e da dificuldade do colono em falar o holandês frente ao português, como também, a influência do holandês no português do Brasil, ou em específico do nordeste brasileiro. As influências são pequenas, mas visualizáveis, visto o curto período dos holandeses no Brasil⁵³.

Ainda, sobre o problema das gentes, Rodrigues e Ribeiro terminam por uma análise pelo viés psicológico a respeito dos complexos de superioridade do conquistador holandês, frente a um processo de subjetivação que os colocava em meio a um espírito livre, pois a liberdade nacional, que deu origem a guerra da conquista na Holanda e a uma “unificação”

⁵⁰ Idem, p.148.

⁵¹ Idem, p, 156.

⁵² Idem, p, 166.

⁵³ Idem, p.189.

dos países baixos, como também, a deflagrada liberdade dos mares e o surgimento do imperialismo colonial, seria o mote para a construção dessa superioridade do conquistador neerlandês. Como afirmam:

Quando se realiza a conquista do Brasil, o conquistador batavo ainda estava no esplendor de sua conduta heroica: era o campeão da liberdade da Pátria e da liberdade do comércio. A decadência do domínio holandês já se processa no início da transformação desses dois grandes ideias⁵⁴.

A terceira parte de *Civilização Holandesa no Brasil* é ilustrativa de uma perspectiva cultural para a escrita da história. Através desse terceiro momento, uma relação ativa de interdisciplinaridade é colocada como movimento analítico e dá forma a divisão do capítulo, porque os diferentes aspectos da questão das gentes são avaliados em uma relação com outras disciplinas. Nesse sentido, as subseções do terceiro capítulo são nomeadas, antes da especificação do problema a ser tratado, a partir das demais ciências sociais, ao exemplo, da Antropologia, dando abertura a questão das raças no Brasil Holandês; Etnologia e a questão de uma distinção étnica ou cultural; Etnografia e a questão das caracterizações da vida material e espiritual e a influência dos holandeses em Pernambuco; Linguística abrindo a possibilidade de uma reflexão histórica sobre os entrelaçamentos, como também as distinções das línguas no período, e por fim, a Psicologia e a questão da formação de uma subjetividade, ou como os autores chamaram “complexos de superioridade” do conquistador neerlandês.

Por fim, o último momento do texto trata da sociedade, o desenvolvimento urbano a partir da ocupação holandesa em Pernambuco, como também o meio rural, apresentando os contrastes sentidos pelos holandeses com a forma lusitana da construção da vida colonial. Ainda, seria tema do capítulo a questão do “espírito do renascimento”. Nas palavras de Rodrigues:

O período holandês de Maurício de Nassau marca na história da cultura brasileira o primeiro reflexo sul-americano de Renascimento europeu. Até o século XVII o espírito do Renascimento não bafejara o continente americano. Na colônia lusitana, imperava, com todo vigor, o espírito da Companhia de Jesus e esse espírito era, na essência, um regresso ao ideal do Medieval, ao missionarismo medieval, que se procurava restaurar⁵⁵.

Assim, o que dá sustentação à seção referente ao “espírito do renascimento” é a transformação no campo cultural para o desenvolvimento das artes na colônia. Nesse sentido, se faz sentir pela análise de Rodrigues, o desenvolvimento da pintura, da arquitetura e urbanismo, assim como da música. Uma observação paralela ao desenvolvimento das artes

⁵⁴ Idem, p.200.

⁵⁵ Idem, p, 263.

toca a representação tecida a respeito do cosmopolitismo de Recife. Segundo Honório Rodrigues:

O Recife foi, então, o centro mais cosmopolita da América. Isso nos leva a concluir, que, em virtude desse cosmopolitismo, as letras entraram em decadência ao passo que, por compensação, as artes de cunho material (artes plásticas, arquitetura, música, urbanismo, etc.) tornaram enorme incremento⁵⁶.

O impedimento da literatura deu-se pela dificuldade de uma homogeneidade linguística no período holandês em Pernambuco. A disparidade entre o português, holandês, os idiomas indígenas e negros, proporcionaram as artes de cunho material, embasadas em uma linguagem mais universal, ou internacional o predomínio e desenvolvimento.

A parte final do capítulo intitulada “Revolução” apresenta uma narrativa a respeito da queda do domínio holandês, e da sua conseqüente recuperação por parte dos pernambucanos do território. Rodrigues toma partido de Barbosa Lima Sobrinho, na questão a respeito da formação de identidade nacional, quando da recuperação pernambucana do território. Entendido como uma postura interpretativa absurda e extravagante considerar as lutas contra os holandeses como a formação de uma unidade da nação brasileira. Cito Rodrigues:

Não há entre os insurgentes essa idéia nacional, tanto assim que os preocupa muito saber se o governo português está disposto a ajuda-los. Quando a guerra termina com a vitória dos pernambucanos, aí, sim, pode-se notar que ela irá influir na formação do espírito nacional. A vitória irá congrega os homens aqui localizados para só mais tarde acentuar nos nacionais o espírito de independência e rebeldia contra ‘Portugal que tudo leva do Brasil, que tudo dá’.

Logo, não seria a vontade por recuperar o território na interpretação defendida por Rodrigues e Ribeiro, que impulsionariam um espírito nacional, vide a cooperação portuguesa, mas somente na integração do território com a luta terminada e a vitória nas mãos pernambucanas que impulsionaria um processo de construção nacional.

Em suma, *Civilização Holandesa no Brasil* apresenta em termos gerais uma análise histórica, composta na forma ensaística, que apresenta por meio de problemas gerais, ou tópicos ordenadas por uma relação interdisciplinar, as questões históricas, culturais, sociais e econômicas da construção da ocupação holandesa em Pernambuco.

Há, no entanto, um respeito cronológico, mas não linear dos acontecimentos. O primeiro capítulo apresenta às aspirações holandesas para com a invasão, e a última subseção do último capítulo narra à derrocada de Pernambuco holandês. Todavia, o desenvolvimento alia muito mais uma análise dos processos históricos, que competem aos pesquisadores disporem das diferentes durações históricas que entrelaçam os problemas da composição do domínio holandês e dos diferentes processos que levaram a sua construção, ao exemplo, do

⁵⁶ Idem, p, 265.

capítulo em que discutem a composição populacional. No entanto, fica claro o confronto entre o “velho” e o “novo”, apresentado em *Interpretação Culturalista da História*, posto que *Civilização Holandesa no Brasil* pode ser entendida como o exemplo corrente de um novo modo possível de escrever história, onde as questões sociais, culturais, econômicas, isto é, questões presentes na sociedade brasileira contemporânea aos pesquisadores são confrontadas através de uma perspectiva histórica.

2.2. Os anos de desenvolvimento

Do ponto de vista cronológico, a década de 1940 é, em certa medida, decisiva para que se compreenda a escritura do projeto de Rodrigues que inscreve sua *Teoria da História do Brasil* como uma proposta de repensar a disciplina histórica no Brasil. Para tanto, é necessário que se compreenda como venho apontando, que tal desenvolvimento, que ao mesmo tempo epistemológico, e por consequência, bibliográfico, não é uma postura isolada em sua trajetória, mas resultante da constituição de suas preocupações como historiador desde os anos de juventude.

José Honório Rodrigues pode ser representado como um historiador que não só escreve história, mas debruça-se a refletir os mesmos pressupostos que dão força e possibilidade a sua escrita. Nesse sentido, essa seção terá por objetivo cruzar, juntamente com os textos, aspectos que em minha leitura se tornam decisivos para esse desenvolvimento.

Apontei anteriormente a postura culturalista defendida em 1939. Uma perspectiva de trabalho que questiona as formas aceitas e hegemônicas do conhecimento histórico e que, para Rodrigues, constitui-se como alternativa possível a uma historiografia revigorada.

Nesse sentido, volto a reiterar fragmentos de sua trajetória. José Honório trabalharia de 1939 até 1944 no Instituto Nacional do Livro (INL), como Auxiliar-técnico e assistente de Sergio Buarque de Holanda. O que significava o INL nos quadros nacionais? E qual seria o impacto da experiência de Rodrigues, em sua trajetória naquela instituição? Começarei pela segunda questão.

Para compreender o impacto do INL na experiência de Rodrigues, sigo as considerações de André de Lemos Freixos. Em suas palavras:

A partir de sua experiência no INL, sua escrita se tornou cada vez mais voltada a um horizonte de leitores e pesquisadores especializados. Balizado pelo respaldo institucional ali oferecido, Rodrigues começou a se expressar como um especialista e em defesa da especialização nos estudos históricos. Essa especialização viria com o estudo e conhecimento dos procedimentos e normas metodológicas para o

tratamento e crítica de documento de época. As chamadas “**ciências auxiliares**” da **história**⁵⁷.

A interpretação de Freixo corresponde a uma leitura que indica certa predileção por parte de Rodrigues, em especializar-se, não só nos procedimentos disciplinares da história, mas principalmente nos elementos pragmáticos e editoriais da produção e publicação de livros, como também de edições de documentos. Os textos que integram as subseções dessa seção apresentaram elementos substanciais a tais afirmações. O que se deve considerar, antes de qualquer afirmação, é o que se compreende por Instituto Nacional do Livro, e quais eram suas atividades, desde que foi criado pelo Governo de Getúlio Vargas.

A nomeação do poeta gaúcho Augusto Meyer⁵⁸, para compor os quadros do governo em 1937, por decreto de Vargas, logo que assume, marca o início das atividades do INL. Com o intuito de criar o Instituto Nacional do Livro, Augusto Meyer desenvolve a reforma do Instituto Caíru, um órgão, segundo Laurence Hallewell, de pequena importância⁵⁹. Seguindo o autor, o INL que Meyer dirigiria até 1954 – ano da morte de Getúlio Vargas –, e novamente, de 1961 a 1967, foi uma consequência direta do golpe de Estado que instauraria o Estado Novo, em 1937⁶⁰.

Imbuído da vontade de criar, tal qual fora desenvolvido na Itália, uma enciclopédia e um dicionário nacional para o Brasil, Vargas mostrava a necessária e paternal preocupação com a cultura nacional. Contudo, afirma Hallewell: “a tarefa foi planejada em escala por demais ambiciosa e jamais recebeu os recursos apropriados; assim, permaneceu inacabada por sessenta anos”⁶¹. Somado a esse objetivo nunca finalizado, o INL teria por função publicar

⁵⁷ FREIXO, André de Lemos. *Arquitetura do Novo. Op. Cit.*, p.98. [Grifos meus].

⁵⁸ A relação entre Estado Novo, de 1937, e os intelectuais, bases diretivas de sua política cultural, lançam aspectos decisivos para a composição do funcionalismo público no Brasil. A posição de Augusto Meyer não foge à regra, assim como, a de José Honório Rodrigues. O que se deve ponderar é que a cooptação por parte do Estado, por meio de tais figuras, não invalida a significação de suas produções intelectuais. Segundo Miceli, Augusto Meyer, poeta gaúcho, reputado nos meios das colaborações literárias que publica na imprensa de Porto Alegre, aproxima-se do grupo de letrados e políticos que se reuniam em torno à Livraria do Globo. Nas palavras do sociólogo: “Ao contrário de outros intelectuais de sua geração que não encontraram meios de vencer as resistências que se interpunham às suas pretensões de ingresso na administração pública, Meyer consegue desde então compatibilizar seu trabalho intelectual com os encargos como funcionário. Tendo passado de primeiro a terceiro oficial, e mais, tarde, a diretor da biblioteca Publicado do Estado [Rio Grande do Sul], acaba recebendo o chamado de Vargas para assumir a direção do Instituto Nacional do Livro”. MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.235.

⁵⁹ HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p.392.

⁶⁰ Idem, p.392.

⁶¹ Idem, p.393.

todo tipo de obras raras ou significativas aos interesses da cultura luso-brasileira que não apresentassem qualquer possibilidade de encontrar uma editora privada⁶².

Esse segundo plano de desenvolvimento seria suspenso em 1964, com o Golpe Civil-militar, mas segundo Hallewell, foi o único programa que se concretizou na gestão de Meyer. Posteriormente a essas iniciativas, o INL ficou encarregado da produção de uma bibliografia nacional atualizada, obra que a Biblioteca Nacional, não desenvolveria, pois, como afirma, Hallewell:

[...]vinha lutando por realizar desde 1847, quando lhe foi concedido o privilégio do chamado ‘depósito legal’. Infelizmente, existe, na administração brasileira, um hábito profundamente arraigado: primeiro, torna-se inviável um órgão do governo (especialmente aqueles sem boas ligações com os centros do poder) com a dotação de recursos insuficientes, e depois, quando suas conseqüentes deficiências se tornam intoleráveis, cria-se outro órgão inteiramente novo (e no início, com recursos mais pródigos) para assumir – ou, mais frequentemente, apenas duplicar – algumas ou todas as funções do primeiro órgão⁶³.

Este impasse, quase uma patologia do funcionamento da administração pública brasileira, possibilitou que entre os anos de 1938 e 1972, a Biblioteca Nacional e o INL, esforçassem cada qual a sua condição, para produzir uma bibliografia nacional; *Bibliografia Brasileira*, anual, do último, e vinha a público rapidamente, mas diferentemente do *Boletim Bibliográfico Brasileiro*, editado pelo setor privado, cujo conteúdo bibliográfico era, na realidade, trabalho de Áureo Ottoni, do INL⁶⁴. Ao que toca o INL, deve-se considerar que desde o decreto de 1937, o Instituto ficava encarregado das funções de instrumento de controle direto do governo sobre os livros que poderiam ser legalmente publicados ou importados no Brasil. Segundo Hallewell, passados dois anos de silêncio sobre essas funções, tais medidas sairiam do controle do INL, e passariam a fazer parte de um serviço de censura, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Em linhas gerais, o governo Vargas confiou duas áreas de responsabilidades ao INL. Primeiro, desenvolver bibliotecas públicas. Segundo, administrar os interesses mais amplos do livro no Brasil.

Ao lado das implicações históricas do INL, deve-se ainda considerar as motivações de cunho mais gerais a respeito do desenvolvimento do livro no Brasil. Processo conjunto que alia iniciativas públicas e privadas pela construção de um mercado editorial, que até esse momento encontrava-se em consolidação, com a publicação cada vez mais presente de livros para um público mais amplo, e também, especializado. Segundo Freixo:

⁶² Idem, p.393.

⁶³ Idem, p.393.

⁶⁴ Idem, p.394.

A publicação de livros voltados para um público mais amplo começa a crescer no país. Crescia também o número de publicações elaboradas por e para especialistas das mais variadas esferas de conhecimento, o que também não era atividade tão comum no Brasil. Em fins dos anos 1930, os esforços editoriais que se seguiram aos bem sucedidos empreendimentos das grandes coleções como a *Brasiliana* (1931) e a *Documentos Brasileiros* (1936), entre outras congêneres contribuíram para essas mudanças⁶⁵.

Fábio Franzini destaca em “*À Sombra das Palmeiras: A coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936 – 1959)*”, para a *Coleção Documentos Brasileiros* da Editora José Olympio como o ponto de convergência entre os diferentes sujeitos que constituíram o sistema intelectual do período, que vai de 1936 a 1959. Esse recorte de seu trabalho de doutoramento tem o intuito de apontar para a formação de um sistema intelectual, a partir do estudo das condições de produção, difusão e consumo do saber histórico no Brasil, na primeira metade do século XX⁶⁶. Objetando um estudo, a partir da história da historiografia, a fim de compreender as transformações que a *Coleção Documentos Brasileiros* provocava na historiografia brasileira nos anos de 1930, Franzini destaca a criação da coleção, em vistas do mercado editorial, ou mesmo da conjuntura do livro no Brasil, não apresentava um caráter isolado. Em suas palavras:

Como também se sabe, a *Documentos Brasileiros* não foi a única coleção lançada na década de 1930 destinada à apresentação e discussão dos temas nacionais. No contexto do movimento intelectual que, segundo Gilberto Freyre, então agitava o país – movimento visto, não sem certa mistificação, por uma ampla gama de autores contemporâneos e pósteros como decorrência da “Revolução de 30” –, várias editoras realizam empreendimentos semelhantes, como a Companhia Editora Nacional e sua *Brasiliana* (esta a pioneira, lançada em 1931) a Schimit e sua *Coleção Azul* (1932), a Martins e sua *Biblioteca Histórica Brasileira* (1940)⁶⁷.

Portanto, os anos de 1930 e 1940 podem ser lidos, a partir dessa chave interpretativa, como o marco da ampliação dos interesses do livro, ou mesmo, da formação de um mercado editorial, onde a iniciativa privada e o poder público, cada qual ao seu campo de atuação, firmam um papel de fomentadores culturais em um ambiente que até então se mostrava como inóspito a grandes empreendimentos bibliográficos. Segundo Heloisa Pontes:

Nos anos 30, passou a ser realizado por um número maior de pessoas: jovens e talentosos brasileiros que estabeleceram inúmeras editoras, principalmente nos centros urbanos de maior poder econômico, social e político, como o Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Renovando o mercado de livros e o seu produto, esses editores passaram a se reconhecer como grupo [...] e a se representarem como portadores de uma “missão social” análoga a dos intelectuais. Eram os novos “heróis civilizadores”, que se propunham a erradicar a miséria

⁶⁵ FREIXO, André de Lemos. *A Arquitetura do Novo. Op. Cit.*, p.101.

⁶⁶ FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras. A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936 – 1959)* [Tese de Doutorado]. São Paulo: USP, 2006, p.13.

⁶⁷ Idem, p.13-14.

espiritual do país, através da produção desse novo alimento nativo: o livro nacional, editado no país e escrito por autores brasileiros⁶⁸.

Assim, a história dos livros e dos editores, aproxima-se da história dos intelectuais do mesmo período. Segundo Mônica Velloso, seria a partir dos anos de 1930, que os intelectuais brasileiros passaram sistematicamente a direcionar seu campo de atuação para o âmbito do Estado, tendendo a identificá-lo como a “representação superior da ideia de Nação”⁶⁹. Diferentemente do século XIX, para usar a expressão de Machados de Assis no discurso de fundação da ABL, os intelectuais eram representados em um ideário da “torre de marfim”⁷⁰, onde se refugiariam no mundo das ideias, tendo como único objetivo a preocupação literária⁷¹. No Estado Novo, no entanto, essa visão cairia em desuso, como aponta Velloso:

No Estado Novo, o intelectual responde à chamada do regime que o incumbe de uma missão: a de ser o representante da consciência nacional. Reedita-se, portanto, uma ideia já enraizada historicamente no campo intelectual. O que varia é a delimitação do espaço de atuação deste grupo – da torre de marfim para a arena política – permanecendo o seu papel de vanguarda social. O trabalho do intelectual – agora engajado nos domínios do Estado – deve traduzir as mudanças ocorridas no plano político⁷².

⁶⁸ PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das coleções brasileiras, nas décadas de 1930, 40 e 50. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 26, p. 56-89, 1988., p.59.

⁶⁹ VELLOSO, Mônica. Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*. Paraná, v. 1, p. 1, 1997, p.58.

⁷⁰ Vale destacar que essa representação do intelectual na “torre de marfim” imputada aos homens de letras do século XIX no Brasil é questionável. Nicolau Sevcenko em *A Literatura como Missão*, tese de doutorado publicada em 1983, destaca para a imagem e ação intelectual do período, entre o século XIX e início do XX, indicando os processos de transformação que passava o Brasil, com o foco na capital federal, assim como os desdobramentos das letras e da categoria do intelectual. Em suas palavras: “Arrojados num processo de transformação social de grandes proporções, do qual eles próprios eram fruto na maior parte das vezes, os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia. A palavra de ordem da “geração modernista de 1870” era condenar a sociedade ‘fossilizada’ do Império e pregar as grandes reformas redentoras: ‘a abolição’, ‘a república’, ‘a democracia’. **O engajamento se torna a condição ética do homem de letras.** Não por acaso, o principal núcleo de escritores cariocas se vangloriava fazendo-se conhecer por ‘mosqueteiros intelectuais’”. SEVECENKO, Nicolau. *A literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p.79 [grifos meus]. Vale destacar que os intelectuais do período não representam um grupo homogêneo, ou nem mesmo um único grupo. Principalmente depois da consolidação do regime republicano. Pulverizado as esperanças de transformação e da “grande mudança”, como sustenta Sevcenko, a condição dos intelectuais oscilou entre pelo menos duas frentes dissonantes, ou seja, a tradição engajada da geração de 1870 e a tendência à assimilação desvirilizadora da nova sociedade. Idem, p.102. É importante destacar, em contraste com a imagem da “torre de marfim”, para figuras como as de Silvio Romero, Joaquim Nabuco, Afonso Arinos, Mello Moraes, Lima Barreto, Euclides da Cunha e Graça Aranha que reforçavam na perspectiva de Sevcenko, a imbricada relação do homem letras em concomitância com o engajamento político, levando a significação da literatura como missão.

⁷¹ VELLOSO, Mônica. Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo. *Op. Cit.*, p. 59.

⁷² PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das coleções brasileiras, nas décadas de 1930, 40 e 50. *Op. Cit.* Idem, p.60.

A aproximação dos intelectuais com o Estado gera a formação de um funcionalismo público, e coopta para a vida pública do país esse grupo que até então ficava a parte das questões políticas nacionais. Imbuído de uma tarefa precisa por parte do regime varguista, os intelectuais desempenhariam a função de integrarem um programa de propagação cultural. Como sustenta Sérgio Miceli em *Intelectuais e a Classe Dirigente*:

Durante o regime Vargas, as proporções consideráveis a que chegou a cooptação dos intelectuais facultaram-lhes o acesso às carreiras e aos postos burocráticos em quase todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviços de segurança etc.). Mas, no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia, sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma *intelligentia* e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico⁷³.

Porém, essa integração por parte do Estado dos intelectuais, não é o mesmo que categorizá-los como um grupo homogêneo e aliado fielmente ao Regime. Nesse caso, a relação entre modernismo e Estado Novo é decisiva. Nas palavras de Velloso: “Se a vertente modernista conservadora é a vitoriosa no interior da doutrina estadonovista, o regime não exclui a colaboração de outros intelectuais que defendiam projetos culturais mais inovadores, como é o caso de Carlos Drummond de Andrade e Mario de Andrade”⁷⁴.

Para que não se recaia em um determinismo interpretativo, onde a integração dos intelectuais no Estado funciona como uma vontade ideológica e de cooptação para um projeto de doutrinação da população propriamente dito, essa inserção dos intelectuais colabora ao desenvolvimento do funcionalismo público⁷⁵, como assinalado anteriormente, visto que esses

⁷³ MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920 -1945)*. In: *Intelectuais a Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p.198.

⁷⁴ VELLOSO, Mônica. *Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo*. *Op. Cit.* p.70.

⁷⁵ A constituição de um funcionalismo público e a correlacionada cooptação dos intelectuais pelos aparelhos de Estado justifica-se pela interpretação que inscreve, entre os anos de 1930 e 1945, um processo de centralização autoritária e burocratização das carreiras intelectuais, gerando a redefinição dos canais de acesso e influência para a expressão dos interesses econômicos regionais junto ao poder central, consistindo na constituição de um aparato burocrático que prestou uma contribuição própria, ao sistema vigente. Miceli, Sérgio. *Intelectuais e a Classe Dirigente*. *Op. Cit.* p, 199. Essa “construção institucional”, palavras de Miceli, determinou a abertura de ministérios, ao exemplo da Educação e Saúde Pública (1930), Trabalho, Indústria e Comércio (1930), Aeronáutica (1941), como também proporcionou a criação de uma série de organismos vinculados em linha direta à Presidência da República, como o Departamento Administrativo de Serviço Público (1938), Departamento de Imprensa e Propaganda (1939), Conselho Federal do Comércio Exterior (1934), Conselho de Imigração e Colonização (1938), Conselho Nacional de Petróleo (1938), Conselho Nacional de Águas e Energia (1939), Conselho de Segurança Nacional etc., e também de uma rede de autarquias, conselhos, departamentos e comissões especiais. Essa expansão da máquina burocrática não se restringiu ao âmbito da administração direta, mas operou também sobre espaços emergentes de negociação entre o estado-maior executivo e os diversos setores econômicos, ao exemplo, do Instituto do Café, do Açúcar e do Alcool, do Mate, do Pinho, do Sal, Conselho de Planejamento Econômico e etc. *Idem*, p.199.

intelectuais integrariam postos de trabalho desempenhando funções específicas, como é o caso de José Honório e Sergio Buarque de Holanda no Instituto Nacional do Livro. É necessária essa ponderação, para que possam ser percebidas as diferentes inserções desses intelectuais no aparelho de Estado, pois se o Estado absorve grande parte dos intelectuais do período, a absorção se dá de forma diferenciada. E é essa característica que justifica a complexidade, ou mesmo, ambiguidade que agrega os intelectuais das mais diferentes correntes de pensamento, como modernistas, positivistas, integralistas, católicos e até mesmo socialistas no Estado Novo⁷⁶. Mas, o que caracterizaria essa intelectualidade do período, em termos de formação, ou mesmo inserção em áreas do conhecimento, e a relação dos mesmos com o mercado editorial? Nas palavras de Pontes:

Diferentemente do que se verifica, desde os finais do século XIX na Europa, onde assiste-se a um processo de autonomização de determinadas esferas da cultural, não ocorre aqui, até a década de 50, uma diferenciação nítida entre um pólo de produção cultural restrito e outro de produção ampliada, voltado e conectado com o mercado. [...] Exemplo? O escritor editor, o literato jornalista, o pensador polivalente, o antropólogo radialista, o jornalista crítico literário. O transito entre essas esferas constitui a norma, marcando de maneira indelével a produção cultural do país, no período que se estende dos finais do século passado à década de 50⁷⁷.

Logo, os intelectuais do período eram marcados por uma ambivalência e multiplicidade de atividade que acenavam a uma formação ampla. Essas características eram reguladas por uma dimensão não especializada do trabalho intelectual. O processo de especialização do trabalho intelectual, como também a formação de campos delimitados do saber, vide a formação das universidades, se concretizaria na passagem da primeira para a segunda metade do século XX. A relação entre a intelectualidade e o mercado editorial, entretanto, estaria marcada por essa dispersão. Dispostos em variadas instituições, os intelectuais que publicariam na época, estavam, em síntese, congregados pelas academias de letras, institutos históricos e geográficos, faculdade de direito, filosofia, medicina, engenharia, e em menor número, ciências sociais.

As coleções citadas anteriormente aparecem como um dos espaços privilegiados para a veiculação de pensamento social da época, devendo ser entendidas como um dos “requisitos institucionais”, como frisa Pontes, que modelaram o perfil intelectual do período⁷⁸. Com efeito, ainda é de se considerar o papel que essas coleções desempenharam no mundo editorial brasileiro, embora não garantam às editoras que as publicaram um montante significativo de

⁷⁶ VELLOSO, Mônica. Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo. *Op. Cit.*, p. 70.

⁷⁷ PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil. *Op. Cit.*, p.68.

⁷⁸ Idem, p.68.

lucro. Esses empreendimentos bibliográficos acenam para um destacado processo de transformação da vida cultural e intelectual do país⁷⁹.

Por outro lado, é interessante perceber os feixes de relações que conectam o mundo editorial emergente, com as políticas editoriais das coleções e os seus respectivos integrantes e a relação dos mesmos com o campo do poder, isto é, a vida pública e o Estado. Nas palavras de Pontes:

[...] através da caracterização das editoras que as viabilizaram [as coleções], é possível apontar aspectos importantes do universo intelectual do período. Aspectos estes que dizem respeito às diferenças significativas entre o Rio de Janeiro e São Paulo, em termos de seus contextos culturais mais amplos. Enquanto parte importante do *staff* de colaboradores da José Olympio parecia mais ligada ao *establishment* (particularmente no período de violência do Estado Novo) a Martins, uma espécie de microcosmos da vida cultural paulistana, congregava tanto os intelectuais envolvidos nos projetos do Departamento de Cultura, como os intelectuais inseridos na Faculdade de Filosofia da USP e na Escola de Sociologia e Política. Já a [Editora] Nacional, a maior editora da época, portadora de um projeto mais diversificado (voltado sobretudo para a edição de obras de ficção, estrangeira e nacional, e para a publicação de livros didáticos) revelava-se uma editora mais profissional, na medida em que mantinha uma certa distância das questões políticas e ideológicas que dividiam os intelectuais sobretudo nos anos 30 e 40⁸⁰.

Em suma, a formação do funcionalismo público propiciado pela integração dos intelectuais com o Estado, como também a expansão considerável do mercado editorial brasileiro, principalmente no que toca as Coleções criadas e publicadas pelas três principais editoras brasileiras do período – Editora Nacional, José Olympio e Martins – somadas ao contexto de criação das universidades (discutido na seção anterior) são aspectos característicos que indicam transformações socioculturais e educacionais do Brasil à época dos decênios de 1930 e 1940.

Esses elementos conjunturais discutidos anteriormente figuram na interpretação da trajetória de José Honório Rodrigues. A função de técnico-especialista que desempenharia no INL, instituição que teria como carro chefe o trabalho bibliográfico, seja ele de edição ou disseminação, pode ser aliado a uma interpretação de formação, ou mesmo de desenvolvimento em sua trajetória, posto que por esses anos, ou mesmo, no que cumpre a década de 1940, uma série de textos viriam batizados com discussões e reflexões que carregam a marca da bibliografia, e que permite estabelecer uma relação direta com o trabalho de edição de documentos históricos e com o INL.

A presença de José Honório Rodrigues no Instituto Nacional do Livro, assim como o contato com outras instituições do período, possibilitou também a participação do mesmo, em publicações coletivas de promoção do conhecimento histórico a respeito do Brasil. O contato

⁷⁹ Idem, p.68.

⁸⁰ Idem, p.68.

com a Fundação Rockefeller⁸¹ seria decisivo. Por meio da figura de Willian Berrien, do departamento de Humanidades da referida instituição, juntamente com a parceria de Rubens Borba de Moraes, diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo, um projeto de publicar um *Manual de Estudos Bibliográficos Brasileiros* seria desenvolvido. E também, o desencadeamento e incentivo por publicações de índices anotados das revistas de história no Brasil. A oferta de bolsas de pesquisa nos EUA a pesquisadores Brasileiros, também foi um dos frutos desses anos, e do contato com a Fundação Rockfeller⁸².

José Honório Rodrigues, participaria ativamente dessas iniciativas, ao primeiro, o Manual, ficariam incumbido da parte dos Holandeses no Brasil, ao segundo, escreveria dois índices, com respectivo balanço historiográfico da Revista do Instituto do Ceará e de Pernambuco, e iria, como funcionário do INL aos EUA, com uma bolsa de pesquisa levantar documentos a respeito do Brasil, entre os anos de 1943-1944.

No que consistia o projeto de um Manual de Estudos Bibliográficos? Qual era a motivação para a escrita dos índices anotados das Revistas? E no que culminou a viagem de pesquisa de Rodrigues? Questões que responderei na sequência, ficando as duas últimas como matérias para as próximas seções.

Ao *Manual Bibliográficos de Estudos Brasileiros*⁸³ algumas considerações se fazem necessárias. A constituição do projeto para a escrita de um compêndio, ou mesmo manual tinha o intuito de convergir pela escrita de diferentes intelectuais – estrangeiros e nacionais – a contribuição de textos que somassem a compilação bibliográfica, juntamente com respectivas introduções, a partir de várias disciplinas – da arte ao direito, da etnologia a história (repartida em períodos: colonial, independência, primeiro e segundo reinado, república, como também, por temáticas, ao exemplo, das Bandeiras, Holandeses no Brasil, Narrativas de Viagens), passando pela educação, filologia, folclore, geografia, zoologia brasileira, literatura (dividia em gêneros: Pensadores, crítica e ensaio; Romance, contos e

⁸¹ A Fundação Rockefeller foi fundada no início do século XX, e pautava-se em um estilo de atuação voltada, em grande parte, como destaca Lima Faria e Maria Conceição da Costa, para a doação, sem fins lucrativos, em atividades científicas em universidades e institutos de pesquisa, diante do crescimento da importância e necessidade da ciência e tecnologia. Nas palavras das autoras: “As diferentes ênfases antes e pós-guerra são a marca da atuação da Fundação Rockefeller. As áreas da saúde, medicina e educação são praticamente exclusivas até o período da guerra. No pós-guerra há uma mudança de orientação. A partir daí, o apoio às ciências físico-químicas e naturais aumenta progressivamente, assim como a área da agricultura”. FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. *Cooperação Internacional: Estilos de Atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. DAIDOS: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 49, nº1, 2006, p.159-191, p.160.

⁸² RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Vol. XLIV. 1954-1959. Pernambuco, 1961, p.7

⁸³ DE MORAIS, Rubens Borba; BERRIEN, Willian. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Vol.1 e Vol.2. Brasília: Senado Federal, 1998.

novelas; Poesia) e, por fim, apresentando a sociologia, música e o teatro⁸⁴ – a fim de oferecerem estudos e bibliografia especializada, aspectos então, significativos que seriam disponibilizados ao pesquisador vindouro, como também ao público de amplo interesse.

Essas motivações eram de início, pontos comuns de um programa do Instituto de Estudos Latino Americanos. Em Conferência Bibliográfica, que se reuniu, conforme W. Berrien: “[Em 1939] na Universidade de Michigan, com o escopo de discutir as necessidades atuais e futuras dos estudos relativos às culturas do Brasil e da América espanhola”⁸⁵. Na citada conferência, dirigida por Robert C. Smith e Gilberto Freyre, era destinada uma análise da conjuntura dos estudos brasileiros. Tendo os participantes, em sua maioria, salientado a necessidade de um guia para o material básico de estudo em humanidades e ciências sociais, com relação ao desenvolvimento da cultura brasileira. Emergiu, então, a ideia de um Manual. Segundo Berrien:

Nessa ocasião, aventou-se a ideia de incorporar-se à agenda de tópicos daquele Comitê a elaboração de um plano para a publicação de tal guia. Por participantes da Conferência, inclusive pelos diretores deste trabalho, foram feitas outras sugestões, relativas aos problemas de organização da obra, especialmente no sentido de obter uma representação internacional no seu corpo de colaboradores e uma orientação de matérias que visasse aos interesses do leitor culto em geral e do pesquisador de estudos brasileiros, interessados em obter um guia introdutório às disciplinas ligadas aos mais amplos interesses do seu próprio estudo especializado⁸⁶.

Os problemas pelos quais passavam a Europa, e principalmente, a conjuntura que levaria à Segunda Guerra Mundial, impossibilitaram a participação de vários pesquisadores estrangeiros, especialmente aqueles que assumiriam serviços de guerra, ao exemplo, de Claude Lévi-Strauss e Preston E. James⁸⁷. O que deve ser compreendido, que por mais que a conjuntura de crises que aqueles anos aportavam, em dezembro de 1939, o professor C.H. Haring, presidente do Comitê de Estudos Latino Americano, solicitou um memorando a William Berrien a respeito dos problemas e as possibilidades da publicação do manual, assim

⁸⁴ Os respectivos pesquisadores, divididos por áreas do conhecimento são os seguintes: Robert C. Smith ficou responsável pela seção que integra a Arte. Silvio Portugal pelo Direito. A Educação, no que toca ao Brasil imperial Raul Briquet, e ao período republicado, Lourenço Filho. Etnologia ficou responsável Hebert Baldus. Filologia, J. Matoso Câmara Júnior. Folclore: Mario de Andrade. Geografia: Pierre Monbeig. Zoologia Brasileira: Paulo Sawaya. História, no quesito geral, Rubens Borba de Moraes e Alice Canabrava. Ao período colonial: Sergio Buarque de Holanda. Ao período da Independência: Otávio Tárquino de Souza. Segundo Reinado: Caio Prado Jr. República: Gilberto Freyre. Nas divisões temáticas, Alice Canabrava se responsabilizou pelas Bandeiras. José Honório Rodrigues pelos Holandeses no Brasil. E as narrativas de viagens ficou pela escrita de Rubens Borba de Moraes. A seção de literatura ficou sobre a responsabilidade de William Berrien. As subseções: Pensadores, críticos e ensaios por Astrogildo Pereira; Romance, contos e Novelas: Francisco de Assis Barbosa. Poesia: Manuel Bandeira. Música: Luiz Heitor Correia de Azevedo. A seção de sociologia ficou pela alcunha de Donald Pierson, e por fim, Teatro: Leo Kirschenbaum. DE MORAIS, Rubens Borba; BERRIEN, Willian. Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros. Vo.1 Brasília: Senado Federal, 1998, p.5-6.

⁸⁵ DE MORAIS, Rubens Borba; BERRIEN, Willian. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Vol.1. Op. Cit., p.10

⁸⁶ Idem, p. 10

⁸⁷ Idem, p.12

como designou a Rubens Borba de Moraes que ficasse responsável pela direção da obra. O prazo para a publicação seria 1943, segundo Berrien: “[...] os acontecimentos dos anos que se seguiriam provaram ser esse projeto excessivamente otimista”⁸⁸.

O encontro para acertos do projeto no Brasil, realizou-se em 1941, quando os diretores se reuniram no Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Berrien, procurou-se o máximo de uniformidade possível, principalmente no que toca à forma dos capítulos e os padrões bibliométrico⁸⁹. A princípio o manual seria publicado em Inglês, visto a sugestão dos redatores brasileiros, mas em 1944, com problemas de atrasos e impedimentos, destaca Berrien, “[...] ficou patenteado que as dificuldades e despesas decorrentes de tal empreendimento não teriam justificativas em serem levadas a termo”⁹⁰. Logo, o manual sairia em português, e com atrasos consideráveis, devido aos problemas de organização, e principalmente, os não cumprimentos de prazo por parte dos colaboradores. O manual que a princípio estava estimado para sair em meados de 1943, só veio a público em 1949. É interessante notar na correspondência de um dos organizadores – Rubens Borba de Moraes – com José Honório Rodrigues, os motivos patentes dos atrasos e impedimentos do cumprimento dos prazos. Os historiadores, como se verá, ganham culpa na questão:

O que eu queria conversar com V. é o seguinte: o Handbook vai muito bem, está no finzinho. Já recebi as seguintes colaborações: Etnologia, Folclore, Música, Direito, Sociologia, Educação e Viagens. Ficarão prontas brevemente as partes referentes a Geografia e Literatura. Quando às partes Artes, Psicologia, Filologia, resolvi suprimi-las. Não têm um interesse capital e os colaboradores escolhidos não fazem nada mesmo. **Fica sobrando a parte referente à História. Esta é que é encrascada.** Dos colaboradores primitivos, escolhidos com o [Willian] Berrien, estou convencido que alguns não poderão fazer nada. Resolvi, então, assumir a “superintendência” da seção toda. Dividi a história em capítulos de acordo com a lista junta. Confiei alguns tópicos a gente moça, assistentes da Universidade e pessoal de São Paulo. Os “assuntos especiais” estão prontos (foram feitos pelo Caio Prado Jr.). Fica faltando o resto... Conto com a sua parte (holandeses, etc.) como pronta. Farei a parte “história geral, obras gerais, bibliografia, catálogos, revistas, coleções de documentos, etc. Fica faltando o resto!!! Como é? [...] Responda-me logo. Estou na terrível contingência de atrasar o Handbook devido à ‘História’”⁹¹.

O trecho de carta a José Honório, escrita por Rubens Borba em 21 de abril de 1942, expõe que o otimismo pelo termino do prazo era contrabalanceado por uma preocupação de atraso, principalmente, da colaboração dos historiadores. O interessante é perceber as dificuldades em se obter respostas dos colaboradores, assim como sua participação, elementos que retardam o processo de se constituir um instrumento bibliográfico, ferramenta necessária

⁸⁸ Idem, p.11.

⁸⁹ Idem, p.14

⁹⁰ Idem, p.15.

⁹¹ DE MORAIS, Rubens Borda. Carta de 21 de julho de 1942. In; RODRIGUES, Lêda Boechat. *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004, p.144-145.

do pesquisador, e que no Brasil, era uma lacuna. Em outra carta, fica evidente, o grau da cobrança para com Rodrigues, e os traços que perpetuaram a publicação dentro do previsto. Nas palavras de Borba de Morais:

A seção de História está atrasadíssima e se o que já estiver “quase pronto” não for recebido a tempo, o Handbook não ficará pronto no prazo combinado. Dê um jeitinho nisso. Mande as fichas logo. Que diabo, rapaz, não precisa burilar as fichas. Mande como estão. Aposto que estão ótimas⁹².

O tom é expressivo. Denotando uma falta de paciência, já que qualquer atraso gera acúmulo de trabalho. Rubens Borba de Morais pressiona Rodrigues, a fim que este envie logo o que tem. A História, maior seção do Manual, acaba culminando em um tormento ao organizador.

Apontar esses dois trechos de cartas, que indicam um dos motivos para com o atraso do Manual, tornam-se interessante para que possam ser visualizadas algumas das dificuldades ou impedimentos das trocas intelectuais, expressando-se entre a boa vontade do pesquisador, junto de sua disponibilidade, para com um projeto que tinha por “intenção” a produção coletiva de conhecimento a respeito do Brasil.

Em suma, o projeto de um Manual de estudos bibliográficos brasileiros, inscreve-se em uma dinâmica de propiciar ferramentas de trabalho ao pesquisador brasileiro, assim como enunciar compilações bibliográficas a respeito do Brasil. É de se notar ainda, que o contexto de expansão de um mercado editorial brasileiro, assim como a existência do INL foram pontos decisivos para o desenvolvimento desses tipo de projeto. Como destaca, Berrien:

O que importa assinalar agora é a providencial ajuda prestada ao Manual pelos Serviços de Documentação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e Instituto Nacional do Livro, que tornou possível a sua publicação, bem como a assistência das pessoas que colaboraram no assunto, e expressar o desejo de que o Manual seja de tal utilidade aos estudiosos das coisas do Brasil e de sua cultura, de certo modo, compensar essa generosa cooperação⁹³.

De todo modo, a imagem que estabelecimento de José Honório Rodrigues tem direta relação com a representação contextual que teço do período, uma vez que o mesmo propiciou a emergência de projetos no âmbito da cultura e da produção do conhecimento. Sem precisar uma relação de determinação, o que importa a leitura que venho desenvolvendo é que as problemáticas que apareceram nos textos de José Honório são evidentemente frutos da emergência desses desdobramentos apontados, principalmente no que toca ao conhecimento

⁹² DE MORAIS, Rubens Borda. Carta de 27 de abril de 1943. In; RODRIGUES, Lêda Boechat. *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004, p.149-150.

⁹³ DE MORAIS, Rubens Borba; BERRIEN, Willian. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Vol.1 e Vol.2. Brasília: Senado Federal, 1998, p.15.

histórico. O que não é o mesmo que afirmar que as questões que dão forma e conteúdo a seus textos são a causa direta desse processo histórico, mas são potencializados pela contingência da qual é participe.

Dando sequência, em 1943 Rodrigues iria receber o convite para trabalhar um ano nos EUA, por meio de uma bolsa da Fundação Rockefeller. Segundo Freixo:

Sua viagem tinha por fito a pesquisa em arquivos, universidades e bibliotecas estadunidenses em prol do levantamento de todas as referências lá existentes sobre a expansão holandesa nas Américas, especialmente no “Brasil” seiscentista, bem como a pesquisa de material lá existente sobre História do Brasil. Além desses objetivos, Rodrigues também aproveitou a oportunidade para o estudo e aprimoramento metodológico, para a crítica de textos raros, especialmente no seu preparo para publicação. Também procuraria firmar contatos com professores universitários e instituições (bibliotecas e arquivos) nos EUA. Ou seja, Rodrigues viajava também sob licença, na condição de funcionário e técnico do INL, para o aprimoramento dos seus conhecimentos nas atividades que já desenvolvia ao Instituto⁹⁴.

Portanto, a experiência que obteve no INL principalmente no trato com documentos e reedição dos mesmos, somou-se a sua volta em 1944 com a finalidade de pleitear a escrita de uma *Teoria da História do Brasil* que dissertasse sobre os componentes teóricos e metodológicos para com a pesquisa em História, tema do próximo capítulo. Por hora, indico que Rodrigues, tendo por diagnóstico a falta de tais publicações no Brasil, assim como a ausência de disciplinas no âmbito universitário, materializaria em seu projeto de escrever uma Teoria, Pesquisa e História da História à profissionalização da disciplina da História, necessária e ao mesmo tempo distante em sua leitura. A sua volta, escreveria o relatório da viagem, documento interessante para que se perceba a relação de alteridade estabelecida por um historiador, principalmente na relação das condições de trabalho do pesquisador entre Brasil e EUA. Também publicaria variados artigos, com o intuito de apresentar reflexões a respeito da historiografia brasileira.

Apontei na seção anterior que em *Interpretação Culturalista da História*, Rodrigues já objetava diagnósticos sobre o caráter tradicional e engessado da historiografia brasileira, e oferecia alternativas ao contexto de retardamento que identificava. Agora, resta perguntar se após a experiência que terá como funcionário do INL, juntamente com a sua volta dos EUA, quais serão as representações que tecerá sobre o trabalho historiográfico e as condições do mesmo no Brasil?

Nas seções seguintes, irei problematizar os textos que emergem após essas duas experiências elencadas anteriormente – o INL e a viagem de pesquisas – e, tenho por intenção

⁹⁴ FREIXO, André de Lemos. *A Arquitetura do Novo. Op. Cit.* p.126.

perceber, o modo como se amplifica e se modifica os diagnósticos e problemas teóricos que enuncia, a partir de 1939.

2.3. Um confronto de diferenças: Viagem de Pesquisa Histórica

Uma viagem de Pesquisa Histórica saiu publicada pela revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, no ano de 1945. Nesse documento, José Honório compõe uma narrativa que principia os movimentos de sua viagem, as instituições da qual visitou, como também descreve em termos gerais o que foi consultado. Além disso, desenvolve uma análise, por mais que sorradeira, das condições de trabalho do pesquisador, tendo sempre como horizonte comparativo o Brasil e EUA, e com isto, apresenta ao final do relatório um diagnóstico que culminará em críticas das condições de ser pesquisador e de produzir conhecimento histórico no Brasil. Será objetivo dessa seção apresentar as críticas e diagnósticos presentes no referido relatório.

José Honório Rodrigues deixou o Brasil em 16 de julho de 1943, desembarcando doze dias depois nos EUA. Ficaria um ano no norte do continente percorrendo uma série de instituições, a fim de levantar documentos referentes ao Brasil, e em específico ao domínio holandês. Foi como funcionário do Instituto Nacional do Livro, o que objetivava um relatório da viagem apresentado ao Diretor do Instituto, a sua volta.

O documento estruturava-se em três partes. A primeira dedicada a uma narrativa que situava o leitor no percurso da pesquisa, pelas instituições que fez passagem, ensejando o seu objetivo em cada instituição, a receptividade, assim como os principais documentos que mereceriam destaque, ou os documentos desconhecidos das instituições brasileiras.

O segundo e o terceiro momento do documento, e que interessa a essa seção, apresenta a leitura de Rodrigues a respeito das condições de trabalho do historiador nos EUA. Interessante notar as comparações, juntamente com os diagnósticos que traça a respeito do Brasil, atentando para a necessidade de transformação das instituições brasileiras ligadas a edições e publicações de documentos, como também a chamada de atenção da necessidade da formação do pesquisador brasileiro a respeito da metodologia histórica. Sendo assim, a segunda parte intitulava-se *Publicação de Documentos e Edição de Livros Raros (Textual Criticism)* e a terceira, um pequeno adendo, pois consentia em um único parágrafo, mas não sem importância, *A metodologia Histórica*. Como o tom geral do relatório era um acerto de contas por parte de José Honório para com o INL, e também com a comunidade historiadora,

de uma forma geral, pois foi com o objetivo de pesquisar documentos a respeito do Brasil nos EUA, uma lista dos manuscritos encontrados e microfilmados era apresentada em sete páginas ao final do relatório. Os objetivos de sua viagem, estruturava-se nos seguintes pontos, conforme Rodrigues:

Os principais objetivos do meu trabalho eram: pesquisar e reunir documentos sobre a expansão holandesa para a América, especialmente para o Brasil; pesquisar material sobre a história brasileira; estudar a técnica de edições de livros raros e a da publicação de documentos⁹⁵.

José Honório inicia suas atividades de pesquisa em Nova York. Com um montante de 250 dólares para aquisição de material e microfilmagem, começa suas investigações pela New York Public Library⁹⁶. Indica logo de início a riqueza do acervo, mas encontra dificuldade de acesso pelos obstáculos que a Segunda Guerra Mundial impunha ao trabalho, pois “parte dos manuscritos e dos livros raros tinha sido evacuado devido à guerra”⁹⁷. A consulta e sistematização em um catálogo oferecido pelas instituições e sua devida consulta, transformavam-se em opção metodológica para as pesquisas, como o mesmo aponta: “[...] consultando o catálogo, moderno e eficiente, pude verificar qual o material de que não dispúnhamos no Brasil e ordenar a futura microfilmagem das peças mais importantes, quando as mesmas voltassem às suas estantes”⁹⁸.

A opção metodológica de Rodrigues em suas pesquisas era composta de um caráter eminentemente institucional. Uma pesquisa de descoberta, pois o historiador transformava-se em um garimpeiro documental, e ficava a mercê dos catálogos institucionais disponíveis. A que tudo indica não foi com uma lista pré-ordenada, mas sim com a vontade de consultar catálogo por catálogo, e ver o que estava disponível e não existente no Brasil. O seu filtro para o trabalho de pesquisa foi à produção a respeito do Brasil, ou em específico, do período holandês.

De início, a consulta a biblioteca pública de Nova York gerou um inventário. Esse tinha duas vantagens iniciais. Primeiro, serviria para a bibliografia que há tempos vinha organizando para o Instituto Nacional do Livro a respeito do período holandês no Brasil⁹⁹. A segunda, servia como um guia na seleção de livros a serem consultados. Em suas palavras:

⁹⁵ RODRIGUES, José Honório. Uma viagem de pesquisas históricas. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, v. 188, jul.-set. 1945 [1946], p. 14-29, p.14.

⁹⁶ Idem, p.14

⁹⁷ Idem, p.14

⁹⁸ Idem, p.14-15.

⁹⁹ Vale lembrar que o desenvolvimento destas pesquisas, a partir do INL dariam forma e conteúdo ao capítulo sobre os holandeses no Brasil no *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, assim como, a pública de *Bibliografia e Historiografia do Domínio Holandês*, de 1949.

Fichei aproximadamente 1500 obras de histórias relativas ao Brasil, ao período holandês e assuntos correlatos. Guiado por esse inventário, gastei boa parte do meu tempo na consulta desses livros[...]. **Penso que se é verdade que a história é feita de documentos e textos, não é menos importante conhecer os resultados mais modernos dados ao público por autoridades no assunto, de modo que não se caia no perigo de descobrir de novo a América**¹⁰⁰.

Imune de descobrir a América novamente, José Honório se depararia com uma diferença que a ele soaria como irreparável, frente a um montante quantitativo e qualitativo das instituições de guarda documental e bibliográfica dos EUA. Constataria que o atraso das instituições brasileira, em específico as bibliotecas, era algo alarmante. Em suas palavras:

Fiquei então surpreendido com o atraso bibliográfico das bibliotecas brasileiras. Cálculo pelo investimento dos livros de maior interesse para a história brasileira, que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro [Futura Biblioteca Nacional] está aproximadamente atrasada uns 50 anos do ponto de vista bibliográfico, abstraindo de outros aspectos¹⁰¹.

Esse sintoma de retrocesso apresentado por Rodrigues pode ser aliado à interpretação de que os anos que esteve nos EUA, juntamente com os desdobramentos indicados anteriormente, conscientizam-no para a inquietante condição de trabalho do pesquisador brasileiro, e as necessárias transformações do mesmo. O contato com uma realidade diferente, e que apresente condições de trabalho das quais ele não estava acostumado no Brasil, principalmente no que toca as instituições de guarda documental, podem ser considerados como elementos que o motivariam a um olhar crítico ao seu próprio país, como também impulsionariam a uma posição combatente frente às condições da pesquisa histórica. Voltarei a essas questões na sequência.

Ainda em Nova York, José Honório visita a *American Jewish Historical Society*, que apresentava rico acervo documental a respeito dos judeus no Brasil. Outras instituições em NY visitadas por Rodrigues foram: *Hispanic Society of American*, na *American Geographical Society*, na *New York Historical Society*, na *American Irish Society*, na *Netherland League of North America* e na *Morgan Library*¹⁰².

A estadia de José Honório na Universidade Columbia acarretaria atividades marcantes nesses anos de desenvolvimento, que teriam, por consequência, efeitos decisivos em sua volta ao Brasil. No relatório, o próprio José Honório sintetiza tais atividades dando ênfase para quatro pontos gerais. Primeiro, as aulas de holandês com o prof. Barnouws, seguindo da consulta da biblioteca geral da Universidade. Os pontos três e quatro são interessantes, e quero destacá-los, uma vez que serão decisivos para compreender suas atividades e os

¹⁰⁰ RODRIGUES, José Honório. Uma viagem de pesquisas históricas. *Op. Cit.* p,15 [Grifos meus].

¹⁰¹ Idem, p.15

¹⁰² Idem, p.15

projetos subsequentes. O ponto três diz respeito às aulas que teria conseguido assistir como “intelectual visitante” de teoria e metodologia da história. Nas palavras de Rodrigues:

Estando interessado no **problema da metodologia histórica** e considerando **uma falha muito séria o fato de não existir no currículo das universidades brasileiras a cadeira de introdução à história**, pois ela é um instrumento indispensável ao estudo e desenvolvimento da ciência histórica, manifestei ao Professor Frank Tannenbaum o desejo de assistir ao curso dessa disciplina dado na Universidade de Colúmbia pelo Professor Cole e outros¹⁰³.

Apresentado pelo professor Frank Tannenbaum, um especialista em história mexicana e criminologia, ao reitor da Universidade de Columbia, Rodrigues foi considerado um “intelectual visitante” (visiting scholar), e assim, pôde assistir as aulas que desejava sem a necessidade de qualquer encargo. Ao lado dessa experiência pedagógica, soma-se a relação com os problemas de edição de documentos históricos e livros raros. Nesse sentido, José Honório em sua estadia em Columbia obteve orientações com Charles Proffit, diretor da Columbia University Press, como também consultou as publicações da Facsimile Text Society¹⁰⁴.

Os cinco meses e meio que permaneceu em Nova York possibilitou a José Honório Rodrigues um contato com três frentes diferentes de atividades que podem ser interpretadas como fundamentais a sua formação de historiador. Essas atividades presentes em sua prática historiadora foram potencializadas por sua experiência nos EUA, e em sua volta funcionariam como frentes de combate pela transformação da prática historiadora no Brasil.

De início, Rodrigues teve acesso a um montante significativo de documentos e bibliografia, devido à capacidade quantitativa dos acervos estadunidenses a respeito do Brasil. Essa evidência o fazia mediar diferenças, permitindo que apresentasse um olhar crítico ao seu próprio país, como ficou evidente em sua representação de atraso da Biblioteca pública do Rio de Janeiro.

Em segundo lugar, a possibilidade de cursar a disciplina de introdução aos estudos históricos na Universidade de Columbia, que o impulsionaria a uma formação sistemática em relação aos aspectos teóricos e metodológicos do ofício do historiador.

A inexistência de disciplinas teóricas e metodológicas na Universidade Brasileira foi considerada por Rodrigues como o símbolo do “atraso”, já que propiciava a manutenção de formas tradicionais de se produzir conhecimento histórico, impedindo a transformação da historiografia, e não possibilitando as novas gerações que ingressem a universidade um

¹⁰³ Idem, p.16 [Grifos meus].

¹⁰⁴ Idem, p, 16.

espaço de reflexão e problematização dos pressupostos da prática historiográfica¹⁰⁵. Essas colocações podem ser somadas as críticas desenvolvidas por Honório Rodrigues, em seu texto de 1939, discutido na seção anterior, e que apontava o patente tradicionalismo da escrita da história no Brasil.

Em terceiro lugar, a defesa de um trabalho crítico de edição. A partir da relação estabelecida com o diretor da Editora da Universidade de Columbia, também cumpria um objetivo significativo na trajetória do pesquisador carioca.

Em meados de janeiro de 1944, José Honório deixa Nova York rumo a Washington. Na capital dos EUA, Rodrigues desenvolve pesquisas na Biblioteca do Congresso, no Arquivo Nacional, como também na Biblioteca da Universidade Católica¹⁰⁶. Em abril rumo para Chicago. Visita Newberry Library, assim como Clemens Library. Em seu roteiro ainda consta a visita às bibliotecas da Brown University. Antes de sua volta ao Rio de Janeiro, Rodrigues passaria por Recife, a fim de desenvolver pesquisas, principalmente na consulta de documentos inéditos que compõe a coleção de José Higino Duarte Pereira a respeito do domínio holandês.

Portanto, essa primeira parte do relatório é dedicada ao roteiro da viagem, uma narrativa que descreve os traços gerais de suas atividades. A divisão em três frentes de interesses – coleta de documentação, formação teórico-metodológica e edição de documentos – será central para que se compreenda os resultados críticos desenvolvidos por Honório Rodrigues. É interessante perceber os possíveis efeitos de sua viagem, para além da rica experiência em passar um ano em outro país a trabalho.

Uma interpretação possível, a partir da experiência que José Honório obteve nos EUA, é potencialização de um olhar crítico perante seu próprio país, culminando, cada vez mais, em diagnósticos e críticas a respeito da prática historiadora no Brasil, como também a irremediável necessidade de mudanças.

A seção *Publicação de Documentos e Edições de Livros Raros (Textual criticism)* é uma chamada de atenção ao historiador brasileiro, para que o mesmo se conscientize da necessidade de uso de ferramentas de crítica documental no preparado de edições de documentos. Nas palavras de Rodrigues:

Esta parte está intimamente ligada ao historiador que se preocupe com a **adoção de métodos críticos aos estudos históricos**. Não é possível ter confiança em documentos editados sem crítica de texto nem em livros raros publicados fora das regras de edição. História sem documentos autênticos e sem edição crítica de fontes primárias não pode merecer confiança nem respeito, nem se pode dar um

¹⁰⁵ Idem, p.16.

¹⁰⁶ Idem, p. 16-17

desenvolvimento aos estudos históricos no Brasil sem a introdução dos modernos processos adotados nos países mais adiantados. O mesmo se pode dizer da necessidade inadiável e urgente da cadeira de introdução à história, até hoje inexistente no currículo das universidades brasileiras¹⁰⁷.

O trecho dá destaque à necessidade da adoção de ferramentas metodológicas, e também direciona um sentido para a prática historiográfica. Por meio dessa chamada de atenção, José Honório já esboça o que para ele torna-se fundamental em um trabalho historiográfico, ou seja, não só a adoção de ferramentas metodológicas e a consciência do historiador sobre elas, mas sua crítica esboça os contornos de uma identidade historiadora. E no que consiste essa identidade?

O historiador, nessa chave interpretativa é o sujeito que fabrica suas próprias fontes, as trata de modo crítico, constituindo uma operação de fabricação documental que poderá culminar na publicação dos mesmos (aproximação do historiador ao trabalho do editor). Logo, o historiador fabrica as fontes, retirando do documento seu caráter natural, a fim de tratá-lo por meio das ferramentas críticas (críticas interna, externa, autenticidade e etc.) dispondo ao leitor, ou ao pesquisador os recursos necessários a interpretação. Concomitante a essa funcionalidade, o historiador é aquele que se utiliza de fontes primárias criticamente conduzidas através das ferramentas metodológicas disponíveis, e que com isto forja narrativas históricas. E também, ao historiador cabe refletir e problematizar as condições de seu próprio trabalho, debruçando-se sobre os elementos que dão possibilidade a escrita da história, neste caso, a teoria e a metodologia da história. Logo, José Honório assume uma representação do trabalho de historiador, que coloca em uma relação de concomitância a problematização da edição, como também o fazer da escrita da história, e ainda, não tira do horizonte a necessidade pedagógica, principalmente ao ensino da história nas universidades, e a necessidade de transformação do mesmo, ao que toca a teoria da história e a metodologia da história.

A justificação da necessidade da adoção de métodos críticos aos estudos históricos, especialmente na edição de documentos e livros raros, assume um grau de obrigatoriedade ao seu uso. José Honório Rodrigues desenvolve seu argumento por meio da historicidade da metodologia histórica, o que em síntese compõe uma memória disciplinar, estabelecendo uma relação unilateral por meio de uma interpretação linear e causal dos eventos que a ele soam como fundamentais nesse processo. Retrocedendo ao século XVI e XVII, afirma que através do nascimento do espírito crítico do renascimento e da reforma, como também nos avanços da paleografia, desenvolvida pelos beneditinos, e em específico, por João Bolland (1596-1655)

¹⁰⁷ Idem, p.19 [Grifos meus].

que se pode marcar a origem dos apelos metodológicos. O resultado desse processo se dá no século XIX, na Alemanha, com a publicação da *Monumenta Germaniae Historica*. Segundo Rodrigues, “tudo isto preparou o caminho para o criticismo de documentos, que veio a atingir seu ponto alto com os *Monumento* e a se desenvolver deste exemplo em vários países europeus e nos Estados Unidos”¹⁰⁸.

Em suma, a *Monumenta* institui na compreensão de Rodrigues a historicidade da renovação dos estudos históricos dos tempos modernos. Devido à transformação que proporcionou na edição de documentos, inclusive na crítica dos mesmos, sendo a junção de várias técnicas de trabalho documental (paleográfico, forjicação, diplomática, e etc.) sintetizam, na compreensão de Rodrigues, o modo como o historiador deveria trabalhar. A relação de obrigatoriedade formaliza o componente redutor do trabalho histórico e da formação do historiador, que sem tais procedimentos o trabalho historiográfico perderia sua força e autoridade. Logo, as técnicas de crítica na investigação das fontes históricas, como também no processo de seleção, e por decorrência, no de publicação de documentos, imprimiam, segundo Rodrigues, “um novo caráter científico aos estudos históricos”¹⁰⁹.

Essa obrigatoriedade com a adoção dos preceitos metodológicos aos estudos históricos funciona na economia do texto do relatório, a fim de problematizar, ou mesmo, provocar a discussão em torno da realidade brasileira. Segundo Rodrigues, a edição de documentos e livros raros no Brasil utiliza-se apenas da paleografia, e tal exercício fica à mercê do paleógrafo, dependendo de um trabalho artesanal, quiçá amador, pois como frisa Rodrigues a repetição prática de se publicar velhos documentos sem os preceitos da crítica moderna,

Não se selecionam os textos mais fidedignos, porque não se exerce o exame crítico para avaliar a evidência dos mesmos. Não se eliminam os resíduos de erros que os melhores documentos podem conter. Não se faz, enfim, nenhuma tentativa para sobrepor-se à tradição. Não se controlam nem tampouco se interpretam os documentos na tentativa crítica de escolher o texto mais digno de fé. Os métodos de publicação de documento estão a exigir renovação. O mesmo se pode dizer da edição de obras raras e valiosas. Aqui as sugestões que recebemos da estadia e experiência nos Estados Unidos nos levam a fazer alguns reparos à política de publicação do Instituto Nacional do Livro¹¹⁰.

O tom de exigência equipara-se com a urgente necessidade. Para utilizar um documento, ou mesmo para publicá-lo, ou ainda, para se confiar em sua “fidedignidade” são necessários, segundo Rodrigues toda uma operação de intelecção, que o rápido olhar em um acervo e a eleição de um documento ao acaso de seu aparecimento não o justificariam como uma fonte histórica. O recurso paleográfico, no fundo, é a própria limitação que o pesquisador

¹⁰⁸ Idem, p.20.

¹⁰⁹ Idem, p.20.

¹¹⁰ Idem, p.20

brasileiro deveria superar. O exame crítico ajudaria o pesquisador a identificar os erros que os documentos podem trazer, assim como provocaria uma reflexão em torno dos elementos práticos do trabalho de edição, sugerindo uma crítica da tradição. A mediação entre o pesquisador, por meio do trabalho de pesquisa, na leitura e depuração do documento, seja em sua reprodução integral em uma nova edição, seja no trabalho de narração, deveriam passar por toda uma operação que coloca em funcionamento as disciplinas auxiliares da história. A heurística, torna-se então, o caminho seguro a não operar repetições facciosas que comprometa o trabalho historiográfico. Nesse sentido, a instituição brasileira que deveria desempenhar essas tarefas de publicação, não escaparia a dívida, logo, o INL tornava-se a exemplificação da crítica de José Honório.

Na sequência, José Honório apresentaria incisivas problematizações a respeito da política de publicação do INL. Como funcionário da mesma instituição, somada a sua experiência nos EUA, o Instituto não sairia imune desse acerto de contas, pois desempenhava, como se verá, a síntese de certo retrocesso, principalmente no que toca aos processos de edição. José Honório indaga pelos objetivos que as publicações do INL cumprem, em uma política de edição. Tais questionamentos perpassam a própria iniciativa do Governo Vargas de criar uma instituição que promova o livro no Brasil, e que cumpra um fomento de uma educação popular. Como aponta:

Se a finalidade é a de cultura popular, nada nos pode levar a escolher, a meu ver a 'Vida do Venerável Padre José de Anchieta', de Simão de Vasconcelos, autor dos setecentos, de linguagem dura e difícil, e cujo conteúdo não condiz com a educação popular. A política de edição teria que escolher e selecionar outras obras, cujas características as aproximassem do povo¹¹¹.

A formação de uma biblioteca popular que atendesse a uma ideia de educação ampla, para a população de uma forma geral, perpassa a defesa dos requisitos críticos no processo de edição. Ao contrário disso, a forma como INL desenvolve suas atividades, só atende, na visão de Rodrigues um único setor da população, isto é, uma cultura letrada e especializada. Como argumenta:

Parece que a finalidade de instituições oficiais de cultura como o Instituto Nacional do Livro tem sido a de atingir o povo, elevar-lhe a cultura, facilitar-lhe as possibilidades de educação. Mas não nos parece que tenham conseguido essa finalidade, pelas edições de obras não destinadas ao povo, mas de nítida e pura finalidade de altos estudos¹¹².

Nesse sentido, Rodrigues é enfático com a própria instituição da qual é funcionário, reforçando sua crítica em relação à natureza do trabalho que o INL deveria cumprir, tanto

¹¹¹ Idem, p.20

¹¹² Idem, p.20

quanto da operacionalidade de executar esse trabalho. Por conseguinte, a falta de elementos críticos e de métodos modernos de edição no INL, e considerados como parte integrante do trabalho histórico, sugere à falta de uma política de publicação consistente, gerando um não cuidado de se pensar a que serve as publicações, ficando à mercê de textos que se distanciam do objetivo da disseminação do livro, traindo o próprio preceito de uma política cultural ampla e popular. Logo, a crítica documental assume um papel decisivo na composição do trabalho de editor, posto que se os historiadores que se lançam ao trabalho de edição de documentos não questionarem (tal qual o questionamento sobre os próprios pressupostos do trabalho historiográfico) os próprios pressupostos que envolvem o trabalho de edição, a repetição, ao exemplo do INL, se manterá como uma realidade não problematizada. No que consiste a operação crítica da edição para José Honório Rodrigues?

É indispensável para a posição assumida por José Honório o trabalhar inicial sobre um dado documento. Esse trabalho envolve o levantamento bibliográfico e a composição de um inventário bibliográfico de pesquisa de uma determinada obra, como também a comparação das edições, dando suporte aos textos, de modo a constatar variantes. Depois do levantamento bibliográfico e das variantes analisadas, o pesquisador deverá constituir um “exaustivo e paciente trabalho crítico”, as palavras são de José Honório, e assim, decidir-se por qual texto utilizar¹¹³. Além desse aparato técnico, uma edição moderna, na compreensão de Honório Rodrigues, deveria também vir acompanhada de um estudo introdutório, uma introdução à obra e ao autor, situando-os historicamente ao texto que se edita. Colocações de uma operação metodológica de trabalhar com documentos que fariam, a Rodrigues, toda a diferença na constituição de uma política de publicações, ao Brasil, de forma geral, e ao INL, em específico.

Por fim, Rodrigues converge na defesa da necessidade do ensino da metodologia da história, assim como de disciplinas de introdução a história que perpassem o ensino da história nas universidades brasileiras. Se, de um lado, suas críticas à realidade brasileira foram justificadas e estruturadas na defesa da adoção de métodos críticos ou modernos aos estudos históricos, de outro, a defesa de disciplinas – ferramentas pedagógicas – nas universidades brasileiras possibilitaria a formação de novas gerações, constituindo os traços fundamentais da renovação dos estudos históricos no Brasil. Novamente, tais argumentos são justificados, a partir de sua experiência nos EUA. Como argumenta:

Em todas as universidades americanas observamos a preocupação de iniciar o estudo da história com a metodologia histórica, para depois ensinar, num plano superior, os

¹¹³ Idem, p.21

fatos históricos. O mesmo se deveria fazer no Brasil e se alguma providencia pudesse ser tomada para que esta falha fosse suprimida, dar-se-ia outro grande passo para o desenvolvimento da historiografia brasileira¹¹⁴.

Para além de um simples relatório de viagem, o documento publicado por Rodrigues na Revista do IHGB, *Uma Viagem de pesquisa Histórica*, torna-se um acerto de contas, não só com o INL, instituição em que era funcionário, ou mesmo com os historiadores de forma geral, mas com a sociedade brasileira, provocando reflexões sobre a necessidade de mudanças, justificadas pela diferença do modo como era compreendido a pesquisa e o ensino da história em ambos os países. Nesse sentido, o relatório constituído em uma narrativa memorialística por parte de José Honório, apresenta uma potencialização de questões que tocam ao epicentro da operação historiográfica, isto é, aos elementos não só práticos, como teóricos do fazer historiográfico e que compõe, principalmente a partir dos EUA, pontos decisivos de sua trajetória como historiador.

2.4. Ensaio de crítica historiográfica

Esta seção objetiva-se por discutir os textos que José Honório Rodrigues publicou em sua volta dos EUA, e que apontam reflexões de cunho historiográfico. Denomino-os “ensaio de crítica historiográfica”, a começar por *A Historiografia brasileira em 1945*¹¹⁵ e em seguida, *A Historiografia brasileira em 1946*¹¹⁶.

Na seção anterior, destaquei para três frentes de trabalho desenvolvidas nos EUA, e que integram certa representação da identidade historiadora de José Honório, sendo essas: a captação de documentos, a formação teórica e metodológica, e também o trabalho crítico de edição. A partir dos textos que serão aqui discutidos, essas questões somam-se com diagnósticos e críticas a respeito da produção dos historiadores brasileiros.

Ainda fará parte dessa seção sua aula ministrada no Curso de História do Instituto Rio Branco. *Significado Cultural da História – Utilidade da História na Formação dos Diplomatas*¹¹⁷ foi publicada em 1946, na Revista do IHGB. A aula/texto torna-se um documento relevante para que se perceba a compreensão de Rodrigues dos pressupostos

¹¹⁴ Idem, p.22.

¹¹⁵ RODRIGUES, José Honório. *Historiografia Brasileira em 1945*. In; *Notícia de Varia História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

¹¹⁶ RODRIGUES, José Honório. *Historiografia Brasileira em 1946*. In; *Notícia de Varia História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

¹¹⁷ RODRIGUES, José Honório. *Significado Cultural da História: Utilidade da História na Formação dos Diplomatas*. Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol.191. jan-mar. p.280-284,1946.

teóricos da história, como também os problemas historiográficos dos usos do passado pelas interpretações políticas. A coesão construída e que permite agrupar os textos dessa seção se dá pelas tomadas de posição, a partir dos problemas que Rodrigues inscreve na economia narrativa dos textos.

José Honório Rodrigues abre *A Historiografia Brasileira em 1945* com uma afirmação contundente e pessimista: “O exame crítico da produção histórica brasileira não nos poderia facilmente levar a conclusões otimistas¹¹⁸”. Sustenta que houve muitos trabalhos significativos, levando a crer que 1945 seria um ano promissor, mas de todo modo, sustenta: “não é certo que muitos trabalhos limitaram-se a reproduzir, com outras palavras e em ordem diferentes, as afirmações de estudos anteriores”¹¹⁹.

De início, esse olhar geral, destaca para o pessimismo de Rodrigues, em face da produção histórica, e da historiografia brasileira em 1945. Esta compreensão leva-me a perguntar pelo modo como o autor em questão compreende os pressupostos do trabalho histórico. Nesse sentido, é importante indicar: Como José Honório avaliou os trabalhos que selecionou para seu texto? Quais foram às prerrogativas de análise?

O modo como desenvolverá as críticas, apontarão não só para sua compreensão do trabalho historiográfico, mas também a compreensão de um trabalho de crítica e avaliação da produção em historiografia.

Para desenvolver um balanço da produção historiográfica, Honório Rodrigues aponta os aspectos o que em sua leitura formalizam a operacionalidade do trabalho historiográfico. Esses aspectos serão o fio condutor de seu texto, uma vez que a estrutura textual de *Historiografia Brasileira em 1945* está constituída a partir desse olhar crítico que seleciona e direciona uma interpretação para as obras selecionadas. Logo, a constituição da economia do texto demonstra um trabalho de seleção textual, dos textos que provavelmente Rodrigues teve contato e leu. A partir desse trabalho de seleção é estruturada uma imagem geral da historiografia brasileira, entre retardamentos e avanços. Em seguida, a representação negativa que Rodrigues constrói, legitima a proposição de saídas, como também a tentativa de enunciar ao final, a solução dos problemas identificados. Nesses termos, no que consistem os aspectos que dão sustentação ao trabalho de crítica historiográfica? Cito Rodrigues:

É um engano julgar que o valor de uma obra histórica está apenas no uso de teorias interpretativas. Na verdade, para o julgamento definitivo de um trabalho devemos sempre verificar se o autor soube aproveitar-se das regras da metodologia histórica. Para nós, o valor fundamental de uma obra histórica consiste na utilização crítica

¹¹⁸ RODRIGUES, José Honório. *Historiografia Brasileira em 1945*. *Op. Cit.*, p.113.

¹¹⁹ *Idem*, p.113.

dos documentos inéditos dos arquivos e bibliotecas e na **contribuição original que sob esta base tenha trazido à matéria estudada**¹²⁰.

A originalidade de uma obra histórica consiste no uso de recursos metodológicos. Essa atribuição de sentido abre uma caracterização, não só do trabalho historiográfico, mas também de uma concepção identitária do historiador, que é constituída em contraposição ao trabalho do intérprete. Uma obra histórica, para ser historiográfica, teria para Rodrigues que assumir as duas caracterizações gerais, ou seja, não se limitar somente em interpretar, mas deve estar conectada e sustentada pelo trabalho de investigação e de arquivo. As lentes analíticas de José Honório sobre as publicações de 1945 estão sustentadas a partir dessa perspectiva que tem como princípio a metodologia histórica.

A originalidade de um texto de história é medida, por Rodrigues pela potencialidade do historiador interpretar através da investigação de novos documentos. O historiador deverá, portanto, constituir novas imagens de passado, a partir de fontes inéditas, ou não trabalhadas. Isso garante ao conhecimento histórico sua distinção ao trabalho meramente interpretativo, ou em termos disciplinares, é o que garante a história um conjunto de regras e procedimentos próprios, enquanto campo de conhecimento autônomo e específico. Logo, a “verdadeira historiografia”, na expressão de Rodrigues, será: “[A que] reúne em uma só pessoa as duas figuras que coexistem apenas em historiografias ainda em fase de crescimento. Todo autêntico historiador deve submeter-se às duas fases do processo”¹²¹.

Em correspondência, para o processo interpretativo, Rodrigues considera que variados elementos constituem essa operação. A interpretação desenvolvida por um historiador padrão, aquele que partiu da metodologia no trabalho de arquivo e de levantamento de fontes, dependerá sempre das influências sociais, econômicas e de classe que sobre ela se exercem. Assim, para Rodrigues, “o verdadeiro historiador é aquele que se documenta, pesquisando e selecionando os manuscritos inéditos para depois interpretá-los e expô-los”¹²².

É interessante que se perceba a implicação do vocabulário de Rodrigues, e o uso que estabelece para dar sustentação a sua palavra de ordem. “Verdadeira historiografia”; “verdadeiro historiador”, imputa a enunciação de José Honório Rodrigues um grau de objetividade que não possibilita opções, e que recorre à defesa de um regime estritamente disciplinar. Pois, ou os historiadores, de modo geral, caminham pelo desenvolvimento enunciado por ele, ou estarão no domínio do erro e da falsa historiografia; ou os historiadores

¹²⁰ Idem, p.113 [grifos meus].

¹²¹ Idem, p.114.

¹²² Idem, p.114.

investem na especialização do trabalho historiográfico, e da disciplina da história, ou não serão considerados historiadores.

Esse vocabulário acaba por enrijecer a cobrança em nome da crítica que José Honório constituiu, visto que funciona, no geral, como uma unilateralidade imanente. As possibilidades múltiplas de um trabalho interpretativo, que joga com um esforço narrativo e imaginativo, acabam, ao menos em *A Historiografia Brasileira de 1945*, sendo amordaçadas por regras metodológicas que pendem a um unilateralismo, posto que a boa historiografia, ou a verdadeira, será aquela que interpreta a partir de um princípio comum, ou seja, a repetição das regras de tratamento do documento, não existindo outra saída.

O caráter de repetição sustenta o princípio comum da produção do conhecimento histórico que seria válido para todos os historiadores. A afirmação do início, da exigência desse mesmo princípio como o pressuposto da originalidade historiográfica, acaba funcionando como uma contradição implícita, dado que as saídas que José Honório estabelece para a pretensa originalidade não se sustentam na força, ou distinção interpretativa que um determinado historiador apresenta por meio de sua narrativa, mas no caráter geral, que dá coesão de grupo aos historiadores. Logo, a defesa de regras básicas do conhecimento, denominadas de metodologia da história apresentam os contornos de uma representação dos historiadores através de uma concepção de coesão de grupo.

A originalidade de uma obra histórica refere-se, portanto, ao sentido coletivo da produção historiográfica, em carregar, por meio da metodologia uma identidade geral, que permite separar os historiadores, por meio de um novo sentido ao ser historiador. Logo, o “historiador” passa a ser uma noção desnaturalizada, pois para José Honório Rodrigues “historiador” não é aquele ou aquela que escreve sobre o passado, mas aquele ou aquela que faz uso dos princípios metodológicos da história ao escrever a respeito do passado. Essa nova atribuição de sentido gera um princípio de seleção a produção historiográfica, como apontarei na sequência.

Nesse sentido, essa nova atribuição de sentido para o substantivo “historiador” implica em uma defesa da especialização do trabalho historiográfico, juntamente com a constituição de fronteiras disciplinares. Logo, há um postulado de seleção, quiçá de segregação intelectual, pois os historiadores que não se especializarem e utilizarem-se das ferramentas metodológicas, não integrarão o cânone disciplinar, não sendo considerados historiadores, e suas respectivas produções não consideradas como obras eminentemente de história.

Essa posição é definida pela negação, ou pela caracterização daquilo que não é considerado como obra histórica. Assim, para José Honório as atitudes puramente interpretativas levam a caracterização de tese, teoria, ideologia, mas “nunca história”¹²³. Portanto, o trabalho de interpretação, seja esse de síntese, ou de perspectiva a respeito de uma determinada temática só pode ser desenvolvido através de “longas análises”. Logo, José Honório, separa, de um lado, a análise, fruto das intervenções da metodologia da história (crítica interna e externa, autenticidade e etc.) para com o trabalho de arquivo e de levantamento documental, e de outro, o trabalho puramente interpretativo. Em síntese, o fato lamentável da historiografia brasileira para José Honório, reside no fato dos historiadores continuarem interpretando, ou sob uma mesma base documental, ou sobre as velhas narrativas de historiadores reconhecidos, ou mesmo desautorizados¹²⁴. Essas generalizações podem ser somadas a uma realidade que a escapa, uma vez que um dos objetivos do texto de 1945 é apresentar os trabalhos que fogem a esses quadros.

Na sequência Rodrigues expõe os títulos publicados em 1945 que devem ser levados em consideração ao arquivo disciplinar, como exemplo da “boa historiografia”, salvo algumas exceções que lhe servem como justificativa do argumento desenvolvido.

O primeiro título levantado por Rodrigues exemplifica o bom trabalho historiográfico, a partir de seu foco de leitura. Padre Serafim Leite *História da Companhia de Jesus*, em Nove volumes (1938-1949). Nas palavras de José Honório:

Podemos discordar, devido à nossa formação teórica ou ideológica de algumas de suas interpretações. Mas há que reconhecer que na **colheita de documentos inéditos**, na exposição ordenada e sistemática, na correta citação de fontes, na indicação bibliográfica, na reprodução iconográfica ilustrativa do texto, na hábil apresentação da matéria, sua obra é o mais maduro exemplo da literatura histórica luso-brasileira é o mais alto ponto por ela atingido¹²⁵.

Por esses motivos, Padre Serafim Leite, para além de suas concepções e visões de mundo, seria na percepção de Rodrigues, essencial nos cursos superiores de história, visto que sintetiza os traços gerais de uma boa obra de história.

A partir de Serafim Leite, Rodrigues expõe os títulos que foram publicados no ano de 1945, e que servem de material ao balanço da historiografia que desenvolve. Esses podem ser integrados em três séries diferentes. A primeira, os trabalhos publicados pela primeira vez, ou seja, a nova historiografia que vem a luz em 1945. Em um segundo grupo, os trabalhos que

¹²³ Idem, p.114.

¹²⁴ Idem, p.114.

¹²⁵ Idem, p.115

foram publicados anteriormente, e que são reeditados em 1945, e em terceiro, os trabalhos publicados como títulos de referência.

Sobre o grupo dos trabalhos novos, publicados em 1945, o primeiro da lista é *Monções* de Sergio Buarque de Holanda, publicado na Coleção de Estudos da Casa do Estudante do Rio de Janeiro. Uma “grande monografia”, afirmará Rodrigues, visto que a narrativa de Sergio Buarque apresenta “uma feliz convergência, o pesquisador, o interprete e o expositor”¹²⁶. A respeito de *José Bonifácio*, de Otávio Tárquino de Souza, Rodrigues afirma: “extraordinária síntese interpretativa de uma vida cheia de serviços ao Brasil. Ainda, aqui, o interprete caminha lado a lado com o investigador”¹²⁷. A mesma interpretação foi inquerida para o trabalho de Álvaro Lins a respeito de Rio Branco, publicado pela casa editorial José Olympio.

No campo interpretativo é interessante destacar para a diferença da representação que tem de Gilberto Freyre em *Brazil, On interpretation*, publicado em Nova York pela editora Alfred A. Knopf¹²⁸, e de Caio Prado Jr. em *História Econômica do Brasil*. Nas palavras de José Honório:

A primeira não pretende ser história e por isso não pode sofrer a crítica que fizemos acima. É um ensaio que muito ajuda a história. Trata-se dessa extraordinária interpretação do Brasil de Gilberto Freyre, um dos mais poderosos instrumentos humanos de análise crítica da nossa história *Brazil, na interpretation* prova a validade da interpretação quase isolada da pesquisa inédita. Melhor preparado do que ninguém nas ciências marginais e vizinhas à história, Gilberto Freyre pode extrair, quase que sem novas procuras de manuscritos originais, conclusões que passam despercebidas ao comum dos historiadores¹²⁹.

Os elogios que tece ao autor de *Casa Grande e Senzala* sejam para a sua perspicácia enquanto pesquisador e especialista nos estudos sócio histórico, tal qual a relevância, enquanto instrumento de análise de *Brazil, On interpretation*, não se equipara ao que desenvolverá em relação a Caio Prado Jr. Se Rodrigues, abre seu texto denotando um olhar negativo para trabalhos meramente interpretativos, a percepção que apresenta de Gilberto Freyre parece levar em conta, muito mais uma interpretação corrente de prestígio e reconhecimento de seu nome no campo das humanidades, do que as considerações iniciais sobre as insuficiências e necessidades da pesquisa para trabalhos meramente interpretativos, pois, se Gilberto Freyre consegue extrair, sem novas pesquisas de manuscritos originais, conclusões que passam despercebidas aos historiadores, ou ele é um prodígio, quiçá, um gênio, ou os historiador desconhecem o seu próprio trabalho. A imagem positiva tecida em

¹²⁶ Idem, p.115

¹²⁷ Idem, p.115.

¹²⁸ Em 1947 sairia uma edição brasileira pela Editoria José Olympio.

¹²⁹ Idem, p.117.

torno de Gilberto Freyre leva a uma aproximação de Rodrigues com suas tópicas e formas de trabalho, flerte necessário de uma interdisciplinaridade, como destaquei na primeira seção desse capítulo.

O aparecimento de Caio Prado Jr. na economia do texto de Rodrigues, evidência o ponto alto da crítica, e principalmente, a insuficiência do intérprete, em relação ao pesquisador/historiador. Nas palavras de Honório Rodrigues:

História Econômica do Brasil, que pretendendo ser história é, na verdade, mais tese, pois o autor concebeu um livro *non narrandum sed ad probandum*. Sabe-se que grande parte da história econômica brasileira permanece ainda inédita, o que impede uma vista geral, sob a base de que esta síntese virá facilitar a pesquisa posterior. Basta lembrar que o autor, escrevendo sua obra sob o **ponto de vista marxista** e, portanto, voltado para os problemas do capitalismo no Brasil, não nos diz se se verificaram aqui os traços essenciais do capitalismo estabelecidos por Henri Pirenne no Congresso Internacional de História, realizados em Londres: empreendimento individual, papel do crédito, da usura, os lucros comerciais, as especulações, a formação das sociedades anônimas. **É uma interpretação que não corresponde às principais perguntas que a própria teoria formula.** Aqui, portanto, pouco existe de pesquisa, primeira frase do trabalho histórico, e pouco também de ensaio interpretativo, de vez que **o autor não se defronta com as indagações que a tese articulou**¹³⁰.

História Econômica do Brasil publicado pela editora brasiliense, não seria nem pesquisa histórica, e nem ensaio interpretativo. Primeiro, porque não é integrante de uma operação analítica das evidências que sustentam as afirmações que levanta. E em segundo, não atinge, segundo Rodrigues uma interpretação histórica do Brasil, a partir da corrente teórica da qual é parte, ou seja, o marxismo. O interessante sobre a análise de Rodrigues, a respeito de Caio Prado Jr. são as exigências, colaborativas da defesa de um trabalho historiográfico regrado e específico, como também a desarticulação do argumento de Caio Prado Jr. pela insuficiência deste para com o próprio marxismo. O autor de *A formação do Brasil Contemporâneo* é representando, em síntese, como um amador.

Contrapondo a possibilidade de um ensaio eminentemente interpretativo, e que reforça ainda mais as críticas a Caio Prado Jr., Rodrigues cita a publicação de Luís Delgado, pela José Olympio de seu *Rui Barbosa*. Não realizando, segundo Honório Rodrigues, nova investigação, apenas baseando-se na literatura existente, o livro de Delgado Filho, torna-se um exemplo, em contraposição a Caio Prado Jr., dando prova da possibilidade de escrever ensaio interpretativo¹³¹.

O segundo conjunto de obras analisadas por José Honório, sintetizam-se nos trabalhos de edição, publicação de documentos e na reedição de obras. A exigência, sobre esse grupo, somam-se as críticas desenvolvidas na seção anterior, onde reitera a necessidade da

¹³⁰ Idem, p.18 [grifos meus].

¹³¹ Idem, p.18.

metodologia da história no trabalho de edição, como uma fórmula essencial ao pesquisador. Muito se pública, afirma Rodrigues, “nem sempre de modo perfeito”¹³². E continua: “Poucas vezes obedeceram-se os processos críticos de validade universal. Diante do *textual criticism* dos ingleses e americanos, por exemplo, o nosso atraso é surpreendente, salvo poucas exceções”¹³³.

Nesse sentido, a economia do texto estrutura-se novamente em elencar aqueles que devem ser levados em considerações, por serem considerados como exceções. Primeiramente, na edição de obras raras, o Ministério das Relações Exteriores publicou a obra completa do Barão do Rio Branco, em 9 vol. A editora José Olympio fez uma nova edição, em 3 vol., de *D. João VI* de Oliveira Lima, com prefácio de Otávio Tárquino de Souza.

Em relação à publicação de documentos, bons e maus exemplos sempre reforçam a argumentação sobre a necessidade de operações críticas, constatados pelos bons exemplos, segundo Rodrigues, pois a edição de Documentos Holandeses, por parte do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, não desenvolveu regras críticas fundamentais ao trabalho de edição, ao exemplo, da fidelidade. Ou seja, exige-se que seja feita a tradução do original, como não é o caso, pois os documentos publicados foram traduzidos das edições francesas, sem que um especialista fizesse as devidas comparações com os originais em holandês. O bom exemplo, segundo Rodrigues, está com os beneditinos. Em suas palavras:

[...] o *Livro Velho do Tombo*, publicado pelos frades Beneditinos da Bahia, edição que honra a cultura história brasileira. A preciosidade dos documentos quinhentistas e seiscentistas, publicados com segura exatidão, ainda mais valoriza este volume, que é uma lição de método na publicação de documentos. **Que este esforço e que este magnífico e erudito exemplo continuem nos próximos volumes são os votos de todo estudiosos brasileiro**¹³⁴.

Ainda, no que toca as publicações, o terceiro grupo de publicações, as obras de referência, a menção é única e pontual. *Contribuições à história do Jornalismo Brasileiro* (1812 – 1863) de Hélio Viana, publicado pelo Instituto Nacional do Livro.

De modo geral, a leitura desenvolvida por José Honório a respeito da historiografia brasileira, constituída pelo viés que estrutura uma especialização dos estudos históricos, fundamenta-se em uma identidade de grupo dos historiadores através dos usos da metodologia da história. A argumentação de Rodrigues sustentou-se por categorias genéricas de autor/obra, pois em nenhum momento ele cita os textos propriamente ditos, mas apresenta por meio de

¹³² Idem, p.19.

¹³³ Idem, p.19.

¹³⁴ Idem, p.20.

ideias gerais considerações sobre autor e obra, embasando, assim seu levantamento como um todo.

De todo modo, a defesa da metodologia da história é constituída a partir das implicações epistêmicas do método, e em consequência, do significado de uma obra, como obra histórica. Esse princípio é definidor a Rodrigues, na avaliação da própria produção historiográfica, e acaba por cumprir um papel, definir os autores/obras que devem ou não ser considerados historiadores, ou melhor, constituírem parte de uma memória da própria disciplina histórica no Brasil. Em síntese, essa constituição de uma memória disciplinar não anula os pressupostos reflexivos e as investidas teóricas de Rodrigues, apenas incidem em seu estilo de enredar a problematização a respeito da produção historiográfica.

Na sequência, aponta algumas saídas, para seus diagnósticos do atraso brasileiro, ou nesse caso, a tentativa de sistematizar os elementos necessários a disciplinarização da história, e a defesa da metodologia da história.

O primeiro seria para com as futuras gerações. A defesa, nesse caso, da criação nos cursos de História nas universidades brasileiras de disciplinas que contemplassem discussões a respeito dos pressupostos da disciplina da história. Introdução à história, teoria da história e metodologia da história seriam na compreensão de Rodrigues, fundamentais para o preparo de novos pesquisadores e futuros historiadores, principalmente na capacitação do manejo de fatos e na descoberta de novos documentos.

Essa necessidade pedagógica do ensino superior abarcaria uma série de atividades que faltam à formação historiadora, e faltam ao desenvolvimento da historiografia brasileira na compreensão de José Honório. São elas: o conhecimento dos métodos, da natureza da evidência histórica e das ciências auxiliares, e também a publicação de documentos inéditos, o conhecimento da historiografia, e o melhor contato com os clássicos, estrangeiros e nacionais. Seriam esses pontos que nas palavras de Rodrigues: “possibilitariam o preparo para novos historiadores e evitariam o auto-didatismo, de tão perniciosos efeitos”¹³⁵.

Em segundo lugar, a formação de um serviço de coordenação de pesquisas. Ao exemplo, do que acontece na Europa, e em específico pelo Instituto de Pesquisa Histórica da Universidade de Londres¹³⁶. Em terceiro lugar, o preparo de guias, catálogos, índices,

¹³⁵ Idem, p.121.

¹³⁶ José Honório planejou a criação de um Instituto de Pesquisa. A sexta parte *Pesquisa Histórica no Brasil* foi dedicada, por parte de Rodrigues, a expor as diretrizes para a construção de um Instituto Nacional de Pesquisa. Segundo José Honório, o referido Instituto, teria por finalidade: “[...] promover e estimular a pesquisa histórica oficial e pública no Brasil e no estrangeiro, planejando a organização dos instrumentos do trabalho histórico, inventariando e reproduzindo os papéis históricos do Brasil e relativos ao Brasil, existentes no estrangeiro, e preparando a formação profissional de historiadores e pesquisadores de história”. RODRIGUES, José Honório.

bibliografias, possibilitaria um melhor conhecimento dos fundos em acervos e do material disponível no Brasil.

Em termos gerais, a Historiografia de 1945 é representada em um tom de pessimismo, um cenário de poucas produções que servem a Rodrigues para justificar suas proposições dos motivos pelos quais a escrita da história deveria renovar-se ou especializar-se.

Em *A Historiografia Brasileira em 1946*, o mesmo pessimismo perpassa a escrita de José Honório. Como destaca: “Quem quiser traçar um quadro geral da produção histórica brasileira no ano findo de 1946 há de ficar, de início, chocado com a sua insignificância não só numérica, mas qualitativa. O que impressiona ao observador é o abandono a que foi votada a história no ano de 1946”¹³⁷. A estrutura do texto é similar ao anterior, mas com algumas diferenças. Toda a argumentação caminha para um mesmo cerne, que é apresentar diagnósticos, não mais a respeito dos pressupostos tácitos do ofício, mas para um discurso que tentasse explicar os “porquês” desse cenário de pessimismo e abandono da escrita da história. Estaria a história em crise? Perguntará José Honório¹³⁸.

Nesse sentido, um dos pontos de distinção para com o texto anteriormente discutido, está na apresentação da produção historiográfica. Se anteriormente destaquei para a economia do texto de *Historiografia Brasileira em 1945*, e como categorias de autor/obra sustentaram e moldaram a forma da argumentação, indicando a constituição, muito mais do que um balanço, do engendramento de um arquivo disciplinar, ou seja, a significação, entre seleção e destaque para as publicações que se encaixavam nas caracterizações da definição da disciplina da história, que no caso de Rodrigues, sustenta-se na estrita utilização da metodologia da história, em 1946, no entanto, Rodrigues utiliza-se de uma outra forma de exposição, ou seja, ao invés de indicar às publicações aleatoriamente, acompanha o que foi publicado pelas casas editoriais brasileiras que em sua leitura mereceriam destaque. Se para o historiador carioca o cenário era negativo, pois quantitativa e qualitativamente a produção era decepcionante, afirma: “basta um olhar rápido para notar-se a pausa no antigo oceano agitado”¹³⁹.

A Pesquisa Histórica no Brasil. Op. Cit. p. 239. Rodrigues apresentaria em quatro pontos o desenvolvimento das atividades estimadas, que podem ser sintetizadas do seguinte modo: pesquisa histórica no exterior, pesquisa histórica no Brasil, elaboração de instrumentos do trabalho histórico (índices anotados, bibliografia, dicionários históricos e etc.) e por fim, a formação de pesquisadores. Idem, 239-243. A respeito do Instituto proposto por Rodrigues, ver: FREIXO, André de Lemos. Ousadia e Redenção: o Instituto de Pesquisa Histórica de José Honório Rodrigues. *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto. Nº11. Abril, 2013. P.140-161.

¹³⁷ RODRIGUES, José Honório. *A Historiografia Brasileira em 1946*. In: *Notícia de Varia História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951, p.123.

¹³⁸ Idem, p.123.

¹³⁹ Idem, p. 123.

De início, destaca para a casa editorial José Olympio que se restringiu a imprimir *A Arte de Furtar e seu autor*, de Afonso Pena Junior, como também *O Negro na Bahia* de Luís Viana Filho. Apresentando uma descrição das obras levantadas, Rodrigues destaca como significativo a 5ª edição de *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, pela mesma José Olympio.

Os outros editores, em sua leitura quase que pararam suas atividades. Menciona em seguida a Livraria Martins, apenas apresentou ao público *Ensaio Sul Americanos* de Júlio Mesquita¹⁴⁰. Pela Companhia Editora Nacional, destacaria para a coleção Brasileira, que se limitou a editar *A Aculturação dos alemães no Brasil* de Emilio Willems.

Apontaria, ainda, para a *História do Império* de Tobias Barreto, que sairia pela Livraria Briguiet. Para além das contribuições das casas editoriais, José Honório assinalaria também os esforços das instituições estatais. O INL publicaria *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, de Mons. J. de S. A. Pizarro e Araújo, como também *Os Anais da Província de São Pedro* de Fernandes Pinheiro, e ainda reimprimiria *Geografia Brasileira* de Aires do Casal. Pelo Ministério das Relações Exteriores, prosseguiu com a publicação das *Obras Completas* do Barão do Rio Branco, assim como as *Efemérides Brasileiras*, também de Rio Branco. E por fim, a Casa Rui Barbosa reimprimiu a Constituição de 1891, prefaciada por Pedro Calmon. Segundo Rodrigues:

Como se vê, afora as reimpressões, entre as quais avulta *Casa Grande e Senzala*, poucos foram os livros propriamente de história publicados em 1946. A mais importante obra publicada nesse ano foi, para nós, *A Arte de Furtar e seu autor*, de Afonso Pena Junior. O criticismo histórico atinge, aí, a uma altura jamais alcançada no Brasil. Temos, portanto, como exata a afirmação inicial, de que, comparado com outros, o ano de 1946 foi avaro em matéria histórica¹⁴¹.

Quais seriam os “motivos” na leitura de Honório Rodrigues para essa recessão da produção historiográfica? Primeiramente, Rodrigues aponta para certo esgotamento do pensamento histórico brasileiro, vide as décadas anteriores. Os anos de 1930, e início dos 1940, significaram em sua leitura uma explosão da produção historiográfica. Em suas palavras:

Era realmente difícil digerir tanta sabedoria e conservar o domínio sobre tão vasto material. A produção de livros sem significação e a escrevinhação do último decênio já foram certamente supérfluas. Muita gente grande e pequena desesperava dessa incrível mistura com que se devia alimentar. O resultado era sempre uma constante e surda revolta dos que não se sentiam atraídos pela história. Eles não compreendiam

¹⁴⁰ Idem, p.127.

¹⁴¹ Idem, p.138.

a razão de tanto interesse histórico e tanta e tão profunda autognoses[sic] do Brasil¹⁴².

José Honório faz referencia a explosão editorial que emergiu ao Brasil, e que foi discutido em seções anteriores. O aparecimento de coleções destinadas ao pensamento brasileiro, assim como a expansão do mercado do livro, propiciou a escrita da história um *boom* considerável. Paralelamente, o retrocesso em termos qualitativos, exemplificados, pelo ano de 1946, leva Rodrigues a se perguntar se seria um dos efeitos da ditadura varguista. No entanto, sua argumentação leva a crer que não. Os anos Vargas, compreendido da “Revolução de outubro” ao período do Estado Novo, são considerados pela interpretação de Rodrigues, por expressarem um desejo de compreender o homem brasileiro, seus problemas e necessidades¹⁴³. Esse “desejo” propiciou uma vontade representativa significativa à escrita do passado. Como sustenta:

E, vimos, então, uma enorme produção histórica, tão fraca por vezes nos seus fundamentos filosófico, tão displicente nas teorias de interpretação, tão dedicada às reimpressões e reedições, tão reles na sua própria temática. Mas por vezes, também, tão decisiva na sua orientação, tão rica nas sugestões, alertando, corrigindo e interpretando as origens do nosso destino comum¹⁴⁴.

Essa representação da geração anterior a sua, que mais parece funcionar como uma memória corrente joga com ambos os sentidos, positivos e negativos e que Rodrigues sintetiza, no *O Retrato do Brasil* de Paulo Prado. Considerando-o como um símbolo representativo dos interesses, nesse caso pré-anunciados, da ditadura varguista ao Estado, como também do conhecimento histórico no período¹⁴⁵. E mais, apresenta uma interpretação que iria ficar cada vez mais presente em sua produção como historiador, a relação viva e potencial da escrita da história com o presente. É sobre esse íterim que se encontra a explicação para o retrocesso sintetizado para o ano de 1946. Pois, para Rodrigues, os anos ditatoriais representaram, ao contrário do período democrático que o sucedeu, uma reação que impulsionou a escrita da história, um refúgio, como afirma: “da consciência politicamente sufocada pela ditadura”¹⁴⁶. A repressão, no entanto, por meio da ditadura excitou parte da intelectualidade brasileira à reação ao regime, pela crítica e pela produção de pensamento. Impedidos da ação direta contra o regime, a escrita, e neste caso a escrita da história tornava-se uma alternativa “segura” a oposição. Nas palavras de José Honório:

¹⁴² Idem, p.138.

¹⁴³ Idem, p.139.

¹⁴⁴ Idem, p.139.

¹⁴⁵ Idem, p.138.

¹⁴⁶ Idem, p.138.

Num país onde a historiografia, apesar de suas enormes contribuições, ainda encontra largas áreas inteiramente abandonadas a pesquisar e examinar, não se pode falar em superação. A crise de 1930 foi uma razão do encontro pessoal, frequente e contínuo dos melhores espíritos brasileiros com a história. Restabelecida a vida democrática, parte destes melhores espíritos, não exclusivamente historiadores, mas interessados na história, decidiu participar ou fazer história, e não escrevê-la. Não se tratava assim de negá-la¹⁴⁷.

Logo, José Honório negava uma interpretação de que a década de 1940 estaria com uma tópica – escrita a respeito do Brasil – superada em relação aos anos de 1930, e por isto a diminuição da produção, pois para Rodrigues não há superação em historiografia, uma vez que o presente impõe aos historiadores problemas, tópicos, e é em face desse mesmo presente que o historiador guia-se ao perguntar-se pelo pretérito.

Em síntese, pode-se compreender a interpretação de Rodrigues, por meio de dois polos justapostos. De um lado, pode-se interpretar essa atitude de Rodrigues, como um entrelaçamento político entre escrita da história e o presente (como se verá de modo mais acentuado em sua produção subsequente), mas, de outro, torna-se uma interpretação que flerta com um conformismo ao sentido da ação política, onde não existindo opção pela repressão do regime a uma ação direta frente ao mesmo, o único caminho seria o dá escrita, e nesse caso, o uso político do passado e da história seria a arma de combate contra a ditadura. Mas, de todo modo, é significativa a relação que estabelece entre a escrita da história e o florescimento da mesma, junto com o ambiente político brasileiro dos anos de 1930. A possível crise, entre os anos de 1930 e 1940 para a pesquisa da história, em sua diferença quantitativa entre as duas décadas é descartada.

De outro modo, Rodrigues compreende por “crise”, ou a possível crise da história, a motivação imposta pelas conjecturas nacionais e internacionais, nesse caso, não só a relação entre ditadura e democracia, mas os efeitos da primeira e segunda guerra mundial, tão próximos da escrita do ensaio de 1946, sintonizando toda uma relação de esgotamento que faz com que Rodrigues, como historiador questione os pressupostos teóricos que entrelaçam não só a pesquisa histórica, mas o pensamento histórico e a própria relação com o tempo. Nas palavras de Rodrigues:

Não houve, pois, no terreno da pesquisa histórica uma verdadeira crise. O rompimento de nossa pesquisa seria um suicídio espiritual. O que houve foi, apenas, como já dissemos, um reajustamento. Os historiadores profissionais permaneceram nos seus trabalhos. Os que encontravam na história apenas um passatempo para uma fase crítica volveram às suas outras atividades, e cada um ficou na vocação a que foi chamado. Ninguém, porém, largou a história. Os que não mais a escrevem é porque, em muitos casos, prefeririam fazê-la. Mas fazê-la como? Buscando na própria história a maneira, caminho de fazê-la. **Porque todos sabem que as principais correntes políticas que na atualidade disputam a aceitação do homem**

¹⁴⁷ Idem, p.139.

repousam numa interpretação da história. Assim, por toda a parte, na própria ação partidária, uma viva e intensa curiosidade, um movimento de idéias[sic] faz dela a coroa de todos os estudos. Na luta das ideologias, mantida por meios históricos, a verdade histórica não poderia nunca fugir ao perigo de ser obscurecida pelas tendências que derivam daquelas próprias ideologias. Mas podia consolar-se e encontrar refúgio em alguns espíritos independentes e avançados, mediante a contraposição crítica das sucessivas interpretações da história¹⁴⁸.

O entrelaçamento da reflexão historiadora, não só pelos aspectos do conhecimento histórico, mas também dos efeitos de um conceito de história entendida como ação – do passado que se desenvolve em presente e futuro – pertencem ao horizonte reflexivo do historiador, e compete ao mesmo, como a própria prática de Rodrigues sugere, relacionar o estudo da história com o presente, compreendendo os embates políticos e as diferentes visões de mundo que se conflitam através das diferentes interpretações históricas.

As experiências limites, principalmente aquelas que produziram as duas Grandes Guerras, que fizeram emergir o Nazismo, enquanto filosofia e terror de Estado, que motivaram o extermínio em campos de concentração e produziram o Holocausto, os fascismos e as ditaduras da Europa ao Brasil, deixariam marcas irremediáveis, se não no pensamento, ao menos na consciência. Essas séries de acontecimentos fazem emergir, para Rodrigues, o que denomina como crise, principalmente quando se pensa em interpretações políticas da realidade, que são por si históricas. O contraposto está quando se depara com uma corrente de pensamento como a “negação fascista”, que solapa qualquer forma de diferença, e se põe a serviço de uma verdade cruenta e perigosa para a humanidade como um todo. Logo, essa experiência de crise, para Rodrigues torna-se irremediável a ação do pensamento. O presente transforma-se no de campo de ação e inferência da historiografia. Como sustenta:

Depois das guerras e das revoluções vem sempre à prova prática de todas as teorias. Não haverá mais uma ordem estável que suporte todas as teorias e torne as mais atrevidas mera insignificância: no meio da tempestade, da reforma do mundo, **cada palavra velha tem que ser examinada pelos seus efeitos práticos ou pela sua ausência de efeitos.** A crise no pensamento histórico, que justifica a inquietude política atual, não impedirá o desenvolvimento normal das atividades históricas. Talvez ela favoreça, em certo sentido, pela divisão das águas, o fortalecimento da pesquisa e da elaboração histórica¹⁴⁹.

Na interpretação de Rodrigues, portanto, pode ser considerado um ganho para a pesquisa histórica e para o trabalho do historiador esses momentos de crise e exasperação político-social, em virtude de compreender que a função da história encontra-se na historicização dos problemas da sociedade. Essa função da história, também leva por meio do trabalho historiográfico objetar saídas aos momentos de crise.

¹⁴⁸ Idem, p.140.

¹⁴⁹ Idem, p.142.

Em *Significado Cultural da História – Utilidade da História na Formação de Diplomatas*¹⁵⁰, José Honório Rodrigues desenvolve os mesmos problemas que conectam posições políticas, ou a leitura política da realidade como interpretações históricas. A preocupação que o motiva nessa narrativa é a de apresentar, como um curso que tem o público alvo diplomatas, a necessidade e importância de uma formação histórica, ou historiográfica no trabalho diplomático. Para tanto, recorre acima de tudo para a própria experiência história dos diplomatas, ao exemplo do Itamarati, onde a aproximação entre o historiador e o diplomata é um aspecto marcante. Como destaca:

Vê-se, assim, que há uma tradição histórica no Itamarati, que deve e merece ser mantida. É preciso não confundir a defesa de uma tradição com o tradicionalismo, que é sempre o ingênuo conservadorismo de políticos reacionários. O tradicionalismo é o criador do complexo do nacionalismo e o estimulador das políticas externas agressivas¹⁵¹.

Tomando tradição como um juízo de valor que passa de geração a geração¹⁵², José Honório coroa aos diplomatas uma necessidade da formação historiográfica como ferramenta útil na construção de relações internacionais. A presença do conhecimento histórico em uma formação diplomática sugere uma prática precisa e eficaz para aqueles que têm como alvo o trabalho de mediação entre nações. Antes de passar ao problema que me leva a *Significação Cultural da História*, é interessante remontar a economia do texto de Rodrigues e compreender dois movimentos analíticos. Primeiro, a que tradição Rodrigues está se referindo quando aponta a já presente relação dos diplomatas com o trabalho historiográfico? E quais os pressupostos teóricos que sustenta uma “utilidade” da história na formação de diplomatas?

De início, é interessante salientar para o pano de fundo que estrutura a discussão, ou melhor, a referência que estrutura as problematizações que entrelaçam política e história. Nesse caso, o pós-guerra e o enquadramento do mundo em uma dualidade, representação corriqueira da “Guerra Fria”, entre o comunismo de um lado, e a democracia liberal, de outro, leva Rodrigues a sustentar que por uma série de razões variadas (um dos exemplos, seria o componente histórico das interpretações políticas) a história estrutura-se como o centro dos estudos humanos. Pois toda interpretação, seja política, cultural, social e etc., está sustentada por percepção histórica da realidade.

Notando para o caráter histórico das interpretações políticas, ao exemplo, do comunismo, da democracia liberal, que tem a representação máxima pelos EUA do pós-

¹⁵⁰ RODRIGUES, José Honório. Significado Cultural da História: Utilidade da História na Formação dos Diplomatas. Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol.191. jan-mar. p.280-284,1946.

¹⁵¹ Idem, p.283.

¹⁵² Idem, p.284. Voltarei ao conceito de tradição em Rodrigues na seção seguinte.

guerra, da interpretação espiritualista com o cristianismo, e mesmo do fascismo¹⁵³, José Honório afirma que todas se pretenderam uma interpretação realista da história¹⁵⁴, e são aquelas que disputam em sua contemporaneidade uma aceitação da humanidade. Em suas palavras:

Na luta das ideologias, mantidas por meios históricos, a verdade histórica não poderia nunca fugir ao perigo de ser obscurecida pelas tendências que derivam daquelas próprias ideologias. Mas podia consolar-se a encontrar refúgio em alguns espíritos independentes e avançar mediante a contraposição crítica das sucessivas interpretações da história¹⁵⁵.

Se as correntes ideológicas ou políticas que Rodrigues levanta a sua contemporaneidade estão fundamentadas em uma interpretação da história, prescrevendo e tencionando concepções de mundo diferentes, o analista, ou nesse caso o historiador (ou mesmo o diplomata com formação histórica), ao versar sobre a historicidade dessas mesmas correntes políticas não cairia no risco de obscurecer a verdade do conhecimento histórico pela lente ideológica, tendo em vista, que as correntes políticas também dotam de sentido e produzem um discursivo verdadeiro sobre a realidade. No entanto, para Honório Rodrigues, o conhecimento histórico teria a função de denunciar a produção da verdade das correntes políticas, e deveria se colocar em uma posição que as ultrapasse em termos de significação do real, ou seja, o conhecimento histórico, através de seus procedimentos técnicos e teóricos atribuiria aos enunciados que produz uma valoração maior que aos dos usos da história pelas correntes políticas.

As doutrinas políticas, em suma, funcionam como um campo aberto de investigação, e que demonstram uma aplicação do conhecimento histórico, e também da investigação

¹⁵³ Para Rodrigues, o fascismo também integra uma posição política que está marcada por uma leitura histórica da realidade, por mais abominável e terrível que seja o sentido prescrito em tal forma de pensamento. Em suas palavras: “O próprio fascismo pretendeu ser uma interpretação realista da história humana. Tendo nascido dos mais escuros cantos da reação e despedido dos valores morais e das virtudes espirituais do cristianismo, substituiu a Igreja pelo Estado como instrumento da revelação divina e pretendeu que o chefe tivesse a autoridade por direito divino. A raça escolhida, mito pré-cristão, ressurgiu no ariano”. RODRIGUES, José Honório. *Significado Cultural da História*. Op. Cit. p, 280. Em *Historiografia Brasileira em 1946*, a posição contra o fascismo é ainda mais pontuada. Historicizando as diferentes correntes políticas que são fundamentadas em uma interpretação da história, somente uma não merece respeito e consideração dos estudiosos. Seguindo Huizinga, afirma Rodrigues: “[o fascismo] representa o maior perigo, porque põe a história a serviço de um interesse determinado, nem eterno, nem universal, com plena consciência e impassível intenção, a negação fascista, que nasceu dos mais escuros cantos da reação”. RODRIGUES, José Honório. *A História Brasileira em 1946*. Op. Cit. p, 142. A menção a estas considerações são significativas para que reforcem a posição de José Honório frente à pertença entre interpretação histórica e as diferentes correntes políticas a sua época. O Fascismo para ele representava o verdadeiro limite ao qual não poderia ser compreendido, ou melhor, aceito como uma corrente válida. Era a verdadeira negação, em termos humanos e em princípios teóricos.

¹⁵⁴ RODRIGUES, José Honório. *Significado Cultural da História*. Op. Cit., p. 280.

¹⁵⁵ Idem, p. 280-281

histórica, sugerindo um dos significados culturais da história, uma vez da imbricada relação entre cultura, política e sociedade¹⁵⁶.

Entretanto, a significação cultural da história não ficaria somente nesses termos, Rodrigues a coloca sobre uma perspectiva teórica, e que sustenta sua própria posição a respeito do conhecimento histórico, juntamente com o pressuposto que permite uma interpretação a respeito das interpretações político-históricas da realidade.

O historicismo seria reivindicado como epicentro teórico, que sustenta essa significação cultural da história para Rodrigues, junto da afirmação que coroa o conhecimento histórico como o centro das ciências humanas e sociais. Contrapondo-se ao naturalismo, o historicismo seria a ferramenta teórica que na percepção de Honório Rodrigues, passou a historicizar a vida humana, e a afirmar que só se pode compreender o humano, a partir de sua cultura, e de seus valores, por meio de um ponto de vista histórico¹⁵⁷. Fazendo uso de referências como Wilhelm Dilthey, Rickert e Ernest Troeltsch, José Honório apresenta a importância do pensamento historicista para a construção da ciência da história, e do pensamento histórico que tem como marca a historicização do presente. Em suas palavras:

[...] todos reconhecem os proveitos que a sociedade e a cultura extraem da ciência histórica. O submergir na história é uma forma de contemplação do mundo. A história nos cura do egocentrismo, da exagerada importância histórica. **O homem pode sentir-se ligado ao que foi e ao que será.** O estudo da história é, assim, não só um instrumento de cultura intelectual, mas um meio de nos prepararmos para **compreender e tolerar a variedade dos usos e costumes, as transformações da sociedade e para nos familiarizarmos com as diferentes formas do convívio sociais.** A ciência histórica continuou com uma tarefa imensa e infinitamente variável de estudar e descrever o passado da sociedade humana e a tradição desse passado, que vive nas formas presentes. Seu conhecimento conserva o caráter de uma compreensão, de um entendimento, de uma representação dos fatos particulares, vistos como acontecimentos. A história seria, então, a descoberta da realidade passada, uma análise do nascimento das coisas. Se dela não podemos extrair sempre lições políticas, podemos, pelo menos, **extrair a compreensão do presente segundo o passado**¹⁵⁸.

Importante conectar a posição estruturada acima, do conhecimento histórico como a compreensão do nascimento das coisas, do fato enquanto particularidade, como também os efeitos dessa mesma forma de compreender com o público alvo em que essas palavras foram proferidas, no caso a aula no curso de História do Instituto Rio Branco. Ao lado dessas considerações, José Honório destaca para já presente tradição dos diplomatas brasileiros no estudo da história. Como sustenta: “No Itamarati desde cedo se percebeu a conexão íntima

¹⁵⁶ Idem, p.280.

¹⁵⁷ Idem, p.280.

¹⁵⁸ Idem, p.281 [grifos meus].

entre a política e a história, tornando o diplomata uma consciência vigilante a serviço da causa do Brasil”¹⁵⁹.

Essa tradição tinha como ponto de partida Rio Branco. Sua obra acenava para a ação política, embasada por uma preocupação histórico-geográfica, principalmente nas questões de limites de fronteira. José Honório, também aponta para Joaquim Caetano da Silva, Francisco Adolfo Varnhagen, Oliveira Lima e Joaquim Nabuco, sujeitos históricos que desempenharam uma significativa mescla entre o trabalho histórico e a função diplomática, principalmente na defesa dos interesses brasileiros. Logo, esses historiadores, junto das suas produções ressoam na economia do texto de José Honório, para justificar e reivindicar a já tão batida necessidade dos estudos históricos, não só no trabalho diplomático, mas na iminente relação da história com a vida.

Em suma, as considerações da necessidade de uma formação histórica para o trabalho diplomático, levam-no a tratar da importância da história na formação humana, e no desenvolvimento de uma consciência histórica. Porque devemos despertar esses sentimentos somente em momentos de crise? Pergunta José Honório. Em suas palavras: “Melhor fora que essa consciência estivesse alerta mesmo nas fases de pura construção nacional. É lógica e consequente que se deve assim proceder com o povo, com muito mais razão devem soldados e diplomatas estar sempre e sempre conscientes dos direitos do seu país”¹⁶⁰. No capítulo três volto a tratar dessas questões.

2.5. Escritos historiográficos ou ensaios de história da História

Nessa última seção objetivo analisar os textos que Rodrigues escreveu principiando a historicização da produção histórica de determinado período. Nesse caso, as narrativas que introduzem os índices anotados e escritos no ano de 1945, a respeito da Revista do Instituto do Ceará e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Ainda faz parte dessa seção *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês*, de 1949.

Os índices anotados inserem-se em uma conjuntura de incentivo a produções bibliográficas, como também na produção de ferramentas de pesquisa que contribuíram para a divulgação do conhecimento histórico no Brasil.

¹⁵⁹ Idem, p.282.

¹⁶⁰ Idem, p. 284.

A iniciativa da escrita de índices anotados das principais revistas brasileiras é parte integrante do mesmo empreendimento que tem como desenvolvimento um programa de estudos latino-americanos financiados pela Fundação Rockefeller.

Segundo Rodrigues, os índices [Ceará e de Pernambuco] estavam prontos desde 1945, mas por várias circunstâncias só vieram a público na década seguinte¹⁶¹. Os índices se estruturam, de modo geral, em forma de catálogos dicionários, registrando autores, assuntos, títulos numa só ordem alfabética. Essa disposição funciona como um catálogo de biblioteca, propiciando ao leitor a facilidade da consulta e a variedade do material registrado¹⁶². A disposição obra/autor estrutura o índice como um todo, e tem no autor o fio condutor da organização e seleção, uma vez que foi ordenado segundo ordem alfabética dos artigos, seguido das traduções ou edições feitas pelo próprio autor, e os artigos de terceiros sobre determinado autor e obra¹⁶³. A produção temática, ou que trata da vida de determinados personagem aparece também sobre a ordem alfabética dos autores de títulos do mesmo propósito. Há também, antes da entrada principal em uma determinada produção, quando Rodrigues viu da necessidade, um comentário sobre o autor, ou sobre o título, conforme o caso.

Em cada um dos índices segue uma narrativa introdutória que tem o intuito de configurar os traços gerais da historiografia cearense e pernambucana, apresentando um relato historicamente constituído e que tem por objetivo, por meio de uma concepção de história da história, desenhar o percurso do objeto ao qual o índice trata, ou seja, a produção historiográfica das respectivas revistas¹⁶⁴. A questão que motiva a leitura dessas narrativas historiográficas é compreender como Rodrigues constituiu as Revistas dos respectivos Institutos, como um objeto de história da história.

A começar pela *A Historiografia Cearense na Revista do Instituto do Ceará*. Mesclando história regional, com um discurso sobre a produção a respeito do Ceará,

¹⁶¹ RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Instituto Ceará, 1959, p.167.

¹⁶² Idem, p.167.

¹⁶³ Idem, p.167.

¹⁶⁴ Estas narrativas podem ser lidas separadamente dos índices, já que foram publicadas anteriormente aos índices propriamente ditos. *Historiografia Cearense e Historiografia Pernambucana*, títulos das devidas introduções historiográficas aos índices aparecem pela primeira vez publicada em: RODRIGUES, José Honório. *Notícia de Varia História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951. Os índices aparecem, na íntegra em duas outras publicações pelas respectivas Revistas que são objetivos de si: RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Instituto Ceará, 1959. RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Pernambuco: Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, 1961. Nesta seção, para análise da economia do texto do índice pernambucano, utilizei a edição de *Notícia de Varia História*, de 1951, e para o Instituto do Ceará, utilizei a edição publicada na Revista do Ceará, de 1959.

Rodrigues constituiu uma narrativa que ambienta uma historicização da região do Ceará, a partir dos aspectos econômicos e culturais. A história do Ceará serve a economia do texto para indicar, os aspectos principais que marcam a região do Ceará em sua especificidade histórica, e que motivam os historiadores cearenses à escrita de seu passado.

Para José Honório, o Ceará pode ser entendido como um exemplo característico do processo de colonização brasileira, marcado pelo conflito entre povos originários, ou primitivos, e a civilização europeia. Esses traços serão decisivos em sua leitura, uma vez que compreende a formação cultural brasileira, e em específico, a cearense, como a síntese desse processo que coloca de um lado, o antigo, e de outro, o novo, onde uma instituição ocidental é aceita como um todo supostamente inalterado não permanecendo ao que era, mas adaptando-se, por meio do contato, e por consequência, de uma diferença ao povo que a adotou.

Logo, a questão da alteridade emerge como um problema. José Honório desencadeia essa discussão através do embate entre Capistrano de Abreu e Sílvio Romero, a respeito da incorporação e síntese, por meio das influências sociais e raciais dos contatos no processo de colonização de diferentes povos. Na interpretação de Rodrigues, Sílvio Romero aponta que ao negro se devesse atribuir à ação de síntese, diversificando o elemento europeu aqui ambientado, enquanto que para Capistrano de Abreu o elemento aborígene, é elo decisivo em que se dissolveu o português. Nas palavras de Rodrigues: “O que é de louvar neste debate é que ambos reagiram contra a tendência, tão a gosto dos historiadores menos críticos, de considerar a cultura brasileira como a cultura do grupo lusitano”¹⁶⁵.

Na interpretação desenvolvida por Rodrigues, o negro e o índio não são os contribuintes de nossa civilização, mas os elementos de participação que promove uma distinção, e assim contribuíram para a formação de uma cultural diferente e diversa da portuguesa. No Ceará, no entanto, os aborígenes teriam uma influência maior do que a negra, na formação cultural da região. Nas palavras de Rodrigues: “Se é difícil encontrar o espeta caju, como lembrava Capistrano de Abreu, é fácil encontrar o cabeça chata, talvez proveniente dos cariri”¹⁶⁶.

Logo, a interpretação construída atenta para as relações étnico-raciais, e a influência dessas na formação de uma cultura econômica própria da região, o pastoreio, decisiva, juntamente com os aspectos climáticos (principalmente as crises de seca, que se fazem presente na região) de uma imagem da região do Ceará. Essa caracterização pela formação

¹⁶⁵ RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Instituto Ceará, 1959, p.171.

¹⁶⁶ Idem, p.171.

econômica dependente dos fatores etnográficos alia-se na leitura de Rodrigues, aos fatores geográficos e que caracterizaram a vida social e política do Ceará. Um dos processos decorrentes desses fatores, apontados por Rodrigues é para a presença marcante na vida social cearense do banditismo. Nas palavras de José Honório:

A história social e política do Ceará está cheia de grandes crimes, grandes criminosos e de grandes crises de fanatismo. Não significa isso que na formação das outras capitanias não surjam iguais fenômenos sociais. Mas no Ceará os alicerces sociais se mancham de sangue e com o sangue se for formando a consciência política e social¹⁶⁷.

A luta contínua que passava o Ceará, desde sua população original, e que perpassa o período entre os séculos XVI ao XVIII, luta contínua entre Tupinambás e Potiguaras, Tupiniquins e Tabajaras, Cariri e Tremembé deixariam marcas significativas na vida social cearense. Passado o processo de colonização, destaca Rodrigues, domesticado o gentio, devassado o sertão, exercitado o ofício da criação, iniciam-se as longas lutas entre famílias sertanejas¹⁶⁸. Seguindo Capistrano de Abreu e Rodrigues de Carvalho, José Honório reitera para a presença do crime na formação sócio cultural do sertão, onde o respeito à propriedade privada se fazia muito presente do que o respeito pela vida¹⁶⁹. O crime político seria décadas mais tarde outro fator de violência generalizada que marca a história do Ceará, como uma história cruenta. Fazendo referência a Paulino Nogueira, Borges da Fonseca, José Honório, aponta que não só no sertão, mas nas cidades e na capital o crime político fundava uma determinada ordem pública de violência e transgressão. Citando o viajante George Gardner, afirma Rodrigues, que a prática do “puxar da faca” é o modo usual de liquidar desavenças nessa terra sem lei¹⁷⁰.

Na interpretação desenvolvida por José Honório a respeito do Ceará, não era apenas o crime que proporcionava reações violentas contra as crises climáticas e econômicas (tão presentes na vida social cearense), a reação místicas também se fazia preponderante. E nesse sentido, lembra os fanatismos sertanejos que proporcionou a emergência de um evento conhecido como Canudos. Nas considerações de Rodrigues:

É evidente que o desmoronamento econômico e a destruição da vida social acarretam o esfacelamento da vida religiosa, pois todos constituem uma unidade indissolúvel. O culto dos antepassados e todas as práticas religiosas estão intimamente ligadas ao grupo e seu *habitat*. O exemplo dos brancos com os quais entrou em contato mostra que existe outra religião, o que significa viver sem a sua. As raízes religiosas atrofiam-se e o que permanece é apenas magia e bruxaria. A vida para a população que resulta dessa transição do mundo antigo para o novo torna-se deserta e os valores vitais desaparecem. A invasão ocidental provoca o

¹⁶⁷ Idem, p.174.

¹⁶⁸ Idem, p.174.

¹⁶⁹ Idem, p.175.

¹⁷⁰ Idem, p.175.

desequilíbrio, a fé e a crença não aceitam as novas formas de exercício, buscam afirmar-se numa síntese exdrúxula e exótica. Surge, então, o fanatismo, como crença religiosa. Surgem as crises que abalam a história do Ceará. O recurso às práticas do fanatismo só aparece quando a crise estoura. A vida local já é uma síntese nova, uma nova criação não lusitana, mas lusitana, indígena e muito pouco negra¹⁷¹.

A história do Ceará na perspectiva de José Honório está determinada pelos fatores de violência, impulsionados pelas crises econômicas de origem climática, como as secas, presentes na vida sertaneja, como também da formação sociocultural que tem como síntese os processos de hibridismo étnico-racial. O Ceará pode então ser compreendido como um exemplo típico do processo que produziu o Brasil, ou seja, com a violência que fez emergir a colônia e todas as decorrências ligadas, a violência do colonizador frente à resistência do colonizado, produzindo um novo misto, uma nova cultura, nesse caso a brasileira, e em específico, a cearense. A permanência da violência, o abuso político por parte das classes dirigentes, a presença do fanatismo seriam processos históricos que decorrem desse epicentro interpretativo, que tem por mote a empresa colonizadora.

Por decorrência, a imagem negativada e cruenta da história Cearense, presente em Rodrigues, seriam uma das prerrogativas para explicar o aparecimento literário, e por assim dizer, historiográfico. A unidade dos interesses e as aspirações regionais deram ao Ceará um sentimento regional, na percepção de Rodrigues. Imbuídos da vontade de conhecer as “causas do mal” cearense, a literatura do século XIX está marcada por uma vertente provinciana. A principal vocação literária aponta Rodrigues, “é representada pela historiografia”¹⁷². Logo, a historicização, ou melhor, a interpretação da trágica história do Ceará serve a Rodrigues, de pressuposto para uma explicação do aparecimento de um interesse pela escrita da história na região, entre as décadas de 1850 e 1860¹⁷³. Mas o que motiva a leitura de José Honório Rodrigues, pelo aparecimento da historiografia cearense?

O ponto de destaque dessa relação estabelecida por Rodrigues entre de um lado, a imagem negativa que oferece sobre o passado cearense, e de outro, o nascimento da historiografia, encontra-se na própria compreensão que José Honório aponta sobre o nascimento de uma historiografia, ou uma de vontade coletiva por investigar o passado. Os aspectos “dramáticos da vida passada do Ceará”¹⁷⁴, palavras de Rodrigues, tornam em sua leitura inevitável a pesquisa histórica. Esta relação “inevitável” é embasada por Benedetto

¹⁷¹ Idem, p.176.

¹⁷² Idem, p.177.

¹⁷³ Idem, p.177.

¹⁷⁴ Idem, p.178.

Croce¹⁷⁵. Rodrigues utiliza do filósofo italiano para apontar que há em todo nascimento de historiografias, uma pergunta de caráter geral, quase que uma carência imposta ao presente de determinadas sociedades. Portanto, a historiografia em seu nascimento, é nas palavras de Croce: “[...] o ato de compreender e entender induzido pelas exigências da vida prática”¹⁷⁶.

A vida prática, ou a vida presente, leva a perguntar-se na duração histórica pelos problemas que são presentes e necessitam de uma interpretação histórica a seu entendimento. Como sustenta Rodrigues: “A historia do nascimento de uma historiografia aparece quando, para o conhecimento de uma situação atual, exige-se a compreensão do curso da vida real de um sucesso até aquele ponto que sugeriu nossa pergunta”¹⁷⁷. Portanto, esta vontade de compreender os problemas, ou melhor, a vida dramática que marca a historicidade da região do Ceará levou ao aparecimento da historiografia cearense, no entender de José Honório, Mas, o que caracteriza para José Honório Rodrigues, essa historiografia emergente?

José Honório levanta uma série de historiadores que se dedicaram a escrever a história regional do Ceará. Em seguida passa a tratar da fundação do Instituto do Ceará em 1887, para então dedicar-se ao balanço historiográfico da Revista. Apresentarei em tons gerais, o que significou a historiografia cearense para Rodrigues, tendo em vista que o objetivo aqui é compreender a constituição narrativa de Rodrigues, e o modo como constrói a historiografia cearense, enquanto objeto de investigação.

Nesse sentido, as páginas que antecedem a criação do Instituto, são marcadas pelo levantamento dos principais historiadores que integrariam uma primeira geração da escrita da história no Ceará, cobrindo as décadas de 1850 e 1860. A figura de destaque desses anos é Tristão de Alencar Araripe, ao qual José Honório apresenta uma representativa análise.

Tristão de Alencar Araripe (1821 – 1908) escreveu *História da Província do Ceará*, publicada em 1867. A obra de Tristão de Alencar é apresentada por José Honório de modo diverso, como o mesmo desempenharia vários cargos públicos¹⁷⁸, sua formação em direito o propiciava essa diversificação de sua escrita. Sua produção intelectual pode ser agrupada, no

¹⁷⁵ Rodrigues faz referência: CROCE, B. La historia como hazaña de la liberdade. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1942.

¹⁷⁶ CROCE, B. apud. RODRIGUES, J. H. RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará. Op. Cit. p.178.

¹⁷⁷ RODRIGUES, J. H. RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará. Op. Cit. p. 178

¹⁷⁸ Tristão Alencar exerceria ao longo de sua trajetória vários cargos públicos: Juiz Municipal de Fortaleza (1845), Deputado Provincial (1849-1850), Juiz de Direito de Bragança, Pará (1854), Presidente do Rio Grande do Sul (1876), Deputado Geral (1869 – 1879), Presidente do Pará (1885), Ministro Superior do Tribunal de Justiça (1886), Ministro do Supremo Tribunal Federal (1890), Ministro da Fazenda e Justiça no Governo do Marechal Deodoro da Fonseca. RODRIGUES, p.180.

entender de Rodrigues, entre escritos políticos, econômicos e históricos¹⁷⁹. Em relação à obra histórica de Tristão de Alencar, José Honório objetiva apresentar a teoria da história que orientava sua produção. Nas palavras de Rodrigues:

Ele não foi, por certo, apenas um investigador dotado de sentimento prático da história. Procurou estudar alguns mestres da historiografia e trouxe para a nossa concepção histórica algumas ideias novas e originais. Sentindo as deficiências da formação do historiador brasileiro procurou, em conferência pública, dissertar sobre a metodologia da história do Brasil¹⁸⁰.

Essa conferência mencionada por Rodrigues, com o título *Como cumprir escrever a história do Brasil*¹⁸¹, apresenta em traços gerais a concepção teórica de Araripe, como também os procedimentos técnicos do fazer historiográfico para o mesmo. Interessante que se remeta as suas ideias gerais, a fim de traçar as considerações de José Honório a respeito das mesmas.

Araripe apresenta uma série de proposições da formação e escrita histórica. Cumprindo uma divisão textual em doze partes, sua conferência apresenta o que para ele deve ser a utilidade da história, primada pela necessidade de instrução que a mesma proporciona, ou seja, de formação cívica pela escrita do passado. A utilidade da história para Araripe constituía-se como fundamental para compreender o desenvolvimento histórico de um determinado povo. Em suas palavras: “A historia[sic] no desempenho de tão nobre missão é evidentemente útil e indispensável ao desenvolvimento de um povo, que sem a sua própria historia[sic] e das outras nações seria um ente isolado[sic] no globo terráqueo e destituído dos estímulos de grandeza social”¹⁸².

A utilidade da história estaria, portanto, em propiciar uma formação a respeito da consciência nacional. Pela história a nação brasileira ganharia em instrução e justiça. Araripe

¹⁷⁹ De modo geral, pode-se destacar para os seguintes títulos: Eleição de 1853 (, 1863); Males Presentes (1864); História da Província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850; O Rei e o Partido Liberal (Recife, 1869); Negócios do Ceará (1872); A Questão Religiosa, o Beneplácio e a Desobediência (1873); Como cumprir escrever a história do Brasil (1876); Patriarcas da Independência (1876); Consolidação do Processo Criminal do Império do Brasil (1876); Primeiras linhas sobre o processo orfanológico (1879); Pater-famílias no Brasil nos tempos coloniais (1880); Visconde do Rio Branco na Maçonaria (1880); Guerra Civil no Rio Grande do Sul (1881); Notícias sobre a Maioridade (1882); 25 de março. O Ceará no Rio de Janeiro (1884); Classificação das leis do processo criminal e civil (1884); Código Civil Brasileiro (1885); Neologia e Neografia Geográfica do Brasil (1885); Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão (1885); Independência do Maranhão (1885); Movimento Colonial da América (1893); Primeiro navio francês no Brasil (1895); Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil (1896); Primazias do Ceará (1903).

¹⁸⁰ RODRIGUES, J. H. RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará. Op. Cit., p.183.

¹⁸¹ ARARIPE, Tristão de Alencar. Como cumprir escrever a história pátria, conferência em 7 de fevereiro de 1876. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve, 1876. Republicado como: ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a historia nacional. Rio de Janeiro, Tip. Do Brasil, 1895. Reproduzido recentemente: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livro de Fontes de Historiografia Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

¹⁸² ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a historia nacional. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livro de Fontes de Historiografia Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 214.

constituiu para a história uma função instrutiva, que pode ser entendida a partir das lições pelos feitos nacionais, ensinando aos cidadãos a eficácia política e o esclarecimento sobre a marcha dos negócios públicos. Em suas palavras: “Convém por tanto sugerir a instrução nacional pelo doutrinamento da historia[sic]”¹⁸³.

O tom pragmático e de ensinamento moral, como mestra da vida, marca histórica de como uma concepção guia em Araripe. A nação é o ponto fundamental, onde a escrita do passado deve desenvolver-se. Nesse sentido, a história tem um caráter eminentemente patriótico e cívico. Como sustenta:

Expondo os acontecimentos que nos precederam, deve o historiador ter por intuito duas cousas: premiar o mérito dos bemfeitores do gênero umano, aos quaes a prudência dos séculos denomina eróes, e excitar novos estímulos de imitação dos grandes modelos de patriotismo, d’esse sentimento sublimado e generoso que dignifica o omem ante a própria consciência, e infunde-lhe valor para as mais altas empresas, que pode o cidadão cometer¹⁸⁴.

Em seguida, Araripe parte a uma distinção de gêneros históricos, tomando dois modos de escritas gerais, e que competem em uma periodização da produção histórica ocidental, considerando a diferença entre a história antiga e moderna. Se o caráter enaltecedor e patriótico é o ponto alto de sua significação dos deveres dos historiadores para com a história, essa mesma significação é o pressuposto que moldará a divisão que estabelece entre antigos e modernos. Os antigos, em sua concepção, escreviam a história de reis, de devastações e morticínios, ou seja, de feitos externos a si, narravam os acontecimentos de que eram protagonistas os mais notáveis personagens, referiam-se a luta das cidades, dando referência a atos estrondosos, porém, em sua leitura, aos de menor proveito a sua unanimidade¹⁸⁵.

Em contrapartida, os modernos – e ele mesmo se colocava como tal – escreviam a história dos aglomerados humanos, em contrapartida a essa história que se preocupa com personagens notórios. Logo, os modernos escrevem a história dos povos, das nações e suas relações entre si, como também atentam para os costumes de modo geral¹⁸⁶. Em síntese, Araripe constituiu uma divisão entre antigos e modernos a partir de uma generalização. Se os primeiros escreviam uma história que teria por representação a individuação, os segundos representavam o passado por meio de uma generalização¹⁸⁷. Generalização essa que é a marca de seu próprio argumento.

¹⁸³ Idem, p. 216.

¹⁸⁴ Idem, p.217.

¹⁸⁵ Idem, p.219.

¹⁸⁶ Idem, p.220.

¹⁸⁷ Idem, p.221.

A escrita da história para Araripe, para além dos efeitos políticos, morais e de seu patriotismo evidente, tinha como pressuposto o documento. O historiador cearense apresenta uma defesa estrita de que a escrita da história passava pela consagração metodológica. E o método da história era a comprovação das afirmações sustentadas, a partir de documentos autênticos e legítimos. A crítica sobre os documentos era o ponto de distinção da escrita histórica para com a crônica. Como sustenta:

Convém ao historiador não descer às minudencias da crônica, mas narrar com amplidão suficiente, de maneira que o leitor possa fundamentar o seu juízo sobre os fatos e seus autores, de maneira que o leitor dos séculos futuros encontre elementos de crítica, e possa, assegurar-se da exatidão da censura, ou do merecimento do louvor¹⁸⁸.

A necessidade do documento é o pressuposto que possibilita ao historiador afirmar algo com contundência sobre a realidade passada. Se de um lado, joga com a necessidade patriótica que a escrita da história deve assumir apontando um sentido político preciso a escrita historiadora, de outro, reforça a necessidade da prova a essas mesmas posições, não fugindo a regra da metódica e dos elementos de crítica documental. Nesses termos, Araripe apresenta uma concepção de história que dá um sentido preciso à escrita da história, reiterando o seu fim prático, moral e pedagógico ao futuro da nação.

Segundo Rodrigues, essas ideias desenvolvidas por Araripe em *Como cumprir escrever a história do Brasil*, são facilmente descartáveis. Nas palavras de José Honório: “Suas ideias sobre a história brasileira são ainda menos aproveitáveis do que sua concepção da história universal”¹⁸⁹. Para José Honório, Araripe carrega uma concepção de história, ainda como disciplina cívica, sendo o historiador o benfeitor da humanidade e propagador do patriotismo nacional¹⁹⁰. Exemplos, como o de Araripe e sua leitura negativa, para Rodrigues, da concepção teórica que carrega, sugerem certo pessimismo em relação à maneira como está disposta à disciplina histórica no Brasil. Em suas palavras:

Num país pobre de teoria história, de ensino superior da história, onde qualquer um se aventura às atividades históricas, Alencar Araripe merece ser discutido **por ter sido um dos poucos que preocupou analisar as novas direções da história no fim do século XIX**. A falta de um melhor preparo teórico e crítico impediu que seu folheto propagasse um método tão necessário à grande maioria dos que se dedicavam aos estudos históricos¹⁹¹.

Logo, Araripe, se transforma em um caso que funciona para reiterar os diagnósticos estampados em *A Historiografia Brasileira em 1945*, como também no documento que

¹⁸⁸ Idem, p.241.

¹⁸⁹ RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Instituto Ceará, 1959, p.184.

¹⁹⁰ Idem, p.184.

¹⁹¹ Idem, p. 185 [grifos meus].

descreve a viagem de Rodrigues ao EUA, chamando novamente à atenção para a falta de formação teórica nas universidades brasileiras, um despreparo a respeito dos princípios gerais dos métodos e de crítica, como também a tão perniciosa e disseminada tendência ao autodidatismo. Por mais que Araripe escrevesse ao final do século XIX, e Rodrigues estivesse em meados do XX, essas críticas funcionam para demarcar uma duração a esses problemas que são fundamentais aos escritos de Rodrigues e sua defesa da formação teórica no Brasil, assim como o esforço em constituir uma memória a própria disciplina da história no Brasil, onde a historicização da produção história serve como ferramenta para apontar os bons e maus exemplos, aqueles que devem ser seguidos e os que devem ser descartados.

Em seguida, Rodrigues apresenta os historiadores João Brígido dos Santos e Pedro Théberge, historiadores ainda da fase anterior à criação do Instituto do Ceará. Do primeiro, aponta para *As efemérides do Ceará* (1590 – 1892), e do segundo *História do Ceará*, de 1895.

Vinte anos depois dessa primeira geração, como sustenta Rodrigues, emerge outra, de 1860 – 1875, forte movimento literário, apontando uma literatura legitimamente cearense nas raízes e nos temas¹⁹². A criação da Academia Cearense em 1872 reflete, para José Honório essa tendência. Em suas palavras: “A convergência dinâmica da sociedade e da literatura revela-se na magnífica vocação cearense, criadora de uma das mais ricas historiografias estaduais e valiosa contribuinte da forma literária do indianismo”¹⁹³.

Em 1887, com a criação do Instituto do Ceará, a historiografia cearense, atinge, segundo Rodrigues, “a maioria”. Ponto culminante da narrativa a respeito da historiografia do Ceará será com o Instituto, e por consequência, com sua Revista que os traços marcantes de uma historiografia regional se desenvolvem no Estado do Ceará. Segundo José Honório Rodrigues, a Revista do Instituto do Ceará é mais significativa do que a do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Essa atribuição valorativa se dá por conta da coesão que a Revista do Instituto do Ceará apontou em relação a sua política editorial, pois num espaço de quarenta e três anos seguirá as mesmas linhas diretivas e a mesma orientação de seu organizador, Guilherme Studart, ou Barão de Studart¹⁹⁴.

A partir desse ponto, Rodrigues apresenta suas impressões gerais a respeito da revista. Descrevendo a comissão que ficaria responsável aos sete primeiros tomos, dá destaque para Paulino Nogueira, e estabelece uma primeira fase da revista. A partir do volume oito aos 42, sintetizando 35 anos, Guilherme de Studart seria o responsável pela publicação da revista,

¹⁹² Idem, p.186.

¹⁹³ Idem, p.187.

¹⁹⁴ Idem, p.189.

denotando uma segunda fase. Paralelo a essas colocações, expõe a obra de ambos, como também apresenta as políticas editoriais que constituíram a Revista do Ceará, dando ênfase a ambos os diretores.

A disposição da bibliografia publicada na revista ficaria por conta do índice, na análise historiográfica, no entanto, Rodrigues apresenta em termos gerais o que significou à presença de Guilherme Studart à frente da revista, considerando-o como o significado do período que consagrou o periódico em termos nacionais e internacionais.

José Honório apresenta a figura do Barão de Studart como a “enciclopédia viva do Ceará”¹⁹⁵, devido ao seu trabalho de pesquisador, na coleta e publicação de documentos, como também em seu trabalho de geógrafo, historiador e editor. Essas várias atividades desenvolvidas integram uma figura do Barão, que Rodrigues representava em grau de importância para a historiografia cearense, tal qual a figura de Varnhagen representava na historiografia brasileira¹⁹⁶. Segundo José Honório: “De uma tenacidade incansável e inquebrantável – pois a ela se deve a existência, durante quarenta anos, do Instituto e da Revista do Instituto do Ceará –, o Barão de Studart é um pesquisador que resiste a qualquer confronto com os idôneos e os melhores”¹⁹⁷. Paralelo ao seu trabalho de pesquisa de documentos e edição, por meio da Revista, Studart também viria a publicar *Geografia do Ceará*, como também um *Dicionário Bibliográfico Cearense*, em 3 volumes, publicados em 1910-1915.

A Revista teria um novo marco orientador com a saída de Studart, a partir de 1928 até 1942. O principal prestígio, como nota Rodrigues, nos tempos do Barão era dar prioridade aos textos, publicar documentos, estabelecer um dispositivo de divulgação de fontes, como também de estudos histórico interpretativos. Com a sua saída, salienta José Honório: “esta não nos pareceu seguir a mesma e genuína intenção de dar primazia aos textos e não aos pretextos [...]”¹⁹⁸.

A análise desencadeada por José Honório, a respeito da Revista do Ceará e o desenvolvimento da historiografia cearense tem como pressuposto a argumentação histórica. O princípio metodológico que estrutura a forma argumentativa de José Honório, sustenta os motivos, em sua leitura, que permitiram demonstrar os interesses de uma determinada geração de intelectuais cearenses pela escrita do passado. A historicização da região do Ceará, ou a emergência nos quadros nacionais de uma especificidade histórica cultural cearense, irrompe

¹⁹⁵ Idem, p.194

¹⁹⁶ Idem, p.194.

¹⁹⁷ Idem, p.194

¹⁹⁸ Idem, p.199.

na construção de uma imagem de passado permeada por aspectos de violência e tumultos sociais que constituíram na visão de Rodrigues, uma representação cruenta do passado.

José Honório, portanto, alia o interesse prático do surgimento de historiográficas com os problemas que incendeiam um determinado presente do passado cearense, dando suporte a essa mesma historiografia investigar na duração histórica o aparecimento, entre motivações e consequência desses mesmos problemas. O mesmo pressuposto que justifica a quebra do argumento histórico para o historiográfico, na economia da narrativa a respeito da historiografia cearense, pode ser considerado como o critério utilizado por Rodrigues para elencar os historiadores, e assim lançar sua hipótese a respeito do surgimento da historiografia cearense.

Levantada à hipótese inicial era preciso comprová-la, ou do contrário perderia totalmente o sentido. Nesses termos, a seleção dos historiadores que apareceriam, afora o período da Revista, eram aqueles que comprovassem a hipótese lançada através de Croce. Novamente, sua história da história, tem como estilo a rememoração dos historiadores, filtrada por um pressuposto disciplinar, ou no caso, tal qual em *A Historiografia em 1945* a metodologia da história dá coesão à imagem dos historiadores que devem integrar a seleção que compõe a economia textual, juntamente de suas obras (mas apenas de sua generalidade como obra, ou seja, como “pré-texto”, pois os textos não aparecem citados na economia do texto), vide o caso de Araripe, que segundo Rodrigues, por mais que sua concepção de história fosse questionável, o mesmo não dispensa os elementos de metodologia histórica que dão força e sustentação a disciplina da história.

Como o título da narrativa elucidada, a Revista do Instituto do Ceará é o cerne de sua discussão. No entanto, o que é percebido é que muito pouco se discute a respeito da Revista, pois a construção do objeto de investigação presente na narrativa a respeito da Revista do Ceará, não tem como fundamento a Revista em si, mas os historiadores a sua volta, principalmente em uma relação que coloca de um lado, a figura autoral, e de outro, a suas respectivas obras. Não é a toa que Rodrigues, segue uma análise da revista, juntamente com a representação de excelência sobre a mesma, pela figura do Barão de Studart. A impressão que fica que sem a figura do Barão a Revista do Instituto do Ceará seria mais um compêndio brasileiro, como inúmeros que se seguiam a época, sem nenhum ponto de destaque. A determinação pela figura autoral constituiu a significação intelectual de todo um projeto bibliográfico e editorial. Nesse sentido, a preocupação de Rodrigues está muito mais em apresentar as figuras autorais, ou seja, aqueles que escrevem anteriormente e no período de

circulação do periódico, do que apresentar a produção historiográfica propriamente dita. Sua narrativa a respeito da historiografia cearense mais se assemelha a história dos historiadores (ou rememoração dos historiadores que vale a pena serem citados) do que a uma história da produção da escrita da história.

Pernambuco e sua Historiografia acompanha um mesmo foco argumentativo que o texto anteriormente analisado, pois articula por meio de categorias genéricas de autor e obra, a presença dos historiadores e sua atuação no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, entre produções intelectuais, sintetizadas pelas suas publicações, assim como pelas pesquisas realizadas a frente da referida Instituição.

O ponto distintivo está no conteúdo. Se anteriormente destaquei que o relato histórico servia de justificativa para o aparecimento da produção historiográfica, na narrativa que trata de Pernambuco, José Honório segue uma disposição institucional, apresentando a história da instituição guia, nesse caso, o Instituto, e seus historiadores, sintetizando assim a produção historiográfica de um período que cobre à segunda metade do século XIX.

De início, Rodrigues apresenta os seus argumentos que o fazem pensar por meio de um olhar historiográfico, o aparecimento dos Institutos e as transformações que os mesmos efetivam na produção do conhecimento histórico no Brasil. Segundo a interpretação desenvolvida por José Honório, os Institutos Históricos tiveram um papel fundamental na ação cultural pioneira, pois procuraram encontrar o sentido da tradição do passado na sociedade brasileira¹⁹⁹. Como aponta:

Os Institutos Históricos inauguraram na história da história brasileira uma nova fase. Até, então, a história havia sido ou um sermão de padres ou uma crônica eclesiástica de virtudes cristãs. Coube aos Institutos Históricos tornar civil e política a História do Brasil. A tarefa foi realizada pela vocação mais autêntica de então: Francisco Adolfo de Varnhagen²⁰⁰.

A fase inaugurada pelos Institutos centra-se na promoção e disseminação do trabalho histórico. A pesquisa torna-se central nesse desenvolvimento inaugurando um novo modo de se fazer história²⁰¹. No entanto, Rodrigues contrapõe esse otimismo dos preceitos práticos do

¹⁹⁹ RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Pernambuco: Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, 1961, p.143.

²⁰⁰ Idem, p, 143.

²⁰¹ José Honório em *A Pesquisa Histórica no Brasil*, de 1952, afirma, de modo contundente que a pesquisa história nasceu no Brasil, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em suas palavras: “A pesquisa histórica nasceu, pois, com o próprio aparecimento do Instituto [IHGB]. É certo que, antes, alguns estudiosos já se haviam encaminhado pela pura pesquisa, deixando de lado a velha compilação que estava então em uso, sem contar com o inquérito e a observação que haviam sido utilizados pelos cronistas e pelos que faziam e ainda fazem descrições da atualidade. Mas se o método histórico baseia-se essencialmente na consulta às fontes escritas originais e nas tarefas críticas auxiliares, então, não há como negas que os fundadores do Instituto

ofício, com um pessimismo político. Se os Institutos no Brasil congregaram uma iniciativa tributária de uma nova concepção do trabalho histórico, devotando um esforço na coleta, como também interpretação documental, de outro, foram motivados como um centro ideológico atrelado ao patriotismo nascente.

A proximidade da fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1938, com os anos de emancipação nacional, 1822, motivou ao Instituto certo reduto, que alia a história aos interesses essencialmente nacionais. Nesse sentido, a interpretação desencadeada por Rodrigues, coloca ao lado dessa inovação prática da pesquisa, a convergente imagem do IHGB e a demais Institutos da mesma espécie nos setores regionais, como afirma: a “sede intelectual do tradicionalismo, doença infantil dos que confundem transmissão de valores sociais que se herdaram culturalmente com a exploração política desses valores”²⁰².

O conceito de tradicionalismo e tradição corrobora a uma interpretação sobre um determinado sentido da história em Rodrigues. É necessário compreender a distinção entre ambos, como também o sentido atribuído a cada qual.

Na seção anterior, quando da discussão a respeito de *Significado Cultura da História – Utilidade da História na Formação dos Diplomatas*, apontei que José Honório fez uso de um conceito de tradição, principalmente para apontar a presença de uma tradição historiográfica de estudos históricos no Itamarati. Seu conceito de tradição na economia textual de *Significado Cultura da História* prescrevia também um uso político do passado, sob o nome da tradição. O sentido prescrito a tradição é positivada. Como afirma:

[...] a tradição é sempre uma ideia que expressa um **juízo de valor** e que se **transmite de geração em geração**. Ninguém pode negar a função da tradição, por exemplo, na construção do patriotismo. Sem esse mecanismo da tradição seria difícil criar valores simbólicos e usá-los como elemento da defesa de certas ações evolutivas ou mesma na resistência à agressão estrangeira. Além disso, a tradição representa um grande papel na direção política de um país²⁰³.

Paralelo a esse sentido, em *História e Atualidade*, de 1951, Rodrigues apresenta um significado teórico ao conceito de tradição para a escrita da história. Seguindo, a teoria da atualidade de Karl Mannheim, para quem, na leitura de Rodrigues, a história, ao invés de esperar a morte do acontecimento, ou melhor, o distanciamento a um determinado presente do passado ao presente do historiador, deveria descrevê-lo e analisá-lo contemporaneamente a

Histórico deram ao seu trabalho, desde o início, uma orientação impecável”. RODRIGUES, José Honório. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p.37-38.

²⁰² Idem, p.143.

²⁰³ RODRIGUES, José Honório. *Significado Cultura da História*. Op. Cit. p,284.

seu aparecimento. A análise do *status nascendi* não faria declinar a atitude *post mortem*, mas ao contrário, possibilitaria uma abertura teórica à análise segundo as prerrogativas do presente. Nas palavras de Rodrigues: “Ato perfeitamente justificado por Ranke, por exemplo, quando declarou que a tarefa do historiador seria mostrar o que atualmente ocorreu (“ wie es eigentlich gewesen ist”)[sic], ou melhor, reconstruir o passado atual, *a tradição vive nas formas presentes*”²⁰⁴.

Há nessas colocações uma perspectiva por uma história da atualidade, apresentada por Rodrigues, através de Mannheim, uma distinção entre passado histórico (o passado em relação de diferença com o presente, logo, o passado que passou, ou pretérito), e o passado no presente, ou seja, aquilo que ainda há de passado na realidade presente. Essa distinção de um passado vivo, ou de uma história viva, transforma-se na preocupação não só dos historiadores, mas também, na construção de um sentido comum para uma determinada nação. A tradição, quando positivada, se torna objeto ao historiador em uma construção historiográfica que atenda aos problemas do presente, perguntando-se não para pela conversação, mas para a sua dispersão na abertura de futuros possíveis.

A primeira atitude dos Institutos corroborava, na perspectiva de Rodrigues, em desempenharem uma função decisiva da construção de uma tradição nacional brasileira, principalmente na construção da consciência nacional, exemplificado pelo patriotismo. No que toca a ideia de construção nacional, seria difícil, na compreensão de Rodrigues, para os Institutos desempenharem essa função, sem recorrerem aos mecanismos da tradição. O problema estaria quando a noção de tradição era usurpada pela de tradicionalismo. Afirma José Honório:

A segunda manifestou-se em duas tendências: a dos reacionários, que pretendem, pelo amor ao passado, lutar contra o presente; e a dos românticos políticos que idealizaram o passado para fugir do presente. Ao passo que o romantismo político degenerava em quietismo político, o tradicionalismo, vendo a nação mais como uma entidade política do que como um grupo cultural, estruturado por formas sociais e econômicas, pensava em termos de ação e desejava o retorno das antigas instituições políticas. O mal não estava e não está no respeito ao passado, pois nele estão os germes do futuro e da ação consciente e esclarecida²⁰⁵.

Logo, tradicionalismo seria a doutrinação pelo e para o passado. Uma leitura que integra uma concepção de história que crê e tem como objetivo conservar um amor pelas coisas passadas. Ao contrário do conceito de tradição, que abriria uma agência ao pensamento sobre o presente e futuro, de superação ao passado, o tradicionalismo é a barreira à

²⁰⁴ RODRIGUES, José Honório. História e Atualidade. In; Notícia de Varia História. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951, p.227.

²⁰⁵ RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Op. Cit., p.144.

transformação, é a forma do mesmo, ou a vontade de conversar e retornar ao passado. O erro, na leitura de Rodrigues, para os tradicionalistas estaria na arrogância desses em julgarem-se os proprietários do passado, os únicos com plenos direitos a usar, gozar e dispor de suas soluções²⁰⁶. Para Rodrigues, os adversários do tradicionalismo – e ele mesmo se colocava como tal – não hostilizam ou renegam o passado. Ao contrário, sustenta:

Apenas não desejam volver a épocas mortas, embora compreendam que nem sempre a síntese representa um progresso. Às vezes, pesquisando-se melhor, ver-se-á que na antítese já estavam às raízes do recuo. Os exemplos não teriam fim. Não é necessário renunciar ao princípio da continuidade histórica para observar que a evolução não segue sempre uma marcha regular²⁰⁷.

A crença no retorno do passado faz dos tradicionalistas, na compreensão de Rodrigues, a-históricos, pois não respeitam os diferentes fluxos irregulares do tempo que principiam uma ideia de continuidade histórica, ou devir histórico. Os efeitos do tradicionalismo são perniciosos, principalmente para as instituições políticas e ao desenvolvimento nacional, porque sabotam a transformação e mudanças pelas permanências.

Em síntese, tradição é a antinomia de tradicionalismo no vocabulário de Rodrigues. Um termo representa a contradição, ou mesmo a anulação do outro. Se tradição, em Rodrigues abre uma agência de pensamento positiva ao historiador, tradicionalismo a fecha e impossibilita o próprio desenvolvimento da história enquanto conhecimento preocupado com a transformação e movimento do tempo. André de Lemos Freixo, apresenta consideração semelhante ao conceito de tradição em Rodrigues, e que expressa à relação, entre de um lado, da concepção de José Honório a respeito do conhecimento histórico, e a tradição, de outro, como um componente ativo dessa operação. Nas palavras de Freixo:

Uma tradição seria parte de uma reconstituição da História, que para Rodrigues deveria ser o próprio objeto de que trata o historiador. Mas ela atenderia às necessidades de um tempo presente por aquele agente especializado (ou instituição de cultivo da história) que acionaria ou evoca essa ou aquela tradição, *mas em nome da mudança e não da conservação*. Seria parte de um passado que se faria reviver como experiência viva da sociedade de modo a marcar o novo em uma evolução histórica – como compreensão do presente em relação com o passado e em compromisso com o futuro. O passado com o qual se identifica e no qual se reconhece à luz dos seus problemas presentes. O futuro que projeta e com o qual a tensão com o passado produz o lugar no qual o presente se instala como ação por ela mesma esclarecida, e por isso, capaz de ser inovadora. Rodrigues acreditava ser possível reconstruir o passado pela razão crítica; fazê-lo “reviver” no presente como parte e precondição para sua existência e necessidade para a construção de um futuro melhor²⁰⁸.

Se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para Rodrigues, acabou sancionado em conservar-se no tradicionalismo, houve instituições de pesquisa que caminharam no

²⁰⁶ Idem, p.144.

²⁰⁷ Idem, p.144.

²⁰⁸ FREIXO, André de Lemos. A Arquitetura do Novo. Op. Cit. p, 197-198 [grifos meus].

sentido contrário, e usaram da tradição como um mecanismo de superação do passado. Foi esse o caso do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano²⁰⁹. Nas palavras de Rodrigues:

Ao cultuar a memória dos revolucionários de 1817 e 1824, os historiadores de 1862 formulavam um programa político. É possível que o político em ação se esquecesse dos ideais do historiador do Instituto. Os planos políticos, na época da monarquia, a liberdade, a república, a democracia e a autonomia regional. A fidelidade constante a Domingos José Martins, João Ribeiro, Padre Roma e Frei Caneca, representada na lição frequente que ocorre nas páginas da Revista, tornou-se uma tradição; durante longo tempo honraram e difundiram o pensamento político dos heróis pernambucanos. Alguns dos seus ideais foram vitoriosos em 1822, mas foram mais tarde abandonados e, por isso, não deixaram de continuar como alvo político²¹⁰.

Os acontecimentos de 1817 (Revolução Pernambucana) e 1824 (Confederação do Equador), ambos de caráter separatista, e seus heróis, mantiveram no Instituto, para Rodrigues, a imagem da mudança e da transformação histórica, levando a crer que o espírito de uma época, dentro dessa chave de leitura, se fazia sentir pelos inovadores, líderes que indicavam caminhos futuros²¹¹. A discussão por uma distinção entre tradição e tradicionalismo, funciona na economia do texto de Rodrigues, para a constituição de uma representação do Instituto de Pernambuco como uma instituição, por mais que regionalista, com um sentido político diverso, por exemplo, do IHGB. A defesa de uma posição liberal e republicana, e assentada com um projeto historiográfico que compelia ao presente e futuro, impulsionou uma escrita da história ao Instituto de Pernambuco num sentido contrário à conservação do passado.

As atividades desenvolvidas centravam-se na pesquisa, na coleta de documentos, como também, na publicação dos mesmos através da Revista do Instituto. A essa também ficava a tarefa da disseminação da produção dos sócios e historiadores no geral. A respeito da Revista assevera Rodrigues: “[...] o certo é que a Revista, durante muito tempo, demonstrou pela colaboração e colaboradores pouco ter realizado que merecesse o nome de investigações históricas”²¹².

²⁰⁹ Fundado em 28 de janeiro de 1862, tinha por ação a de coligir, verificar e publicar documentos, monumentos e tradições históricas de que fosse possível obter, e com isto, promover narrativas históricas das províncias que formavam as antigas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, desde a época da colônia até o presente de sua criação. Somente em 1920 que o Instituto passaria a chamar-se: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico. RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Op. Cit., p.147; 160.

²¹⁰ RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Op. Cit., p.145.

²¹¹ Idem, p.146.

²¹² Idem, p.148.

A primeira fase da Revista exprime na leitura de José Honório o desejo constante com os heróis dos eventos “revolucionários” que marcaram o passado pernambucano. Sobre essa fase se faz sentir a construção de uma tradição que prima por uma leitura liberal, aberta para o futuro, pois, a primeira fase da Revista consistia em reivindicar os heróis de 1654 (reconquista pelos pernambucanos de Pernambuco do mando holandês), 1710 (Guerra dos Mascates), 1817 e 1824, apresentando uma perspectiva que principiava pela ideia republicana e democrática. Essa primeira fase (1863 – 1870), seria em suma, marcada, como frisa Rodrigues: “[...] de discursos e afirmações bairristas ou patrióticas”²¹³.

A ruptura estaria com José Higinio Duarte Pereira, para quem na leitura de Rodrigues, se faz sentir uma orientação metodológica, pela crítica documental, como também um preparo dos procedimentos técnicos do trabalho histórico. Isto se dá depois do momento de suspensão da Revista entre os anos de 1870 – 1883. Com o número 28, em 1883, inaugura-se, portanto, um dos melhores momentos para Rodrigues, pois José Higinio começa a publicar os documentos holandeses que trouxe de sua missão à Holanda. José Higinio fora autorizado pelo Governo de D. Pedro II, assim como pelo Instituto de realizar pesquisas históricas nos arquivos holandeses, ficando por lá entre os anos de 1885 e 1886²¹⁴. Apresentando uma descrição geral das pesquisas e dos documentos trazidos por José Higinio, Rodrigues aponta para a presença marcante a respeito do período holandês pelas páginas da Revista, assim como as poucas pesquisas realizadas a partir da documentação de Higinio, que ainda, em sua totalidade, encontram-se intocadas e não traduzidas.

Paralela à figura de José Higinio, a partir da edição de número 28, Pereira da Costa inicia suas atividades na Revista, com publicação de documentos, trabalho desenvolvido a partir de sua experiência no Instituto, como também na publicação de estudos históricos. Diferente de José Higinio que centrou suas preocupações a respeito do período holandês, Pereira da Costa seria considerado por José Honório, como o maior historiador da história pernambucana²¹⁵. Anos mais tarde, em 1898, Rodrigues aponta para o papel de destaque de Alfredo de Carvalho e suas atividades como pesquisadoras na Revista do Instituto. Como

²¹³ Idem, p.149.

²¹⁴ Idem, p. 150. Interessante ao leitor a consulta da Segunda Parte de Pesquisa Histórica no Brasil, de José Honório Rodrigues. A segunda parte intitulada A Evolução da Pesquisa Pública Histórica Brasileira, apresenta uma seção dedicada a José Higinio Duarte Pereira, apresentando arquivos que consultou as coleções pesquisadas e as séries documentais trazidas ao Brasil. RODRIGUES, J. H. Pesquisa História no Brasil. Op. Cit. p, 80-81.

²¹⁵ RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Pernambuco. Op. Cit. p.155.

sustenta: “Foi Alfredo de Carvalho quem, com seu espírito aberto pelas viagens e resistências no estrangeiro, inaugurou os estudos sociais da historia pernambucana”²¹⁶.

Com a saída de Alfredo de Carvalho, em 1910, um novo período seria demarcado por Rodrigues para as atividades da Revista. Tornando-se um órgão de vulgarização fácil, de crônicas ligeiras, de reprodução de inofensivos artigos de jornais, perdendo o seu caráter de um órgão de divulgação e instrumentalização da pesquisa²¹⁷.

Por fim, um novo salto se daria com Oliveira Lima, e a parceria estabelecida com Pereira da Costa. A Revista ganharia uma nova vivacidade, imprimindo trabalhos mais sérios, divulgando documentos, e apresenta um novo saldo positivo. No entanto, salienta Rodrigues, que a passagem de Oliveira Lima, “não fixa, porém, orientação, nem marca uma nítida influência”²¹⁸. Portanto, a análise desenvolvida por Rodrigues, para a Revista do Instituto, acena para uma nítida construção de uma periodização, tendo como fio condutor a construção de uma perspectiva disciplinar da história, ou seja, quando a metodologia da história embasa os trabalhos publicados. Periodização sustentada pelas figuras de destaque, homens de letras que se dedicaram eminentemente ao trabalho de pesquisa (investigação e publicação de documentos), assim como na publicação de documentos históricos.

José Higinio Duarte Pereira é o signo um primeiro período, onde se pode perceber o florescimento da Revista, em contrapartida ao período em que Revista construía uma imagem atrelada às tradições e aos usos políticos do passado e de enaltecimento das glórias dos eventos “revolucionários” pernambucanos. Por meio da figura de Duarte Pereira, esse período era deixado de lado, para dar lugar a investigação e o trabalho historiográfico metodologicamente conduzido, pela crítica de fontes e documentos novos. Um segundo período, pode ser percebido com Pereira da Costa, que faria trabalho semelhante ao de José Higinio. Se ao primeiro o destaque se dá para a produção histórica a respeito da fase da historia pernambucana que tem os holandeses como foco analítico, com Pereira da Costa é a história de Pernambuco que ganha destaque.

Com Alfredo de Carvalho uma postura mais interpretativa, atrelada a uma visão historiográfica que atenda para uma perspectiva sócio cultural, como também desatrelada do passado político que ganha destaque na análise de Rodrigues, sintetizando um quarto momento na história da Revista. E por fim, um desmantelamento da Revista, tendo um último suspiro de proeminência com a passagem de Oliveira Lima. No entanto, deve-se ter em

²¹⁶ Idem, p.157.

²¹⁷ Idem, p.158.

²¹⁸ Idem, p.159.

mente, que para Rodrigues, Oliveira Lima era muito mais ligado ao IHGB, do que ao Instituto de Pernambuco, fazendo de suas colaborações algo esporádico e sem significação expressiva que possibilitasse a caracterização e coesão em um período propriamente dito.

Em suma, as formas narrativas que dão sustentação a composição dos textos de abertura dos índices anotados da Revista do Ceará e Pernambuco, fazem-se sentir, enquanto o desenvolvimento, por parte de Rodrigues, de uma ideia de história da história, como história dos historiadores. O elemento constituidor de suas análises não é a produção historiográfica propriamente dita, ou seja, os textos historiográficos e as consequentes formas de representar o passado, mas os autores e suas produções entendidas de modo geral.

O objeto da historiografia, como discutido anteriormente, na visão de Rodrigues, não se difere do objeto da história. Pois, a historiografia, em sua mediação enquanto objeto de análise é construída historicamente em vista de sua duração e historicidade. Nesses termos, o processo histórico que fabrica a história propriamente dita, ou nesse caso, o discurso sobre o passado político, social, cultural e etc., é o pano de fundo do desenvolvimento da historiografia, onde os autores/obras são os signos históricos tomados como acontecimento, e aos historiadores compete narrá-los. Logo, se os historiadores constroem a história escrita, a história desses historiadores, sintetiza-se por um discurso histórico da história. Portanto, história da História em Rodrigues, tem esse caráter de narrar por uma perspectiva histórica, a própria produção histórica de um determinado período e seus produtores.

Quando José Honório enredou a constituição de uma historiografia pernambucana, como parte de um problema historiográfico, o fez a partir de um histórico da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. O modo como introduz o problema da produção de uma historiografia era estabelecido pelas consequências do processo histórico propriamente dito, acenando para os pressupostos que produziram essa mesma historiografia.

Nesse caso, o Instituto e a ideia de uma nova história com o seu aparecimento era colocado em cena, por meio de uma narrativa que se preocupava em remontar a sua historicidade. As conjecturas nacionais justificavam, em um primeiro plano, o desenvolvimento das regionais. Uma relação de escala entre o nacional e o regional sustentava a representação geral do processo histórico que remetia o aparecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e sua significação como uma instituição que resguardava um pensamento patriótico e tradicionalista. Em contrapartida, o âmbito regional, emergia pelo aparecimento do Instituto de Pernambuco. José Honório o apresentava sobre uma

representação do dissenso a essa regularidade, como um exemplo de Instituição produtora de escrita da história que se preocupava, de modo geral, em vangloriar os feitos políticos, mas não qualquer feito, nesse caso a particularidade do processo histórico pernambucano e os respectivos eventos “revolucionários” ditava uma preocupação por parte do Instituto que impulsionava um sentido histórico alicerçado em uma ideia de futuro, como também de interrogação do presente.

Se o IHGB era entendido como uma instituição tradicionalista, visando uma interpretação histórica de refúgio ao passado, o IAHGP, era assim a alternativa e possibilidade contrária. Entre caracterizações gerais, e ponderações teóricas, em face dos respectivos institutos e o sentido histórico do conceito de tradição e tradicionalismo, o leitor, já ambientado com os aspectos pertinentes e gerais, como também com uma série de dados históricos poderia a essa altura junto com Rodrigues, acompanhar o desenvolvimento de uma historiografia pernambucana nas páginas da revista, ou como é o caso, perceber os principais autores que na interpretação de José Honório fizeram história constituindo a história da revista.

Nesses termos, ainda é de salientar que o ponto de destaque da estruturação argumentativa baseava-se em colocar sobre um discurso a respeito da história, narrativa do passado ao presente, estruturada em uma percepção de retrospecção de um dado tempo/duração que pondera um marco zero para certo objeto – a historiografia pernambucana nas páginas da revista – através de um olhar que força uma generalização, e traz ao presente, daquele que escreve um desenvolvimento que justifica uma periodização ao mesmo objeto, sem recorrer necessariamente à produção propriamente dita. As categorias de autor/obra²¹⁹ que estruturam a economia textual servem-no para um olhar distanciado da produção dos textos, e com isto, justificam representações generalizantes. Autor/obra aqui dão sustentações às divisões operacionalizadas em marcar aqueles, que de modo sintético foram colaboradores expressivos e possibilitaram a divisão por gerações, ou mesmo períodos significativos à historiografia da Revista de Pernambuco.

Paralelamente, a mesma estrutura argumentativa, ou o mesmo *modo operantis* está presente no texto a respeito da historiografia do Ceará. Nesse caso, ainda é mais sensível à relação entre, de um lado, a história do Ceará, constituída enquanto uma narrativa da historicidade de uma região que traz junto de si todos os aspectos que a ligam a escala nacional, e de outro, frente a uma leitura negativada, das calamidades e crises que fizeram

²¹⁹ Sobre: ver as considerações do capítulo 1.

aparecer na tessitura do texto essa região, e as vontades, por parte de uma geração de intelectuais de se aventuraram em obter conhecimento dessas mesmas “causas críticas”, para então, justificar a emergência do interesse pela escrita da história, a fim de cumprirem um papel de redenção, ou mesmo, explicação desses mesmos problemas.

De todo modo, a história da história construída nesses primeiros textos de José Honório, está em direta relação com os problemas de seu presente historiográfico. Nesse caso, a defesa de José Honório, em textos anteriormente discutidos, para questões de formação pedagógica em teoria e metodologia da história, assim como a defesa da especialização dos estudos históricos através do uso da metodologia por parte do historiador, indicam a construção de uma história da história, por meio da justificativa desses mesmos problemas, reforçando as posições analíticas e interpretações construídas, uma vez que ao debruçar-se sobre o passado da produção histórica, Rodrigues acaba por diagnosticar os problemas que em sua leitura funcionam como o retrocesso da historiografia brasileira e que apresentam às motivações contrárias a transformação da mesma. Logo, a historicização da produção histórica é o mote narrativo dos impedimentos e avanços, e, por conseguinte, da reivindicação e defesa da especialização dos estudos históricos.

Portanto, as narrativas a respeito do Ceará e Pernambuco, ou a construção dos respectivos objetos de história da história são viabilizados e sustentados por respectivas ponderações teóricas que sustentam problemáticas que conectam a José Honório, a mescla entre o historiador que escreve sobre a história, e que ao mesmo tempo, reflexiona sobre a mesma. Ao exemplo, de *Pernambuco e sua historiografia*, onde o problema entre a tradição e tradicionalismo e o sentido da história autorizado e presente, por meio de tais conceitos, e a relação com as instituições produtoras de historiografia são traços significativos da problemática teórica da escrita da história aberta por Rodrigues. No caso do Ceará é a questão de uma “filosofia da historiografia”, e o surgimento de historiografias, e como uma determinada geração é impulsionada ao interesse do passado pelos problemas do presente.

Resta, ainda, perguntar se essa mesma estrutura argumentativa se mantém em *Bibliografia e Historiografia do Domínio Holandês no Brasil*, de 1949. Contra uma interpretação que a coloca exclusivamente como uma obra de referência, pois apresenta largo índice, juntamente com um expressivo levantamento bibliográfico a respeito da produção sobre o domínio holandês, essa publicação também se expressava como um texto de história da história, ou de uma interpretação sistemática por parte de Rodrigues a respeito da produção historiográfica do período dos holandeses no Brasil.

O interesse por parte de Rodrigues em constituir uma bibliografia a respeito do domínio holandês não se deu apenas com a publicação pelo INL, em 1949. Vale lembrar que desde *Civilização Holandesa no Brasil*, Rodrigues, ao lado de Ribeiro já apontava a necessidade de organizar uma bibliografia crítica a respeito da produção do período. Quando é convidado a participar do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, dirigido por Rubens Borba de Moraes e W. Berrien, sua contribuição a esse projeto se faz pelo domínio holandês. Nesses termos, afirma Rodrigues, ao início de *Bibliografia e Historiografia do Domínio Holandês no Brasil*:

Desde 1937, quando concorremos ao prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras, começamos a reunir sistematicamente o material para esta bibliografia. A princípio houve anos de esforços infatigáveis, demorados e fastidiosos; depois muitas interrupções e ultimamente outros trabalhos têm-nos ocupado quase inteiramente. De qualquer modo, ela é o fruto de uma tentativa sistemática de classificação bibliográfico-crítica de um certo acontecimento da história do Brasil²²⁰.

Ao lado de um projeto de sistematização bibliográfica, a abertura do volume se faz por meio de uma reflexão historiográfica. Já de início, pode-se afirmar a similaridade com a estrutura dos índices bibliográficos, uma vez que acompanha um mesmo procedimento e organização do material, pois introdução a organização da bibliografia com uma larga introdução apresentando sua interpretação sobre a historiografia do domínio holandês.

José Honório interpreta a ação dos holandeses e as respectivas iniciativas para com o nordeste brasileiro, em meio à invasão e construção de uma colônia holandesa, a partir de uma chave de leitura que relaciona a expansão holandesa para América, juntamente pela força do espírito capitalista e calvinista que incendiavam o espírito neerlandês entre os séculos XVI e XVII²²¹. A associação entre o capitalismo, calvinismo e os interesses econômicos, de modo geral, característicos do período, e que impulsionaram à Holanda a expansão para a América, são sustentados por Rodrigues, a partir de sua leitura de Max Weber²²². Dando sequência, termina historicizando o período do conflito integrando a fase final da ocupação com a retomada do território por parte dos pernambucanos. Afirma Rodrigues: “A luta pela expulsão holandesa é obra muito mais dos mazombos, brasileiros, brasis e negros, do que da força portuguesa. Foram os que se adaptaram ao Brasil e os que aqui nasceram que expulsaram o invasor”²²³.

²²⁰ RODRIGUES, José Honório. *Bibliografia e Historiografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1949, p.XIII.

²²¹ Idem, p.3.

²²² Idem, p.5.

²²³ Idem, p.6.

A seguir, os aspectos que preenchem sentido aos conteúdos históricos levantados por Rodrigues, e que distinguem o período holandês no Brasil, são motivados por uma leitura que atenta para a caracterização dos aspectos de distinção da Holanda, frente aos países ibéricos, seja aos costumes, cultura e as relações econômicas que mantinham, como também aos impactos e inferências desenvolvidos pela ocupação holandesa, objetando ao fim o processo de retomada do território pelos brasileiros, e a consequente, ausência de Portugal em intervir nesse processo. Pela riqueza de pontos de vista, como também das consequências históricas, sejam elas culturais, econômicas, sociais e etc. o período holandês em suas várias vicissitudes torna-se um acontecimento expressivo e rico aos historiadores na percepção de Rodrigues. Em suas palavras:

Quase todos os aspectos desta fase histórica têm sido examinados. Trata-se, até, do período da história brasileira que oferece o mais belo conjunto de obras raras e preciosas. Não seria possível nem justo analisar detidamente todos os livros que tratam do assunto. É mais importante assinalar *aqueles de maior valor, indicar os que têm sido injustamente considerados como valiosos, sem que nada lhes justifique o renome*²²⁴.

O relato histórico justifica a significativa posição na história do Brasil dos eventos que marcaram a presença holandesa em Pernambuco, sintonizados com uma larga produção na historiografia brasileira de narrativas a respeito do período. Na economia textual de Rodrigues a respeito dos holandeses, a história que desenvolve é a justificativa da iniciativa de se estudar a produção historiográfica desse mesmo período, considerando a expressividade quantitativa de textos e publicações a respeito do conjunto de eventos sintetizados como domínio holandês. Já de início, Rodrigues reconhece a dificuldade de analisar toda a produção. Logo, sanciona um recorte, ou melhor, constituí uma seleção, seguido de uma periodização, e por meio das categorias apriorísticas de autor/obra seleciona aqueles que são mais importantes a sua posição. A periodização desenvolvida também ganha um componente de regionalização da produção, pois o fator espacial também é considerado na estrutura argumentativa de *Bibliografia e Historiografia do Domínio Holandês*.

O princípio que sustenta a periodização de Rodrigues está embasado em um pressuposto metodológico que se alia a uma defesa teórica do método. Como destacado ao longo do capítulo, uma das tópicas marcantes da trajetória de Rodrigues é a defesa estrita da necessidade da metodologia histórica ao historiador. Logo, esse mesmo pressuposto sanciona uma divisão. Se Rodrigues considera a emergência da metodologia da história, como um acontecimento do século XIX, juntamente com a ideia da disciplina da história, esse mesmo pressuposto oferece uma divisão da produção dos holandeses. Pois, para Rodrigues, as

²²⁴ Idem, p.6 [Grifos meus].

narrativas históricas do século XVII e XVIII²²⁵ são consideradas como relatos contemporâneos aos eventos que sintetizam um sentido ao domínio holandês. E a partir do século XIX, aconteceria uma retomada do domínio holandês como um objeto historiográfico, a fim de tratá-lo cientificamente. Como sustenta:

A partir do século XIX reiniciou-se o estudo da questão que permanecera, durante o século XVIII, esquecida de autores holandeses, brasileiros e portugueses. Quando, no século XIX, se reexaminou o problema da política colonial dos povos europeus, como lembra Wätjen, e se foi buscar na história vários fatos ilustrativos da melhor ou pior orientação adotada, começou-se a escrever sobre a história dos holandeses no Brasil²²⁶.

No entanto, essa “redescoberta” por meio da disciplina da história, e logo, de uma nova história, construída através da crítica histórica, são os únicos motivos que embasavam a retomada do domínio holandês como interesse de pesquisa no século XIX e XX. A relação atenuada, entre saber histórico e visão política do historiador, são levados, por Rodrigues, em consideração.

Nesses termos, assinala Rodrigues, que Netscher – oficial da marinha – passou a sustentar, por meio do discurso da história a defesa da política colonial holandesa. De outro modo, os sentidos que incentivaram Francisco Adolfo de Varnhagen foram outros. Nas palavras de Rodrigues:

Ele próprio escreveu que quando estava para se decidir à luta com o Paraguai resolveu, para animar os que se queixavam de uma guerra de mais de dois anos, ‘o avivar-lhes a lembrança, apresentando-lhes, de forma convincente o exemplo de outra mais antiga, em que o próprio Brasil, ainda então insignificante colônia, havia lutado, durante vinte e quatro anos, sem descanso e, por fim, vencido, contra uma das nações naquele tempo mais guerreiras da Europa’²²⁷.

O ponto fundamental no desenvolvimento de uma historiografia renovada a respeito do domínio holandês, portanto, justifica-se através desse movimento de instauração do método histórico, juntamente com a emergência da disciplina da história, assim como na tomada de posição do historiador a esse mesmo saber, sendo a posição política uma justificativa para a construção do objeto histórico. Nesse sentido, o destaque dessa

²²⁵ Os historiadores do século XVII, lusitanos e portugueses na leitura de Rodrigues, concederam importância à conjuntura pela qual Pernambuco ficou sobre domínio holandês. Os historiadores holandeses importantes na leitura de Rodrigues são os seguintes: Johannes de Laet, Gaspar Barlaeus, Joan Nieuhof. Entre os portugueses, os destaques são: Bartolomeu Guerreiro, Buarte de Albuquerque Coelho, Francisco de Brito Freire, Manuel Calado e Francisco Manual de Melo. RODRIGUES, José Honório. *Bibliografia e Historiografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1949, p.7-17. José Honório, quando trata da produção desse primeiro período da produção que compreendia em sua leitura os relatos históricos contemporâneos aos eventos, assume um tom narrativo explicativo. Isso fica evidente na forma como constituiu sua argumentação, ou seja, descreve cada qual dos autores/obras que levanta e seu período de produção, sem, no entanto, sustentar uma prerrogativa explicativa ou mesmo analítica.

²²⁶ RODRIGUES, José Honório. *Bibliografia e Historiografia do Domínio Holandês no Brasil*. Op. Cit., p.18.

²²⁷ Idem, p.18.

interpretação metódica sobre o domínio holandês, por Rodrigues está sustentado sobre a produção de Varnhagen, Netscher, para o XIX, e Wätjen, ao século XX.

Se Netscher e Varnhagen são considerados pioneiros nessa nova forma de conceber o conhecimento histórico, para Rodrigues, o ponto de ênfase estaria com Wätjen. Para Rodrigues, o melhor tratamento crítico, aparece no século XX, através da obra do alemão. Em suas palavras:

Wätjen foi parcial; em seu livro a obra luso-brasileira sai diminuída e a Holandesa gabada. É certo que consultou as gordas fontes manuscritas holandesas e retificou muito erro, mas não é menos certo que desprezou, com orgulho germânico, as boas fontes portuguesas²²⁸.

Por mais críticas que fossem a posição de Rodrigues em relação ao historiador alemão, a ele, coube à renovação expressiva no século XX, principalmente na consulta de novos materiais, ao qual Netscher e Varnhagen não tiveram acesso, principalmente aos arquivos dos Estados Gerais, da companhia das Índias Ocidentais, e ao Arquivo Real de Haia²²⁹.

De todo modo, esses três historiadores servem a Rodrigues como marcos fundador da historiografia moderna a respeito do domínio holandês. A partir dos três, Rodrigues baliza a produção subsequente, compondo a tradição dos historiadores que se dedicaram a pesquisar e escrever a respeito do domínio holandês.

Em relação aos historiadores brasileiros, posteriores a Varnhagen, Rodrigues nota para a figura de: José Higino Duarte Pereira (1847 – 1901), Francisco Augusto Pereira da Costa (1851 – 1923); Alfredo de Carvalho (1870 – 1916); Oliveira Lima (1867 – 1928). Rodrigues, ainda indicaria um largo levantamento a respeito da historiografia regional, apresentando os historiadores de Pernambuco, Bahia, Paraíba. E por fim, a figura de destaque entre os historiadores brasileiros é para com José Antônio Gonçalves de Melo Neto²³⁰, contemporâneo a Rodrigues.

²²⁸ Idem, p.20.

²²⁹ Idem, p.21.

²³⁰ Interessante salientar para a figura de José Antônio Gonçalves de Mello. Publicaria *Tempo dos Flamengos: Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil*, em 1944, ou seja, quatro anos após a publicação de Rodrigues e Ribeiro, de *Civilização Holandesa no Brasil*. *Tempo dos Flamengos*, apresenta estrutura semelhante à de *Civilização Holandesa no Brasil*, convergindo em um estudo sociocultural a respeito da ocupação holandesa, de modo a salientar os aspectos constituidores de Pernambuco e a influência da ocupação na duração histórica da região. Ambos sofreram influências da sociologia de Gilberto Freyre, como sustenta Van Den Boogaardt: “A imagem histórica, sociológica e literária muito especial de Freyre evocou uma identidade brasileira profundamente moldada pelo estilo de vida da sociedade das plantações e usinas no Nordeste. Nisso Freyre divergiu de seu mestre Oliveira Lima que favorecia a imigração branca e o *branqueamento*. Foi essa versão freyriana da ótica histórica regionalista de Oliveira Lima que influenciou as monografias sobre o período holandês no Brasil de José Honório Rodrigues e José Antonio Gonçalves de Mello, publicadas na década de 1940”. VAN DEN BOOGAARDT, Ernst. As perspectivas da Holanda e do Brasil do “Tempo dos Flamengos”. In; Brasil Holandês: História, Memória e Patrimônio Compartilhado. VIEIRA, Hugo

A parte final, a respeito da historiografia do domínio holandês é reservada por Rodrigues as contribuições da historiografia internacional. Os historiadores portugueses, holandeses, espanhóis, belgas, alemães e estadunidenses constituem a imagem da produção histórica do período, onde José Honório apresenta sobre uma mesma estrutura narrativa dos principais trabalhos em sua perspectiva.

A noção de estudos historiográficos, ou de história da produção histórica que embasa a reflexão a respeito da produção historiográfica do domínio holandês é participe da mesma concepção que sustenta os textos introdutórios aos índices. Logo, a convergência desses textos, leva-me a considerar uma regularidade de sentido a prática historiográfica desenvolvida por José Honório, onde a produção histórica é problematizada a partir de categorias genéricas, pois as generalizações entre autor/obra é uma característica constante da estrutura de seu argumento.

Outra regularidade que pode ser percebida, e que leva a uma característica da operação historiográfica que enreda esses textos é a justificativa de uma problemática teórica que ordena a narrativa a respeito da historiografia. De um lado, pode-se considerar o modo desenvolvido por Rodrigues, como uma memória da produção de um dado período selecionado para a análise, mas de outro, essa memória da produção é enfrentada por uma problemática de ordem mais geral, um pressuposto analítico que fundamenta a posição de Rodrigues em levantar um determinado arquivo historiográfico e o colocar em questão. Isso fica claro nos texto dos índices, e também a respeito da historiografia do domínio holandês, uma vez que ao terceiro, ou seja, o problema que a embasa é a divisão em uma periodização, como também a transformação da historiografia por meio da renovação que a escrita da história passa ao longo de sua própria historicidade, a fim de apontar os influxos e refluxos da temática do domínio holandês como um interesse historiográfico, e suas respectivas imagens históricas. Assim, a história da história, para além de seu fim de narrar à história da produção

Coelho (org.). São Paulo: Ed. Alameda, 2012, p.58. O estudo de Gonsalves de Mello neto, é sustentado e trabalhado a partir dos documentos trazidos por José Higino da Holanda, comentados em nota na subseção anterior. A respeito da produção historiográfica a respeito do domínio holandês, sua posição converge a de Rodrigues: “A bibliografia do domínio holandês do nordeste brasileiro é das mais vastas da História do Brasil. Não está senão incompletamente feita por alguns estudiosos: Tiele, Knuttel Wulp, Petit, Asher, J.C. Rodrigues, Alfredo de Carvalho, José Honório Rodrigues [...]”. MELLO NETO, Gonsalves. *Tempo dos Flamengos: Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultural, 1979, 27-28. A respeito da posição e presença de Gonsalves de Mello, neto na Historiografia Brasileira, ver: CABRAL DE MELLO, Evaldo. A obra de José Antônio Gonsalves de Mello. *Brasil Holandês: História, Memória e Patrimônio Compartilhado*. VIEIRA, Hugo Coelho (org.). São Paulo: Ed. Alameda, 2012; PUNTONI, Pedro. *No tempo dos Flamengos: Memória e imaginação. Brasil Holandês: História, Memória e Patrimônio Compartilhado*. VIEIRA, Hugo Coelho (org.). São Paulo: Ed. Alameda, 2012.

histórica ou dos historiadores, se torna prerrogativa para a defesa da especialização histórica.

Nas palavras de Rodrigues:

Se a narração da história do domínio holandês no Brasil exige, como assinalamos, o estudo universal do fato histórico, sua interpretação pede o conhecimento das teorias mais recentes que renovam o conhecimento das origens e da época em que se realizou o fato particular e único que temos em vista. Assim é indispensável conhecer as origens do capitalismo, movimento econômicos propulsor do ataque holandês, saber qual participação calvinista ou judaica nesta experiência colonial, outro nome não teve tal empresa²³¹.

Logo, posto lado a lado, esses três textos, tornam-se expressivos na trajetória de Rodrigues, até a publicação de *Teoria da História do Brasil*, e permitem algumas considerações iniciais a respeito da concepção de José Honório em uma escrita da história da história. Nesse sentido, a história da História teria por função, na concepção de Rodrigues, por em questão as imagens históricas habilitadas e conservadas pela tradição²³² (seja essa histórica, ou historiográfica), e que dão sustentação a determinadas historiografias em seus respectivos presentes historiográficos.

Assim sendo, o estudo do passado e a construção narrativa do mesmo, a partir do presente, impulsionam os historiadores ao estudo da historiografia. A história, nessa chave de leitura, tem de ser compreendida como historiografia, pois é indissociável ao conhecimento histórico sua forma narrativa e, portanto, diferentes concepções que a embasam e sustentam. Nesses termos, o estudo da história da história não só permite aos historiadores a avaliação da produção de determinados períodos, mas também possibilita o estudo da história propriamente dito, uma vez que se torna indissociável o conhecimento histórico sem a mediação interpretativa que dá possibilidade a história.

Em resumo, foi intenção nesse capítulo, por meio da noção e desenvolvimento da trajetória levantada em análise de José Honório, salientar para os caminhos, entre formação individual, atividades de pesquisa e atuação profissional, como também os espaços institucionais que participou (denominados como os anos de desenvolvimento), e a construção nessa mesma trajetória dos problemas e tópicos que acompanham a economia de seus textos e reflexões. Logo, a identidade que constitui de Rodrigues, está caracterizada no historiador, que além de escrever história, pensa-a por meio da intelecção teórica e da historicização de si mesma.

²³¹ RODRIGUES, José Honório. *Bibliografia e Historiografia do Domínio Holandês no Brasil*. Op. Cit., p.36.

²³² Ao conceito de tradição ver seção anterior.

Capítulo 3 — Entre a teoria e o método: a escrita de uma *Teoria da História do Brasil*

*O texto permanece, a teoria passa; o texto é revisto e interrogado segundo novos ideais. Daí o fincapé que o historiador faz no respeito e tratamento do texto, que é o único permanente na mudança contínua. A variabilidade das opiniões interpretativas e a firmeza do texto, eis os dois pólos do trabalho histórico (Teoria da História do Brasil)*¹

*Um país sem história medieval, que estuda mais história medieval que a própria história pátria e contemporânea, na maioria das nossas Universidades, é o mais claro exemplo de alienação cultural. Aceito que a Universidade, no estágio atual do nosso desenvolvimento, tenha que atender mais para a formação de professores que para a pesquisa, mas na verdade ela não está formando, com seus arcaicos programas de história, nem professores atualizados de história, nem pesquisadores. As consequências estão à vista: gerações despreparadas da experiência humana e desprovidas do patrimônio cultural que a História dá. (História e Historiadores do Brasil)*²

Maio de 1968. José Honório Rodrigues subia as escadas do novo edifício do Departamento de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Algo chamara a sua atenção. Eram dois cartazes estudantis, um do lado esquerdo e o outro do direito. Esboçavam as seguintes perguntas: “Qual a finalidade da História?” e “Futuro historiador, o que você procura aqui?”, as quais levaram o então historiador carioca a refletir.

A primeira questão, julgada de caráter filosófico, revelava uma insatisfação com todo o sistema de ensino de História, quicá com o sistema universitário, ou até mesmo com o Brasil, de uma forma geral, pois era o auge da ditadura, ano que ficaria conhecido como sem fim: “Lembrei-me de Herder, que escreveu na sua *Uma outra filosofia da História*: ninguém poderá convencer-me de que existe no Reino de Deus algo que seja somente meio; tudo é, ao mesmo tempo, meio e fim”³. José Honório também se lembrara de Marc Bloch, “o grande historiador fuzilado pelos nazistas”⁴, dispondo da frase que abre *Apologia da História*, em que o filho pergunta ao pai: “para que serve a história?”⁵.

A proximidade daqueles anos e do significado que eles teriam para a história do Brasil, juntamente com as questões daquele dia não especificado de maio estampadas na

¹ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*: Introdução Metodológica. 1º Edição. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 254.

² RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Editora Fulgor, 1965, p. 9.

³ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. *Op. Cit.*, p. 431.

⁴ *Ibidem*, p. 431.

⁵ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 41.

parede, alertariam qualquer um sobre a catatonia nacional em face dos arremates políticos. Ainda sobre as questões, estas expressam as preocupações presentes na cabeça de José Honório, assim como a lembrança do historiador francês, que caminham ao pensamento de Rodrigues, entrelaçado na identidade do teórico e do historiador, a questionar sobre sua própria experiência profissional.

Essa narrativa abre o posfácio da quinta edição de *Teoria da História do Brasil*, e o que a torna interessante é que pelas duas questões elucidadas no início, José Honório apresenta modos de compreender o que entende por História ou historiografia. E também, direciona um olhar, que possibilita uma perspectiva retrospectiva sobre o seu projeto de renovação dos estudos históricos no Brasil, que tem por fundamento a escritura de uma teoria, metodologia e história da História, que se iniciou há quase uma década antes, com a publicação, em 1949, de *Teoria da História do Brasil*.

As questões estampadas na parede e rememoradas por Rodrigues apontam uma motivação perturbadora e ao mesmo tempo provocativa, pois se perguntam sobre a finalidade de um conhecimento que não tem nenhuma pretensão de ser prático, mas reflexivo, e por consequência, acabam questionando o papel e a atividade universitária, como também a própria produção do conhecimento histórico em tempos de ditadura e repressão. Nesse sentido, as questões levantadas por Rodrigues, sugerem modos de se perguntar pela finalidade de uma reflexão que toma como objeto o próprio fazer do conhecimento histórico, consistindo em refletir sobre os pressupostos que legitimam e autorizam esse mesmo conhecimento.

Iniciar com a alusão sobre as questões interrogativas rememoradas por Rodrigues, e que estampavam as paredes do prédio de História da USP em 1968, remete-me a um ato imaginativo e a uma tentativa compreensiva, os quais preparam modos de entrar na narrativa de *Teoria da História do Brasil*, e tentar, acima de tudo, compreendê-la. Essa atitude de compreensão de minha parte joga com dois desafios. De um lado, compreender a economia textual de *Teoria da História do Brasil* e sua historicidade; de outro, levantar os pontos fundamentais sem, no entanto, fugir às dessemelhanças de José Honório Rodrigues com meu lugar de fala.

Desse modo, o objetivo do capítulo é desenvolver uma reflexão sobre os pressupostos que legitimam os enunciados de *Teoria da História do Brasil*. Nesse sentido, o problema que sustenta minha leitura é que *Teoria da História do Brasil* apresenta aos historiadores uma defesa da profissionalização da história enquanto um campo autônomo do conhecimento, incidindo em uma identidade historiadora sustentada – vide os textos discutidos no capítulo

dois – a partir de três âmbitos diferentes de questões: questões epistemológicas, questões de filosofia da História e questões de metodologia da história.

A intenção desse capítulo está em compreender esse conjunto de reflexões que encerram *Teoria da História do Brasil* em seu contexto de emergência. Para tanto, apresento o desenvolvimento das reflexões que tomam teoricamente a história como objeto de reflexão antes da publicação de *Teoria da História do Brasil*, a fim de compreender o desenvolvimento das ideias, para, na sequência, buscar a compreensão da argumentação de José Honório sobre uma teoria da história do Brasil. Num terceiro momento, apresentarei uma leitura de THB à época: as críticas de Eduardo Oliveira França sobre a narrativa de *Teoria da História do Brasil*.

3.1. A conjuntura do “entre lugar”: teoria, metodologia e história da história antes de Teoria da História do Brasil

Teoria da História do Brasil não inaugura a reflexão teórica a respeito da história no Brasil. Antes de sua publicação pode-se perceber uma série de textos que apresentam reflexões dispersas e difusas a respeito do conhecimento histórico, com fins diferentes entre si.

Um dos problemas que me colocam em face da escrita de *Teoria da História do Brasil* é em relação à constatação de uma mudança de atitude sobre o período antecedente, ou seja, para os textos que antecedem a sua publicação. Uma vez que no período anterior – ou, para compor uma generalização, desde meados do século XIX – a formação da disciplina da história no Brasil perpassou por variadas discussões e, conseqüentemente, variados textos que circularam tratando de aspectos a respeito do conhecimento histórico – suas funcionalidades, necessidades e valores. Junto a eles podiam ser encontradas questões de metodologia, sintetizadas no modo como a história do Brasil deveria ser escrita, além de passarem por questões de filosofia da história, entendidas como controle do devir e do tempo. De todo modo, essa generalização que constituo tem um fim ilustrativo que é apontar para a presença, ou mesmo existência, de reflexões com um fim teórico no Brasil entre o século XIX e XX. Suas características, diferentemente de *Teoria da História do Brasil* (voltarei a isso na próxima seção) podem ser sintetizadas pela dispersão, não se constituindo em uma prática comum de reflexão, mas sendo a iniciativa individual de experiências autorais recobrando fins específicos. O que importa destacar é que por mais dispersas e difusas que essas discussões

pareçam ser, elas acabam por defender um conceito de história, ou um sentido para a história, como também defendem uma concepção de trabalho do historiador.

Nesse sentido, os textos selecionados podem ser integrados em duas séries, tendo por coerência duas conjunturas historiográficas⁶ diferentes. A primeira, diz respeito às discussões em torno do IHGB, e ao modo como a história do Brasil deveria ser escrita. A segunda recobre uma conjuntura historiográfica do final do século XIX e início do XX. O desenvolvimento dessas séries de textos/autores dará sustentação à forma da seção, uma vez que ao longo da narrativa que se segue parto a problematizá-las. O que importa na análise que se segue, não é reconstituir a argumentação de texto por texto, mas compreender os movimentos de regularidade que provocavam, tanto quanto as questões que traziam a respeito do conhecimento histórico no Brasil.

Um primeiro grupo de textos que aponta um discurso teórico a respeito da história integra e converge o pensamento histórico, junto com as questões de escrita da história vinculada ao IHGB. O tom marcante de reivindicação de modos de escrita, assim como a necessidade de uma História do Brasil, acoplada à constituição de um sentido próprio à história são características marcantes desse primeiro grupo, podendo ser, através de Manoel Salgado Guimarães, denominado como “textos de formação”. Em suas palavras:

A tensão entre a necessidade de definição de um sentido geral e de uma finalidade prática para o conhecimento do passado das terras americanas que constituíram parte importante do Império português e as demandas em torno da observação de suas marcas particulares [...] configuram uma forma peculiar de conceber o texto ‘histórico’ na cultura oitocentista no Brasil. Nesse sentido, a questão que se coloca é exatamente a de investigar os sentidos de História que organiza o tratamento do material que deveria constituir o *corpus* de uma História do Brasil. Um traço marcante destes textos [...] denomin[ados] de ‘textos de formação’, aponta na

⁶ Compreendo conjuntura no sentido a ela atribuído por Fernand Braudel em *A Longa Duração*. Preocupado em alargar a concepção de tempo e percepção que enreda o trabalho historiográfico, Braudel define três escalas temporais correspondendo as respectivas durações, o tempo curto do acontecimento, a conjuntura, correspondendo a uma média duração, e o tempo longo, da longa duração. Nesse sentido, afirma em relação à conjuntura o seguinte: “Surge uma nova espécie de narração histórica – pode dizer-se o “recitativo” da conjuntura, do ciclo e até do “interciclo” – que oferece à nossa escolha uma dezena de anos, um quarto de século e, em última instância, o meio século do ciclo clássico de Kondratiff. Estes períodos cronológicos não têm, claro, um valor absoluto [...] o historiador dispõe com toda a certeza de um tempo novo, elevado à altura de uma explicação, em que a história se pode inscrever, recortando-se, segundo pontos de referência inéditos, segundo curvas e a sua própria respiração”. BRAUDEL, Fernand. *A Longa Duração*. In: *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presenta, 1990, p.12-13. Dispondo a essa dinâmica do tempo do qual fala Braudel, assim como da possibilidade de inscrever a narrativa que constitui recortando pontos de referência que melhor se encaixa em meu argumento, por conjuntura historiográfica atribuo esse movimento de interciclo, ou a ruptura de duas formas distintas de história, e conseqüentemente, de historiografia, e o movimento que leva entre uma e outra. Conjuntura historiográfica permite compreender os movimentos de transformação que leva pelo ponto de vista cronológico a dinâmica de mudança da escrita da história em meio a sua duração.

direção de um deslizamento semântico ao sentido do que era compreendido por História⁷.

Os textos de formação que aqui ganham destaque são os seguintes: *Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*⁸, de Januário da Cunha Barbosa de 1839, seguido de *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil?*⁹, de Rodrigo de Souza Silva Pontes de 1841, como também a dissertação ganhadora do concurso de escrita da história do Brasil do IHGB, intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil*, de K.F.P. Von Martius¹⁰, de 1843. Ainda integram essa mesma série: *Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil* de Henrique Júlio de Wallenstein¹¹, de 1843; *Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil* de Raimundo José da Cunha Matos¹², de 1863; e, por fim, as *Indicações sobre a história nacional*¹³ de Tristão de Alencar Araripe¹⁴, de 1894.

Januário da Cunha Barbosa, em *Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, deixa claras as posições a respeito da escrita da história ao IHGB, assim como as suas posições enquanto historiador em relação às necessidades e funcionalidades do conhecimento histórico, a fim de cumprir seu papel no tocante às questões nacionais.

Pela epígrafe do texto, o leitor pode imaginar o tom de toda a narrativa, assim como as posições de seu autor. Utilizando-se das palavras pronunciadas por Alexandre de Gusmão na Academia Real da História Portuguesa, que dizem o seguinte: “Procura... ressuscitar também as memórias da pátria da indigna obscuridade em que jazião até agora”¹⁵, Januário da Cunha Barbosa, abre seu texto, e direciona, logo de início, uma perspectiva que compreende a escrita da história como um ato de rememoração, atribuindo ao conhecimento histórico uma função

⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as Luzes e o Romantismo: As Tensões da Escrita da História no Brasil Oitocentista. In: *Estudos Sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7letras, 2006, 71-72.

⁸ BARBORA, J. C. *Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Op. Cit.

⁹ SILVA PONTES, Rodrigo de Souza da. *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil?*. Op. Cit.

¹⁰ VON MARTIUS, K.F.P. *Como se deve escrever a história do Brasil*. ¹⁰ BARBORA, J. C. *Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Op. Cit.

¹¹ WALLENSTEIN, Henrique Júlio de. *Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*. Op. Cit.

¹² CUNHA MATOS, Raimundo José da. *Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. ¹² BARBORA, J. C. *Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Op. Cit.

¹³ Em relação ao texto de Tristão de Araripe, ver capítulo 2, seção 3.

¹⁴ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Indicações sobre a história nacional*. ¹⁴ BARBORA, J. C. *Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Op. Cit.

¹⁵ BARBORA, J. C. *Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Op. Cit., p, 21.

específica, e de grande importância, e ao historiador, confere o encargo do desempenho da tarefa, isto é, retirar da condição de amnésia os feitos da pátria, e conservar para que as futuras gerações não se compadeçam do esquecimento.

Essa perspectiva memorialística, e ao mesmo tempo retrospectiva perante a função do conhecimento histórico, atribuindo a escrita da história uma função específica, ou seja, conservar da amnésia os feitos da pátria, leva Barbosa à significação que atribui ao próprio Instituto. Em suas palavras:

Eis-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Historico e Geographico do Brasil; e desta arte mostrarmos ás nações cultas que também presamos a gloria da pátria, propondo-nos a concentrar, em huma litteraria associação, os diversos factos da nossa história e os esclarecimentos geográficos do nosso país, para que possam ser oferecidos ao conhecimento do mundo, purificados de erros e inexatidões que os manchão em muitos impressos, tanto nacionais como estrangeiros¹⁶.

Reivindicando um lugar ao sol nos domínios da história para o Brasil e seu passado, como também para os historiadores brasileiros, é por meio da fundação do Instituto que Barbosa sugere os sentidos do que compreende por história, assim como o conhecimento histórico deveria ser construído, sem fugir, é claro, de seu preceito fundacional: a história da nação. Segundo Temístocles Cezar, o discurso de Barbosa pode ser entendido em um contexto onde a nação estava sendo construída, mas a história, enquanto disciplina científica, ainda estava dando seus primeiros passos. Em suas palavras:

O primeiro discurso pronunciado na casa [IHGB] pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, secretário-perpetuo do IHGB, é paradigmático nesse sentido. Trata-se de uma lição sobre o método historiográfico, que reflete sobre o que é a história, quem é o seu autor e como ela deve ser escrita¹⁷.

Nesses termos, o historiador, na concepção de Januário Barbosa, deve ter o coração atrelado ao patriotismo, juntamente com a vontade de extrair lições do passado, a fim de construir o futuro da nação. Cícero é reivindicado a economia do texto para justificar, em suas palavras, que a “história he a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida”¹⁸. Segundo Cezar, a noção de *historia magistral* encontra-se em todas as partes do discurso de Barbosa, compelida de um dever quase sacerdotal, pois se a história faz os grandes homens, então os historiadores fazem a história, sendo considerados os verdadeiros mestres do jogo. Segundo Cezar:

¹⁶ Idem, p.22.

¹⁷ CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: Historiografia e Nação no Brasil no século XIX. Maringá. *Revista Diálogos*, v.8,n.1,p.11-29,2004, 12.

¹⁸ BARBORA, J. C. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Op. Cit. p.22, p.22.

Fazedores de história, eles controlam os destinos dos grandes homens, ou, dito de outro modo, os vivos controlam os mortos e os mortos servem aos vivos. **Eis uma variação da religião historiadora adotada no IHGB.** Resta saber se o grande homem é um herói acabado ou um candidato a herói. Independente da resposta, os historiadores do IHGB têm o poder de decidir. Eles se colocam, assim, em uma posição quase divina. Criam sua própria providência¹⁹.

Essa criação da “providência historiadora”, para usar o termo de Cezar, pode ser percebida pelo plano da história que Barbosa requer aos historiadores brasileiros, logo aos termos do método/modelo de trabalho que defende para o IHGB e para a escrita da história do Brasil. Apontando que a função da construção da história pátria tem como ponto de partida um trabalho que, sem dúvida, diminuirá os descuidos e reparará os erros passados, preenchendo lacunas que se encontram no próprio nascimento do conhecimento do Brasil, afirma:

Nós vamos salvar a indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos; nós vamos assignalar, com a possível exactidão, o assente de suas cidades e villas mais notáveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direção de suas serras, e a capacidade de seus inumeráveis portos. Esta tarefa, em nossas circunstancias, bem superior as formas de hum só homem ainda o mais empreendedor, tornar-se-há fácil pela coadjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das províncias do império, que, attrahidos ao nossos instituto pela gloria nacional, que he o nosso timbre, trarão a deposito comum os seus trabalhos e observações, para que sirvão de membros ao corpo de huma historia geral e philosophica do Brasil²⁰.

A defesa da necessidade de uma escrita da história nacional sanciona uma identidade de grupo aos historiadores. Estes ficariam encarregados da tarefa de limpar os erros do passado, salvando do esquecimento os feitos da nação. Esse sentido quase religioso da prática historiográfica incide em um fim pedagógico ao conhecimento histórico, como também justifica uma moralização do passado em vistas da construção nacional, empreendendo uma significação que direciona claramente os usos políticos do passado convergentes a um fim presente e futuro.

Em seguida, Barbosa, pelo seu discurso estabelece uma divisão da história em antiga e moderna, a qual deve ser subdividida, a fim de entender as diferentes demandas pelos vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torna o de marcar um maior interesse dos investigadores de sua contemporaneidade²¹. De todo modo, a história, como um conhecimento prático, e que cumpre um fim, deve ater-se às coisas do passado, ou aos fatos,

¹⁹ CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: Historiografia e Nação no Brasil no século XIX. Op. Cit. p.24.

²⁰ BARBORA, J. C. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Op. Cit., p.23

²¹ Idem, p. 23

em sua especificidade, para além de ideias gerais ou redutoras. Pois, desse modo, seria incompleta, descorada e árida. Em suas palavras:

[...] se, ocupando-se unicamente de resultados geraes, por huma mal entendida abstracção, não collocasse os factos no theatro em que se passarão, para que melhor se apreciem pela confrontação de muitas e poderosas cinscunstancias que desembaracem a intelligencia dos leitores. A sorte geral da humanidade muito nos interessa, e a nossa simpathia mais vivamente se abala, quando se nos conta o que fizeram, o que pensarão, o que sofrerão aqueles que nos precederão na scena do mundo: he isso o que fala á nossa imaginação, he isso o que ressucita, por assim dizer, a vida do passado e que nos faz ser presentes ao espetáculo animado das gerações sepultadas²².

Aos fatos e suas significações, eis a que os olhos do historiador devem atentar-se, a fim de dar melhor tratamento, não só ao passado, mas compilar em uma narrativa que atenta aos preceitos de melhor esclarecer as questões da pátria. Ao lado dessas colocações de Barbosa, resta ver como esse grupo de historiadores ligados ao IHGB pensavam como deveria ser escrita a história do Brasil, e que atributos sancionam a prática historiográfica.

Souza da Silva Pontes em *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil?*, aponta uma outra característica da prática historiadora do oitocentos. A defesa do método para com a coleta de documentos, assim como a função que encarrega ao IHGB a essa operação, é a marca de seu argumento. Como sustenta: “A primeira e mais urgente das incumbências do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, consiste, segundo se vê do mesmo artigo 1º de seus Estatutos, em coligir e preparar os materiais necessários para história e geografia do Brasil”²³.

Logo, a defesa de Silva Pontes estaria em chamar a reflexão para os aspectos institucionais que o IHGB deveria garantir no trato com o documento, seja em sua procura, organização ou conservação. Nesses termos, o primeiro passo, em sua leitura, seria o IHGB solicitar o consentimento dos que podem disponibilizar os documentos particulares, principalmente aqueles de maior importância para a História e Geografia Nacional. Em segundo lugar, a nomeação de comissões que examinem esses depósitos documentais. Essas comissões, em sua leitura, deveriam ser compostas por dois membros²⁴. Após o termino do trabalho, as comissões deveriam apresentar ao IHGB um relatório pormenorizado do arquivo que pesquisaram, expondo o seguinte, em suas palavras:

²² Idem, p.26.

²³ SILVA PONTES, Rodrigo de Souza da. *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil?*. Op. Cit. p.47.

²⁴ Idem, p.48.

[...] o que entende acerca da autenticidade e da importância dos documentos ali depositados, e acerca da despesa necessária para obtel-os, ou tenha de tirar-se copia deles, ou hajam de adquirir-se por compra. Revela que este methodo seja aplicado assim á metrópole e documentos já organizados. Quando, porém se trate de elucidar um ponto ou de História ou de Geografia, ainda não suficientemente esclarecido, por escriptos os mapas existentes, outro será sem duvida o caminho que deva pisar-se. Persuando-me de que para qualquer destas hypoteses mui principalmente as viagens scientificas²⁵.

Essas investidas na defesa de um método que estructure formas de trabalho ao IHGB atende a um fim, ou seja, a história, enquanto conhecimento necessita de documentos, e o Instituto, enquanto instituição dedicada e proponente do monopólio do conhecimento histórico – ao menos, em meados do XIX –, teria também que abarcar em suas atividades de pesquisa a construção de acervos. A proposição de Silva Pontes requer esses meios de consolidação de uma atividade histórica, não só ao IHGB, mas à comunidade historiadora como um todo. Coligir e compilar documentos, para depois tratá-los a fim de construir narrativas históricas, integra um dos sentidos da prática historiadora no século XIX.

A respeito do modo como a história do Brasil deveria ser escrita, em 14 de novembro de 1840 foi proposto em sessão no IHGB um concurso acadêmico, por Januário da Cunha Barbosa, tendo como intento oferecer um prêmio para quem melhor apresentasse o plano para se escrever a história do Brasil.

*Como se deve escrever a história do Brasil*²⁶, do alemão Karl F. P. Von Martius, foi a dissertação ganhadora. Henrique Júlio de Wallenstein ficara em segundo, com *Memórias sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brazil*²⁷.

Escrito em 1843, a dissertação de Martius apresenta um modelo de escrita para a história brasileira, ou seja, pelas páginas de *Como se deve escrever a história do Brasil* era indicado aos historiadores brasileiros o melhor modo de tratar a história brasileira. Nas palavras de Temístocles Cezar: [...] Martius teria sido o primeiro a teorizar acerca da melhor maneira de se escrever a história do Brasil. O modelo proposto por ele teria sido seguido por Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), o principal historiador brasileiro do século XIX, e por seus sucessores²⁸.

²⁵ Idem, p.48.

²⁶ VON MARTIUS, K.F.P. *Como se deve escrever a história do Brasil*. In: GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. *Livro de fontes de história da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

²⁷ WALLENSTEIN, Henrique Júlio de. *Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*. Op. Cit.

²⁸ CEZAR, Temístocles. *Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: Ensaio de História intelectual*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003, p.178.

Em termos gerais, o plano de Martius defende que qualquer um que se encarregar da escrita da história do Brasil, deverá atentar-se para os elementos constituidores dessa mesma história. Estes elementos, no entanto, são de natureza muito diversa, sustenta o alemão²⁹. Em suas palavras:

[...] tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim, a preta ou ethiopica. Do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d'essas três raças, formou-se a actual população, cuja historia por isso mesmo tem um cunho muito particular³⁰.

O argumento de Martius para o entrelaçamento das três raças funciona para justificar que o historiador brasileiro deverá atentar-se para a singularidade da formação histórica das mesmas. Segundo Martius, a singularidade da formação histórica das raças se dá em meio às características físicas e morais que as distinguem, a fim de oferecer os elementos que constituem as particularidades próprias a cada qual, sendo essas o “motor especial”, que contribui do ponto de vista histórico, para sua influência em um desenvolvimento comum³¹. Em suas palavras:

Portanto devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que n'esse paiz são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim³².

Qual deveria, então, ser o método do historiador brasileiro, segundo Martius, para o desenvolvimento de seu plano de trabalho? O da comparação. Quando desenvolve a respeito do tratamento que o historiador brasileiro deveria dar a questão indígena, afirma que o indígena brasileiro, em suas manifestações exteriores, deve ser comparado com os povos primitivos de outras raças³³. Destaca dois tipos de problemas que devem ser superados para que a pesquisa possa ser desenvolvida. Em primeiro lugar, as questões referentes ao entrelaçamento das línguas americanas, e em segundo, a falta de historiadores brasileiros que atentem ao problema histórico-linguístico dos indígenas³⁴. Na sequência, afirma que o estudo das línguas deve ligar-se aos estudos sobre a mitologia, teogonias e geogonias das raças brasileiras, para que se descubra, nos restos de mitos e no “balbuciamiento poético” (palavras

²⁹ VON MARTIUS, K.F.P. Como se deve escrever a história do Brasil. Op. Cit. p,64.

³⁰ Idem, p,64

³¹ Idem, p,64.

³² Idem, p,66.

³³ Idem, p,68.

³⁴ CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: Ensaio de História intelectual. Op. Cit. p,187-188.

do próprio Martius), “vestígios significativos de uma perdida filosofia natural, e de um culto ainda enigmático”³⁵.

Em suma, a parte consagrada aos indígenas, como sustenta Cezar, é a parte mais importante do trabalho, além, é claro, “de ser a mais ousada”³⁶. Os indígenas tomados enquanto categoria de formação da nação, e incorporados em um projeto propositivo dos contornos científicos da história do Brasil, ressoam como uma perspectiva inovadora para o plano de Martius³⁷. De todo modo, o plano de Martius ainda prevê a incorporação da história brasileira aos quadros mais gerais da história referentes ao século XV e XVI. Segundo Cezar, o método mais adequado ainda perpassa o da comparação. Em suas palavras: “O historiador, para Martius, deve também considerar os costumes de Portugal no século XVI, a legislação e o estado social, para deste modo entender os portugueses e as instituições que se instalam no Brasil”³⁸.

Sobre a questão negra, os africanos não fazem parte da história do Brasil para Martius, mas devem receber tratamento por parte dos historiadores brasileiros, uma vez da sua incorporação à cultura e formação histórica brasileira que cindiu em pontos fundamentais do desenvolvimento histórico brasileiro. Em suas palavras:

Não há duvida que o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros. Se para o melhor ou para o pior, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido ocasião de ponderar todas as influencias, que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, motal e político da presente população³⁹.

De qualquer forma, antes de compreender os processos de incorporação africana ao Brasil e sua relação com a formação histórica, os historiadores deveriam pesquisar a influência portuguesa na África, a fim de compreender, especialmente, as relações comerciais e a questão do tráfico negroiro.

Em termos gerais, o plano de Martius sintetiza as preocupações dos historiadores à época, ou reflete os interesses do IHGB, uma vez que delinea o que em sua perspectiva deveria compor as tópicas necessárias a uma escrita da História Nacional. No entanto, o plano não deixava de lado a intenção política, ou mesmo o entrelaçamento de intenções na defesa de um tipo de história que convinha ao IHGB daqueles anos. Segundo Cezar, a concepção de

³⁵ VON MARTIUS, K.F.P. Como se deve escrever a história do Brasil. Op. Cit. p,69.

³⁶ CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: Ensaio de História intelectual. Op. Cit. p,197.

³⁷ Idem, p.197.

³⁸ Idem, p.198.

³⁹ VON MARTIUS, K.F.P. Como se deve escrever a história do Brasil. Op. Cit. p, 80.

história defendida e que enreda o plano de Martius é a mestra da vida, repercutindo em um sentido pedagógico a obra histórica. Em suas palavras:

Martius propõe uma história calculada, mensurada, bem refletida para combater os oponentes do regime. Este história militante é o ponto mais alto a que a história pragmática pode chegar. Deste cume, o historiador lançará as luzes para “provar”, diz Martius, que o Brasil começa ‘a sentir-se como um povo unido’, mas que não chegará a seus elevado desenvolvimento sem o apoio do monarca e de uma sábia organização das províncias⁴⁰.

Por meio dessa chave de leitura, inscrita no trecho acima, a aproximação dos textos aqui destacados que apresentam reflexões a respeito da construção de uma escrita da história nacional e integrantes de uma proposta historiográfica que tem como centro o IHGB, se torna possível. Nesse sentido, a aproximação dos textos leva a uma consideração que a missão do historiador dentro desse período é a de viabilizar uma representação coerente do Brasil. Essa representação deve atender ao objetivo de construir uma coerência a nação brasileira, a fim de tornar possível aos próprios brasileiros à nação, levando em conta sua extensão territorial, como também a origem dispersa dos habitantes, apresentando em um mesmo tratamento histórico o sentido de coerência à dispersão da nação.

Portanto, esse primeiro grupo de historiadores levantados, e seus interesses pontuais em apresentar um discurso propositivo e teórico a respeito do conhecimento histórico, ambicionava a defesa de uma história do Brasil e colocava a História no centro das atenções, cumprindo um objetivo político que é o de apresentar um vasto projeto de construção identitária, perante os aspectos físicos e morais do país. Processo de construção identitária que pode ser tomado como um duplo, uma vez que ambicionavam em uma identidade historiadora, assim como uma identidade da nação. Nas palavras de Guimarães: “E, como parte importante deste projeto, destacava-se uma *política da lembrança dos feitos e homens* a serem recordados como condição de forjar-se uma nova comunidade no presente assentada num tempo passado”⁴¹.

Por meio de Guimarães, a leitura do período pode ser caracterizada perante um regime de historicidade distinto daquele que funda a disciplina da história como ciência da História, pois para essa geração a escrita do texto histórico, para ter legitimidade e autoridade de circulação, precisava e requeria a licença do Estado, e do Imperador Pedro II, que vela ciosamente sobre o que pode ou não, ser considerado como histórico ou de História. Segundo Guimarães:

⁴⁰ CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: Ensaio de História intelectual. Op. Cit., p.206.

⁴¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as Luzes e o Romantismo: As Tensões da Escrita da História no Brasil Oitocentista. Op. Cit. p,79. [grifos meus].

[...] num movimento bastante diverso daquele que procura fundar o texto de História como o resultado de uma operação avalizada única e exclusivamente pelos pares, por aqueles que partilham uma formação e competência específica, e que dispendo de regras em comum definem os limites de possibilidade do texto histórico. **Estamos, assim, diante de uma perspectiva em que a História antes de tudo ilustra os leitores que aprendem com ela; os governantes podem, por sua vez, através dela afirmar o seu poder e a sua glória.** A História inscreve-se por isso num conjunto amplo de iniciativas do Estado Moderno, que para afirmar seu poder deve agora prioritariamente à força da pena e não mais dar armas⁴².

Portanto, de Januário da Cunha Barbosa a Varnhagen, e tomando os polos de referência em Von Martius, Raimundo da Cunha Mattos, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, Tristão de Alencar Araripe, e toda uma geração de letrados que atuou sobre os auspícios do IHGB durante o segundo reinado, formalizaram-se expressões de uma historiografia que se constituiu fortemente na figura imperial, como sustenta Turin. Em suas palavras:

O projeto centralizador executado pelo Estado imperial teve como seu correlato a centralização da prática historiográfica. Nesse espaço discursivo, consideravelmente restrito, a história como disciplina e o historiador como seu autor, foram configurados em torno de três instâncias principais: *a escrita afetiva*, a *cientificidade* e a *governabilidade*. Para dar legitimidade a essas três instâncias, os contornos poderiam ser desenhados em referência a três outras figuras de tradições distintas: do *poeta*, do *naturalista-viajante* e do *publicista-estrategista*. As funções da afetividade poética, da verdade científica e da instrumentalização da arte de governar condensam-se em uma relação escriturária do passado⁴³.

José Roberto Amaral Lapa, em *Historiografia Brasileira Contemporânea*⁴⁴, aponta que, até pelo menos a década de 20, o conhecimento histórico no Brasil, seguido da Historiografia brasileira, era basicamente os mesmos do século XIX. Tais conhecimentos eram direcionados pelo IHGB, trazendo as mesmas limitações tradicionais, não tomando em seu conjunto os avanços das Ciências Humanas e Sociais, nem mesmo dos estudos históricos de outros países, como afirma:

[...] sendo de justiça, entretanto, revelar neste último caso o exemplo excepcional de Capistrano de Abreu que procurou sempre estar sincronizado com o pensamento histórico estrangeiro, sem conseguir, contudo aplicar na dimensão desejada as teorias e modelos que leu e naturalmente assimilou⁴⁵.

Para as primeiras décadas do século XX, Lapa refere-se à obra de Oliveira Viana como a ruptura, uma vez da intenção e relação de Oliveira Viana – para além de suas posições políticas – com as ciências sociais então emergentes, sendo que os demais eram

⁴² Idem, p.73. [grifos meus].

⁴³ TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* historiador oitocentista. Ouro Preto. *Revista de História da Historiografia*, n.º.2, março, p.12-28, 2009, p.20. [grifos no original].

⁴⁴ LAPA, Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea: A História em Questão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. Originalmente publicado em 1976.

⁴⁵ Idem, p.80.

caracterizados pelo rol da continuidade com a escrita da história tradicional, ao modelo do IHGB.

Nesse sentido, Lapa levanta quatro questões gerais, que em sua leitura oferecem a significação da conjuntura historiográfica do final do século XIX e início do XX: Em primeiro lugar, chama a atenção para o revisionismo factual descritivo, numa concepção epistemológica que tem como fundamento a procura do fato histórico passado, tal qual a clássica concepção de *historire événementielle*. Em segundo lugar, atribui uma ausência de contribuições das ciências sociais que estavam em estágio de formação no Brasil⁴⁶. Em terceiro, em decorrência da limitação da formação das ciências sociais, a História de vertente tradicional preocupava-se indubitavelmente com a escrita política e administrativa do passado brasileiro, como também com a escrita biográfica voltada para os heróis e estadistas, chefes de governo e de manobras militares. Uma história, portanto, que Lapa denominava como das camadas dominantes feita de maneira artesanal e geralmente reacionária⁴⁷. E por fim, os temas que recebiam melhor tratamento continuavam sendo os do período colonial. Os estudos dedicados ao Império e Primeira República até o último quartel do século ficam ao nível da reportagem, do testemunho ou da polêmica apaixonada⁴⁸.

No entanto, o cerne das transformações pode ser sentido em meados da década de 1870, quando uma mudança de tom pôde, assim, começar a ser percebida por meio de uma nova geração. Como sustenta Turin: “profundamente por uma situação de marginalização política, insere-se no debate historiográfico, reivindicando uma nova visão do passado”⁴⁹. Turin coloca o conjunto de esforços dessa geração, ao exemplo da obra de Sílvio Romero, uma vez que o mesmo apontaria um novo campo de visão, constituindo-se justamente por uma população representada no mestiço. Segundo Turin: “é por esse caminho que ele vai construir sua proposta de identidade narrativa para a nação brasileira e, no mesmo movimento, reclamar um outro modelo de legitimidade intelectual”⁵⁰.

José Carlos Reis, em *Anos 1900 - Capistrano de Abreu: o surgimento de um povo novo: o brasileiro* destaca o epicentro dessa nova geração em torno de Capistrano de Abreu, a qual Turin correlaciona a de Sílvio Romero, e Lapa a Oliveira Viana. Nesse sentido, Reis aponta, por meio de sua leitura da trajetória de Capistrano de Abreu, um entrelaçamento de

⁴⁶ A respeito das ciências sociais no Brasil, ver compilação: MICELI, S (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Vértice: IDESP, 1989.

⁴⁷ LAPA, Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea*. Op. Cit.. p.81

⁴⁸ Idem, p.81.

⁴⁹ TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* historiador oitocentista. Op. Cit. p,20

⁵⁰ Idem, p.20.

uma nova geração, que reivindicava uma nova concepção de prática historiográfica e de escrita da história. Nas palavras de Reis:

Os intelectuais brasileiros do final do século XIX começam a perceber a distância entre a realidade brasileira e o pensamento que eles próprios produziam. Silvio Romero criticava o ambiente intelectual brasileiro, vazio e banal, e aspirava a ter contato com o verdadeiro Brasil. Havia um esforço de todos para encarar de forma nova o passado brasileiro. Tinham, agora, uma preocupação “cientificista”. Comte, Buckle, Darwin, Spencer serão as referências intelectuais predominantes. A preocupação “cientificista” de Capistrano era a de toda uma geração⁵¹.

No que diz respeito à interpretação de Reis sobre Capistrano, o mesmo constitui uma análise da trajetória do autor de *Capítulos de História Colonial*, denotando que será em relação à Varnhagen, autor de *História Geral do Brasil*, que Capistrano de Abreu marcará uma interpretação diferente a respeito do Brasil. A inovação de Capistrano, segundo Reis, explica-se não só em termos de origem social, que no caso de Capistrano é totalmente diferente da de Varnhagen, mas também em razão de uma atitude teórica e interpretativa distinta que culmina em uma nova prática historiadora⁵².

Por meio dessa interpretação de Reis a respeito de Capistrano e sua geração, pode-se considerar que o conhecimento histórico, enquanto campo autônomo em relação ao Estado, e versado por meio de outras questões que não as de interesse político e institucional, começa a dar seus primeiros passos, enquanto campo específico do conhecimento.

Desse modo, segundo Lapa, a partir dos anos de 1920 assistiu-se a uma aceleração do processo histórico brasileiro, notando mudanças significativas no campo político, social, econômico e cultural⁵³. Angela de Castro Gomes ressalta um intenso debate para as décadas iniciais do século XX, momento no qual a história lutaria por um espaço e especificidade, distinguindo-se, mas, ao mesmo tempo, aproximando-se da literatura e do ensaísmo político-sociais. Segundo a autora:

[...] especialmente ao longo das primeiras décadas do século XX, a prática historiográfica cresceu e especializou-se no Brasil, não devendo ser obscurecida pelo *boom* da escrita literária – com o advento do movimento modernista – e também da escrita sociológica – com clássicos como Alberto Torres, Euclides da Cunha e Oliveira Viana, entre outros⁵⁴.

A respeito do modernismo, pode-se tomá-lo, no tocante ao problema levantado, pelo seu ponto de vista estético, assumindo uma interpretação que o considera para além de uma renovação temática ou formalista, e em especial ao Brasil, a toda uma filosofia que objetava

⁵¹ REIS, José Carlos. Anos 1900: Capistrano de Abreu – O surgimento de um povo novo: o brasileiro. In: *As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC*. São Paulo: Editora FGV, 2006, p.89.

⁵² Idem, p.80-89.

⁵³ LAPA, Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea*. Op. Cit. p,81.

⁵⁴ GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.10.

por um sentido ideológico que procurava repensar a realidade, dentro de certos esquemas estéticos que já há algum tempo estavam em voga na Europa⁵⁵.

Não é intenção aqui discutir o movimento modernista. Apenas elucidar os pontos de confluência sobre o debate em torno da historiografia brasileira. Primeiramente, sobre a onda renovadora que possibilitou, nas palavras de Moacyr Campos:

[...] a autocrítica característica do período e que encontrou sua expressão na obra de Paulo Prado, Monteiro Lobato, Alcântara Machado e vários outros, pondo em dúvida todos os dogmas do ufanismo, lançou bases para uma renovação também do ensino, criando, assim, o ambiente favorável à fundação das primeiras Universidades⁵⁶.

Ao lado desses historiadores levantados por Campos, posso incluir alguns outros, a título elucidativo, como Sérgio Buarque de Holanda, Werneck Sodré, Gilberto Freyre, Rodolfo Garcia, Otávio Tárquino de Souza, Edgar Carone e Caio Prado Jr.

Um dos pontos decisivos por parte dessa “geração”, entre historiadores e sociólogos, está no caráter interpretativo de seus trabalhos, procurando, nas palavras de Lapa, “enxergar além do fato as suas próprias implicações, do que resultou a descrição de um novo universo até então ignorado pelo conhecimento histórico tradicional⁵⁷”. A respeito do ensaísmo, vale considerar que ele desponta no Brasil como forma e promove uma reorganização das fronteiras disciplinares. Segundo Nicolazzi:

[...] o ensaísmo – aquele de cunho propriamente histórico, que desponta no Brasil durante as três primeiras décadas do século XX – pode ser pensado como imagem especular e invertida do ensaio literário francês: nos trópicos, o gênero faz tradição justamente como forma, não de superação do discurso literário, considerado por Antonio Candido como ‘fenômeno central da vida do espírito’, mas enquanto uma reorganização das fronteiras disciplinares e ascensão do *discourse savant* diante da primazia da Literatura como modalidade fundamental de representação da cultura nacional⁵⁸.

Em artigo intitulado *Odisseia do conceito moderno de História*, Mateus Henrique de Faria Pereira e Pedro Afonso Cristovão Santos historiam o percurso da emergência de um conceito moderno de história no Brasil, a partir de dois textos-chave para a história da historiografia brasileira. Os autores consideram, num intervalo de tempo, entre o *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*, escrito em 1878, e a escrita por Sérgio Buarque de Holanda, de *O Pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, de 1951, como

⁵⁵ LAPA, Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea*. Op. Cit. p.81.

⁵⁶ CAMPOS, Pedro Moacyr. *O estudo da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*. Op. Cit. p, 494.

⁵⁷ LAPA, Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea*. Op. Cit.. p.84.

⁵⁸ NICOLAZZI, Fernando F. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. Sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p, 385

exemplos paradigmáticos da consciência complexa da dimensão da história em si e para si, ou seja, de um conceito moderno de história. Este, nas palavras dos autores, viria marcado, como afirmam, “por tensões, muitas vezes apresentadas de forma dicotômica, entre concepções científicas e complexas; dedutivas e indutivas; objetivistas e subjetivistas; generalistas e particularistas; continuístas e descontinuístas”⁵⁹. O período que acentua esse movimento é visto, na aceção dos autores, como um entre-lugar, ou seja, entre o percurso de dois processos de institucionalização da escrita da história. Primeiramente, pensada e produzida pelo IHGB, e em segundo, pela Universidade, convergindo como as instituições marcantes do período⁶⁰.

Essas considerações me levam a constituir, a partir da ideia de “entre-lugar”, desenvolvida por Mateus Henrique de Faria Pereira e Pedro Afonso Cristovão, o agrupamento de um segundo grupo de textos. Segundo Pereira e Cristovão:

O período entre 1878 e 1951 é visto aqui como um entre-lugar, ou seja, entre as duas institucionalizações da escrita da história, entre a história pensada e produzida pelo IHGB e pela Universidade, para tomarmos aquelas que parecem ser as instituições mais marcantes de cada momento⁶¹.

Esse “entre-lugar”⁶² oferece um esquema de demarcação cronológica entre dois modos de escrita da história, que coloca, de um lado, o IHGB, e, de outro, a Universidade, podendo ser transformado em um recurso heurístico, a fim de convergir em um mesmo grupo de textos com fins diferentes.

Nesse sentido, João Capistrano de Abreu seria o marco de ruptura da escrita da história do Brasil com o IHGB, e Sérgio Buarque de Holanda, ou José Honório Rodrigues, poderiam ser entendidos como outro polo, estabelecendo o marco que enuncia uma ruptura e

⁵⁹ PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O Pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. São Paulo. *Revista IEB*, nº50, 2010, p. 27-78, p.31.

⁶⁰ Em nota, Pereira e Santos, acrescentam que ambos os momentos, a produção historiográfica não tenha sido exclusividade dessas duas instituições, pois, entre 1878, seria acrescentar ao lado do IHGB, a Biblioteca Nacional, assim como, o Colégio Pedro II. Como também a presença da biografia de Capistrano e também, os institutos históricos regionais. Para 1951, mencionam também o Museu Paulista, o Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, como também, o IHGB, os institutos regionais e a Biblioteca Nacional, componentes do campo de instituições existentes. *Idem*, p.32.

⁶¹ PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O Pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. São Paulo. *Revista IEB*, nº50, 2010, p. 27-78, p.32.

⁶² A noção aqui empregada de “entre-lugar” tem um funcionamento pontual e heurístico. Como um esquema de visualização de dois polos justapostos, permite a construção interpretativa de um quadro conjuntural, a partir da visualização de dois polos que se justificam pelos textos selecionados. Nesse sentido, muito mais do que promover um vazio entre um marco e outro, a utilização da ideia de “entre-lugar” funciona à interpretação desenvolvida como uma noção estritamente operacional.

abre um horizonte de institucionalização de um campo especializado do historiador com regras e princípios próprios, assim como o desenvolvimento de um vocabulário que converge em uma identidade historiadora.

Os textos que integram essa série são os seguintes: *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen* (1878), de João Capistrano de Abreu⁶³; *Interpretações filosóficas na evolução dos fatos históricos* (1880), de Sílvio Romero⁶⁴; Pedro Lessa em *Reflexões sobre o conceito de história*⁶⁵ (1900); *Prefácio à História do Brasil* (1905) de Rocha Pombo⁶⁶; Oliveira Lima em *O Atual Papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*⁶⁷ (1913), o *Discurso de Posse no IHGB* (1915) de João Ribeiro⁶⁸; *O valor pragmático do estudo do passado* (1924) de Oliveira Viana⁶⁹; Alcides Bezerra em *Os Historiadores do Brasil no século XIX*⁷⁰ (1926); *Os que Fizeram a história do Brasil* (1930) de Manoel Bomfim⁷¹; Afonso Taunay em *A propósito do curso de História da Civilização Brasileira*⁷² (1937), e por fim, Sérgio Buarque de Holanda em *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*⁷³ (1951).

O que me leva a esse segundo agrupamento de textos é destacar a mudança de atitude, junto com a formação da conjuntura historiográfica que antecede *Teoria da História do Brasil*. Se, em um primeiro momento, destaquei a presença em torno do IHGB e da proponente discussão de uma concepção de história que engendrava preocupações na invenção de uma história do Brasil, nesse segundo momento ganha destaque uma história que se queria apartada da legitimação do Estado, e que caminha a desenvolver tópicos e proposições teóricas que encadeiam uma escrita da história, que em José Honório Rodrigues ganha o atributo da profissionalização.

Nesse sentido, a intenção sobre esses textos não é reconstituir os argumentos pormenorizados, mas apresentar, em síntese, as discussões que os mesmos possibilitam em uma leitura geral, ou seja, na abertura de três séries discursivas que se colocam lado a lado,

⁶³ DE ABREU, J. Capistrano. *Necrológico de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Op. Cit.

⁶⁴ ROMERO, Sílvio. *Interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos*. Op. Cit.

⁶⁵ LESSA, Pedro. *Reflexões sobre o conceito da História*. Op. Cit.

⁶⁶ POMBO, Rocha. *Prefácio à História do Brasil*. Op. Cit.

⁶⁷ OLIVEIRA LIMA, Manoel. *O Atual papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Op. Cit.

⁶⁸ RIBEIRO, João. *Discurso de Posse no IHGB*. Op. Cit.

⁶⁹ OLIVEIRA VIANA, José de. *O Valor pragmático do estudo do passado*. Op. Cit.

⁷⁰ BEZERRA, Alcides. *Os historiadores do Brasil no século XIX*. Op. Cit.

⁷¹ BOMFIM, Manoel. *Os que fizeram a história do Brasil*. Op. Cit.

⁷² TAUNAY, Afonso. *A propósito do curso de História da Civilização Brasileira*. Op. Cit.

⁷³ DE HOLANDA, Sérgio Buarque. *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*. In: PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. *Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O Pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sergio Buarque de Holanda, revisitados*. São Paulo. Revista IEB, nº50, 2010, p. 27-78.

por um aspecto disperso, mas presente em torno de uma concepção de conhecimento histórico.

Nesses termos, a leitura que desenvolvo leva em conta três aspectos que permitem a confluência dos textos, ou seja, a abertura, ou o chamar de atenção para a presença, ainda que dispersa de três séries discursivas. A primeira, diz respeito às reflexões em torno do conhecimento histórico, entre atribuições da função, valor, significado da história, convergentes em posições epistemológicas do conhecimento histórico. Em segundo lugar, as questões que remetem a produção histórica como objeto de investigação, ou a imposição de reflexões em torno de uma história da história. E em terceiro, questões referentes à metodologia da história. Destacar para essas três séries, apenas tem um efeito ilustrativo, pois muito dos textos enredam as três questões sem fazer distinção.

Nesse caso, a posição de Capistrano de Abreu no *Necrológico de Francisco Adolfo de Varnhagen*, pode ser lida como uma preocupação historiográfica, por meio de uma noção de história da história, em colocar a obra de Varnhagen, que até aquele momento era tido como o maior historiador do Brasil, em suspenso, a fim de conjecturar suas posições e interpretações a respeito do Brasil, e lançar, por meio desse olhar crítico, os limites, e de apresentar ao leitor duas concepções de escrita da história e, por consequência, de conhecimento histórico que se rivalizavam. No caso, a do objeto, ou seja, a de Varnhagen, e a do autor do necrológico, Capistrano de Abreu. Um olhar retrospectivo assumido por Capistrano que mostrava através de um exemplo o que era ou foi a obra de Varnhagen e como, a partir de então, a historiografia brasileira deveria ser. Nas palavras de Capistrano:

É pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elaborava a vida social. Sem ele as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espírito de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores reciprocamente. Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixa que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teoria; representa-las como consequências e demonstração de duas ou três leis basilares, não conseguiu, nem conseguiu-lo-ia⁷⁴.

Da interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos de Sílvio Romero uma mesma forma em relação a uma reflexão a respeito do conhecimento histórico pode ser percebida, em vistas também a refletir sobre uma concepção de filosofia da história, ou como controlar o movimento e devir do tempo. Em suas palavras: “O programa que está diante de

⁷⁴ DE ABREU, J. Capistrano. *Necrológico de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Op. Cit. p, 31

nós, se bem o compreendemos, visa nem mais nem menos, perguntar-nos qual é a teoria que abraçamos para explicar a marcha, a evolução dos acontecimentos histórico”⁷⁵.

Na sequência, e a fim de resolver os problemas levantados, afirma que é sobre o pensamento estrangeiro que se tem que partir, para resolver esses problemas, uma vez que na escrita nacional inexistem as reflexões a respeito da filosofia da história, ou a respeito do conhecimento histórico. Onde estão os trabalhos de filosofia, e mais ainda, os de filosofia da história? –, pergunta. Não existem, responde logo em seguida⁷⁶. Em suas palavras:

Não é sem motivo que esta lacuna é aqui propositadamente lembrada. Desde muito e sobretudo em matéria filosófica, os nossos professores oficiais têm a veleidade de haver atingido o grau supremo da ciência humana, sem darem-se, contudo, ao trabalho de o atestarem por fatos e publicações dignas de apreço⁷⁷.

O ensaio de Silvio Romero, no entanto, pode ser considerado, pela mesma constatação que faz, como a tentativa de operacionalizar as reflexões que indica faltar ao Brasil. Nesses termos, ao longo do ensaio, e por meio da abstração do autor, podem ser percebidas variadas discussões nesse sentido, em tomar o pensamento moderno europeu e discutir distintas concepções de filosofia da história, ou de sistemas de explicação histórica, que são através de Silvio Romero sintetizadas do seguinte modo: pela vontade divina (providência e predestinação culminando no transcendentalismo); vontade humana (liberdade relativa), manifestações divinas e humanas (espinozismo e hegelianismo, decorrendo em uma imagem do processo histórico como imanência panteísta); ação exclusiva de certos homens (a hero worship, ou a história dos heróis); ação exclusiva da natureza física (determinismo materialístico, culminando em uma imagem do processo histórico como imanência mística), e por fim, a ação das leis físicas e intelectuais (evolucionismo histórico ou critério científico da história, revelando um criticismo realista)⁷⁸. A seguir, preenche essas abstrações com referidas discussões através das tradições intelectuais das quais, cada qual com a sua especificidade, fazem parte. No entanto, quando trata da obra de Buckle, Romero toma posição, consistindo-a em sua filosofia da história. Nas palavras de Turin:

A valorização do novo, da novidade, enquanto “avanço” da ciência, não deixa espaço, em Romero, para a reverência a sistemas e doutrinas. Todas elas se submetem aos (e se dissolvem nos) critérios de observação e de crítica racional. O que se traduz no próprio sentido de sua filosofia da história, que resgatando Buckle, entendendo o movimento da humanidade como um processo de libertação, seja dos

⁷⁵ ROMERO, Sílvio. Interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos. Op. Cit. p. 47.

⁷⁶ Idem, p.49.

⁷⁷ Idem, p.49.

⁷⁸ Idem, p.51.

despotismos políticos, seja da própria natureza, garantido, ao fim, uma maior conquista de autonomia do homem⁷⁹.

O ensaio de Pedro Lessa *Reflexões sobre conceito de história*, também está atrelada a essas questões de epistemologia e filosofia da história. Apresentando uma longa narrativa a respeito do desenvolvimento da história da Grécia e Roma em seus dias, sintetizados como pontos de corte pela obra de Buckle, Lessa desenvolve a partir de variados autores que integram uma memória disciplinar europeia a respeito da historicidade de tipos ou interpretações históricas. A obra de Buckle, *História da Civilização na Inglaterra*, é o ponto de ruptura de sua narrativa. Em suas palavras:

O rápido esboço do capítulo anterior comprova a afirmação com que Buckle inicia a *História da Civilização na Inglaterra*, que é um dos ensaios mais admiráveis no sentido de determinar as leis da história, de alçar a história à dignidade de ciência, ou de constituir a ciência da história⁸⁰.

A seguir, toma a obra de Buckle e traça o desenvolvimento de sua concepção de história, assim como de filosofia da história que estrutura *História da Civilização na Inglaterra*. O ensaio de Pedro Lessa é extensivo, mas, para a discussão que se segue, deve-se ter clareza sobre duas questões. Primeiro, para o desenvolvimento da concepção de ciência e das leis da história segundo Buckle, e, segundo, a crítica que o mesmo executa sobre a obra do historiador inglês. Segundo Lessa, o desenvolvimento das reflexões de Buckle culmina em traçar a lei fundamental da humanidade, e não a lei especial de determinado ramo do progresso humano⁸¹. Com isso, Lessa volta-se sobre o desenvolvimento dessa filosofia da história perpétua em abarcar e encerrar o sentido redutor do humano. Segundo Lessa, para Buckle, os fatos históricos, do ponto de vista de sua filosofia da história, seriam tratados em duas ordens: os fatores físicos, da natureza, e os fatores espirituais, da inteligência humana⁸². Nas palavras de Lessa: “É, como se vê, uma aplicação da teoria do determinismo”⁸³. Portanto, o que importa a Lessa é destacar para as limitações de Buckle e de sua filosofia da história, como também de todo o pensamento histórico que atribua ao desenvolvimento da história e do processo histórico leis que executam relações causais de determinação do sentido, reduzindo, assim, todo o desenvolvimento da humanidade em um conjunto de ideias que diz respeito somente ao desenvolvimento da Europa. Segundo Lessa:

Apresentar assim a filosofia da história de Buckle a um espírito refletido, e conhecer da história, é refutar-lhe as leis fundamentais, as deduções tiradas do princípio

⁷⁹ TURIN, Rodrigo. Apresentação. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015, p.42.

⁸⁰ LESSA, Pedro. *Reflexões sobre o conceito da História*. Op. Cit. p.108.

⁸¹ Idem, p.122.

⁸² Idem, p.131.

⁸³ Idem, p.131.

verdadeiro do determinismo. Os fatos da história antiga e os fatos da história contemporânea põem-se formalmente à divisão de toda a história da humanidade em europeia e não europeia. [...] Considerar as investigações no domínio das ciências que estudam os fenômenos físicos a base única da civilização europeia, ou de qualquer outra, é substituir arbitrariamente por uma concepção individual a ideia representada por esse vocabulário⁸⁴.

Por fim, acaba por considerar que Buckle não produziu filosofia da história, entendida como o discurso das leis, pois suas generalizações não traduzem leis históricas. Na seção final do ensaio, Lessa define o que em sua concepção seria, ou deveria ser, o conhecimento histórico, assim como a função desse mesmo conhecimento. A história para Lessa não é ciência, se for entendido ciência como a promoção de explicações através de leis. Lessa define que a função da história é servir às ciências sociais. Em suas palavras: “A função da história consiste em coligir metodicamente os fatos, para ministrar os materiais que servem de base às induções da ciência social fundamental e das ciências sociais especiais”⁸⁵.

Essa servidão da história em oferecer apenas materiais às ciências sociais sustenta-se pelo pressuposto de que a história não teria um conteúdo científico próprio, leis de seus domínios, como argumenta Lessa, nem teria em seu domínio induções, princípio e deduções que lhe sejam próprias. Em suas palavras:

Quando o historiador, uma ou outra vez, extraia fatos de uma verdade geral, o *suco ideal* que constitui uma ciência, é a sociologia; ou qualquer das ciências sociais especiais, é talvez a antropologia, em algumas das suas divisões, é uma outra ciência qualquer, das que se aproveitam dos dados históricos, que conquistam mais uma noção, e alarga o âmbito de sua doutrina⁸⁶.

Logo, para Lessa, quando se fala em ciência da história, ou se está falando de uma série de verdades gerais pertencentes ao domínio da sociologia, ou de outras ciências sociais, ou de um conjunto de observações que não constituem leis, na acepção científica do termo⁸⁷. A história, em sua concepção de conhecimento, sintetiza-se na eterna busca de material para que as ditas ciências lancem luz ao interpretar.

José da Rocha Pombo no prefácio escrito em 1905 a sua *História do Brasil*, também aponta problematizações e questões no que tocam a escrita da história, assim como as percepções epistemológicas e de filosofia da história. Nesse sentido, torna-se interessante perceber a posição de Rocha Pombo a respeito da construção do conhecimento histórico, por meio de umas das considerações de seu prefácio. Em suas palavras:

⁸⁴ Idem, p.142-143

⁸⁵ Idem, p.153.

⁸⁶ Idem, p.161.

⁸⁷ Idem, p.162.

Concluamos, portanto, que qualquer que seja o modo de considerar a significação dos acontecimentos – nós hoje não podemos tratar a História como simples narrativa ou mero registro de fatos sociais. O nosso espírito não fica resignado com a tarefa que constatar apenas e sem um esforço ao menos no intuito de apanhar o sentido em que se exerce a ação coletiva de um agrupamento humano. E quanto outras nos não assegurasse, já sabemos que uma enorme vantagem nos deu a nova orientação com que hoje escrevemos a história: a vantagem de encarar, com outro critério e por um prisma diferente, os sucessos que incidem sob a visão do historiador⁸⁸.

Essa nova orientação de escrever a história que permeia a reflexão a respeito da história em Rocha Pombo está estruturada ao contrário da preferência dos antigos, ou seja, na sua percepção estes se satisfaziam com a descrição das batalhas ou com o registro de ocorrências políticas, ou mesmo com a biografia dos reis. Desse modo, afirma que a sua geração, ou o modo moderno de escrever história, deveria ocupar-se da evolução humana, ou apanhar o sentido dos desdobramentos históricos, a fim de conjecturar uma escrita da história para além da anedótica crônica de cortes e cidades, ou da administração; os historiadores deveriam procurar estudar aquilo que constitui a “essência mesma da vida de um povo⁸⁹”. Como adverte Pombo: “os seus costumes, as suas opiniões, as suas crenças, a sua legislação, as suas ideias, as suas tendências, as suas instituições, a sua moral, a sua atividade, a sua riqueza”⁹⁰.

Essas considerações a respeito de uma ideia de história e prática historiográfica que ambienta a sua concepção e de seus contemporâneos sintetiza o que para ele deveria ser o trabalho do historiador. Nesse sentido, e ao que toca a história do Brasil, a argumentação a respeito da história, de modo geral, soma-se à definição de um plano de trabalho. Em suas palavras: “Ao tomar tarefa de escrever a história do Brasil, o primeiro trabalho que se nos impõe, tanto por necessidade de método e de ordem, como pela conveniência de delimitar a esfera dentro da qual se tem de agir – é esboçar um programa, tão minucioso e conciso quando for possível, de toda a obra a executar”⁹¹. Esse programa de trabalho, ou plano, deverá, segundo Pombo, ser a síntese da obra e o modo como se vai formulá-la, em meio a sua narrativa, o que é indispensável para seu desenvolvimento. Em termos gerais, Rocha Pombo apresenta em dez partes o desenvolvimento de sua História do Brasil. Eis os tópicos com os quais estrutura sua narrativa: primeiramente, o descobrimento; seguido dos problemas da terra; em terceiro lugar, as raças que se fundiram; em quarto, a colonização; dando sequência, em quinto, para a formação do espírito nacional, a fim de compreender, em seguida, a integração do território, como também as primeiras ideias a respeito de

⁸⁸ POMBO, José da. Prefácio. Op. Cit. p, 195.

⁸⁹ Idem, p.196.

⁹⁰ Idem, p.196.

⁹¹ Idem, p.201.

independência; para, em sétimo, apresentar o Brasil que sediou a monarquia portuguesa em 1808, para logo em seguida conjecturar a independência, seguido do período regencial e segundo império⁹². Logo, esse plano de Pombo assume uma perspectiva cronológica e incide em uma periodização da História do Brasil, por meio de uma perspectiva geral a respeito do desenvolvimento da construção nacional. Em suma, o prefácio de Rocha Pombo é um interessante documento para se perceber a ação prática do historiador com seu desenvolvimento teórico, uma vez que Rocha Pombo dedica largo espaço para o desenvolvimento narrativo do conceito de história que ordena e estrutura sua prática historiográfica, assim como suas opções metodológicas, para em seguida apresentar o desenvolvimento de sua história do Brasil propriamente dito e os modos e posições que assumiu em sua escritura.

Os demais textos dividem-se em questões teóricas, mas também em apanhados historiográficos, ou seja, convergem para um sentido de historicização do conhecimento histórico através do que foi produzido a respeito do Brasil, por historiadores nacionais e estrangeiros. Esses textos marcam posições em relação ao conjunto anteriormente discutido e que principiava por uma escrita da história do Brasil. Nesse sentido, a História do Brasil, enquanto objeto historiográfico emerge como possibilidade argumentativa.

Nesse sentido, o destaque está em relação a Oliveira Lima e João Ribeiro a respeito do IHGB, assim como de Alcides Bezerra em *Os Historiadores do Brasil no século XIX*, e Manoel Bonfim em *Os Que fizeram a história do Brasil*, juntamente com Capistrano de Abreu no *Necrológio*, apresenta cada qual em sua contingência reflexões que tomam a História do Brasil como objeto de interrogação, a fim de apresentar ao leitor, por meio de uma historicização da produção histórica, os historiadores brasileiros e estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, sintetizando, assim, a presença de problemáticas que tocam a história da história.

Ainda, há que se destacar Oliveira Vianna, em *O valor pragmático do estudo do passado*, e Afonso Taunay, em *A propósito de um curso de História da Civilização*, que juntamente com os textos anteriormente discutidos, e que apontavam para questões epistemológicas, instigando formas de compreender metodologicamente a construção do conhecimento histórico.

Sergio Buarque, no entanto, por meio de *O Pensamento Histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, apresenta uma retrospectiva da conjuntura historiográfica sobre os

⁹² Idem, p.203.

textos levantados desse segundo grupo. A diferença em Holanda está em apresentar as transformações gerais que a historiografia brasileira, em sua leitura, apresentou, tomando como marco Capistrano de Abreu. Nesse sentido, Capistrano torna-se para Sergio Buarque uma figura-chave no percurso que integra a primeira metade do século XX. Em suas palavras: “não é fácil distinguir a situação do pensamento histórico no Brasil durante este meio século sem fincar o papel eminente de quem deu o primeiro passo para ampliar decisivamente suas perspectivas”⁹³.

Ao lado da obra historiográfica de Capistrano, conjectura Sergio Buarque sobre as investidas a respeito das obras anotadas, como por exemplo, as anotações em relação à *Guerra da Tríplice Aliança* de Schneider, assim como, os *Prolegômenos* do Barão do Rio Branco a *História* de Frei Vicente do Salvador, pertencentes ao rol das referências de destaque como proeminentes trabalhos de erudição do período⁹⁴.

Refere-se, também, à ênfase dada a certos aspectos da história geográfica e social, que se revelou em toda a sua importância com a divulgação de documentos capazes de abrir novos horizontes aos historiadores, tanto à história social e econômica, bem como à política, bélica e genealógica. Em suas palavras: “O impulso mais decisivo nesse sentido foi à impressão, por iniciativa de Washington Luiz – ele próprio historiador e atento ao valor das fontes manuscritas [...]”⁹⁵.

Entre a metade de seu ensaio e a conclusão, apresenta parte do argumento que aqui interessa, uma vez destacando que, ao lado dos estudos estritamente históricos – sem falar dos de história artística e literária – devem ganhar espaço na análise “ensaios de investigação e interpretação social que passaram aos poucos a empolgar numerosos espíritos”⁹⁶. Trabalhos como os de Couto de Magalhães, Batista Caetano, Macedo Soares Rebouças, Sílvio Romero, José Veríssimo, Teodoro Sampaio, Orville Derby, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Manuel Bomfim, Alberto Torres, dentre outros. Chama atenção para a escrita sociológica de Oliveira Viana em *Populações Meridionais do Brasil*. Direciona a análise, em seguinte, para as investidas de Gilberto Freyre, que em suas palavras: “[abriu] novo e generoso impulso aos

⁹³ DE HOLANDA, Sérgio Buarque. O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos. In: PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O Pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sergio Buarque de Holanda, revisitados. São Paulo. Revista IEB, nº50, 2010, p. 27-78, p.66.

⁹⁴ Idem, p.68

⁹⁵ Idem, p.68.

⁹⁶ Idem, p.73

estudos interpretativos, com base em amplo material histórico”⁹⁷, convergentes na publicação, em 1933, de *Casa Grande e Senzala*. Nesse sentido, a imagem da produção do decênio de 1930 aparece sobre os seguintes termos:

A bibliografia histórica [...] é largamente ocupada por escritos onde a interpretação elucidativa, e às vezes interessada e mesmo deformadora dos fatos, visa a explicar tais fatos ou a caracterizá-los em sua configuração especialmente nacional. A importância de muitos desses escritos, suscitados em parte pelas perplexidades de uma época de crises e transformações, exigiria estudo à parte⁹⁸.

Destaca, também, para *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, “intimamente vinculada à ‘escola Capistrano de Abreu’, se propõe [...] a mostrar que o país ainda dormia seu sono colonial”⁹⁹. Em 1930, chama a atenção para José Maria dos Santos e sua *Política Geral do Brasil*, que em sua leitura: “além do ensaísmo interpretativo é uma síntese por vezes sedutora, embora necessariamente parcial, da história do Segundo Reinado e da Primeira República”¹⁰⁰.

A tônica de tais estudos, considerados como de formação, publicados por volta dos anos 1930 e início de 1940, tem um apelo ao que Sergio Buarque denomina de “passado utilizado”, para a composição de quadros prescritivos, que se apresentam ao mesmo tempo como “terapêutica ideal para todas as nossas mazelas”¹⁰¹. Ainda sobre os auspícios do período, mostra as intervenções de Afonso Arinos de Melo Franco em *Conceito de Civilização Brasileira*, de 1936, e também *A Cultura Brasileira*, escrito por Fernando Azevedo, em 1943, convergindo em estudos interpretativos com um enfoque sociocultural e na vida psicológica brasileira.

Em termos gerais, o ensaio de Sérgio Buarque de Holanda proporciona uma história da história brasileira da primeira metade do século XX, repercutindo uma estrutura similar aos textos de José Honório Rodrigues discutidos no capítulo anterior, onde autor/obra sustenta a argumentação, assim como uma imagem da história da produção da histórica do período é enredada por meio de uma prerrogativa memorialística, ou seja, a imagem que estrutura a história da produção histórica de Sérgio Buarque é rememorar a produção histórica do período que apontava mudanças à historiografia em sua retrospectiva dos últimos cinquenta anos.

Partindo de Capistrano, passando pelos estudos monográficos e de erudição, assim como pelos ensaístas, alude a tipos de pesquisa, que em sua consideração integrariam um horizonte de expectativa para a agenda do historiador brasileiro. Em suas palavras: “é apenas

⁹⁷ Idem, p.74.

⁹⁸ Idem, p.75.

⁹⁹ Idem, p.75

¹⁰⁰ Idem, p.75-76

¹⁰¹ Idem, p.76

sensível, por ora, em certos tipos de trabalho – cursos especiais, seminários, teses de concurso – que pela sua mesma natureza hão de fugir aos alcances de um público numeroso”¹⁰². Não era excessivo acreditar, uma vez que notava nesse processo o encontro do gérmen de um desenvolvimento novo e promissor aos estudos históricos no Brasil. Para Sergio Buarque:

A complexidade desses assuntos está a requerer cada vez mais a utilização dos métodos que se vêm desenvolvendo em países onde existe longa tradição de estudos históricos especializados. E a preocupação de assimilar alguns desses métodos e aplicá-los a problemas brasileiros já é hoje o aspecto dominante e creio que o mais auspicioso do pensamento histórico entre nós. A esse propósito não se poderá acentuar demasiado a influência que tem cabido nos últimos anos aos mestres estrangeiros contratados para os institutos universitários¹⁰³.

Por meio de seu ensaio alia a experiência dessa primeira metade do século XX, indicando transformações e destacando os “estudos de formação” ou a ampla presença dos estudos ensaísticos, com a expectativa de uma profissionalização da História frente à institucionalização na Universidade, como também a transformação da historiografia, sobretudo pelo contato com historiadores estrangeiros e a influência destes ao integrar os quadros universitários¹⁰⁴. Portanto, a experiência historiográfica da primeira metade do século XX, com uma produção ampla e multifacetada que se apresenta interposta entre, de um lado, um ensaísmo histórico, e de outro, a especialização da história, ambos os pressupostos não se anulando, uma vez que corroboraram nesta primeira metade do século XX para definir o que foi a historiografia e as ciências sociais em seu conjunto emergencial. Segundo Nicolazzi:

[...] considerados, em alguns casos, como precursores das modernas ciências sociais no Brasil [...] essa tradição parece colocar em prática, pelo menos em parte, os desígnios elaborados por Capistrano de Abreu para o historiador brasileiro [...] que supere o modelo de história oferecido por Varnhagen e a estudo segundo o viés conceitual das, então, ‘novas ciências’. Um historiador, enfim, que, depois de reunir e criticar a documentação pertinente à experiência nacional interpretasse adequadamente sua história¹⁰⁵.

Em síntese, o desenvolvimento dos textos agrupados no segundo grupo, apontam as transformações da escrita da história e o percurso da construção de uma autonomia do conhecimento histórico, em relação ao Estado, convergindo no processo de formação da disciplina da história. Denominar essa conjuntura historiográfica do final do século XIX e início do XX de “entre lugar” é esquemático para compreender as mudanças e transformações de formas, tipos e escritas da história através de um processo de institucionalização.

¹⁰² Idem, p.78.

¹⁰³ Idem, p.78

¹⁰⁴ A esse respeito ver capítulo 2.

¹⁰⁵ NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de História: A viagem, a memória, o ensaio. Sobre Caza-Grande e Senzala e a representação do passado*. Porto Alegre, 2008 [Tese de Doutorado]. p, 10

Nesse sentido, esses dois conjuntos textuais remetem-me a outra noção, de regime historiográfico, que se torna fundamental para compreender o movimento do processo de construção de diferentes formas históricas. A referida noção se abre aqui, como uma hipótese interpretativa para o período tratado.

Fernando Nicolazzi, em *A História e seus passados: regimes historiográficos e a escrita da história*¹⁰⁶, ao versar sobre a categoria de regime de historicidade, indaga a respeito de quais relações possíveis poderiam ser estabelecidas entre as concepções gerais de história e os modelos historiográficos operados pelos historiadores¹⁰⁷. Com isso, pergunta-se: “[...] em que medida as variadas formas de se escrever história estariam ou não conformadas pelas diferentes modalidades de experiência do tempo”¹⁰⁸.

Partindo de Hartog, e de sua leitura do mesmo, denota para a relação de regime de historicidade e regime historiográfico. Ainda que a segunda categoria seja às vezes mencionada por Hartog, mas não definida, Nicolazzi aponta-a como uma prerrogativa analítica potencial. Citando Hartog: “com o regime de historicidade se toca, assim, em uma das condições de possibilidade da produção de histórias: segundo as relações respectivas do presente, do passado e do futuro, certos tipos de história são possíveis e outros não”¹⁰⁹.

Assim sendo, *regime de historicidade* baliza a relação de como o tempo é temporalizado em uma dada ordem, gerando um determinado sentido, engendrado em torno dos quadros socioculturais, indicando a possibilidade para certas leituras históricas, logo para a possibilidade de certas historiografias em detrimento de outras. Ou, disputas entre diferentes formas e concepções historiográficas. Essa formação, entre possibilidades e negações, dentre quadros delimitados das mesmas, reforça a ideia de que em certos *regimes de historicidade* encontramos *regimes historiográficos* que são possíveis, objetáveis, mas ao mesmo tempo realizados ou não. Logo, através de *Regime historiográfico*, saliento para essas zonas de possibilidade e emergência, onde relações de força fazem cobrir o seu papel, o de possibilitar e negar diferentes concepções de historiografia. Para Nicolazzi, *Regime historiográfico* é definido nos seguintes termos:

¹⁰⁶ NICOLAZZI, Fernando. *A História e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história*. Texto gentilmente concedido pelo autor. Para acesso, ver: https://www.academia.edu/24852698/A_hist%C3%B3ria_e_seus_passados._Regimes_historiogr%C3%A1ficos_e_escrita_da_hist%C3%B3ria_Mesa-redonda_A_historiografia_brasileira_em_movimento_I_Semin%C3%A1rio_de_Hist%C3%B3ria_e_Cultura_Historiografia_e_Teoria_da_Hist%C3%B3ria_UFU_24-27_de_junho_de_2013_

¹⁰⁷ Idem, p. 12.

¹⁰⁸ Idem, Apud, Hartog p.12

¹⁰⁹ Idem, p. 14.

[...] um regime historiográfico permite contemplar, além da escrita efetiva da história, o entendimento sobre a definição possível do que vem a ser a história, além da demanda por certo modelo de escrita histórica. Ou seja, se a operação historiográfica nos remete para o centro do trabalho histórico, um regime historiográfico, sem perder de vista a operação que lhe dá sentido, **direciona o olhar analítico ao seu entorno, às expectativas projetadas a ela e as suas formas de recepção**; remete ainda à **experiência de tempo** que torna possível definir as relações entre passado, presente e futuro, mas também às delimitações de ordem teórica e/ou prescritiva que não se converteram em textos historiográficos propriamente ditos, isto é, em discurso articulados pelas determinações de um lugar social, pelos protocolos de uma prática específica e pelas características de uma escrita particular¹¹⁰.

A potencialidade analítica de “regime historiográfico” estaria, ainda, em considerar os distintos modos, através dos quais, dadas representações se convertem ou não em modalidades do saber, destaca Nicolazzi¹¹¹. Pretendentes ou não de assumir o estatuto de um discurso verdadeiro sobre determinada experiência, ficando voltadas ao “passado histórico”, ou para o presente no qual o saber é produzido¹¹².

Traçar essas considerações por meio da noção de regime historiográfico só se torna possível uma vez da atribuição e compreensão do movimento temporal entre as conjunturas historiográficas dispostas em análise através do conjunto textual levantado. Como lembra Braudel, a existência de diferentes tempos, e a opção pela perspectiva conjuntural, possibilita recortar pontos de referência através dos quais o argumento estrutura-se, a fim de possibilitar perspectivas até então não pensadas¹¹³. Nesse sentido, pode-se sustentar que entre a conjuntura historiográfica de 1838-1870, e de 1870-1950, dois regimes historiográficos tencionam emergir. Como destaca Manoel Salgado Guimarães em *Entre as Luzes e o Romantismo: As Tensões da Escrita da História no Brasil Oitocentista* o regime de historicidade, no qual se pode localizar a emergência do IHGB, era diferente daquele que possibilita a emergência da disciplina da história como ciência¹¹⁴.

Nesse sentido, o regime historiográfico pertencente à conjuntura entre 1838-1870 era marcado pelo *topos* da história *magistral vitae*, a história estabelecia-se em uma relação de tutela em relação ao Estado, junto com a ideia de que a forma histórica engendrava-se eminentemente na nação, e na construção de uma história nacional.

Diferentemente, a conjuntura entre 1870-1950, da qual denominei através de Mateus Henrique de Faria Pereira e Pedro Afonso Cristovão Santos de “entre lugar”, apontava os

¹¹⁰ Idem, p. 15 [grifos meus].

¹¹¹ Idem, p. 16

¹¹² Idem, p.16

¹¹³ BRAUDEL, Fernand. A Longa Duração. In; *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presenta, 1990, p.12-13.

¹¹⁴ GUIMAERÃES, Manoel S. *Entre as Luzes e o Romantismo: As Tensões da Escrita da História no Brasil Oitocentista*. Op. Cit., p.73.

desdobramentos da constituição de um novo regime historiográfico. Entre movimentos tensionais e questionamentos, os textos discutidos apresentavam um forte apelo propositivo, denotando, cada qual a sua escrita, o que a história deveria ser e como ela deveria ser escrita, quais os autores que deveriam ser seguidos e etc. Desse modo, esse entre lugar que marca, de um lado, Capistrano de Abreu, mas de outro, Sergio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues, apresenta várias posições diferentes a respeito da história, ou mesmo um apelo considerável a se refletir para o que é a história, culminando uma vez mais na sintomática evidência de que a forma historiográfica do regime historiográfico que se formava não estava consolidada, mas em tensões, disputas, com diferentes caminhos possíveis. No entanto, as saídas para esses diferentes caminhos parece se expressar pela posição de Sergio Buarque e José H. Rodrigues. Uma vez que ambos defendem a profissionalização da história e a autonomia do trabalho historiográfico.

José Honório Rodrigues em *Teoria da História do Brasil* tem um forte apelo à metodologia da história, como o ponto de distinção da identidade historiadora, como também do trabalho historiográfico. No capítulo anterior, apontei tal desenvolvimento através dos textos anteriores a *Teoria da História do Brasil*. Nesses termos, THB pode ser lido, em vistas ao que foi discutido nessa seção, como uma resposta de José Honório Rodrigues a essa conjuntura que denota a formação de um novo regime historiográfico que se constituía diferente da história tradicional, de forte apelo político e oficial que tinha o IHGB como centro redutor.

Passo agora à economia textual de *Teoria da História do Brasil*, a fim de compreender as “respostas”, por assim dizer, de José Honório Rodrigues a essa conjuntura historiográfica, e quais as diferenças de THB em relação aos textos aqui discutidos.

3.2. Marcas de uma singularidade?: Teoria da História do Brasil

Esta seção objetiva apontar a diferença de *Teoria da História do Brasil* em relação aos textos anteriormente discutidos. O que embasa meu argumento é que a diferença fundamental de José Honório estaria em juntar os três âmbitos de reflexões, que anteriormente apareciam de modo disperso, em uma mesma narrativa sintetizada por meio de uma concepção de teoria da História.

Os enunciados que compõe teoria da história, em Rodrigues, sugerem uma mudança de atitude frente ao conhecimento histórico. Logo, essa narratividade é fruto de um trabalho

intelectivo e de compilação, uma vez nomeada de Teoria da História, pois aponta a natureza de seu fim, ao historiador às reflexões epistemológicas, de filosofia da história e metodologia da história são partícipes da mesma operação que define, não só o trabalho historiográfico, mas uma identidade do ser historiador. De início, destaco para essa diferença e singularidade no projeto de Rodrigues, a mescla de reflexões que em um momento anterior apareceram de modo disperso. Portanto, a especialização, como também a defesa da disciplinarização da história em *Teoria da História do Brasil*, perpassa a junção desses três âmbitos reflexivos.

A partir da análise da composição textual de THB, assim como dos elementos que estruturam a economia de sua narrativa, tentarei esclarecer essas questões por hora levantadas. As interrogações que aqui motivam o exercício de leitura são as seguintes: Quais os pressupostos epistemológicos levantados por José Honório e que integram seu pensamento a respeito da Teoria da História? Quais as estratégias de legitimação em seu texto para com esses pressupostos?

Em seu prefácio à primeira edição, Rodrigues elucidava seus objetivos, anseios e crenças:

Uma verdadeira compreensão do ensino superior da história exige o contato do **estudante com os grandes e pequenos mestres**, ou seja, um curso de historiografia tal como existe na grande maioria das universidades europeias, norte-americanas e argentinas. Foi sentindo esta necessidade que esboçamos, no curso, a **historiografia brasileira**, que constituirá outro livro, pois seria impossível, pela extensão deste, incluí-la aqui. **Esta Teoria representa uma primeira tentativa do autor no sentido de anteder a esses objetivos**¹¹⁵.

O que chama a atenção, de início, é o modo como está estruturado, na economia do seu texto, a partir dessa afirmação inicial, o argumento das reflexões que comporão a narrativa como um todo. A semelhança com os textos discutidos no capítulo anterior, e que agrupei sobre o nome de história da história, parece constituir uma regularidade da maneira de Rodrigues compor seu argumento. A relação autor/obra, um *a priori* justificativo do trabalho de constituir um rol de autores que legitimem, ou mesmo autorizem o cânone disciplinar que se esboçará na sequência, pode ser sentido na necessidade, proclamada por Rodrigues, do estudo dos mestres da historiografia. A constituição de uma memória da disciplina impõe-se novamente, e a sua composição tem como princípio a autorização dos enunciados que apresentarão os pressupostos gerais e definidores das fronteiras da disciplina da história.

Paralelas a essa intenção a respeito da autoria/autoridade da história, as tarefas do ensino universitário – outro horizonte que se quer atingir em THB –, estariam versadas sobre um imperativo que aos estudantes e professores de História seria indispensável refletir sobre o

¹¹⁵ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. 1ªed. Op. Cit. p.14.

modo como se investiga, como se manejam as fontes, os métodos e a crítica documental. Logo, ensino universitário da história deveria sanar a lacuna da profissionalização do historiador.

Abrindo THB com o questionário a respeito do significado da História, e dos estudos históricos, José Honório parte para a definição do valor e utilidade da história. Em relação ao valor ou valores da história, filósofos da história e historiadores assumiram inúmeras posições, sustenta¹¹⁶. Para uns, ela é puramente educativa – opinião de Macaulay Trevelyan – para outros, sua finalidade está em tentar compreender o homem e explicá-lo em face do presente, posição que Rodrigues assume já nos anos que antecedem a publicação de THB, seguindo suas referências ao historicismo. A tradição autoriza o argumento, onde Dilthey, Croce, Troeltsch, Collingwood, Cassirer e Ortega y Gasset¹¹⁷ aparecem citados para sustentar a posição seguida por Honório Rodrigues.

A posição defendida por Rodrigues, como historiador e teórico da história, segue na compreensão do campo das ciências humanas, e da história em específico, como um conhecimento interpretativo que tem seu ponto alto de realização na compreensão do mundo social, histórico e cultural. Dentro dessa orientação compreensiva e interpretativa da história, é justamente a experiência total da vida de um povo – do povo brasileiro – que se deve ter como horizonte do trabalho histórico em *Teoria da História do Brasil*, sendo que toda a investigação trabalha tacitamente para e com o presente, e é em face de compreendê-lo que o historiador se lança aos meandros do pretérito. Se a História teria uma finalidade, na compreensão de Rodrigues e do panteão de autores que se vincula, afirma: “a consciência de si própria como uma ciência orgânica dotada de significação definitiva para o todo do nosso conhecimento”¹¹⁸. Portanto, a atitude compreensiva de Rodrigues tem o intuito de responder ao presente. A História facilitaria o presente, afirma¹¹⁹.

O estudo da história torna-se não apenas um instrumento de cultura intelectual, mas um meio de preparar-se para compreender e tolerar a variedade dos usos e costumes e das transformações da sociedade, familiarizando-se com diferentes formas de convívio social. O conhecimento histórico inscreve, nessa acepção, seu caráter compreensivo, por um entendimento de representações dos fatos particulares, vistos como acontecimentos, uma vez que pela História se faz a descoberta da realidade que se passou. Uma análise, nas palavras de

¹¹⁶ Idem, p.15

¹¹⁷ Idem, p.15.

¹¹⁸ Idem, p.17.

¹¹⁹ Idem, p.17.

José Honório, “do nascimento das coisas”¹²⁰. Porém, essa “autoridade compreensiva” que defende ao conhecimento histórico não determinaria uma representação do passado antecipada pelo presente? Não ficaria o historiador preso às imagens que projeta, não compreendendo nem o passado, e, tão menos, o presente? Em síntese, qual o sentido da operação que promove a “compreensão” na teoria da história de Rodrigues?

Contrário à posição que circunscreve a função da história, enquanto um conhecimento com um fim moral, extrair lições do passado não se encontra na pauta dos historiadores. Para Rodrigues é sobre o processo histórico, e ao devir do tempo, compreendendo os acontecimentos como fatos particulares e irreversíveis que a operação da compreensão deverá estar acoplada. Impossibilitados por um movimento de crença, afirmará o historiador carioca, em um tom de direcionamento:

[...] adquirir a compreensão do presente segundo o passado, onde buscaremos não só o idêntico, que responde a nossas próprias soluções atuais, a nossa atualidade, como o contraste, o totalmente estranho, o novo, que é a contribuição do presente¹²¹.

Logo, o passado é compreendido pela ruptura que instaura ao presente, lugar da ação do pensamento. O exercício da ação compreensiva está comensurado no e sobre o tempo. O ato de compreender é um exercício reflexivo que toma como horizonte o próprio tempo e sua dinâmica, entre movimento e devir de um momento que irrompe como a disparidade da presença que já não é, mas foi.

Portanto, o ato de compreender ao qual José Honório considera como fundamental do trabalho do historiador é sustentado na constituição de demarcar a diferença entre, de um lado, o presente como o tempo da escrita da história e, de outro, o passado, conteúdo do objeto histórico. Essa relação está pressuposta por um conceito de tempo que estrutura o trabalho historiográfico.

Martin Heidegger em *El concepto de tiempo en la ciencia histórica*¹²², lição de 1915, em Friburgo, indica alguns caminhos no entrelaçamento entre a ação compreensiva e o conceito de tempo que estrutura o conhecimento histórico. Estabelecer um paralelo entre as posições de Heidegger e José Honório Rodrigues, apesar de suas diferenças regionais e de época, esclarece a respeito do conceito de tempo na construção do objeto da história. Apesar das diferenças, as aproximações entre ambos são latentes, e as considerações de Heidegger

¹²⁰ Idem, p.18.

¹²¹ Ibidem, p.18.

¹²² HEIDEGGER, Martin. El Concepto de tiempo en la ciencia histórica. In; *Tiempo e historia*. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

funcionam ao projeto de Rodrigues, uma vez da similaridade das referências e tradições intelectuais que ambos se vinculam, ou seja, o historicismo alemão.

Nesse sentido, o conceito de tempo que embasa epistemologicamente o conhecimento histórico estabelece uma relação de ordenação de posições com respeito aos acontecimentos que devem estar assinalados em um determinado lugar no tempo, fixados historicamente¹²³. A metáfora de lugar ao tempo significa-o como um espaço de posições, que gera ao conceito de tempo, ao menos do ponto de vista do conhecimento histórico, um problema, para Heidegger¹²⁴. Em suas palavras:

De ahí se tenga sentido y esté justificado preguntarse por la estructura del concepto histórico de tiempo. Esta estructura la podemos reconocer sólo por la función que compele en la ciencia histórica; una función que, a su vez, sólo resulta comprensible a partir de la meta y el objeto de la ciencia histórico¹²⁵.

Compreender a estrutura do conceito de tempo está em direta relação com a estrutura do conceito de objeto histórico, seus fins e sentidos na operação que sustenta a história enquanto conhecimento. O conhecimento histórico teria por objetivo, em meio ao seu objeto, o estudo do homem, não em um sentido biológico, mas atrelado a um sentido coletivo, cultural, através do qual suas produções espirituais e subjetivas desenvolvem-se como produção cultural no e pelo tempo. Nas palavras de Heidegger: Esta producción cultural – elaborada por el hombre en el interior y em conjunción con las asociaciones y organizaciones (Estado) por él creadas – encarna, em última instancia, *la objetivación del espíritu humano*¹²⁶.

Os historiadores, na acepção de Heidegger, tal qual o exemplo de Rodrigues, não se interessam pelas objetivações totais do espírito humano, mas sim pelos efeitos reais e efetivos que lançam uma relação de produtividade dos acontecimentos e os marcam em um espaço temporal. O devir, nesse sentido, seria o próprio movimento que emana da demarcação do tempo, como tempo histórico. Essa relação que coloca, de um lado, a objetivação do espírito humano e, de outro, seus efeitos, marca um corpo ao tempo, em que a metáfora de lugar, como um espaço do tempo, opera em sua dimensão de demarcar posições. Essa mesma relação só é possível por dois movimentos centrais: primeiro, o reconhecimento do tempo da ação, ou melhor, o presente como o tempo da compreensão. E em segundo, a construção do

¹²³ Idem, p.27.

¹²⁴ Idem, p.27.

¹²⁵ Idem, p.28.

¹²⁶ Idem, p.30 [grifos meus].

objeto em uma relação de entrelaçamento pela perspectiva que a possibilita, logo, por um ponto de vista¹²⁷.

Com isso, Heidegger atinge o ponto central do seu argumento, a estrutura do conceito de tempo que embasa e possibilita o conhecimento histórico. Uma vez que o objeto histórico está entrelaçado por meio de uma distância, ou seja, o historiador ao constituir um dado objeto, e esse sempre em relação de interesse (ponto de vista), e ao colocá-lo em uma perspectiva histórica, joga com o conceito de tempo a fim de pressupor, que de um lado, esse dado objeto já não existe enquanto presença, apontando essa ausência do objeto enquanto uma relação sempre de passado (em um sentido estrito, ele não existe mais), e de outro, esse objeto atinge um marco de alteridade, uma vez que enquanto interesse do historiador, indica uma experiência que se esgotou e que é diferente ao presente da investigação¹²⁸. Nas palavras de Heidegger:

Como se ve, el tiempo tiene en la historia un significado realmente original. Sólo cuando esta diferencia cualitativa de tiempos pasados se abre paso en la consciencia del presente, se despierta el sentido histórico. En la medida en que el pasado histórico es siempre un conjunto diferente de objetivaciones de la vida humana – y nosotros mismo vivimos en una de esas objetivaciones y creamos una semejante – , existe de entrada la posibilidad de comprender el pasado, pues éste no poder ser algo incomparablemente diferente. Con todo, persiste el abismo temporal entre el historiador e su objeto. Y si el historiador desea representarse esse abismo, debe tener de alguna manera el objeto delante de sí. Se trata de superar el tiempo, de traspasar el abismo temporal para submergir en el pasado desde el presente. La exigencia de esta superación del tiempo y de la descripción del pasado – una exigencia necesariamente implícita en la meta y objeto que persigue la ciencia histórica – será solo posible, además, el tiempo mismo entra de alguna manera en funcionamiento¹²⁹.

O funcionamento do conceito de tempo integra uma relação de consciência. Essa relação de consciência abre um abismo, uma vez da diferença do passado histórico com o presente do historiador. E nesse caso, joga com uma ambivalência, pois as mesmas relações de objetivação que produziram um passado produzem o presente. O que diferencia são os acontecimentos, enquanto forma, e seus conteúdos, que dão sentido às posições no espaço do tempo. Portanto, a operação de compreensão, pressuposta pela consciência do funcionamento do conceito de tempo leva a intuir sobre a historicidade da vida e ação humana.

A operação que justifica a compreensão na justaposição do conhecimento histórico com o conhecido da história, e por fim, sua diferença em uma dinâmica temporal abre espaço

¹²⁷ Idem, p.30.

¹²⁸ Idem, p.31.

¹²⁹ Idem, p.31.

para que se atinja a historicidade do mundo histórico¹³⁰. Uma vez que o mesmo processo que fabrica objetivações de um presente do passado, é o pressuposto que faz do presente um lugar de diferença. Essa diferença é pressuposto básico da constituição do objeto histórico.

No entanto, a consciência do abismo temporal entre passado e presente, e sua tentativa de superação, conjectura o funcionamento do conceito de tempo no conhecimento histórico, concretizando-se pela compreensão da historicidade do passado, em detrimento da demarcação e abertura do próprio presente. Logo, a ação compreensiva abre o presente do historiador, ou o presente da compreensão, a fim de demarcar o lugar das coisas (acontecimentos, eventos, processos históricos e etc.) no tempo.

Conquanto, em Rodrigues a prática historiografia teria outro fim na construção das imagens do passado. Se o passado histórico está em uma relação de diferença, e o presente necessita dessa diferença para que se imponha enquanto lugar de investigação, ao historiador – segundo a interpretação que desenvolvo de Rodrigues –, compete por meio da operação da compreensão tentar sanar essa diferença, aproximando o presente do passado por meio da constituição de uma perspectiva de continuidade do processo histórico. Nesse sentido, a continuidade histórica, teria em Rodrigues, visto o funcionamento do conceito de tempo que estrutura a operação histórica, o fim de transpor o abismo temporal que Heidegger enuncia.

O ponto de vista de José Honório está sustentado pela ideia de continuidade do processo histórico. A continuidade para Rodrigues é o que considera como o permanente na mudança¹³¹. Em suma, a compreensão, para José Honório, em meio as suas possibilidades, ganha uma sobreposição de sentido, que em sua leitura, a história estaria somente a serviço do idêntico na mudança, obscurecendo e silenciando o contrário, a mudança em face do permanente, ou seja, a descontinuidade. Nesses termos, José Honório ainda alia à ideia de

¹³⁰ Sobre a relação em Heidegger, e que funciona de modo sintomático ao problema tratado é desenvolvida por Hans-Georg Gadamer em *O problema da Consciência Histórica*. Para Gadamer, interrogando Heidegger, o conhecimento histórico é um *mensuratio ad rem*, ou seja, nada de algo constatável, ou mensurável instrumentalmente, seu modo de ser próprio, ao contrário, é aquele do ser-aí humano. Nas palavras de Gadamer: “[...] não significa, de modo algum, que o conhecimento e o que é conhecido tenham um modo de ser simplesmente homogêneo, e que o “método” das ciências humanas funda-se sobre tal homogeneidade. Isto faria da teoria da história uma psicologia. A relação comum entre *o conhecimento e o conhecido, esse tipo de pertencimento que os une um ao outro, não se funda sobre a equivalência de seus modos de ser, mas sobre o que é o seu modo de ser. Isto significa que nem o conhecimento nem o conhecido são “onticamente”, e simplesmente “subsistentes”, mas “históricos”, quer dizer, eles são o modo de ser da historicidade*. Com efeito, para Heidegger, o fato de só podermos falar da história por sermos nós mesmos seres históricos significa que é a historicidade do ser-aí humano em seu movimento incessante de expectativa e esquecimento, que permite o retorno do passado à vida”. GADAMER, Hans-Georg. *O problema da Consciência Histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p.43 [Grifos meus].

¹³¹ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. 1º edição, Op. Cit., p.19.

continuidade, como o fim da operação histórica, o recurso necessário para o historiador atingir a compreensão da cultura histórica.

Cultura histórica seria necessária não só para a vida da ciência, mas também para a vida política e moral. Sua ausência ou deficiência indicaria um empobrecimento, uma tendência à inação, ou seja, cultura histórica em THB é entendida como a consciência da historicidade da cultura, e o sentido social que esta indica, estando a compreensão da sociedade em seu sentido político subscrito do plano individual ao coletivo de uma nação. É o “sentido” da vida humana em termos de sua historicidade. É o reconhecimento de que tudo o que é humano é histórico. Em suas palavras:

Assim como nos libertamos de nossos problemas estudando-os em suas origens e desenvolvimentos, assim também, conhecendo a historiografia agimos e atuamos melhor. **A boa obra da historiografia seria então, segundo Croce, libertar-nos do passado.** A história serve à vida e à ação. Um homem ensombrado de angústia perde sua atividade; um povo conhecedor do seu passado atua esclarecido, sem problemas, sem dúvidas e sem hesitações¹³².

Portanto, o sentido e a função da historiografia, enquanto escrita do presente, consciente de sua inserção em uma cultura histórica e a serviço dela, recobra esclarecimentos do presente somente para que este marque posição em face do passado e da possibilidade ao futuro, libertando-se do primeiro, em virtude da abertura do segundo. O estudo da história e de sua materialidade, a obra histórica, para Rodrigues, cumpre um fim, que é atingir um potencial de lucidez, perante si próprio em relação ao mundo histórico e a cultura histórica que faz parte.

Essa atitude do historiador em relação aos problemas do presente converge na “utilidade” e “funcionalidade” da história, para Honório Rodrigues. Atitude que deve recobrar principalmente os momentos de “crise”, uma vez que estes momentos forçariam do historiador respostas.

Esses momentos de crise podem ser entendidos como momentos dúbios, os quais lançam o historiador a interrogar e posicionar-se em face da cultura histórica da qual é parte e na qual atua. É perante esses momentos de insuficiência e falta de direção social que o historiador deverá estar preparado para dar respostas. Como, por exemplo, a experiência da Segunda Guerra. As considerações tratadas no capítulo anterior, a respeito dos efeitos da conjuntura das duas Grandes Guerras apresentam novamente efeitos na escrita de José Honório Rodrigues¹³³.

¹³² Idem, p. 20.

¹³³ A esse respeito ver capítulo anterior.

Nesse sentido, um dos pontos fundamentais de emergência da escrita de THB está inscrito sobre os efeitos do pós-guerra na escrita da história. A funcionalidade do conhecimento histórico é reivindicada para justificar o aparecimento da consciência histórica como saída para os momentos de “crise”. Aqui, consciência histórica ganha um atributo a mais, ou seja, é considerada, por Rodrigues, como “o sentido”, a direção do processo histórico, provocando a emergência de senso histórico, em vista da historicidade do presente¹³⁴.

Em suma, consciência histórica e compreensão são dois elementos indissociáveis da teoria da história de Rodrigues. A compreensão abre a consciência sobre o movimento histórico do mundo social. Essa relação consciente está determinada pelo esclarecimento da objetivação do passado e do presente. A funcionalidade do conhecimento histórico, pelo ponto de vista da consciência histórica, repercute ao sentido histórico, de que tudo o que toca as coisas humanas é histórico e pode ser compreendido historicamente.

Porém, Rodrigues tem como intuito alargar essa atitude consciente da história. Por isso, denota que em épocas calmas e de lenta transformação social o sentido da história, como consciência histórica, muitas vezes tende a se perder¹³⁵. Sendo que nas fases agitadas, de conflitos, revoluções ou guerras, faz-se necessário o despertar no povo do sentido consciente da história¹³⁶, e da função ativa da cultura histórica. Logo, cultura histórica e consciência histórica (entendida como a consciência da historicidade do presente em face do passado) são constituintes para José Honório da utilidade da história, não só enquanto forma de conhecimento especializado, mas úteis para a vida individual e social como um todo.

Aos historiadores, no entanto, Rodrigues prescreve um sentido ativo no que toca ao entrelaçamento da cultura histórica e consciência histórica, um “efeito prático” do conhecimento histórico, uma vez que se toda história atente ao presente, se constitui como história contemporânea, e traz consigo os combates da atualidade do historiador. Sobre esse sentido combatente, ou de tomada de posição, assevera Rodrigues: “para combater é preciso ter confiança na causa que se defende, e essa confiança têm suas raízes no passado histórico”¹³⁷.

Exposta a concepção de Rodrigues sobre as utilidades e funcionalidades da história, como também o centro do desenvolvimento argumentativo para as ciências humanas, que

¹³⁴ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. 1ª edição, Op. Cit. p, 20-21.

¹³⁵ Idem, p.23.

¹³⁶ Idem, p.23.

¹³⁷ Idem, p.23.

nesse caso gira em torno da ideia de compreensão, José Honório passa a uma historicização dos conceitos de história, e que incidem em sua compreensão a respeito do significado do conhecimento histórico. Apresenta três conceitos de história, e toma partido pelo terceiro. Cito Rodrigues:

[...] é preciso frisar, porém, que ambas as palavras, tanto a grega, como a alemã, tem dupla significação, não sofreram, entretanto, a mesma evolução. No grego, *istoria* significava, a princípio, o investigador, o informante. Partindo da qualificação subjetiva, para assim, exprimir o objeto da investigação, ou o suceder; portanto, o sentido objetivo. No alemão, *Geschichte* veio de *geschehen*, e passou da significação objetiva do sucedido para a subjetiva da narração ou conhecimento do sucedido¹³⁸.

E continua:

Alguns acrescentam ainda a essa duas acepções – o que sucedeu e a compreensão literária do sucedido – uma mais moderna, de formação mais recente, **o conhecimento da História ou ciência histórica. A melhor maneira, porém de se conhecer a exata significação da palavra está no estudo da evolução da idéia [sic] de história**¹³⁹.

Para justificar o desenvolvimento da ideia de história, Rodrigues assume a perspectiva da tradição, fazendo uso de um mecanismo recorrente em seus textos, ou seja, parte a expor a memória da história que habilita os enunciados acima mencionados. A terceira via que expõe – moderna e científica – estará sustentada no cânone do pensamento alemão, o qual, desde antes de THB, aparece citado em textos anteriormente discutidos.

Ao lado da vinculação da ideia de história alemã, Rodrigues segue as asserções de Ernest Bernheim, em *Introducción al estudio de la Historia*¹⁴⁰ (1937) e de Guillermo Bauer, em *Introducción al Estudio de la Historia*¹⁴¹ (1944), que prescrevem uma ordenação, que tem referência em Leibniz, do conhecimento histórico dividido em narrativo, pragmático e genético. Tais categorias são desenvolvidas por Hegel em *A Razão Histórica*¹⁴², e nesse caso

¹³⁸ Idem, p.24.

¹³⁹ Idem, p.24 [grifos meus].

¹⁴⁰ BERNHEIM, Ernst. *Introducción al estudio de la Historia*. Barcelona: Editorial Labor, 1937.

¹⁴¹ BAUER, Guillermo. [Wilhelm]. *Introducción al Estudio de la Historia*. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1944.

¹⁴² Em *A Razão na História: Uma introdução geral à filosofia da História*, Hegel desenvolve semelhante classificação em que distingue uma história original, reflexiva e filosófica. O intuito destas distinções para Hegel era marcar num modo de escrita as lições de uma filosofia da história do mundo, significando a não preocupação com deduções gerais, mas com a natureza da história em si. Logo, tornará claro para Hegel que falar da história é distinguir os três métodos de, assim, tratá-la, ou seja: original, reflexiva e filosófica. A primeira é representada por Heródoto e Tucídides que revivem os acontecimentos por eles descritos, registrando as pertinências de sua realidade imediata. A segunda caracteriza-se pela transcendência do presente, mas não a transcendência no tempo, e sim, no espírito. Hegel distingue, portanto, vários tipos de história reflexiva: História universal (elaboração do exame de toda a história de um povo, de um país ou do mundo); história pragmática (aquele tipo que invalidaria o passado em detrimento do presente, uma vez que ao tratar do passado, ocuparia de um mundo distante, abrindo-se para a mente uma realidade que surge por meio desta mesma atividade); história crítica (história da historiografia: a avaliação de narrativas históricas e o exame de sua verdade e confiabilidade); história fragmentária (sendo de caráter sucinto para Hegel, pois, é o que prescreve em divisões como história da

é sintomática na economia textual de Rodrigues a reprodução dessas mesmas categorias hegelianas, como sendo o genuíno desenvolvimento de uma concepção geral de história.

As categorias de Hegel servem a Rodrigues para que o mesmo constitua uma periodização do passado da história. Por meio dos três modos oferecidos por Hegel, Rodrigues preenche com os respectivos conteúdos que delineiam as diferentes concepções, ou, no caso, conceitos de história. Ao fim de sua argumentação, parte a expor o conceito científico da história, e a justificar sua posição da história entendida como ciência. No que toca à cientificidade da história, os quadros alemães emergem em seu texto para demarcar tradições e direcionar o modo de trabalho “ideal” ao historiador brasileiro. A respeito do desenvolvimento das diferentes ideias de história, através de Hegel, cito Rodrigues:

A primeira [História narrativa] é essencialmente representada por Heródoto e Tucídides, que viveram no espírito dos acontecimentos por eles descritos. Registraram os sucessos da sua atualidade imediata. O principal caráter da segunda maneira [pragmática] consiste em transcender o presente. Nesse gênero convém distinguir diferentes espécies: primeiro, a história geral, que se relaciona intimamente com o gênero anterior, quando se propõe expor o conjunto total da história de um país. Hegel lembra, como exemplos, Tito Lívio e Diodoro de Silícia. A segunda espécie da história reflexiva é a pragmática. Os historiadores tem um propósito moral: extrair da história lições práticas. As reflexões morais são, então, os fins essências da história. O terceiro modo é o crítico, que consiste na história da história, no juízo sobre as narrações e na investigação sobre sua verdade e crédito. Já aqui estamos realmente em face do que Bernheim chama de história genética. A última esfera da história reflexiva é a especial, parcial ou particular. É, por exemplo, a história da arte, do direito, da religião, da ciência. A história filosófica é universal e procura a alma que dirige os acontecimentos¹⁴³.

Ao fim da análise, o conteúdo que oferece como o passado das diferentes ideias de histórias autorizam Rodrigues a sustentar que a história é um campo autônomo, não podendo ser considerada como um ramo da literatura. Como sustenta: “na Antiguidade e durante a Idade Média, e cuja musa era Clio”¹⁴⁴, mas sim, como um campo científico. A argumentação em torno dos tipos de história justifica o modo como Rodrigues compreende o caminho que os historiadores contemporâneos seus deveriam seguir.

Algumas considerações tornam-se possíveis. Em primeiro lugar, a argumentação simplifica em categorias genéricas o desenvolvimento da história como um todo, sancionando uma redução eurocêntrica, uma vez que é sobre o desenvolvimento da ideia de história na Europa que acaba por tratar.

arte, da lei, da religião, da política e assim por diante). HEGEL, G. W. G. *A Razão na História: Uma introdução geral à Filosofia da História*. São Paulo: Centauro, 2001. p. 45-51.

¹⁴³ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil. Op. Cit.*, p.25.

¹⁴⁴ Idem, p.32

Em segundo lugar, logra a análise de uma história do desenvolvimento da ideia de história por uma memória da história, constituindo, por meio do emprego das categorias de Hegel, a formação de um cânone que impõe um sentido universal à história, excluindo do desenvolvimento da história territórios que fogem ao contexto europeu. Como uma narrativa dedicada a leitores brasileiros, *Teoria da História do Brasil* acaba por pressupor, por meio do desenvolvimento da ideia de história, que não há história no Brasil, ou melhor, que ao Brasil, no que toca a história, é indicativo seguir a tutela do pensamento europeu. A lógica da colonização parece assombrar a estrutura teórica de *Teoria da História do Brasil*, pois, como apontarei na sequência, os historiadores brasileiros aparecem somente para compor um fim ilustrativo à economia do texto de 1949.

Na sequência, Rodrigues passa a ensaiar o que compreende como ciência histórica, ou para ser mais específico, o que define a história como ciência. Nesse caso, a defesa e exposição do cânone dos historiadores que defendem o método histórico, como princípio de convergência de uma identidade historiadora é novamente a marca de seu argumento.

Leopold Von Ranke é reivindicado por José Honório da memória da disciplina histórica para alicerçar os planos do método. Rodrigues não dispensa elogios para cravar seu pensamento metodológico vinculado à tradição do historiador de *História dos Povos Românicos e Teutônicos* (1824). Em suas palavras:

[Ranke] Dissociou o estudo do passado das paixões do presente e pretendeu narrar à história como na realidade foi. Estabeleceu a necessidade de basear-se a construção histórica em fontes estritamente contemporâneas. Fundou a ciência da prova, mediante a análise das autoridades contemporâneas. Lançou os fundamentos da crítica histórica [...] que lhe deu reputação internacional [...] Pelo menos, a história já podia dizer com certo orgulho que na investigação e valorização dos documentos os seus processos críticos eram de tal modo apurados que ela podia se afirmar como uma ciência¹⁴⁵.

A presença de Ranke e da tradição que este teria aberto, reportando em seus discípulos como George Waitz (1813-1886), Ernest Bernheim e Gabriel Monod, sendo o último tributário de Ranke na França até Charles V. Langlois e Charles Seignobos indicam a recorrência de um cânone europeu no que toca a literatura metodológica, sobre a qual Rodrigues dispensa comentários críticos ou reflexivos, incorporando-a como se esses autores fossem contemporâneos seus.

A inclusão, por parte de José Honório, desses historiadores na economia de seu texto, compondo uma “história da metodologia histórica” (ou, nesse caso, uma memória da

¹⁴⁵ ROGRIGUES, J.H. *Teoria da História do Brasil*. 1ª edição. Op. Cit. p, 30.

metodologia histórica¹⁴⁶), aponta em uma “incorporação passiva”, ou seja, sem qualquer apontamento reflexivo dos “porquês” desses historiadores deverem ser citados. Os mesmos aparecem justificados apenas como precursores, atribuição desenvolvida pela narrativa de Rodrigues. Assim, a recapitulação pela existência dos “mestres” da metodologia histórica incide na necessidade de vincular-se a eles, como a origem da “moderna historiografia” reproduzindo suas ideias sem levar em conta os fatores temporais de suas respectivas produções. Logo, sua “história da metodologia histórica” nada mais é do que a projeção e vinculação no Brasil, e para o pesquisador brasileiro, da necessidade dos mesmos em reportarem-se à memória corrente da disciplina histórica europeia, que toma essas mesmas concepções como um elemento universal, sem distinção entre as conjecturas e contingências de cada qual. Ao fim da seção, voltarei ao plano metodológico propriamente dito desenvolvido por José Honório.

Por hora, devo salientar que o desenvolvimento da ideia de história, juntamente com a memória disciplinar a respeito da metodologia histórica serve à economia do texto de *Teoria da História do Brasil* a um propósito específico. A tomada de posição por parte de Rodrigues pelo terceiro sentido de história por ele desenvolvido, que entende a história no sentido de ciência histórica, soma-se ao desenvolvimento do princípio que sustenta esse mesmo campo de conhecimento, no caso a metodologia da história. A defesa de um conceito “moderno e científico” é a prerrogativa encontrada, em meio à argumentação de THB, para sustentar o epicentro do processo de disciplinarização da história, ou seja, a consagração de mecanismos práticos comuns aos historiadores.

Contudo, duas questões saltam aos olhos. Primeiro, a corroborativa periodização assumida como não problemática em relação à ideia de história, ou melhor, os conceitos de

¹⁴⁶ Em relação à memória da disciplina da história pelo viés da metodologia da história é esboçada por George Iggers, em *La Ciencia Histórica en siglo XX*, apontando que há três aspectos gerais que compõe a história da disciplina da história (ou memória da disciplina da história) desde Ranke, espelhados por uma memória de Tucídides a Gibbon. Primeiro, a exposição histórica dentro destes quadros descreve pessoas e ações que de fato existiram, correspondendo à representação com a realidade. Segundo, narração histórica seguiria as ações e sua sucessão diacrônica, embasada em uma ordem temporal unidimensional. Terceiro, ficaria pressuposto, pelos dois pontos anteriores, que as ações humanas refletem as intenções daqueles que atuam. Nas palavras de Iggers: “Estas premissas de realidade, de progresión del tempo y de acción intencional determinan el carácter narrativo de la historia desde Tucídides hasta Ranke, desde César hasta Churchill, y son precisamente estas premissas las que en el transcurso de los profundos trastornos del siglo XX, se há ido poniendo paulatinamente en tela del juicio”. IGGERS, George G. *La Ciencia Histórica en el siglo XX: Las tendencias actuales. Una Visión Panorámica y crítica del debate internacional*. Barcelona: Editorial Labor S.A., 1995, p.16. A proximidade do modo como José Honório, não só compõe sua forma de argumentar, mas também de estruturar a sua narrativa assemelha-se pelo desenvolvimento exposto por Iggers, uma vez que como já mencionei anteriormente os textos, ou nesse caso a produção historiográfica desaparece para dar lugar a uma composição narrativa que toma, como dois polos justapostos e codominantes de autoria e obra em um sentido universalizável, e pressupostos em dividir o passado da disciplina pelos mesmos critérios em períodos assim constituídos.

história são tomados como universais, mas respondem a um contexto de referência que é eminentemente europeu, ou seja, o passado da história é entendido como história da história da Europa. E em segundo, a exposição da metodologia da história e de sua memória, expostos por um cânone que é também essencialmente integrado a referenciais franceses e alemães.

Portanto, a experiência europeia e seus respectivos conceitos de história funcionam a economia de *Teoria da História do Brasil* para justificar, não só o caminho que deve ser seguido e as posições a serem tomadas, mas também apontar a respeito dos pressupostos que legitimam a história como um campo de conhecimento.

O que transforma a argumentação de José Honório problemática é o apagamento da complexidade do desenvolvimento de diferentes conceitos de história, juntamente com os seus contextos de referência, por uma análise de simplificação que se sustenta em um conceito de história generalizado e de validação universal.

A centralidade constituída por Rodrigues para a experiência europeia parece funcionar, visto a argumentação de sua própria narrativa, e é posta à prova pela expectativa de oferecer instrumentalizações teóricas a respeito da história à comunidade historiadora brasileira por meio de uma relação de sujeição de pensamento. Rodrigues transpõe sem nenhuma dificuldade os mesmos pressupostos que configuram a disciplina da história na Europa para o Brasil, sem perguntar-se pelas tradições e experiências nacionais. Acaba sancionando um processo de esquecimento do passado da história do Brasil, a fim de alicerçar o presente a uma proposta para o futuro. Ou seja, se até aquele momento os historiadores, de modo geral, não se preocupavam com as questões de método, teoria e filosofia da história, seria irremediável que a partir de então essas discussões não passassem despercebidas. Logo, a construção de *Teoria da História do Brasil* se faz no sentido da cobrança, juntamente com a obrigatoriedade do historiador profissional brasileiro, em se defrontar com tais tópicos. O problema é que essas mesmas discussões aparecem, em relação à economia textual de THB, pré-ordenadas por conteúdos que escapam à conjuntura brasileira, importadas sem nenhum critério reflexivo sobre o contexto de referência e apropriação. Não é a toa que sua argumentação acaba recaindo em expor os “mestres” - ou, nesse caso, aqueles que em sua posição valem a pena serem seguidos ou autorizados em forma de cânone.

Nesse sentido, torna-se imprescindível fazer referência ao desenvolvimento das reflexões sobre as transformações do conceito de história e a experiência da modernidade, ao lado das reflexões sobre a transformação da ideia de tempo histórico em Reinhart Koselleck. O que a leitura de Koselleck sugerirá para o presente argumento é o esclarecimento sobre o

que denominei como a atitude restrita e eurocêntrica de José Honório Rodrigues, destacando os seus simplismos. Aqui, uma atitude pouco reflexiva é denunciada, além de uma incorporação passiva do contexto das ideias que toma como referência fundamental a formação teórica do historiador brasileiro da qual trata.

Em Koselleck, a relação entre diferentes conceitos de história e seus diferentes sentidos ao longo do tempo obedece a preceitos analíticos desenvolvidos a partir da história dos conceitos. Nesse sentido, o significado do conceito de história está em direta relação com as respectivas experiências de tempo que lhe dão possibilidade. A análise desenvolve-se a partir do contexto alemão, tomando como objeto o desenvolvimento do vocabulário histórico dentro do espaço da língua alemã.

Tratar o desenvolvimento do conceito de história, para Koselleck, é compreender as inúmeras complexidades que encerram a totalidade de sentido que um conceito reúne em si. Em suas palavras:

Um conceito pode ser claro, mas deve ser polissêmico. Todos os conceitos nos quais se concentra o desenrolar de um processo de estabelecimento de sentido escapam às definições. Só é passível de definição aquilo que não tem história (Nietzsche). O conceito reúne em si a **diversidade da experiência histórica** assim como a **soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância**, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito¹⁴⁷.

Quanto ao desenvolvimento de sentido em relação ao conceito de história, a palavra estrangeira que o léxico alemão tomou de empréstimo – *Historie* – significava predominantemente o relato, ou seja, a narrativa de algo acontecido, pretendida em favor da palavra ‘*Geschichte*’. Com o subsequente abandono do termo *Historie*, por volta da metade do século XVIII, *Geschichte* passa a significar, na compreensão de Koselleck: “[...] originalmente o acontecimento em si, ou, respectivamente, uma série de ações cometidas ou sofridas. A expressão alude antes ao acontecimento em si do que a seu relato”¹⁴⁸. Essas transposições de sentido do conceito de história são inscritas também por uma transformação da experiência do tempo, logo do sentido da história, ou seja, o sentido de acontecimento, como também o relato sobre o mesmo. A correspondência de *Geschichte* como um conceito moderno de história está sustentada pelo aparecimento de uma nova experiência de tempo que conecta passado ao futuro¹⁴⁹. Nas palavras de Koselleck:

¹⁴⁷ KOSELLECK, R. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-RIO, 2006, p. 109. [Grifos Meus].

¹⁴⁸ KOSELLECK, R. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Op.Cit., p.48.

¹⁴⁹ A Revolução Francesa pode ser considerada como um evento-signo, no sentido simbólico de demarcar a transposição a uma nova experiência de tempo, no caso a experiência moderna, onde o futuro é engendrado a

A história moderna surgiu a partir do movimento reflexivo da história sobre seus pressupostos de ação e de conhecimento, o que deu origem a um novo conceito de “história” [Geschichte]. O que distingue a história moderna das histórias anteriores é, antes de tudo, o estabelecimento, com a reflexão dos iluministas [Aufklärer], de uma história em si e para si, destituída de um objeto de conhecimento. A história tornou-se um conceito reflexivo¹⁵⁰.

Segundo Koselleck, essa concentração vocabular em um único sentido de história, desde fins do século XVIII, não pode ser menosprezada¹⁵¹. Ao fim dos acontecimentos que marcaram a Revolução Francesa, a história tornou-se ela própria um sujeito que, na definição de Koselleck, foi tomada como um singular coletivo¹⁵². Enquanto singular coletivo, a história (*Geschichte*) seria a reunião em um só conceito de experiências históricas díspares entre si, que seriam convergentes por um só conceito: a História. Cito Koselleck:

A ideia do coletivo singular [...] permitiu que se atribuísse à história aquela força que reside no interior de cada acontecimento que afeta a humanidade, aquele poder que a tudo reúne e impulsiona por meio de um plano, oculto ou manifesto, um poder frente ao qual o homem pôde acreditar-se responsável ou mesmo em cujo nome acreditar estar agindo. O advento da ideia do coletivo singular, manifestação que reúne em si, ao mesmo tempo, caráter histórico e linguístico, deu-se em uma circunstância temporal que pode ser entendida como a grande época das singularizações, das simplificações, que se voltavam social e politicamente contra a sociedade estamental: das liberdades fez-se a Liberdade, das justiças fez-se a Justiça, dos progressos o Progresso, das muitas revoluções “La Révolution”¹⁵³.

Em termos gerais, a “história em si”, a qual aporta o conceito moderno de história como um singular coletivo, reúne em um mesmo conceito todas as histórias individuais. Desse modo, a “história” ganharia um alto grau de abstração, remetendo-se, como sustenta Koselleck, a uma complexidade maior, que a partir de então fez com que toda realidade fosse interpretada historicamente. Outro aspecto desse conceito, como delineado anteriormente, é a absorção de *Historie*, que em seu contexto de emergência e funcionamento referia-se à ciência das coisas e dos acontecimentos, mas agora passa a significar, nas palavras de Koselleck: “a história, como realidade, e a reflexão sobre esta mesma realidade, fundidas então, em um conceito comum, o conceito de história em si”¹⁵⁴. Assim, o processo histórico que marca os acontecimentos como um corpo do tempo e o processo de sua conscientização, enquanto

partir do passado. Segundo Koselleck: As objeções contra uma história do tempo que estava sendo vivido surgiram no final do século XVIII, porém não tanto por causa da situação política dos historiadores ou da censura, mas como resultado de uma nova experiência da realidade histórica, o que equivale a dizer: de sua estruturação temporal. KOSELLECK, R. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-RIO, 2006, p.291. A esse respeito ver também: DIAS DUARTE, João de Azevedo e. Tempo e Crise na Teoria da modernidade de Reinhart Koselleck. Revista de História da Historiografia. Ouro Preto. N°8. Abril. 2012, p.70-90.

¹⁵⁰ KOSELLECK, R. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Op. Cit. p.165.

¹⁵¹ Idem, p.49.

¹⁵² Idem, p.50.

¹⁵³ Idem, p.52.

¹⁵⁴ Idem, p.236.

conteúdo narrativo da história passou a fazer parte de um mesmo conceito. A esse conceito, entendido como singular coletivo, Koselleck lhe atribui um caráter transcendental, uma vez que: “as condições de uma experiência possível da história e as condições de seu conhecimento possível foram reunidas em um mesmo conceito”¹⁵⁵.

A aproximação de Koselleck com o modo como José Honório desenvolve sua argumentação possibilita algumas considerações. Por meio de Koselleck, é possível compreender a “estrutura” do conceito de história que José Honório defende como necessário para ordenar a prática historiográfica no Brasil, assim como a construção de uma ciência histórica brasileira. Diferente dos desenvolvimentos de Koselleck, Rodrigues apenas enuncia a necessidade de se guiar pelo conceito moderno, descartando sua historicidade, assim como os elementos de seu desenvolvimento. Portanto, a análise de José Honório está construída entre o simplismo e a tomada de posição, uma vez que não deixa claro para o leitor o desencadeamento histórico e o contexto de emergência do conceito de história que melhor define a prática historiadora que defende para a sua contemporaneidade, mas toma posição por sua necessidade, a fim de que os historiadores, de modo geral, sigam o mesmo caminho por ele defendido. A diferença é que, em Koselleck o conceito de história, o qual Rodrigues defende como ideal, é tomado como objeto de investigação histórica, a fim de se recompor sua historicidade e seu desenvolvimento. Porém, em Rodrigues, esse conceito é retirado de seu contexto para ser transformado em um conceito utilitário e propositivo aos historiadores de modo geral.

Não quero com isso afirmar que José Honório estivesse sob o domínio do erro. Pelo contrário, o seu projeto de escrita de uma *Teoria da História do Brasil* cumpre um fim: o de informar, incentivar e criar condições ao leitor brasileiro para que pudesse se apropriar dos pressupostos da disciplina da história e dos caminhos que deveria seguir no Brasil, para constituir-se como um campo específico do conhecimento. Nesse sentido, os variados problemas que levanta e apresenta sobre o nome de teoria da história abrem uma “agenda historiográfica” a todos os historiadores brasileiros.

Contudo, o problema está em denominar, desde o título, a expectativa que se queria atingir para o Brasil. Do ponto de vista da organização e divisão dos conteúdos, assim como da estrutura da narrativa, as discussões que se referem ao Brasil tornam-se essencialmente pontuais, tomadas como exemplificações de um contexto de ideias gerais. Logo, é sobre essa determinação de ideias advindas de fora que situo como problemático o projeto de uma

¹⁵⁵ Idem, p.237.

Teoria da História do Brasil, uma vez que a maior parte das questões que levanta pouco incidem sobre a realidade nacional.

Outra possibilidade interpretativa que se abre, por meio da leitura desenvolvida sobre Koselleck, tem relação com o significado da defesa de Rodrigues por um conceito de história “moderno e científico”, juntamente com as referências aos pensadores alemães¹⁵⁶, que coloca a ciência histórica, ou a disciplina da história, como um “singular coletivo”. Ou seja, nessa interpretação existiria apenas a disciplina da história, singularizada, sustentada por um elemento comum – a metodologia da história –, e que, assim, abarca uma série de coletivos (as variadas experiências históricas do mundo). Para tanto, e por meio das reflexões abertas em *Teoria da História do Brasil*, os historiadores deveriam especializar-se e educar-se pelo conjunto de reflexões disponibilizado, a fim de integrarem esse espaço do qual Rodrigues defende e, desse modo, produzirem a “verdadeira” historiografia.

O prefácio da segunda edição de *Teoria da História do Brasil*, publicado em 1957, apresenta a defesa desse sentido geral da teoria, e mesmo da disciplina da história. Em meio à falta de um vocabulário preciso para referir-se ao próprio empreendimento de uma *Teoria da História do Brasil*, considera Rodrigues:

O desacerto estaria em que **teoria é sempre geral, e não da história do Brasil**. Mas também se o título fosse ‘Introdução a História do Brasil, como na época se pensou e novamente se voltou a cogitar, não atenderia ao objeto, pois toda a parte filosófica, metodológica e crítica seria geral, sendo relativos ao Brasil apenas os capítulos referentes à pesquisa, fontes e gêneros. A mesma crítica ficaria, assim, de pé. ‘Introdução à História’ poderia, em parte, resolver o problema, mas o autor não quis fazer um guia ao estudo da história em geral, porque seu campo de trabalho na história concreta é a do Brasil e o livro se baseia nesta e **dela são extraídos os exemplos que o ilustram**. É verdade que desde Bernheim e Langlois e Seignobos, a metodologia sempre se esclarece com exemplos da própria história nacional do autor. Mas nenhum historiador consideraria apropriado elucidar a história geral com **exemplos da história do Brasil, país que é mais consumidor que produtor de história, no quadro internacional**. O que se desejava, portanto, era escrever uma introdução teórica à história em geral e metodológica à história do Brasil, isto é, uma

¹⁵⁶ Pela defesa da “ciência da história”, Rodrigues guia-se pelas seguintes referências: Ernest Troeltsch *Der Historismus und seine Probleme*; G.G. Gervinus *Grünzüge der Historik*; L. M. Hartman *Über historische Entwicklung*; W. Bauer *Introducción al estudio de la historia*; W. Dilthey *Introducción a las ciencias del espíritu*; El mundo histórico; Eduardo Spranger *Formas de vida*; W. Windelband *Geschichte und Naturwissenschaft*; H. Rickert *Ciencia cultural y ciencia natural*; Ernest Cassirer *Antropología filosófica*; Eduardo Meyer *Zur Theorie und Methodik der Geschichte*. RODRIGUES, J. H. *Teoria da História do Brasil*. Op. Cit. p. 260-265.

propedêutica circunstancial, que tratasse da situação da história concreta no Brasil¹⁵⁷.

Nesse sentido, fica evidente que, para Rodrigues, existe somente a disciplina da história, que deverá regular o modo de tratar as variadas experiências históricas. De todo modo, o problema ainda reside na atribuição do significado da disciplina da história para Rodrigues, assim como na seleção das referências fundacionais para a mesma. Ranke, Waitz, Bernheim, Monod, Bauer, Langlois e Seignobos são colocados lado a lado, juntamente com Dilthey, Meinecke, Rickert, Weber, Ortega y Gasset, sem que Rodrigues se pergunte sobre a incidência histórica de cada qual, juntamente com as referências da conjuntura de produção dos mesmos. Nesse sentido, tais pensadores são importados juntamente com seus conjuntos de ideias, a fim de se legitimar a proposição de José Honório sobre a ciência histórica no Brasil¹⁵⁸.

Rodrigo Turin em *História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero*¹⁵⁹, chama a atenção para esse aspecto da construção da memória disciplinar na sedimentação do gênero de história da historiografia, uma vez que ao colocar-se enquanto gênero reconhecido, a história da historiografia faz a adoção não problematizada, porque pressuposta, de determinados objetos, regras e funções que são atualizados pelos locutores em suas enunciações¹⁶⁰. O mesmo pode-se dizer da história da História, ou mesmo das enunciações que recortam a produção histórica de um período, pois muitas vezes atendem a um critério de seleção que, para além do desenvolvimento histórico do período levantado, atendem a um objetivo específico. Como é o caso de José Honório Rodrigues ao selecionar, por meio de uma “historicização”, aqueles autores que melhor casam a sua prerrogativa de defesa de uma concepção científica da história. Assim, Turin lembra os esforços da geração dos historiadores do século XIX, em meio à formação de uma historiografia europeia, que queriam demarcar um passado para a história a partir do uso do método. Em suas palavras:

[...] o trabalho de escrever uma história dos historiadores insere-se em um esforço de fundação e legitimação disciplinar – pautada no princípio metódico de controle da relação sujeito-objeto, estranho aos textos renascentistas –, onde narrar o passado da “escrita da história”, instituindo-a como objeto evidente e singular, confunde-se com

¹⁵⁷ PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO. RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. Op. Cit. p, XII [grifos meus].

¹⁵⁸ A esse respeito ver: CALDAS, Pedro S. P. As dimensões do Historicismo: Um estudo dos casos Alemães. *Revista Opsi*. Vol.7, nº9, jun-dez, p.47-66, 2007. FALCON, F. C. Historicismo: Antigas e Novas Questões. Goiás: *História Revista*. Vol.7 .nº.1-2. P, 23-54, 2002. VERELHA, F.F[et.al.](org.). *A Dinâmica do Historicismo: Revisitando a Historiografia Moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. REIS, José Carlos. *Wilhem Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003. SCHMIDT, Lawrence K. *Hermenêutica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

¹⁵⁹ TURIN, Rodrigo. História da Historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. Ouro Preto. *Revista de História da Historiografia*. Nº13. Dezembro, p.75-98, 2013.

¹⁶⁰ Idem, p.83.

o ato de defini-la no presente. A partir de determinados critérios, em boa parte implícitos, que qualificam a prática disciplinar da escrita da história, os diferentes “historiadores” do passado passam a ser catalogados e ordenados em uma narrativa cujo enredo os aproxima ou os distancia daquele modelo. Configura-se, desse modo, uma identidade – “o historiador”, “a história” –, ao mesmo tempo em que se estabelece uma diferença¹⁶¹.

Por esse ângulo, as referências de José Honório junto ao conjunto de ideias que são importadas e direcionadas para justificar suas posições em relação à história como ciência, metodologia da história e etc., repercutem na desestabilização do sentido histórico de suas próprias prerrogativas. A memória da história impõe-se acima do desenvolvimento histórico da produção histórica e o recurso de importar ideias e autores atende a um fim específico. Ou seja, parece pouco lhe importar a historicidade das ideias e o que queria era, por meio delas, executar a atribuição de autorização/autoridade de suas posições, isto é, de seus enunciados.

Roberto Schwarz, em *As ideias Fora do Lugar*¹⁶², aponta algumas resoluções aos problemas acima mencionados. Abrindo seu ensaio a respeito das contradições, ou mesmo posições fora de lugar na importação de ideias, considera que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo, eram ideologias (ou participavam de um sistema de ideias gerais) europeias, e lá correspondiam ao essencial: encobrir a exploração do trabalho. Em suas palavras: “Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer original”¹⁶³. A menção ao debate¹⁶⁴ que marcou, em sua

¹⁶¹ Idem, p.85.

¹⁶² “As ideias fora do lugar” abre *Ao Vencedor as batatas*, publicado em 1977, e defendido como tese de doutoramento na Universidade de Paris III, Sorbonne. SCHWARZ, Roberto. Na Periferia do Capitalismo (Entrevista). In; *Martinha Versus Lucrecia*. São Paulo: Cia das Letras, 2012, p.286. SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*: Forma Literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992, p.11-31. No entanto, o ensaio intitulado “As ideias fora do lugar” foi publicado anteriormente, no ano de 1972, na revista francesa *L’Homme et la Societé*, e em 1973, na Revista dos Estudos CEBRAP. SCHWARZ, Roberto. *Dépendance nationale, déplacent d’idéologies, littérature. L’Homme et La Societé*, Paris, n.26, 1972. SCHWARZ, Roberto, *Ideias fora do lugar*. São Paulo: Revista Estudos CEPBRAP, Vol.3, p. 151-161, 1973. Em 2014 a Cia das Letras por meio da coleção Penguin Grandes Ideias lança um pequeno volume de ensaios selecionados, onde novamente o referido ensaio é republicado. SCHWARZ, Roberto. *Ideias Fora do Lugar*. Cia das Letras Penguin: São Paulo, 2014.

¹⁶³ SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora de Lugar*: Ensaios selecionados. São Paulo: Penguin Classic Companhia das Letras, 2014, p.48.

¹⁶⁴ Os críticos brasileiros da proposição de Schwarz enfatizaram muito mais os conteúdos, pelos quais, o crítico brasileiro sustentou sua proposição, do que a proposição em si. Como sugere Ricupero: “[...] os críticos de Schwarz voltam suas baterias, desde a década de 1970, não tanto contra sua interpretação da literatura, mas para a discussão que faz do papel do liberalismo no Brasil oitocentista. Em termos gerais, defendem que o argumento não faz sentido, já que se certas ideias, no caso liberais, não fossem funcionais, ou melhor, adequadas ao Brasil, não haveria como persistirem. Afirma, em especial, que o liberalismo não é incompatível com a escravidão, como provariam os escritos de alguns de seus principais representantes, como John Locke, Adam Smith, Jean Batiste Say”. RICUPERO, BERNARDO. O Lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. Revista de Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro, V.03.06, p. 525-556, Novembro, 2013, p.530. Nesse sentido vale destacar para os seguintes textos: CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. As ideias estão no lugar. História do

acepção, o Segundo Reinado, a respeito do liberalismo de um lado, e de outro, o escravagismo, pode ser tomado como um exemplo da improbidade do pensamento no Brasil, indicando uma presença assídua da importação de ideias, que atravessava e desequilibrava, até no detalhe, a vida ideológica como um todo, consistindo na frequente e inflamada, rasteira, ridícula e crua, como formula Schwarz, raramente justa no tom, que a prosa literária do tempo é uma das testemunhas, mas em certo sentido, as ciências, e nesse caso, as ciências humanas também o são¹⁶⁵.

Nesse sentido, por meio de *Ideias fora do lugar*, Schwarz chama a atenção para essas tentativas de “híbridos” descompassados de incorporação e mescla de conjuntos de sistemas de ideias (seja elas ideológicas ou mesmo sistemas de princípios de um dado campo do conhecimento) que não tem como referência a realidade brasileira e que, uma vez empregados, passam a ter efeitos desequilibrados, perdendo a total relação de sua originalidade, constatando-se, como mencionado anteriormente, a sua falsidade. Em suas palavras:

Nesse contexto, portanto, as ideologias [ou ideias] não descrevem sequer falsamente a realidade, e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria – por isso as chamamos de segundo grau. Sua regra é outra, diversa da que denominam; é da ordem do relevo social, em detrimento de sua intenção cognitiva e de sistema. **Deriva sossegadamente do óbvio, sabido de todos – da inevitável “superioridade” da Europa – e liga-se ao momento expressivo, de autoestima e fantasia, que existe no favor.** Nesse sentido dizíamos que o teste da realidade e da coerência não parecia, aqui, decisivo, sem prejuízo de estar sempre presente como exigência reconhecida, evocada ou suspensa conforme a circunstância. Assim, **com método, atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc. Combinando-se à prática de que, em princípio, seria a crítica [...] perde-se o pé**¹⁶⁶.

Elías Palti em *El Tiempo de la Política* apresenta em um ensaio/apêndice intitulado “Lugares y no lugares de las ideas en América Latina”¹⁶⁷ problematizações em torno do conceito/proposição de Roberto Schwarz das “ideias fora do lugar”. Sustentando uma crítica contundente que alia análise da trajetória, história intelectual e análise linguística, Palti propõe uma leitura que avança e recoloca a discussão das “ideias fora do lugar” por um novo viés,

Brasil: Cadernos de Debate 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976, p.61– 64. COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura Brasileira: Um Intimismo Deslocado, À Sombra do Poder. História do Brasil: Cadernos de Debate 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972, p.65 – 67. BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: A Dialética da Colonização. São Paulo: Cia das Letras, 1992. O artigo citado de Bernardo Ricupero, publicado na Revista de Sociologia e Antropologia, assim como “Da Formação à Forma. Ainda As Ideias Fora do Lugar” publicado na Revista Lua Nova podem ser tomados como guias analíticos da fortuna crítica de “As Ideias fora do Lugar”.

¹⁶⁵ SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora de Lugar*. Op. Cit., p.48.

¹⁶⁶ Idem, p.53 [grifos meus].

¹⁶⁷ Interessante destacar que ao contrário dos críticos brasileiros da proposição de Schwarz discutido em notas anteriores, Palti apresenta uma problematização que vai além do debate em torno do dualismo liberalismo, de um lado, e sociedade escravocrata, de outro.

através da linguística. Iuri Lotman, Oswald Ducrot e J.G.A. Pocock são referências fundamentais em seu ensaio, uma vez da crítica, por meio de sua leitura de Schwarz às limitações conceituais da história das ideias como um campo de conhecimento. Palti considera essencial esse “giro linguístico” dentro da história das ideias para não se cair em um “contextualismo” limitado que atribui um sentido de referencialidade inerente às próprias ideias tomadas isoladamente. Nesse sentido, é importante destacar, a partir das referências que dão força ao seu modo de ler Schwarz, a pertinência do conceito “ideias fora do lugar” do crítico brasileiro, assim como a localização de uma problemática que vai além de configurar a natureza ou o lugar das ideias. Cito Palti:

La piedra de toque de su concepto radica en giro fundamental que él introduce em los modos de abordar la cuestión. Su interrogación original ya no referiría em verdad a la supuesta “extrañeza” de las ideas y la cultura brasileña sino, más bien, a como es que éstas vienen eventualmente a ser percibidas como tales por determinados sectores de la población local¹⁶⁸.

Roberto Schwarz reconheceria facilmente essa afirmação de Palti. Em *Por que “ideias fora do lugar”*¹⁶⁹ publicado em 2012, rememora a respeito de seu ensaio, como também parece tentar, depois de 37 anos da publicação, dissolver os mal entendidos que o assombram. Segundo Schwarz: “[...] o propósito do ensaio não foi afirmar, pela enésima vez, que as instituições e ideias progressistas do Ocidente são estrangeiras e posições em nossos países [da América Latina], mas sim de discutir as razões pelas quais parece que sejam assim”¹⁷⁰.

Segundo a leitura de Palti, as razões pelas quais, como sustenta Schwarz, de que as “ideias” aparecem e sejam entendidas de modo a configurarem um estranhamento ou um lugar que não as cabe, necessita estar ancorada em uma reflexão que de suporte cognitivo a própria compreensão do que se está tomando como “ideias”, uma vez que se cairia facilmente em uma suposição naturalizada. Nesse sentido, sustenta que é preciso pensar nos problemas epistemológicos que a proposição acarreta para história intelectual. Segundo Palti:

Desde la perspectiva exclusiva de los contenidos semánticos de los discursos, entre “ideas” y “realidad”, entre “texto” y “contexto”, sólo existiría una relación mecánica externa. El “contexto” aparece aqui sólo como una especie de escenario exterior para el despliegue de las ideas (que conforman el “texto”). Entre uno y

¹⁶⁸ PALTÍ, Elías J. Lugares y no lugares de las ideas en América Latina. In; *El Tiempo de la Política: El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, p.299.

¹⁶⁹ Esse ensaio foi escrito para 5º Jornadas de Historia de las Izquierdas, e apresentado em 13 de novembro de 2009. SCHWARZ, Roberto. Por que “ideias fora do lugar”. In; *Martinha Versus Lucrecia*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

¹⁷⁰ Idem, p.167.

outro nível no hay aún verdadera interpenetración. Y aquí radica también la limitación fundamental contra la choca el enfoque de Schwarz¹⁷¹.

Apresentando o diagnóstico, ou as limitações, o historiador argentino aponta por meio de sua leitura, saídas aos problemas. As “ideias” que ancoram a problemática de Schwarz, em Palti são transpostas para uma problemática da linguagem. Em suas palavras,

Si dicha fórmula representa una contradicción en los términos es porque en ella se confunden dos instancias lingüísticas muy distintas. Schwarz introduce en esta fórmula un fato *pragmático-contextual* en um nível *semântico* de lenguaje, lo que necesariamente engendra una discordancia conceptual, es decir, lo lleva a describir las ideas en términos de significados y proposiciones atribuyéndole, sin embargo, funciones que son propias de su uso. Las “ideas” (el nivel semântico) suponen *proposiciones* (afirmaciones o negaciones respecto del estado del mundo). Estas no se encuentran determinadas contextualmente: el contenido semântico de una proposición (“que se disse”) puede establecerse más allá del contexto y modo específico de su enunciación¹⁷².

Não é gratuita a transposição analítica operacionalizada por Palti. Sua (re)leitura do conceito de Schwarz atribui um significado linguístico ao conceito, considerando que “ideias” está correlacionado em Schwarz ao sentido de ‘proposições’, e estas operam por meio de uma dimensão contextual que é integrante de uma dimensão pragmática da linguagem. Nesses termos, a unidade é o próprio enunciado, e não a proposição. O que importa considerar a respeito do enunciado não é o significado, mas o significante. Dando importância ao significante na produção de sentido, Palti a determina como uma operação contingencial. Como afirma, “este refiere no sólo a “que se dijo” (el contenido semântico de las ideas), sino también a “como se dijo”, “quién lo dijo”, “donde”, “a quién”, “em qué circunstancias”, e etc”¹⁷³.

Essa interpretação do conceito de Schwarz funciona, em minha interpretação, como uma potencialização da problemática das “ideias fora do lugar”, pois inscreve o debate, não apenas sobre uma égide contextual, mas complementar a problemática da linguagem, ou seja, a importação de códigos, sistema de linguagem, vocabulário e etc., é o que dá possibilidade para se falar em “ideia fora do lugar”. Esse reconhecimento pressupõe em levantar, ao menos enquanto problema, os processos de intercambio e dependência de sistemas simbólicos e culturais e a definição por esses mesmos problemas de significado comunicacional entre culturas e tradições representada, como sugere Palti, pelo esquema de “emissor-mensajereceptor”¹⁷⁴. Nesse sentido, ainda frisa, por meio de Lotman que nenhum “código”, “texto”

¹⁷¹ PALTÍ, Elías J. Lugares y no lugares de las ideas en América Latina. Op. Cit. p. 291.

¹⁷² Idem, p.291.

¹⁷³ Idem, p.294.

¹⁷⁴ Idem, p.297.

ou “linguagem” existem de modo separado, todo esse processo comunicativo e histórico está pressuposto, enquanto possibilidade sobre a presença de códigos externos e de um princípio de traduzibilidade, e principalmente, como esse princípio é desenvolvido. Por fim, destaco para um último trecho, onde Palti apresenta sua síntese a respeito de Schwarz e que contribui ao problema desenvolvido por meio de sua leitura. Cito Palti:

En síntese, podemos afirmar que el concepto de Schwarz de las “ideas fuera de lugar” así reformulado, es decir, reinterpretado en termino de las “ideas siempre parcialmente desencajadas”, resultan aún sumamente esclareceder de los fenómenos de intercambio simbólico y, em particular, de la dinámica desigual de los desarrollos culturales en América Latina, ofreciendo una herramienta más sofisticada de análisis que la que provee el esquema de “modelos” y “desviaciones” [...] la apelación a modelos lingüísticos más complejos permitiría rescatar el núcleo “fuerte” de su propuesta original (que es definitivamente mucho más interesante que su versión debilitada más difundida) y reelaborarlo evitando la caída en el tópico, tornando a este mismo em objeto de análisis, pasible de escrutinio crítico; em fin, “desnaturalizarlo”, “desfamiliarizarlos”¹⁷⁵.

No entanto, essas ponderações não repercutem em considerar José Honório Rodrigues e sua escrita de *Teoria da História do Brasil* um caráter de falsidade ou erro. Ao contrário, a proposições de Roberto Schwarz e a releitura oferecida por Palti, possibilita a percepção do funcionamento de um mecanismo comum, o qual Nelson Werneck Sodré denominou como “ideologia do colonialismo”. Segundo Sodré:

A transplantação cultural, isto é, a imitação, a cópia, a adoção servil de modelos externos, no campo político como no campo artístico [e também, no científico] deriva [...]: [da] forma como penetra a ideologia do colonialismo¹⁷⁶. Os povos subordinados não a escolhem por um ato de vontade. São naturalmente conduzidos a recebê-la porque, ao mesmo tempo em que justifica a supremacia das nações colonizadas, justifica, internamente, a supremacia da classe ou das classes que se beneficiam da subordinação, associando-se às forças econômicas externas que a impõe¹⁷⁷.

Afora a determinação de classe de seu argumento, a “ideologia do colonialismo” seria algo sorrateiro, parte de um mecanismo silencioso, sutil que opera pela inconsciência dos

¹⁷⁵ Idem, p.307.

¹⁷⁶ A constituição da ideologia do colonialismo em Nelson Werneck Sodré perpassa a própria história de exploração e domínio da Europa sobre as colônias. A constituição da ideologia do colonialismo constituiu-se, em respectivas transformações, entre os períodos das grandes navegações ao século XVI à emergência do imperialismo no século XIX. Como sustenta: “A ideologia do colonialismo começa a aparecer quando a expansão europeia se define nas descobertas ultramarinas. Adquire suas dimensões mais amplas, entretanto, quando, com a Revolução Industrial, determinadas áreas do mundo, a americana principalmente, emancipam-se de suas metrópoles, constituindo-se novos países. Mantida a estrutura colonial de produção, tais países deixam de gravitar em torno de suas metrópoles antigas, para gravitar em torno de outras, não tituladas assim, que regulam o seu desenvolvimento econômico. Através da ideologia do colonialismo, a camada culta dos povos oriundos da fase colonial estrita, é ganha – preparada que está pela sua condição de classe, – para aceitar a subordinação econômica, atribuindo-a a fatores não materiais: superioridade de raça, superioridade de clima, superioridade de situação geográfica, que predestinam às novas metrópoles. É, em suma, a preparação ao imperialismo, a cuja agonia estamos assistindo, nesta fase de decomposição das áreas coloniais, sob novas condições”. SODRÉ, Nelson Werneck. *A Ideologia do Colonialismo: Seus Reflexos no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

¹⁷⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *A Ideologia do Colonialismo*. Op. Cit., p.13.

agentes em meio a esse processo de incorporação de ideias que, uma vez empregadas no contexto destinado, ficam “fora do lugar”.

Assim, as tomadas de posição de José Honório pela defesa da especialização dos estudos históricos tendo como modelo de ciência histórica, seus códigos e linguagem a maneira europeia, juntamente com a defesa da metodologia histórica vinculada a uma memória disciplinar que se reporta ao cânone e exclui os historiadores nacionais, são fatores que indiciam esse processo. Portanto, podem ser interpretados por meio dessa chave de leitura, uma vez que, para Rodrigues, a única opção a ser seguida pelos historiadores brasileiros é o caminho da disciplina da história significada a partir de uma memória disciplinar europeia.

Logo, as análises de Schwarz, visando à leitura que desenvolvo a respeito de José Honório Rodrigues, especificam um mecanismo social e apresentam uma perspectiva que principia pela forma como esse mesmo mecanismo se torna ativo e interno na cultura brasileira, expondo uma dificuldade inescapável no que diz respeito aos intelectuais brasileiros e a sua reprodução social. Segundo Schwarz:

[...] uma espécie de chão histórico, analisado, da experiência intelectual. Pela ordem, procurei ver na gravitação das ideias um movimento que nos singularizava. Partimos da observação comum, quase uma sensação, **de que no Brasil a ideias estavam fora de centro, em relação ao seu uso europeu.** E apresentamos uma explicação histórica para esse descolamento, que envolvia as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital. Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia a dia, fomos levados a refletir sobre o processo da colonização em seu conjunto, que é internacional¹⁷⁸.

Na leitura de Schwarz, esse aspecto “fora de lugar”, ou fora de centro, da reprodução social das ideias no Brasil, expõe um dispositivo que é integrante da vida intelectual brasileira, uma vez que a qualidade que é dada às matérias e aos problemas da produção cultural perpassam tais entrelaçamentos. Nesse sentido, os historiadores, ou escritores de modo geral, muitas vezes não se conscientizam desse processo, como sustenta Schwarz: “O escritor [ou o historiador] pode não saber disso, nem precisa para usá-la. Mas só alcança uma ressonância profunda e afinada caso lhes sinta, registre e desdobre – ou evite – o descentramento e desafinação”¹⁷⁹. Ainda sobre essa afirmação de Schwarz, basta reconhecer com Alfredo Bosi em *A Dialética da Colonização*, que os agentes produtores culturais e intelectuais das regiões periféricas não apenas sofrem, mas também escolhem e trabalham às

¹⁷⁸ SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora de Lugar: Ensaios selecionados*. Op. Cit., p.63.

¹⁷⁹ Idem, p.62.

influências dos polos dominantes, nesse caso, a relativização não altera, mas reitera os processos de dominação fruto da herança colonial. Segundo Bosí,

Neste, como em outros momentos de nossa história de idéias, as relações entre o centro e suas periferias merecem receber um tratamento que não as reduza às afirmações de tudo ou nada. Glosando uma hipótese de John Dewey sobre a formação da consciência pessoal, é possível dizer que os grupos culturais e políticos das nações dependentes não apenas sofrem como também escolhem e trabalham as influências dos polos dominantes do sistema¹⁸⁰.

A menção a essas considerações não desqualificam o empreendimento intelectual desenvolvido por José Honório Rodrigues em *Teoria da História do Brasil*. Apenas apontam uma interpretação possível, apresentando os elementos para que se compreenda o conjunto estrutural de sua narrativa, assim como a historicidade do modo como as ideias por ele apresentadas e defendidas incidem na escritura de uma Teoria da História que tem o Brasil como horizonte.

Com isso, a intenção esteve, de um lado, em expor a compreensão do desenvolvimento das ideias de José Honório sintetizadas pelo modo como compreende a história e, por consequência, a imagem de como a disciplina da história deveria ser constituída no Brasil e desenvolvida pelos historiadores brasileiros, e, de outro, em como essas mesmas concepções fazem referência a um contexto externo, sendo fruto de apropriação, que uma vez empregadas em seu contexto destinado apresentam uma estrutura que parecem funcionar, como sustenta Schwarz, “fora de lugar”.

Esse “fora de lugar” opera em um sentido específico. Não tenho intenção de apresentar uma interpretação redutora ou afirmar que *Teoria da História do Brasil* é um livro fora de lugar. Refiro-me apenas às “ideias fora de lugar” a partir da interpretação de Schwarz/Palti e suas aproximações com Nelson W. Sodré, que repercutem no modo como Rodrigues desenvolve sua defesa da especialização do trabalho historiográfico, assim como a constituição da disciplina da história no Brasil, assumida como uma única via. Ou seja, por meio da memória disciplinar que constitui e também da metodologia da história, esta estruturada em um cânone eminentemente europeu. A defesa da metodologia da história como o elemento fundamental da especialização do trabalho histórico é sustentada por José Honório por um conceito de história de validação universal, sem levar em conta a complexidade e a historicidade desse mesmo conceito e seu contexto de referência e emergência que, por meio de Koselleck, singulariza-se pela experiência alemã. Logo, essas duas posturas, que são pontos centrais em THB, e que indicam a significação dessas mesmas práticas discursivas,

¹⁸⁰ BOSI, Alfredo. *A Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p.237.

vide a economia textual de *Teoria da História do Brasil*, se fazem possíveis para a interpretação a partir de Schwarz/Palti e Sodré.

José Murilo de Carvalho em *História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*, apresenta uma considera o complementar ao problema desenvolvido. Partindo dos estudos da retórica e identificando as tradi es que tiveram efeito e influência no Brasil desde o século XIX, principalmente nas questões políticas imperiais, Carvalho afirma: “[...] traço do estilo, ou da retórica portuguesa, transferiu-se para o Brasil e talvez ainda esteja presente até hoje”¹⁸¹. O que se segue, por meio da leitura de Carvalho sobre a incidência da retórica portuguesa no Brasil,   a chamada de aten o para a rela o do fenômeno identificado por ele como onipresente da cita o de autores estrangeiros e da conseqüente importa o de ideias.

No entanto, para Carvalho essa importa o de ideias não incide propriamente em um indicador de dependência intelectual, nem em coloca o correta ou incorreta de ideias, mas sugere, por meio dos estudos retóricos de tradi o brasileira, e dentro dessa, que o argumento de autoridade era um requisito indispensável, um recurso de argumenta o, culminando em uma ret rica¹⁸². Segundo Carvalho: “Em princípio, portanto, a cita o de um autor estrangeiro não significava necessariamente adesão a suas idéias, embora pudesse significar”¹⁸³. De todo modo, essas considera es de José Murilo de Carvalho não anulam as de Roberto Schwarz e Nelson Werneck Sodré, aqui sustentadas enquanto recurso interpretativo, mas endossam, ainda mais, a prerrogativa de um mecanismo comum, ou seja, “ideias fora de lugar”; “ideologia do colonialismo” e a incidência de uma retórica de autoridade pela autoria estrangeira. Sugerindo, ainda, a hipótese do modo como se deu a constru o da cultura intelectual brasileira entre o século XIX e XX¹⁸⁴.

¹⁸¹ CARVALHO, José Murilo de. *História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Rio de Janeiro, *Revista Topoi*, n 1, p, 123-152,2000, p.149.

¹⁸² Idem, p.149.

¹⁸³ Idem, p.149.

¹⁸⁴ A esse respeito ver os capítulos V e VI de *Ideologia da Cultura brasileira (1933-1974)* de Carlos Guilherme Mota, denominados “A época de Revisões Radicais e Aberturas Teóricas” (1964-1965) e “Impasses da Dependência Cultural” onde o autor, investigando o desenvolvimento ideológico da no o de cultura brasileira apresenta os anos de 1960/1970 como um marco de renova o teórica por parte de setores da esquerda. Essa revisão teórica possibilitou a reflexão sobre a condi o colonial e a rela o de dependência com os países do centro capitalista. Dependência essa que reverbera no plano político, econômico, cultural e simbólico. Uma das considera es do capítulo seis e que exemplifica a questão aqui levantada, toca os sentidos ideológicos da abstrata de uma no o como a de “cultura brasileira”. Segundo Mota, “[...] no plano dos conceitos, a no o de “cultura brasileira”, ao se vincular   tradi o estamental [colonial], – ficando entendido que ‘os estamentos não foram extintos historicamente’, como demonstra Florestan Fernandes – colabora na manuten o de um sistema ideológico no qual se perde de vista aquilo que   relevante, isto  , que a tendência dos processos sociais, políticos e culturais ocorrentes dentro das premissas desse sistema, tendem a eliminar os polos tensos e a escamotear os dinamismos efetivos dos processos de apropria o dos excedentes, a impossibilitar a compreensão

3.2.2. Da teoria ao método e do método à teoria

A seguir, passo para as discussões que consistem no significado de teoria da história em *Teoria da História do Brasil*, expondo a ligação narrativa desenvolvida por José Honório e sua concepção de compreensão dos procedimentos metodológicos do trabalho do historiador.

O subtítulo de *Teoria da História do Brasil* parece indicar, muito mais que seu próprio título, um dos sentidos possíveis da escrita de uma teoria da história: “Introdução metodológica”, ao lado de Teoria da História, parece constituir a enunciação de um manual, ou mesmo um “compêndio” de ideias que autorizariam a formação do historiador pelos caminhos que o mesmo tem de seguir para constituir-se como tal. Também pode ser entendido como a construção de um quadro geral do vocabulário do historiador profissional, ou tópicos que pertencem à disciplina da história e que os historiadores, enquanto profissionais, tem de se defrontar cotidianamente na realização de seu trabalho. Ambos os sentidos caminham lado a lado, como apontarei na sequência.

Como discutido anteriormente, por meio do significado atribuído à funcionalidade dos estudos históricos, assim como (do)ao valor da história, Rodrigues inscreve a operação que constitui a produção do conhecimento histórico como uma operação compreensiva, estruturada por meio de um movimento temporal que abre ao presente do historiador a possibilidade de investigação do passado. Essa operacionalidade defendida por José Honório

das linhas de ordenação social na qual se desenvolvem os mecanismos da produção cultural, obscurecendo a situação de carência e dependência cultural. Mais: além de indicar uma grave crise ideológica, que por certo é mais ampla e atinge outras frentes de diagnosticadores de situações culturais e políticas no Terceiro Mundo, tal noção dissolvente e relativizadora de cultura incorpora com relativa facilidade formulações dispares e até mesmo radicais, provenientes das mais diversas frentes teóricas (Freyre retira ingredientes desde o peruano Carlos Delgado até Roland Barthes), diluindo seu potencial crítico e contestador, como é a teoria marxista das classes sociais. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. (1933 -1974). São Paulo: Editora Ática, 1978, p.269-270. Ao lado de Carlos Guilherme Mota, e para além de Schwarz e Sodré, pode ser ainda identificado uma série de cientistas sociais, historiadores e críticos literários que irão problematizar a condição periférica da América Latina questionando a relação de dependência e herança colonial, por meio de diferentes trabalhos que abarcavam perspectivas políticas, econômicas, sociais, cultural, intelectuais e simbólicas. A destacar por Antonio Candido em *Formação da Literatura Brasileira* (1971); Florestan Fernandes em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973); Ferreira Gullar em *Vanguarda e Subdesenvolvimento* (1969), Celso Furtado em *A Hegemonia dos EUA e o subdesenvolvimento na América Latina* (1978), Silviano Santiago em *O entre-lugar do discurso latino-americano* (1971), Haroldo de Campos *Da Razão Antropofágica: Diálogo e Diferença na Cultura Brasileira* (1980) e Alfredo Bosi *A dialética da Colonização* (1992).

indica a teoria do conhecimento histórico que embasa e sustenta sua *Teoria da História do Brasil*.

Ao lado da defesa da cientificidade da história, como também da função e significação, assim como da história como uma ação compreensiva, Rodrigues parte para o desenvolvimento de uma série de reflexões que toma o próprio campo do conhecimento histórico enquanto objeto de investigação. Nesses termos, desenvolve um percurso narrativo que liga sua compreensão a respeito da epistemologia do conhecimento histórico com os aportes metodológicos. Nesse espaço narrativo, apresenta algumas reflexões que endossam as prerrogativas teóricas de *Teoria da História do Brasil*, assim como abre uma tópica de reflexões, com as quais o historiador profissional não deverá abster-se¹⁸⁵. Essa não abstenção por meio das reflexões levantadas pode ser entendida, em face do plano de THB, como a defesa de um vocabulário específico da disciplina da história, ou mesmo, em um conjunto teórico e metodológico com o qual o historiador deveria ser disposto e pensado.

Esse espaço narrativo, portanto, apresenta alguns desenvolvimentos que podem ser sintetizados em quatro pontos. Primeiro, as questões que inscrevem os problemas da causalidade: a construção do fato por meio da depuração dos acontecimentos. Em segundo lugar, o problema da periodização, partindo de enunciados gerais a respeito da periodização, José Honório oferece ao leitor caminhos e, por consequência, aponta sua posição e entendimento a respeito da periodização para aplicá-la, em decorrência de uma leitura da historiografia brasileira a partir do problema da periodização da História do Brasil. Em terceiro lugar, apresenta os diferentes tipos de história, fazendo uma distinção, a guisa de sua definição de periodização, entre o especialista de períodos e o especialista de matéria. Em quarto lugar, os problemas que encerram a questão da certeza histórica e sua natureza, logo, a questão da prova histórica. Passo agora ao desenvolvimento desses quatro pontos.

A causalidade histórica, como um conceito determinante em explicar fenômenos que recorrem ao princípio de identificação, e que sustenta uma interpretação sobre o evento antecedente determinante ao consequente, não podem ser levadas em consideração em relação ao conhecimento histórico, segundo Rodrigues¹⁸⁶. Esse conceito foi importante, em sua avaliação, para o século XIX, e desempenhou uma função dentro dos quadros científicos que diz respeito à epistemologia das ciências naturais, uma vez que a causa de um fenômeno é a sua lei.

¹⁸⁵ Essas tópicos tem como referência os capítulos de 4 ao 8.

¹⁸⁶ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil. Op. Cit.*, 50-51.

Partindo do epistemólogo francês Émile Meyerson, José Honório sustenta que houve uma assimilação completa entre os conceitos de causa e lei¹⁸⁷. O conceito de lei domina e absorve o conceito de causa, e a transforma em princípio de legalidade¹⁸⁸. Essa legalidade seria a de todos os princípios da natureza. Diferente disso, o conhecimento histórico uma vez libertado do naturalismo, vide as referências a Dilthey e Rickert, teria de abandonar essa relação mecânica e determinante da causa, e da investigação sobre a mesma, para compreender uma dada realidade histórica¹⁸⁹. Cito Rodrigues:

Não se pretende proibir o uso da palavra, mas o do conceito. O historiador pode valer-se dele como de uma metáfora, mas não julga que, com ele, descreve um processo efetivo do pensamento histórico. O jogo das causas eficientes, sem alma alguma, é substituído pelas representações, sentimentos e motivos. A torrente que se precipita compõe-se de gotas d'água homogêneas, que se entrecrocaram; porém, uma só frase, que não é mais que o hábito de uma boca, comove toda a sociedade, mediante um jogo de motivos de puras unidades individuais. É uma interação diferente que consiste não só no fator externo mas na ação interna, pessoal, individual, singular. Existe um fim, e o historiador procura ver a adequação do ato ao propósito, a pressão do mundo, o impulso e a resistência, tudo isso mostra a relação íntima entre a ação e o fato. Um espírito se objetiva no fato. Este não pode ser compreendido se nos limitarmos a uma relação mecânica de causa e efeito. Formam-se fins, realizam-se valores, e é este algo espiritual que se incorpora ao fato, que impende explicação e existe compreensão¹⁹⁰.

A defesa de uma nova significação do conceito de causa cumpre um fim epistemológico. Se o conhecimento histórico estrutura-se na tentativa de compreender uma realidade passada por meio dos problemas do presente, a mesma complexidade que impõe ao historiador no presente, múltiplos problemas históricos, também está em uma relação de presença ao passado, uma vez que a objetivação de um fato estará encerrada em uma multiplicidade de elementos que solapam a determinação de uma causa e um efeito. Portanto, a melhor atitude interpretativa, para Rodrigues, reside na procura de um conjunto de condições materiais que se relacionem funcionalmente na dinâmica dos múltiplos feixes de relações que fabricam ou objetivam um fato. Tratar esses vários elementos que funcionam ativamente na objetivação do fato, e de seus respectivos significados, rompe com o conceito de causa, rompendo também com o tratamento hierárquico em relação à motivação histórica¹⁹¹. Ao investigar um acontecimento, sustenta Rodrigues, o historiador deverá distinguir entre o que se pode chamar, de um modo, o lado externo de um acontecimento, e de outro, o lado interno. Em suas palavras:

¹⁸⁷ Idem, p.50.

¹⁸⁸ Idem, p.50.

¹⁸⁹ Idem, p. 51.

¹⁹⁰ Idem, p.52 [Grifos meus].

¹⁹¹ Idem, p.55.

O interno é o que só pode ser descrito em termos de pensamento. O historiador nunca pode excluir qualquer deles. **Ele investiga não meros acontecimentos, mas ações, e ação é a unidade do aspecto externo e interno de um acontecimento.** Ele sempre se lembra de que sua tarefa consiste em pensar na ação, para discernir o pensamento, o motivo, o fim ou o propósito do agente¹⁹².

A respeito dessas disposições internas e externas que encerram um acontecimento em meio à ação inscrita sobre o mesmo, ao que toca o historiador, o mesmo só atinge uma densidade intelectual sobre o acontecimento utilizando-se da compreensão. O que Rodrigues sustenta é que a história, enquanto um conhecimento compreensivo esforça-se pela prática do historiador em compreender os vínculos, nexos, conexões que ligam o agente aos resultados ou efeitos; logo, aos fins¹⁹³. Essa atitude compreensiva sobre o acontecimento impõe a imagem de passado que a narrativa histórica deve perfilar. Posto a ampliação do conceito de causa, outros três termos operam nessa relação. Segundo Rodrigues:

Na história temos também três termos, com a diferença fundamental que o segundo é o homem, e que, portanto dominam motivos psíquicos que só a compreensão pode conhecer, mas que não podem ser explicados, como nas ciências naturais. Daí os acasos, os condicionais e o azar na história¹⁹⁴.

Ao conceito de humano, e suas decorrências, o antecedente e o conseqüente que operariam na relação determinista da análise em ciências naturais, dissolvem-se em uma miríade de possibilidades interpretativas que abrem ao conhecimento histórico a possibilidade de sua concretude compreensiva, possibilitando um conhecimento do presente e do passado. Essa base não deriva somente do método, mas é determinada pelo objeto, tendo em vista a reconstituição e apreensão do significado na ação da objetivação do fato. Logo, o conhecimento, assim constituído, não se torna uma reprodução de experiências, mas deriva, para Rodrigues, de uma seleção abstrata dos elementos particulares da experiência para um fim intelectual específico¹⁹⁵. Por meio da causalidade, e de um novo sentido a ela atribuído, José Honório criva a ação compreensiva do historiador sobre a historicidade da ação passada, enquanto produção do acontecimento que a compreensão do historiador deverá reconstituir.

Em seguida, José Honório desenvolve os problemas que tocam a periodização. Considerada por Rodrigues como fundamental para a produção do conhecimento histórico e, por conseguinte, da escrita da história, a periodização é um elemento ativo do desenvolvimento do objeto do historiador.

¹⁹² Idem, p.55.

¹⁹³ Idem, p.56.

¹⁹⁴ Idem, p.56.

¹⁹⁵ Idem, p.56.

Partindo de Croce, sustenta Rodrigues, que pensar na história, é já, certamente, dividi-la. Em suas palavras: “[...] periodizá-la, pois, como lembra Croce, pensamento é organismo, dialética, drama, e como tal, tem seu princípio, meio e fim e todas as outras pausas que um drama comporta e requer”¹⁹⁶.

A periodização, como um problema de escrita da história, emerge na narrativa de THB, para demarcar o problema que destaca na especificidade de um dado processo histórico o significado de um período. Por meio dessa tentativa, a periodização, enquanto um problema de escrita da história inscreve-se junto da tentativa de controle do tempo, como também de compreender as relações do devir histórico, entre continuidades e descontinuidades, impondo-se aos historiadores, de modo geral, como uma prerrogativa problemática e não natural da escrita da história, uma vez que, conscientemente ou não, toda escrita histórica parte de princípios de divisão e encadeamento de períodos. Cito Rodrigues:

Em nenhuma parte como aqui o historiador demonstra tanto se ficou na exterioridade ou na superfície do suceder ou se penetrou mais profundamente na essência de uma época. É aqui, ainda, onde ele mostra se é um pedante, um rato de biblioteca, um burocrata da história ou realmente um historiador¹⁹⁷.

A periodização é tomada como um dos pressupostos de distinção da escrita histórica. José Honório, por meio do trecho acima destacado, aponta a periodização como um elemento de crítica à própria narrativa histórica. Por meio da periodização, ou por meio da interrogação a respeito da periodização, pode-se visualizar a imagem de passado que um dado historiador constituiu e o modo como desenvolveu a representação do passado por meio da divisão dos períodos oferecidos.

A divisão por períodos, ou o conjunto de reflexões que envolvem a ação intelectual, a qual José Honório denomina de periodização, indica os esforços em desnaturalizar o próprio objeto da história, em vistas do presente do historiador, e por meio disso, desenvolver uma ação compreensiva do sentido e significado da historicidade dos períodos históricos.

Nesse sentido, outro aspecto que caracteriza as discussões em torno da periodização é o ponto de vista do historiador ao construir seu objeto de conhecimento. Em toda periodização, afirma Rodrigues, “se intromete a ideia do mundo do historiador ou filósofo”¹⁹⁸. Dado que uns preferem periodizar segundo critérios econômicos, outros, por critérios políticos, ou ainda, como Troeltsch, sustenta Rodrigues, que marca períodos com base nas transformações espirituais e culturais, ou nas suas relações com as modificações

¹⁹⁶ Idem, p.58.

¹⁹⁷ Idem, p.59.

¹⁹⁸ Idem, p.61.

econômicas¹⁹⁹. Portanto, para Rodrigues, qualquer fixação de fronteiras históricas no curso do suceder histórico, ou mesmo na divisão com base no devir histórico, está condicionada subjetivamente em meio às crenças ou ideologias do historiador ou filósofo²⁰⁰.

Na sequência, José Honório passa às exemplificações. Ou seja, partindo desses enunciados gerais, teóricos, a respeito da periodização, apresenta uma aplicação dos mesmos sobre a conjuntura brasileira remetendo à periodização na História do Brasil, por meio da escrita dos historiadores brasileiros. A narrativa que enreda o capítulo que dedica esse desenvolvimento apresenta uma história da produção histórica no Brasil, tendo em vista os diferentes modos como foi dividida a história do Brasil. Apresentarei os traços que, em minha leitura, são fundamentais da constituição da periodização apresentada por José Honório Rodrigues.

Em primeiro lugar, a escrita da história desenvolvida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Para José Honório, o IHGB indica um primeiro interesse a respeito de se questionar pela divisão em períodos do passado brasileiro. O impulso mais importante – afora os debates que conjecturaram o IHGB desde sua fundação –, e que melhor caracteriza, na leitura de Rodrigues, durante toda essa época do Instituto uma periodização da história do Brasil é a que desenvolve o naturalista alemão Karl F. P. Von Martius, por meio da dissertação ganhadora do concurso do IHGB, no decênio de 1840, intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil*²⁰¹. Nas palavras de Rodrigues:

O plano do sábio naturalista não traduz, na realidade, nenhuma tentativa ou esboço de periodização. Mas contém tantas ideias gerais sobre o problema da história brasileira que irá servir de ponto de partida para vários trabalhos que mais tarde serão escritos sob a inspiração do método aí delineado. A força da penetração de Martius, a acuidade de suas observações e de suas ideias gerais sobre a história brasileira vão facilitar aos que o seguirem a delimitação mais exata, a segregação de certos tipos ou de certas seções de nossa história²⁰².

O ponto de destaque de Rodrigues para Martius, apesar deste não trazer a questão da periodização propriamente dita, estaria em apresentar um programa abrangente que chamava a atenção para a importância da contribuição das diferentes etnias na história brasileira, assim como a relação entre os indígenas, negros e portugueses, e as implicações dessas relações na construção histórica do Brasil²⁰³.

¹⁹⁹ Idem, p.61

²⁰⁰ Idem, p.61.

²⁰¹ José Honório Rodrigues, anos mais tarde, escreveria um ensaio a respeito da Historiografia Estrangeira sobre o Brasil, publicado: RODRIGUES, José Honório. *Vida e História*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966. No referido ensaio, retoma por meio de uma análise biográfica a produção intelectual de Martius.

²⁰² RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. Op. Cit., p.70.

²⁰³ Idem, p.70. A respeito de Martius, ver também a primeira seção desse capítulo.

Em seguida, aponta Rodrigues, para a publicação, entre os anos de 1854-57, de *História Geral do Brasil*, de F. A. Varnhagen. O plano da obra, segundo José Honório, apesar de Varnhagen ter seguido Martius, não apresenta nenhuma novidade em matéria de periodização, uma vez que as linhas mestras de classificação estariam semelhantes às de Southey, ou mesmo dos mais antigos, que se limitavam a seguir os clássicos, dividindo a história em décadas²⁰⁴.

A ruptura, para Rodrigues, não só das questões de método e escrita da história, mas também de periodização, estaria alçada sobre Capistrano de Abreu. A representação que constrói sobre o cearense apresenta o que deveria ser, não só a prática historiográfica para Rodrigues, mas a materialização ideal da identidade historiadora. Cito Rodrigues:

Não é à-toa que o maior historiador brasileiro, não só pela contribuição material mas pela agudeza e capacidade crítica, tenha sido também quem melhor distinguiu os períodos da nossa história. Capistrano de Abreu sentiu a necessidade espiritual de buscar, sob métodos críticos de pesquisa, as raízes de nossas verdadeiras épocas, distintas, únicas e singulares. Sua periodização não é só objetiva, empiricamente embasada nas fontes materiais e nos fatos, mas sociológica. **As construções periódicas passam a ser autônomas e completamente libertadas do esquematismo ou da simples distribuição da matéria.** Pela primeira vez se põe em relevo as formas e os motivos fundamentais econômicos-sociológicos de cada período individual e se deixa em aberto as relações de comportamento entre esses fundamentos e as superestruturas ideais. Capistrano de Abreu primeiro decompõe e analisa os componentes socioeconômicos e políticos para, então, estudar as várias conexões culturais. É das últimas camadas dessas raízes econômicas, nas circunstâncias geográficas e naturais e nas suas transformações e continuações em cada período que nasce a verdadeira periodização de Capistrano de Abreu²⁰⁵.

Para além de promover uma ruptura com a escrita da história tradicional do IHGB, na leitura de Rodrigues, Capistrano de Abreu teria investido em uma nova concepção de escrita da história, onde as questões da experiência, materializadas pelas fontes são questionadas a partir de interrogações teóricas, nesse caso, a ferramenta estaria disposta a partir da sociologia. Capistrano de Abreu teria dividido a história brasileira em seis períodos. Em *Informações e Fragmentos Históricos do Padre Joseph de Anchieta* (1886), Capistrano de Abreu desenvolve sua periodização da história do Brasil, que anos mais tarde, retoma em *Capítulos de História Colonial* (1907).

O primeiro período seria de Pedro Álvares Cabral até a conquista do Maranhão, período que se pode chamar, segundo Honório Rodrigues, de *transoceânico*²⁰⁶. Esse período se caracteriza pelo desdém pela terra e pelos habitantes aborígenes. A esse primeiro período, segue-se, em 1614, o da exploração do interior, com exceção de São Paulo. A exceção de não

²⁰⁴ Idem, p.71.

²⁰⁵ Idem, p. 73.

²⁰⁶ Idem, p.73.

considerar São Paulo sobre o mesmo plano, é motivada pela precocidade da expansão das Bandeiras, como reforça Rodrigues: “[...] a estreita restinga que separa a cordilheira oriental do Oceano obrigou a galgá-la desde logo”²⁰⁷. O terceiro período inicia-se nos primeiros anos do século XVIII, com as minas e a conseqüente revolução psicológica. Nas palavras de José Honório: “As rugas, as guerras contra os emboabas em Minas Gerais, e dos mascates em Pernambuco mostram as diferenças que separam estes períodos do *transoceânico*. Agora os desdenhados não são mais os mazombos e caboclos”²⁰⁸. Esse período se caracteriza cronologicamente entre 1614 e 1700, o litoral está todo povoado, exceto uma pequena faixa ao Sul, e os territórios do Norte e Amazonas. Começa, a partir de então, a penetração do território pelos rios. De 1700 a 1750 é o período das minas. Na sequência, 1750 a 1808 marca o período da consolidação do sistema colonial. De 1808 até 1850, o ponto de vista que estrutura esse período é do político e administrativo caracterizado de centralista, imperialista ou industrial²⁰⁹.

Por meio da leitura de José Honório, a respeito de Capistrano de Abreu, pode-se perceber um forte movimento etapista, como se cada período fosse a sequência determinante do próximo em consequência do anterior.

Se José Honório, como apontado anteriormente, desenvolve um vocabulário que alarga o sentido da causalidade histórica por meio da compreensão histórica, considerando as relações de multiplicidades no passado, uma vez que devir-histórico e movimento do tempo impõe aos historiadores uma série de fatores que escapam a análise determinante de causa e efeito, ao expor sua leitura a respeito da periodização de Capistrano de Abreu, acaba enrijecendo o movimento do tempo pressupostos pelo processo histórico que integra a história do Brasil. Ao reproduzir ao pé da letra a divisão do passado brasileiro em seis períodos estanques, a análise desenvolvida por José Honório Rodrigues a respeito da periodização de Capistrano de Abreu, e esse considerado como o “melhor historiador brasileiro”, acaba caindo no problema de colocar o período antecessor como a causa do subsequente, e com isso compor uma representação do passado brasileiro como um processo teleológico, como se a configuração do período subsequente já estivesse disposta no anterior.

José Honório Rodrigues apresentaria, ainda, as concepções de Joaquim Ribeiro, que segue Martius, como também as da obra de Oliveira Lima e João Pandiá Calógeras. De todo

²⁰⁷ Idem, p.73.

²⁰⁸ Idem, p.73.

²⁰⁹ Idem, p.74.

modo, a interpretação a respeito de Capistrano de Abreu é ilustrativa, não só da sua concepção em relação à periodização, mas do trabalho do historiador como um todo.

Em suma, o problema da periodização discutido por Rodrigues enquanto um corpus de reflexões que corresponde ao conjunto teórico do historiador indica as operações analíticas em meio aos esforços de divisão do processo histórico em diferentes períodos, indicando a significação dos mesmos e os elementos de coerência que inscrevem a historicidade do período que se quer tratar. Uma das leituras possíveis, como apresentado anteriormente, é para o caráter ativo da periodização na composição narrativa do historiador. De todo modo, Rodrigues não abre mão de considerar o processo histórico, a partir de uma leitura que presa pela continuidade, pois, em sua leitura, o suceder da história é único e indivisível²¹⁰. A periodização, por meio dessa continuidade, procuraria apenas destacar os atributos de distinção dentro desse contínuo pela reflexão do historiador. A unidade do contínuo da história é o próprio suceder da história como processo histórico. A partir dessas considerações, Rodrigues enuncia os diferentes tipos de história por meio de uma distinção de tipos ideais de historiadores especialistas. Somado à periodização, apresenta a divisão por matéria ou por conteúdo. Em suas palavras:

Quando o historiador se dedica especialmente a uma determinada matéria histórica, então, sim, ele realmente divide, deformando a realidade do sucedido. A devoção exclusiva à recriação da vida econômica, artística ou política significa a mutilação da unidade do sucesso histórico, conjunto complexo de fato de estrutura e de fenômenos ideais²¹¹.

Na leitura de José Honório, a especificação do conhecimento histórico por tipos de história estaria disposta por esses dois tipos ideais de especialistas: o de períodos e o de matéria. Essa distinção, embasada não pela escritura do passado, mas pelo componente autoral de uma pressuposição identitária, leva Rodrigues a distinguir, em meio à generalizações, esses dois tipos de especialista. O especialista de períodos não opera por uma divisão propriamente do passado, mas apenas logra encontrar a distinção que singulariza o período de que trata. O especialista de matéria, na leitura de Honório Rodrigues, mutila a unidade do processo histórico que caracteriza a história como um contínuo, porque assim revela apenas os aspectos da vida que interessam à especialização²¹².

O que está em jogo nessas distinções apresentadas por José Honório é a defesa de um conceito de totalidade do passado histórico, junto da ideia de que o fim do conhecimento histórico é a reconstituição dessa mesma totalidade passada, com o propósito de encontrar o

²¹⁰ Idem, p.79.

²¹¹ Idem, p.79.

²¹² Idem, p.79.

seu sentido último. Por meio da crítica ao especialista de matéria, fica clara a posição assumida pela narrativa de THB. Cito Rodrigues:

[...] a própria continuidade histórica não é percebida totalmente, mas aparentemente, sob a base daquele aspecto unilateral, que se elegeu como objeto de narrativa. Assim, a eleição de um aspecto da atividade humana, como objeto da história, representa não só uma relativa quebra da continuidade, como uma ruptura da unidade complexa da vida²¹³.

Logo, José Honório toma partido pelo especialista de períodos, uma vez que este não rompe com a ideia, que parece ser fundamental a Rodrigues, da totalidade da vida passada sintetizada pela complexidade que o conceito unitário de vida parece apresentar.

Nesse sentido, o historiador especialista de período apresenta uma narrativa histórica que se caracteriza pelo aspecto geral de uma determinada fase do processo histórico, segundo Rodrigues: “[...] o historiador [de período] não mutila a unidade das atividades humanas, embora deixe, quase sempre, de ver a significação do seu período na totalidade do passado”²¹⁴. Em contrapartida, o de matéria apresenta a história geral de uma única atividade, ao exemplo da história política, econômica, etc., correndo, segundo Rodrigues, dois riscos graves: “[...] primeiro, a continuidade também não se salva na íntegra, porque é mutilada em um só aspecto – a continuidade da vida econômica, da vida literária, da vida política; segundo, toda a vida histórica é brutalmente ferida na unilateralidade de uma visão”²¹⁵.

A partir dessas generalizações de tipos de ideias da identidade historiadora, e por consequência, de escrita histórica, Rodrigues aponta, ainda, dois outros tipos de especializações históricas que tem por pressuposto o especialista de matéria. O terceiro modo de especialização da história seria segundo o espaço em que uma dada atividade se desenvolve. Nas palavras de José Honório: “Aí estuda-se o grupo humano em todo o seu conjunto de atividades, limitando-se o historiador a recriar a vida deste num espaço delimitado. É a história das cidades, dos estados, regional, territorial”²¹⁶. Por fim, o quarto modo de especialização da matéria histórica é a biografia. Segundo Rodrigues:

Aqui também o historiador desrespeita a continuidade histórica, por que suspende-a intencional e intempestivamente, e ofende a totalidade da vida histórica pelo aspecto personalizador. É por isso que grandes historiadores, como Eduard Meyer, dizem que embora a biografia seja, em nosso tempo, tratada por historiadores, ela não é propriamente uma atividade histórica. [...] Nenhuma biografia, enquanto permanecer puramente biografia, pode realizar a tarefa própria da obra histórica, ou seja uma

²¹³ Idem, p.79.

²¹⁴ Idem, p.79.

²¹⁵ Idem, p.79.

²¹⁶ Idem, p.80.

compreensão total e criadora de um curso histórico, quer pelas limitações de sua própria tarefa, quer pelo finito da pessoa descrita²¹⁷.

A imagem negativa que constrói do historiador que se especializa por um recorte temático ou de matéria indica uma desvalorização em face do especialista de períodos. José Honório considera que o especialista de períodos consegue dominar melhor o seu objeto e apresentar uma caracterização que leve em consideração a potencialidade do fator tempo, uma vez que a concepção de história que engendra sua prática é a de tentar abarcar todas as características de um dado período do tempo, para com isso reconstruir a especificidade do período e atingir a compreensão de sua historicidade. Segundo José Honório: “De tudo isso se segue que quanto maior for à experiência de um historiador com um determinado período ou campo, tanto melhor compreenderá ele o passado”²¹⁸.

Esses enunciados gerais a respeito dos diferentes especialistas e, por conseguinte, das diferentes escritas de história, servem à economia textual de THB para exemplificar, a partir da historiografia brasileira, os tipos de história do Brasil. Importante destacar que se impõe aqui a mesma estrutura argumentativa descrita a respeito da periodização, em que a experiência nacional é tomada como exemplo aos enunciados teóricos gerais. Os tipos de história que Rodrigues desenvolve em THB são os seguintes: história geral civil e história local, história das instituições políticas, historiografia econômica, história diplomática, historiografia militar, historiografia naval, historiografia eclesiástica, historiografia científica, história da educação, história da imprensa, historiografia territorial e regional, biografia²¹⁹. Esses tipos de história são endossados na narrativa do capítulo, com os exemplos e levantamentos bibliográficos a respeito do Brasil. Jogando com a imprecisão de um vocabulário que ora chama de história, ora de historiografia, sem preocupar-se em deixar claro o que entende por cada qual, José Honório apenas descreve a disposição do campo historiográfico brasileiro como um todo. As considerações a respeito da construção da identidade dos especialistas da história nada afetam no desenvolvimento dos tipos em história do Brasil, uma vez que a descrição bibliográfica é a marca de seu argumento. Porém, o descompasso das ideias é evidente, já que as considerações iniciais funcionam muito mais para indicar o que José Honório compreende pela escrita da história, do que uma demarcação teórica que funcionará como recurso analítico do capítulo.

²¹⁷ Idem, p.80.

²¹⁸ Idem, p.81.

²¹⁹ Idem, p.83-104.

O último ponto que compõe as discussões do espaço narrativo e que pretende conectar a concepção teórica da teoria da história defendida por Rodrigues, junto com as prerrogativas de uma metodologia histórica, está na ideia de certeza histórica e de construção da prova.

A certeza histórica, na teoria da história defendida por José Honório, depende fundamentalmente da vinculação teórica que sustenta os pressupostos interpretativos do historiador. Nas palavras de Honório Rodrigues: “O historiador deve saber pesquisar, exercer a crítica interna e externa do documento e interpretá-lo à luz de teoria para chegar à convicção da verdade [...]”²²⁰.

Em seguida, o historiador, segundo Rodrigues, não só deve se perguntar se um dado testemunho ou documento é falso ou verdadeiro. Ao lado dessa interrogação, deverá o historiador também requerer respostas sobre a intenção da escrita do documento, sua contingência, os elementos que esclarecem sua historicidade e também questões de autoridade: quem o escreveu e a que instituição se refere, com o propósito de expor a síntese dos problemas que tocam a crítica interna, para reconstituir o mesmo testemunho, ou documento, dentro do tempo²²¹.

Nesse sentido, construir a veracidade do documento é um dos pressupostos do trabalho do historiador, pois a fonte nunca equivale à certeza histórica. A relação de certeza de um documento é construída e regida pelo trabalho de crítica do historiador. A fonte é o ponto de partida que deve levar o historiador à convicção e, por consequência, à certeza histórica.

A seguir, a possibilidade de certeza histórica não é uma questão de referência, mas de um discurso de autoridade atribuído ao documento. Pela teoria da história da qual participa, junto das ferramentas metodológicas disponíveis pela disciplina da história, o historiador, na compreensão de Rodrigues, tem a autoridade de transformar o simples documento em documento histórico, autorizando-o como prova para fundamentar seus enunciados e constituindo, assim, o princípio que estrutura a certeza histórica. Logo, ao historiador compete transformar o estatuto de uma fonte em prova documental. Nas palavras de Rodrigues:

Daí serem todas as tendências da moderna metodologia no sentido de mostrar a necessidade do conhecimento histórico, por parte do historiador, das correntes filosóficas da história, das teorias da história, que nos facilitem o trabalho de interpretação. Como o direito, **a história é uma ciência hermenêutica, que não se limita puramente à descoberta dos fatos, mas trata de interpretá-los.** A finalidade do método heurístico, como lembrou Dilthey, consiste em compreender melhor o autor do que ele próprio se compreendeu, e é na validade universal da interpretação que descansa toda a segurança da história²²².

²²⁰ Idem, p.110.

²²¹ Idem, p.110.

²²² Idem, p.111 [grifos meus].

A história como um conhecimento hermenêutico, portanto, não se estrutura como um saber de reprodução da evidência que autoriza seus enunciados. A formação dos enunciados do conhecimento histórico, nessa altura da argumentação, leva em conta, de um lado, o próprio estatuto da compreensão e suas relações com o tempo (o tempo do historiador e o tempo da história) e, de outro, a construção da fonte como evidência da história, ou nesse caso, como prova. A construção da certeza da história é um dos objetivos do trabalho do historiador – ou, nesse caso, um dos objetivos do trabalho de interpretação, que é por si só um trabalho teórico. Isso não quer dizer que para José Honório a prova que fundamenta a certeza histórica é algo menor, ou fica em segundo plano quando comparada ao trabalho interpretativo; ao contrário. Para Rodrigues, a possibilidade da afirmação, ou construção de enunciados históricos, se dá pela construção da prova documental. O documento histórico, depois de passado pela crítica interna e externa e de ser verificado sua autenticidade, se constitui como elemento de prova, culminando na certeza histórica. Toda essa operação é um ato de compreensão por parte do historiador, uma vez que ele, a partir das posições teóricas que assume, vai estruturar o conjunto de enunciados de sua narrativa com a intenção de legitimar a história que escreve a partir do conjunto documental que seleciona.

Portanto, para Rodrigues, o documento em si constitui-se, apenas, como instrumento de prova, sendo a prova o resultado de um exercício compreensivo e interpretativo por parte do historiador que depende fundamentalmente das concepções teóricas que o mesmo carrega, a fim de produzir a certeza dos enunciados que constrói como históricos. Seja como prova, ou instrumento de prova, qualquer afirmação em história tem de estar em direta relação com os documentos que a sustentam. Conseqüentemente, para Rodrigues, a história como um conhecimento hermenêutico e indutivo parte de um núcleo, um *a priori*, que são os documentos²²³. Os documentos, no entanto, são dissolvidos na narrativa histórica. A narrativa, como sustenta Rodrigues: “[...] é a forma histórica, mas recriação sintética de várias operações analíticas feitas à base das fontes”²²⁴.

Os quatro pontos aqui discutidos indicam os desdobramentos teóricos das questões epistemológicas em *Teoria da História do Brasil*. Uma interpretação possível sobre esses quatro pontos seria colocá-los como defensores de um vocabulário específico do historiador e da disciplina da história.

Em linhas gerais, a escrita de THB aponta para uma defesa estrita da especialização e da autonomia do conhecimento histórico, uma vez da defesa argumentativa de uma

²²³ Idem, p.112.

²²⁴ Idem, 112.

epistemologia da história alicerçada pela ideia de história entendida como ciência hermenêutica, e também sustentada perante a ideia de compreensão. Junto a esses problemas epistemológicos, o desenvolvimento de um vocabulário teórico que engendra teoria e método também se faz presente, uma vez que o historiador, por meio de *Teoria da História do Brasil*, deverá ter clareza em sua prática historiográfica das reflexões que são constituintes do campo de conhecimento em que está inserido. Logo, questões epistemológicas do conhecimento histórico (especificidade teórica, funcionalidade da história, valores da história e etc.), como também o modo como o objeto da história constitui-se teoricamente (causalidade, periodização, questão da prova e certeza e os diferentes tipos de história), a partir de *Teoria da História do Brasil*, tornam-se, juntamente com as questões metodológicas e de filosofias da história, fundamentais na concepção do ser historiador.

Nesse sentido, Rodrigues projeta, por meio de *Teoria da História do Brasil*, não só o que entende por disciplina da história, ou campo de conhecimento histórico, mas as engrenagens da disciplina da história, e o como estas deveriam funcionar no Brasil.

A seguir, tratarei do último conjunto de reflexões que tocam a construção narrativa de THB, ou seja, o discurso sobre a metodologia da história.

É importante enfatizar que, para Rodrigues, embora a história seja um conhecimento hermenêutico baseado na interpretação e compreensão do historiador, a metodologia constitui-se como princípio comum que integraria os historiadores em um mesmo campo do conhecimento. Apresentando-a de antemão como um chão comum, ou um senso dos historiadores, a metodologia é o princípio redutor da identidade historiadora para José Honório Rodrigues.

Como discutido no capítulo anterior, grande parte dos textos escritos anteriores à *Teoria da História do Brasil*, traziam o problema da metodologia da história tendo-a como princípio do conhecimento histórico, ou como cobrança pelo seu não uso nos balanços historiográficos desenvolvidos. A “verdadeira” historiografia, como frisava Rodrigues, nos textos de sua trajetória que antecedem a THB, são aquelas que se utilizam da “moderna” metodologia da história.

Desse modo, José Honório compreende por “métodos” o processo pelo qual um determinado campo de conhecimentos conquistam enunciados de conhecimento. Sobre o nome de metodologia, afirma:

[...] compreendemos a exposição geral da ideia e da natureza do método de uma ciência, **enquanto que designamos como metódica os princípios e artifício metódicos pelos quais chegamos aquele resultado.** Poder-se-ia dizer, também, que a Metodologia Histórica é o conjunto de princípios que presidem ao trabalho

históricos em suas várias fases, ou sejam a pesquisa, o exame crítico, a interpretação e a exposição²²⁵.

A narrativa de *Teoria da História do Brasil* apresenta um discurso teórico a respeito do método. Não descreve metodologias que se utilizam da história, mas sim os componentes da metódica como um todo. Ou seja, os princípios e artifícios pelos quais os historiadores, de modo geral, chegam a algum resultado, que nesse caso é a narrativa histórica ou historiográfica. Nesse sentido, os capítulos que compõem a metódica tratam das seguintes questões: fontes, disciplinas auxiliares, crítica histórica, forgicação, ou teoria da falsidade, crítica de atribuição, crítica de texto, crítica interna.

O que cabe a esta reflexão que segue é compreender o movimento narrativo de THB em relação à proposição do método histórico, a fim de se esclarecer a significação em torno da metodologia do conhecimento histórico. Segundo Rodrigues:

A História, embora presa aos fatos, não se limita a eles, e procura compreendê-los. Ela não renuncia nunca à compreensão dos fatos. O método define, portanto, o comportamento do historiador em face do objeto histórico. Mas cumpre evitar que o método se substitua ao objeto e se torne independente dele, ou o seu próprio fim²²⁶.

O método histórico, em *Teoria da História do Brasil*, pode ser entendido como o imperativo categórico do historiador. Se por meio da interpretação o historiador constitui a compreensão do passado em face do presente, o método histórico é a base pela qual essa relação é possibilitada e construída, tornando o objeto uma realidade do próprio conhecimento histórico.

Desse modo, as reflexões que constituem a metodologia da história como um conjunto dos procedimentos técnicos do historiador em *Teoria da História do Brasil* estabelecem as regras que substituem o agir intuitivo - e, por consequência, o empírico -, pelo agir reflexivo²²⁷. Esse agir reflexivo abre-se ao historiador em dois sentidos, para Rodrigues. Primeiro, na reflexão metodológica, como uma reflexão teórica da metodologia que possibilita a reflexão sobre a prática do historiador. Em segundo, na interpretação dos documentos, entendidos como os elementos de prova que sustentam a certeza histórica²²⁸. Logo, as reflexões que abrangem a metodologia da história na economia textual de *Teoria da História do Brasil* estão sustentadas sobre esses dois pressupostos: o da retrospectiva da experiência prática do historiador, mas também da prescrição dos procedimentos técnicos da fabricação de enunciados históricos.

²²⁵ Idem, p.113.

²²⁶ Idem, p, 113.

²²⁷ Idem, p, 114.

²²⁸ Idem, p.114.

O que caracteriza o pressuposto prescritivo das reflexões a respeito da metodologia é a definição da operação de conhecimento em História, consistindo no estudo das fontes, como também na construção crítica de sua autoridade. O primeiro passo desse processo seria a seleção do material de análise ou, no caso, a seleção do documento por meio da heurística. O segundo passo, segundo Honório Rodrigues, é o de verificar a autenticidade e integridade do documento apelando às disciplinas auxiliares da história (diplomática, paleografia, epigrafia, sigilografia, heráldica, genealogia, numismática, cronologia, bibliografia, cartografia), para em seguida, constituir a autoridade e fidedignidade do documento por meio da crítica interna e externa, a fim de desenvolver a interpretação que melhor lhe couber com base em suas posições teóricas.

Logo, a metodologia entendida como esse imperativo dos historiadores em Rodrigues, é o desenvolvimento das regras de tratamento do historiador. Se os documentos constituem-se como um *a priori* da história, o modo de tratá-los torna-se igual para todos. O que os difere é o conteúdo e o período ao qual o documento se refere. No entanto, outro âmbito entra em funcionamento: o da interpretação e da teoria.

Portanto, a metodologia histórica seria a base que define um lugar comum do historiador, unindo as diferentes narrativas historiográficas sobre um mesmo princípio ou, no caso, dotando o conhecimento histórico de regras básicas. As colocações teóricas e interpretativas acabam funcionando como a especificidade de cada historiador em colocar em funcionamento as regras metodológicas. Nas palavras de Rodrigues:

É preciso não confundir o método de pesquisa, que se limita a procurar e limpar pela crítica o documento, com o método sugerido pela teoria, que é apenas uma hipótese de trabalho, uma conjectura de investigação e compreensão. Porque, se de regra a teoria, ou melhor, a conjectura, surge do material selecionado, muitas vezes o historiador necessita voltar à pesquisa a fim de procurar conexões não investigadas, por descuido do material ou despreparo teórico. *Na verdade, o labor de uma teoria só tem um caminho para acreditar-se: conduzir, em suas consequências, a resultados que se achem de acordo com a experiência, ou seja, com os documentos colhidos, autênticos e fidedignos*²²⁹.

No entanto, Rodrigues não abre mão do caráter inventivo e aberto da reflexão teórica que engendra a prática historiadora, uma vez que o tratamento do material selecionado para análise, afora as regras comuns da disciplina, depende de cada historiador. A história não é só desenvolvimento ou aplicação de métodos, mas também criação, sendo que nem sempre há um seguimento orgânico e lógico, mas de rupturas e recuos, necessitando do esforço interpretativo do historiador em oferecer novos enunciados a respeito do passado²³⁰.

²²⁹ Idem, p.250 [Grifos meus].

²³⁰ Idem, p.252-253.

Ao fim de THB, acaba colocando a própria teoria da história sobre uma perspectiva histórica, sugerindo uma posição aberta perante seu próprio texto. Em suas palavras:

As teorias vão, os textos ficam. E é por isso que os historiadores, diante de uma tarefa concreta e prática, tratam com extremo cuidado os documentos e desprezam as teorias. Mas nessa atitude eles também se equivocam, porque a verdadeira história é prática e teoria; a pura pesquisa é uma tarefa mutilada porque é só prática. As teorias são também fatos históricos, são formas de compreensão concebidas pelo presente, e como tal representam as inquietações econômico-sociais, morais, intelectuais e religiosas do presente. O texto é sempre examinado de acordo com os interesses do presente e por isso a história é reescrita, e não só por causa da descoberta de novos documentos, como temos acentuado no decorrer deste livro²³¹.

O trecho acima indica um dos sentidos possíveis do empreendimento de *Teoria da História do Brasil*: de que assim como os textos, documentos e narrativas históricas, as teorias que sustentam o conhecimento histórico são, também elas, históricas, e por isso devem receber do historiador um tratamento que perpassa a reflexão historiográfica.

Questões de método, teoria, epistemologia e filosofia da história constituem, para Rodrigues, a caracterização não só da disciplina da história, mas também do campo de atuação e formação do historiador, sintetizando o que é ser historiador, junto dos problemas de que trata não só na escrita da história, mas na reflexão dos pressupostos dessa mesma escrita.

Contudo, o ponto de vista nacional é encarado somente como exemplificação dos enunciados gerais. De todo modo, para Rodrigues, a disciplina da história, assim como o conceito de história que deve sustentá-la é geral, repercutindo que as teorias da história são gerais, dependendo de cada caso a sua aplicação. É em face desse caráter geral, ou dessa abstração geral que denominei “ideias fora de lugar”, pois, como fica claro pelo próprio tratamento de Rodrigues, esse caráter geral é solapado quando se pergunta pela historicidade das ideias.

Logo, assumir os pressupostos que condicionam o conhecimento histórico, ao fim de sua argumentação, parece um contrassenso, uma vez da defesa do caráter histórico das teorias e do tratamento que os historiadores devem dar a elas. Por fim, uma limitação teórica e prática enseja THB, uma vez que por mais que se reconheça a historicidade e a força compreensiva que atua na prática historiográfica, algo parece impedir na prática a atuação desses mesmos pressupostos no tratamento da disciplina da história, uma vez que a construção argumentativa de tomar a disciplina da história como objeto de si mesma tem um limite muito claro: não dissolvê-la e relativizá-la em face de sua própria historicidade. É nesse sentido, que a

²³¹ Idem, p, 253.

recorrência à memória disciplinar parece funcionar como um porto seguro para a justificativa dos elementos que integram o funcionamento da disciplina da história em *Teoria da História do Brasil*.

Em suma, a abstração e a universalização da disciplina da história como um conjunto de ideias gerais estão presentes em THB com o propósito de justificar que a história, enquanto ciência está sustentada não mais na ideia de leis históricas, mas em regras da produção do conhecimento histórico, validados de modo universal, que irrompem em uma identidade dos historiadores promovendo uma coesão de grupo. Esse conjunto de regras gerais funciona como um elemento de distinção, uma vez que para ser historiador é preciso não só se conscientizar dessas regras, mas segui-las, a fim de produzir conhecimento histórico.

O projeto de escrita de uma teoria da história do Brasil não passaria despercebido pela comunidade historiadora brasileira. Na seção seguinte apresentarei, em termos gerais, uma das contraposições à *Teoria da História do Brasil*.

3.3. Eduardo Oliveira França leitor de Teoria da História do Brasil

Nesta seção, apresentarei uma das repercussões críticas a respeito da escrita de *Teoria da História do Brasil*. Não pretendo fazer uma história da fortuna crítica, ou da recepção, mas apresentar o que em minha leitura considero como o texto fundamental de contraponto à publicação de José Honório Rodrigues: *Teoria Geral da História*, de Eduardo Oliveira França²³².

Publicado em 1951 como resenha na Revista de História da Universidade de São Paulo, o texto de França (ele mesmo professor na referida instituição) apresenta um longo discurso de análise de *Teoria da História do Brasil*, que pode ser lido como uma das formas de leitura/recepção de *Teoria da História do Brasil* à época. No entanto, me limitarei ao texto de França a fim de expor os pontos gerais de sua crítica.

Eduardo Oliveira França destaca logo no início de sua resenha o grande serviço prestado à língua portuguesa por parte de José Honório Rodrigues, uma vez da ausência de material que transpusesse, a partir dos problemas brasileiros, as discussões encerradas em línguas estrangeiras das grandes questões historiográficas do período. Junto ao elogio, logo viriam às críticas. Em suas palavras:

²³² FRANÇA, Eduardo Oliveira. A Teoria Geral da História: Considerações a propósito de um livro recente. *Revista de História*. São Paulo. N°7, vol.3, 1951, p.111-141.

[...] alguns reparos aventamos que não foram pedidos. São mais sérios: alcançam o método e o espírito do livro. Evidentemente sem o intuito de desmerecer o belo trabalho de pesquisa e meditação que apresenta. Diluir-se-ão talvez nos novos livros prometidos: *História e historiografia brasileira* e *Evolução da Pesquisa no Brasil*. **Aliás, dois títulos perigosos, pois diria que representam a mesma coisa** ²³³.

A crítica de França remete-me a algumas questões. O que está sendo assinalado como “perigoso” em relação ao conteúdo de THB, que representaria a mesma coisa de *Pesquisa Histórica no Brasil* e uma história da historiografia Brasileira? Seria uma imprecisão de termos por parte das concepções correntes?

Ao final do artigo, volta a firmar o mesmo desenvolvimento, apontando que a história da História se torna o melhor manual de metodologia histórica²³⁴. Protesta que o título de *Teoria da História do Brasil* é duvidoso: seria uma sugestão editorial? Pergunta, e logo responde: “Teoria geral da história, eis o que se contém. Mais este adendo: aplicada à história do Brasil. A rigor não há teoria da história do Brasil. Seria surpreendente uma demonstração de sua existência”²³⁵.

Para o crítico paulistano, o plano da obra é clássico, “quase decepcionante”²³⁶. Clássico no sentido de remeter à ideia das questões gerais, se o leitor esperava um desenvolvimento das questões brasileiras, versadas por uma teoria da história, como parece ser o caso do próprio Eduardo França. A decepção consiste, portanto, em se ter uma narrativa entrelaçada pelos “grandes mestres”, que é o coroamento de todo o empreendimento.

O sentido clássico do plano implica em atribuir-se uma função à história, assim como a defesa de um desenvolvimento metodológico sustentado por intermédio das disciplinas auxiliares, compreendendo a defesa da utilização das fontes, críticas e síntese como problemas que, segundo seu crítico, aproximam *Teoria da História do Brasil* muito mais do século XIX do que do XX. Ou seja, Oliveira França considera o plano de desenvolvimento de Rodrigues um planejamento “atrasado” no próprio tempo. Em suas palavras:

A história estuda fatos. Toda a ginástica do historiador é caçá-los em documentos lídimos. Toda a metodologia gira em torno do documento – viveiro de fatos. Estabelecidos os fatos, eles devem ser coordenados e depois compreendidos. Plano Lanlois-Seignobos com clarões de filosofia. Todo feito de harmonia lógica, didática e formal, tolhendo as iniciativas do espírito. Dosagem ponderada, abordagem seriada dos assuntos numa departamentação de intenções pedagógicas que frustram a espontaneidade do pensamento ²³⁷.

²³³ Idem, p.113.

²³⁴ Idem, p.138.

²³⁵ Idem, p.113.

²³⁶ Idem, p. 113.

²³⁷ Idem, p.114.

O sentido de “clássico” utilizado por França para caracterizar *Teoria da História do Brasil* remete à própria proposição de José Honório ao escrever uma narrativa que atendesse aos interesses específicos e definidores da disciplina da história para os historiadores brasileiros. Ambos parecem concordar com o enunciado de que a teoria da história é sempre geral, ou de que o conceito de história que estrutura o conhecimento histórico para ambos é de domínio geral.

O tom provocativo e, por vezes irônico e zombeteiro, de França é a marca de sua maneira de argumentar. Coloca José Honório Rodrigues, no que se refere às questões da metodologia da história, como alguém que se expressa na ausência de inquietação e rebeldia. Em suas palavras:

José Honório tem merecidamente vencido, e por isso acredita na história. General acostumado a alinhar pelotões de fatos para derrotar as hordas das trevas do passado. Fica a estratégia clássica: descoberta dos fatos fidedignos, coordenação e explicação. Sem perplexidades. Se os mestres às vezes se contradizem uns aos outros, enfileira-se caprichosamente. E nas possibilidades da recuperação dos fatos pretéritos, mobilizando-a. Dos que passeiam por necrotérios com flor no peito porque se sentem vivos. Dogmatismo? Quase nenhum, signo da nobreza da própria inteligência. Autoridade compreensiva, sem agressividade²³⁸.

Se de um lado aponta para a competência e erudição de Rodrigues, de outro sugere que os apelos pela capacidade crítica e consciência do presente parecem ressoar sem muita cor - ao menos para aquele que veementemente defendeu nas páginas de THB que a história é a arma do historiador nos combates presentes.

Na sequência, destaca que, como erudito, Rodrigues parece esconder seu punho autoral atrás das variadas referências que compõe seu arsenal. THB não é compêndio, como argumenta, pois ao leitor transparecem anotações críticas, mas para França falta o comprometimento de uma clara tomada de posição de Rodrigues. Em suas palavras: “A posição de José Honório Rodrigues tem que ser adivinhada através de um rendilhado, tecido de orientações díspares, com fio de várias cores: Trevelyan, Dilthey, Croce, Troeltsch, Collingwood, Cassirer, etc.”²³⁹.

Logo, a construção de arquétipos é uma das características da maneira como França constrói sua argumentação para com o texto de Rodrigues. De um lado, coloca THB como um manual “clássico”, “quase decepcionante”; de outro, conjectura a figura de Rodrigues como pouco capaz de levantar questões críticas, vinculando-se - ele, José Honório Rodrigues - passivamente às tradições de pensamento que assumia.

²³⁸ Idem, p.114.

²³⁹ Idem, p.114.

Outro ponto de dissenso na leitura de Rodrigues por França estaria na atribuição de funcionalidade do conhecimento histórico. Para José Honório, a história enquanto campo de conhecimento e ação do historiador deveria estar sustentada sobre os pressupostos que investigam a respeito da origem e evolução da vida humana, assim como pela historicidade de suas instituições. Portanto, nessa chave de leitura, a história, assumiria uma matriz que toma como horizonte de reflexão e escrita o presente, transformando-se em história contemporânea. França não deixaria de questioná-lo sobre esse ponto. Com isso, distancia-se de José Honório, quanto ao entendimento da disciplina e do conhecimento histórico. Cito França:

Não. Não se há de buscar finalidade para a história fora da história: libertação do passado ou iluminação do presente. **Seria alienar a história.** Enquanto história, não pretende ser praticamente útil: **nenhum estudo histórico sério conclui com um formulário** ²⁴⁰.

Na acepção de França, o conhecimento histórico teria de dizer o que faz o ser humano. Logo, o que constitui este caráter histórico do humano. Em seus termos: “Conhecer o homem, eis o seu programa. Conhecê-lo pela obra – as civilizações. Uma vez que não se pode penetrar-lhe nas intenções que estão emparedadas. Para que pedir mais à história? Ela não é capítulo da moral” ²⁴¹.

A tentativa crítica em face da funcionalidade da História, não acaba por sancionar uma funcionalidade para a mesma? Se Rodrigues sustenta que é ao presente que o historiador tem que atender, e se para França é sobre a constituição histórica do humano e de suas ações, então, ambos acabam por enunciar não um problema de função, mas da condição do conhecimento, seu ponto de partida. Visto por esse lado, não haveria discordância, apenas falavam a mesma coisa de modos distintos, já que, tanto na concepção de Rodrigues quanto na de França, um mesmo atributo é colocado como ponto de partida, ou seja, a historicidade do mundo histórico.

O problema, no entanto, estaria ainda em transformar a prerrogativa do conhecimento em um formulário fechado, com um conteúdo pré-ordenado. Esse fechamento em uma função excluiria uma série de outras perspectivas que sobre o nome do “presente” poderiam assumir diferenças. Mas, para Rodrigues, essas questões subjazem a “função” da História e é a elas que o historiador deve responder ao escrever História ²⁴². Se ao historiador lhe é imputada uma

²⁴⁰ FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. A Teoria Geral da História. Op. Cit., p, 116.

²⁴¹ Idem, p.116.

²⁴² Em *Reflexões sobre o Rumo da História*, conferência de 1970 conclui fortalecendo sua concepção de que a História teria uma funcionalidade. Na ocasião trata justamente de seu pensamento nos anos de 1949 e do aparecimento de THB. Parece não ter mudado, mas sim, potencializado esta pretensa funcionalidade combativa da escrita histórica: “Toda a história deve servir à vida, deve ser compromisso, testemunho, como escrevi em Vida e História [...] é o espírito da verdade, buscada sem temor; e a compreensão de que o objetivo da História é

“função”, o historiador que não a cumprir cairia sobre os domínios de um tribunal da razão disciplinar? Eis os capítulos da moral, que França dispensa.

O que importa deixar claro é que uma vez rebatido este litígio, indica-se modos diferentes em um mesmo regime historiográfico de responder às questões que concernem os valores, acepções e significados em relação à escrita da história. França e Rodrigues apontavam bases epistemológicas diferentes, e, por conseguinte, concepções historiográficas dessemelhantes. De todo modo, o tom irônico de França é a marca da desqualificação do argumento de Rodrigues a respeito da funcionalidade da história. Em suas palavras:

Mesmo que perdoemos essas confusões entre valor, função, finalidade, sinceramente, são artificiais essas *utilidades* da história. Que me perdoem o olímpico Goethe e esse velhote ranzinza que é Croce em que se fundamentam essas opiniões. Valores educativos e derivações catárticas: maneira americana de resolver simplista e empiricamente um grande problema. A História pode servir a esses fins, mas não existe para esses fins. Como as flores podem servir para enfeitar os ambientes, mas existem como órgãos sexuais das plantas para assegurar-lhes reprodução²⁴³.

Logo, não se exclui da história funções. O que França diagnostica como negativo é predizer e forçar os historiadores a algo, apontando o que eles têm de fazer como uma prática que se encerra em si mesma. Um objetivo pré-estabelecido antes mesmo de ser realizado.

A seguir, Oliveira França volta-se contra a questão da cientificidade da história, que diz ser um “debate já cansativo”²⁴⁴. As respostas para essa questão deveriam, na visão de França, vir do “flutuar conforme a concepção de ciência de cada um”²⁴⁵. Argumenta que se ciência for considerada um conjunto sistemático de leis, a história não seria ciência. Se for considerada como corpo de conhecimento obtido através de um método experimental, também não²⁴⁶. No entanto, para França, o que caracterizaria ciência seria a preocupação com a realidade, o controle da veracidade das informações, fidedignidade dos métodos, e a intenção da compreensão dos fatos pelos “porquês”. Só assim, então, é que se poderia falar em ciência²⁴⁷. Em suas palavras:

Ciência ou não a história mostra o homem ao homem. Para os historiadores é ciência. É, e está acabado. Como se disséssemos: bonita ou feia, leviana ou virtuosa,

dar sentido ao passado; é conhecer e compreender não para contemplar um passado morto, mas para agir, para libertar consciências, para dar força às forças do progresso, para identificar e integrar o país todo com sua história e seu futuro, essa é toda a tarefa da História”. RODRIGUES, José Honório. *História, Corpo do Tempo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p.38-39.

²⁴³ FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. A Teoria Geral da História. Op. Cit., p.115.

²⁴⁴ Idem, p. 117.

²⁴⁵ Idem, p.117.

²⁴⁶ Idem, p.117.

²⁴⁷ Idem, p.117.

quero me casar com ela. Se V. não gosta, não pense nela. E se não crê, trate de sua vida, que dela me encarrego eu²⁴⁸.

Se Rodrigues sentia a necessidade de intuir a respeito dessa autonomia epistemológica da História sobre o nome de ciência, França outorga à mesma discussão um caráter subjetivo, tendo cada historiador sua própria opinião do debate, ou concepção do que é ou não ciência. Para Rodrigues, seria a necessidade de colocar o conhecimento histórico que reivindicava em THB em uma relação de autoridade, de proeminência, e de indicar, por meio da mesma operação, o que os historiadores de um modo geral deveriam fazer para atingir tal concepção. Logo, França acaba denunciando o epicentro do empreendimento de Rodrigues, e da defesa de uma ideia universal de história, ou conhecimento histórico.

Porém, o interessante, por parte de França, é indicar o quão desgastante era o debate naquela época, bem como pedante. Considera: “para os historiadores ela é ciência”²⁴⁹. Para quem fabrica ciência, ela será sempre ciência. Ou, nesse caso, a reinvidicação do caráter científico é a legitimidade da construção de um lugar de fala e autoridade que se requer: a autonomia e o monopólio sobre o conhecimento do passado.

Outro ponto a ser destacado da leitura de França sobre THB diz respeito à metodologia. É interessante que se perceba o questionamento sobre certa ideia de renovação dos estudos históricos requerida por José Honório Rodrigues. Nesse sentido, a crítica desenvolvida por França tira de um lugar comum um intento que se queria como signo da “renovação” dos estudos históricos. Marcas da singularidade de um projeto de renovação? A dosagem de otimismo deve ser diluída nas proscições de sua própria emergência. Pois, para França:

Quando se leem receitas metodológicas fica-se a pensar em uma pesca, uma pesca laboriosa: o historiador, depois de mil angústias, emerge suarento trazendo na ponta do anzol um enorme lambari – o fato histórico, limpinho, rebrilhante, de escamas polidas. E fica sem saber o que fazer com o lambari. Lambari que não nada fora d’água. O fato histórico por muito bem polido que se apresente se isolado, não funciona no pensamento do historiador²⁵⁰.

A metáfora da pesca e do lambari é expressiva. E, nesse ponto, a crítica volta a elucidar ainda mais sua representação geral sobre THB, uma vez do longo tratamento pela descoberta do fato – visto que são nove capítulos –, e leva a afirmação de Eduardo O. França a soar de forma contundente: “estilo século XIX: o fato disciplinando os ardores da inteligência criadora que não devia inquietar a dormência da burguesia comodista”²⁵¹.

²⁴⁸ Idem, p.118.

²⁴⁹ Idem, p.118.

²⁵⁰ Idem, p.132.

²⁵¹ Idem, p.132.

Segundo França, a metodologia de José Honório Rodrigues pode ser sintetizada nos seguintes termos:

[...] sacrifica exatamente o historiador e suas maneiras de ser. Autoridade que pressupõe liberdade. Livre de seus preconceitos e da preocupação de agradar. A probidade, eis a chave do método, mais forte que o despotismo das coisas. **O critério é pessoal e não imposto por fichas ou documentos.** Da veracidade é o homem que decide segundo suas concepções de si mesmo e do mundo. Na ciência do homem que é a história, não há cautelas metodológicas que possam substituir a virilidade do espírito, o amor à verdade, a fé no próprio homem, a capacidade de rastrear a realidade extinta²⁵².

França compreende a defesa da metodologia da história como o conjunto das regras e pressupostos disciplinares que tem o intuito de enunciar uma defesa da objetividade. Ou seja, o apagamento do historiador e de sua particularidade. Nesse sentido, adverte que, em se tratando do conhecimento histórico e dos historiadores, o parcialismo inconfesso, o qual atribui a Rodrigues, é perigoso, pois, “*travesti* que o próprio portador não percebe. Ainda que copiasse documentos subtraindo a própria inteligência. O automaticismo: ou seria humilde veículo das parcialidades ou simples atualização de formas verbais. Copista ou tradutor, não historiador”²⁵³.

Seria perante esses motivos que a posição de José Honório configura-se como exagerada para França, no tocante à eficácia da metodologia. Para o crítico, no entanto, o espírito é mais importante. Em suas palavras: “documentos falsos num historiador honesto são melhor caminho para a verdade que os autênticos nas mãos de um historiador faccioso. O que fazia dizer Febvre: não há história, há historiadores”²⁵⁴.

Logo, Eduardo Oliveira França inverte os pontos fundamentais de *Teoria da História do Brasil*, e infere que os pontos definidores da produção do conhecimento histórico não estariam em uma relação de determinação metodológica, mas sim na pressuposição das concepções teóricas que encerram a particularidade e engajamento do historiador enquanto sujeito de suas próprias histórias.

Por essas questões gerais, e principalmente nos pontos que os distanciavam, é que a renovação dos estudos históricos, na qual acreditava Rodrigues, estaria um século atrasada para França. Porém, do ponto de vista das carências bibliográficas, dos manuais correntes, assim como as vontades prescritivas perante a história brasileira, THB pode ser conjecturado como um intento luminoso, como sustenta seu crítico:

²⁵² Idem, p.134

²⁵³ Idem, p.135 [grifos no original].

²⁵⁴ Idem, p.135.

Afinal. Um belo livro que reflete intenso e honesto labor e faz repensar problemas. Nem sempre conciso, mas bem cuidado sempre. Mais expositivo que construtivo. Frente aos problemas constantemente José Honório Rodrigues prefere historicizá-los em vez de resolvê-los. Descrição ou insegurança? Tornar-se-á clássico em português. Para quem pretenda embrenhar-se pelos sertões da história armado de um roteiro²⁵⁵.

O reconhecimento dos méritos de THB por França passa por uma caracterização negativa, dedicada muito mais a principiantes do que para o público especializado. Logo, nessa chave de leitura, a “singularidade” do projeto de Rodrigues consistia na inexistência de algo similar no momento de seu aparecimento. A “renovação” simulava-se muito mais na forma e na disposição das questões que trazia, junto com o conjunto de problemas, do que nos enunciados de conteúdo, visto que, para França, Rodrigues defendia o historiador como o general do pelotão dos fatos, que se aquieta na pregação de um comodismo e subserviência. Contra uma vontade criadora, a representação do historiador de Rodrigues não advinha do espírito reflexivo, mas estaria presa a uma camisa de força do excesso de ‘documentalismo’.

Em síntese, fechar o capítulo com essa discussão de Eduardo Oliveira França endossa as prerrogativas que encerraram a primeira seção desse capítulo, e que apontavam diferentes concepções historiográficas, em vistas da formação de regimes historiográficos entre o final do sex. XIX e início do XX. Faz-se interessante perceber, por meio da resenha crítica de França, uma leitura diferente em torno das tópicas, questões e reflexões que estruturam *Teoria da História do Brasil*.

²⁵⁵ Idem, p.141.

Considerações finais

[...] os textos de História deixam de ser meros pretextos para se constituírem em núcleo central da investigação historiográfica. Mais do que apenas ler estes textos, reconstruindo – para falar como a hermenêutica – a questão a qual eles respondem, redesenhando os horizontes de expectativa em que, desde seu primeiro dia até os nossos (ainda que no modo de ausência), eles vieram inscrever-se, recalculando as apostas que fizeram e significaram, apontando os quiproquós que sucessivamente provocaram¹ (Manoel Luiz Salgado Guimarães).

Abrir essas considerações finais com a menção acima de Manoel L. Salgado Guimarães é reconhecer de antemão que, para além dos textos de história, os quais dão possibilidade ao objeto da historiografia ou da escrita de histórias da História, os textos resultantes dessa operação não aparecem, também, como meros pretextos. Alargando as considerações acima mencionadas, pode-se reconhecer, junto com Guimarães, que o interesse historiográfico, traduzido por uma história da História, poderia significar uma atitude iconoclasta perante os textos de história, mas também perante si mesmo. Talvez, seja esse o sentido requerido atualmente por uma história da historiografia².

De todo modo, convém agora atentar para as questões que Guimarães enuncia. Essas questões só fazem sentido se for atribuída aos textos de história da História, história da historiografia, teoria da história, metodologia e etc., o mesmo caráter dos textos históricos, ou seja, considerá-los como narrativas que temporalizam uma dada experiência histórica; conseqüentemente, humana. Nesses termos, as questões podem ser sintetizadas, de modo a funcionarem como um argumento de consideração aos textos analisados ao longo do trabalho. Em primeiro lugar, a que questões os textos analisados respondem. Em segundo lugar, quais os horizontes de expectativa que abrem. Em terceiro, quais apostas que fizeram e significaram, e os erros que provocaram.

A última questão não tem efeito aqui, pois não foi minha intenção recolocar os textos selecionados, seja de José Honório Rodrigues, seja dos trabalhos a respeito de sua produção

¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: experiência de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.21-22.

² A esse respeito ver: ARAUJO, V. L. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. Juiz de Fora. *Locus*, v. 12, p. 79-94, 2006. ARAUJO, V.L. História da Historiografia como analítica da historicidade. Ouro Preto. *Revista de História da Historiografia*, nº12, agosto, p.34-44, 2013.

sobre uma analítica do erro. No entanto, as outras três questões me permitem desenvolver uma síntese do percurso desenvolvido.

Investigar a noção de “teoria da história”, entre usos, sentidos e significados em *Teoria da História do Brasil* me colocou defronte às três primeiras questões, pois estas reverberam não só nos problemas levantados por Rodrigues, e que incidem em sua proposta, mas também no que ele requeria como horizonte. Ou seja, uma formação não só pedagógica, mas pragmática de reestruturação da produção do conhecimento histórico no Brasil.

Essa reestruturação da produção do conhecimento histórico pode ser sintetizada pela defesa da construção disciplinar da história pelos historiadores brasileiros. A disciplina da história para Rodrigues equivale à significação do conhecimento histórico como ciência histórica. Diferente dos textos publicados anteriormente à *Teoria da História do Brasil*, e que compuseram aquilo que denominei de conjuntura do entre-lugar, José Honório Rodrigues estrutura a ciência da história não por meio da determinação de leis históricas, mas pela existência de regras básicas, comuns a todos os historiadores na produção do conhecimento histórico que ele denomina como metodologia da história.

Logo, teoria da história e metodologia da história são dois polos justapostos, mas não antagônicos, na escrita teórica de José Honório Rodrigues no período selecionado para análise. Nesse sentido, o capítulo 2 e o capítulo 3 tiveram a intenção de apresentar o desenvolvimento histórico das ideias que permearam a escrita historiadora e teórica de Honório Rodrigues. A opção por desenvolver uma análise da trajetória dos textos anteriores se deu no sentido de conjecturar o modo como o problema teórico, encerrado por meio da defesa da metodologia da história, era desenvolvido antes de *Teoria da História do Brasil*.

Essa opção de análise deveu-se pelos trabalhos discutidos no capítulo 1, pois me permitiram refletir por meio da escrita acadêmica os modos como a produção de José Honório Rodrigues foi agrupada, ou representada como “obra”, e como a “obra”, uma vez agrupada, sancionou, por diferentes interpretações, formas de periodizar a produção, imputando-lhe um sentido.

O desenvolvimento do capítulo 2 e 3 aparecem como resposta, principalmente aos trabalhos de Raquel Glezer, e as decorrentes repetições de seu modelo interpretativo, uma vez que a produção de José Honório e sua respectiva biografia são compreendidas de modo etapista e estanque.

Nesses termos, voltar-me aos textos anteriores a THB me permitiu compreender o modo como foram desenvolvidas as tomadas de posições, por meio dos textos de uma

problemática teórica para a escrita da história em Honório Rodrigues. Essa problemática teórica nos textos produzidos no decênio de 1940 estava disposta em meio a três diferentes modos narrativos, sendo eles: a narrativa de viagem, documento que sintetizava as inquietações de José Honório Rodrigues frente ao contexto de pesquisa e reflexão histórica nos EUA; seguido de textos de crítica historiográfica, em que um determinado período da produção historiográfica brasileira era lida e questionada por Rodrigues; e, por fim, textos de história da História, ou historiografia, onde Rodrigues desenvolve o objeto historiográfico, ou de história da história, a partir da produção do Ceará, Pernambuco e do domínio holandês.

Tal conjunto textual apresentava uma coesão a partir de três pontos centrais, uma vez que convergem à reflexão a respeito da escrita da história, por meio de problemáticas teóricas, assim como expressavam como ponto capital a defesa da metodologia da história. Essa defesa da metodologia da história pode ser entendida por meio desse conjunto textual em dois modos difusos: em primeiro lugar, era encarada como um recurso heurístico para a produção histórica, dividindo o passado da produção histórica entre as obras que se utilizavam da metodologia e as que não se utilizavam, e em segundo, como ponto fundacional do conhecimento histórico como requeria e defendia Rodrigues, ou seja, “a verdadeira” – para usar a expressão que melhor cabe à própria significação de Rodrigues – historiografia. Logo, José Honório apresentava o uso da metodologia da história como o amadurecimento que a historiografia brasileira deveria atingir. Esse mesmo sentido é mantido em *Teoria da História do Brasil*. Mas há diferenças.

A argumentação construída no capítulo 3 aponta o desenvolvimento das questões teóricas, metodológicas, de filosofia da história e historiografia, que permearam formas de institucionalização da escrita da história sintetizada pelo IHGB, de um lado, e pela formação de uma historiografia que se queria diferente do IHGB, de outro, atreladas a uma conjuntura de entre-lugar. Essa caracterização da conjuntura me permitiu assinalar uma consideração por meio da noção de regime historiográfico; ou seja, a formação de um regime historiográfico que possibilitou a institucionalização da história, escrita e pensada pelos historiadores do IHGB, vinculados a um regime de historicidade sustentados pelo *topos* da história *magistra vitae*, supervisionados por uma tutela do Estado, e da figura do Imperador, que inscreviam reflexões, a fim de justificar o melhor modo de se escrever a história nacional. A contraposição a esse regime historiográfico definido pelos historiadores atrelados ao IHGB começa a ser questionada pelas produções da conjuntura do entre-lugar. Segundo Nicolazzi:

Se o contexto setecentista, no âmbito, sobretudo, das suas academias literárias, semeou o gérmen da erudição no mundo luso-americano, colocando como problema

intelectual os modos pelos quais uma história da América portuguesa poderia ser escrita; se as primeiras décadas do século XIX foram marcadas por uma relativamente intensa produção estrangeira sobre o Brasil e sua história, além dos acalorados debates internos sobre o tema da autonomia política e da definição de um novo Estado e suas relações com a antiga metrópole, o que implicava, por sua vez, na definição de uma outra história; e se, finalmente, desde a década de 1830, o império brasileiro se viu na contingência de elaborar para si mesmo uma história, estabelecendo a simbiose entre a formação da nação e os desenvolvimentos do Estado e, com isso, organizando um tempo próprio para esta história; **o ambiente intelectual que se abre a partir do último quartel do século, sem abdicar totalmente do substrato sobre o qual se situa, coloca-se como tarefa oferecer distintas perspectivas para se elaborar o relato sobre a formação do Brasil**³.

Logo, a conjuntura do entre-lugar reunia de Capistrano de Abreu a Sergio Buarque de Holanda, passando por Sílvio Romero, Pedro Lessa, Rocha Pombo, Oliveira Lima, João Ribeiro, Oliveira Viana, Alcides Bezerra, Manoel Bomfim, podendo ser considerados como tentativas de apresentar formas alternativas de reflexões que se contrastavam com a concepção de escrita da história tradicional, episódica e reacionária do IHGB.

Essa diferença não é apenas geracional, mas epistemológica em relação à produção do conhecimento histórico, uma vez que por meio de reflexões teóricas, de filosofia da história e metodologia da história, tais textos recomendavam novas perspectivas, indicando os aspectos da formação, ou possível formação, de um novo regime historiográfico.

Nesses termos, *Teoria da História do Brasil* foi uma das respostas a essa conjuntura. José Honório Rodrigues em THB sintetiza, em uma única narrativa, questões teóricas, epistemológicas, de filosofia da história, de historiografia e de metodologia, e denomina essa reunião de teoria da História. Esse primeiro olhar logra um sentido à teoria da história, que a diferencia dos textos que compõe a trajetória de José Honório Rodrigues no decênio de 1940. No entanto, *Teoria da História do Brasil*, vem carregada com outros sentidos possíveis à reflexão teórica do historiador, como também a defesa da metodologia como o princípio definidor de uma identidade, e por decorrência, da prática historiográfica.

Nesse sentido, e levando em conta a análise da economia textual de *Teoria da História do Brasil*, teoria da história é sempre geral, sustentada por um conceito de história que é geral, de validade universal. Como também, metodologia implica em regras gerais, convergentes em um senso comum para os historiadores.

Assim, essa concepção geral da teoria e da metodologia corrobora com uma interpretação da disciplina da história como o todo definidor do trabalho do historiador dotado de regras e reflexões próprias, válidas para todos, sendo diferente somente a experiência histórica que preenche de conteúdos históricos dos objetos das narrativas históricas.

³ NICOLAZZI, Fernando F. *História e Historiadores do Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p.7.

É em relação a esses protocolos que compõe a disciplina da história que *Teoria da História do Brasil* foi compreendida em minha leitura, já que, em sua narrativa, José Honório Rodrigues desenvolve o modo como o conhecimento histórico deverá ser estruturado para ser científico, usando da memória disciplinar como o princípio de autoridade de seus enunciados prescritivos.

Nesses termos, para José Honório Rodrigues, a noção de teoria da história que estrutura a história é a da história como um conhecimento interpretativo guiado pela ação compreensiva. Essa ação compreensiva do historiador o leva a construção do objeto, que só é possível por meio de regras disciplinares, ou por meio da metodologia histórica. Aliado a isso, Rodrigues apresenta o que, em sua concepção, pode ser entendido como um vocabulário disciplinar da construção do objeto histórico, e do qual os historiadores, de modo geral, não devem abster-se. Ou seja, as questões que conectam a compreensão com a metodologia levam a refletir sobre a causalidade, periodização, tipos de história, e por fim, a certeza histórica.

Outro aspecto a ser elucidado é o caráter da reflexão metodológica que ocupa as páginas de THB. Se os textos do decênio de 1940 indicam um sentido heurístico e prescritivo, em THB o mesmo sentido prescritivo é mantido enquanto necessidade, uma vez que o conhecimento histórico, para ser efetivo como ciência histórica, passa pela operação metodológica.

Em síntese, a noção de teoria da história em *Teoria da História do Brasil* contém enunciados de garantia disciplinar para o conhecimento histórico, pois convergem, em linhas gerais, os aspectos teóricos que pertencem às opções subjetivas da concepção de mundo de cada historiador; mas, por outro lado, alia essas opções contingentes por meio de uma base comum, uma identidade própria e definidora da prática historiográfica, sustentada por um vocabulário metodológico que impõe regras claras de funcionamento para o campo do conhecimento da história.

Referências Bibliográficas

1. José Honório Rodrigues

RODRIGUES, José Honório. Interpretação culturalista da História. *O Jornal*. Rio de Janeiro. 30 de abril de 1939.

RODRIGUES, José Honório. *Civilização Holandesa no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

RODRIGUES, José Honório. Uma Viagem de Pesquisas Históricas. Rio de Janeiro. *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 188, 1945.

RODRIGUES, José Honório. Significado Cultural da História: Utilidade da História na Formação dos Diplomatas. Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol.191. jan-mar. p.280-284,1946.

RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/INL, 1949.

RODRIGUES, José Honório. *Notícia de Varia História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

RODRIGUES, José Honório. Historiografia Brasileira em 1945. In; *Notícia de Varia História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

RODRIGUES, José Honório. Historiografia Brasileira em 1946. In; *Notícia de Varia História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

RODRIGUES, José Honório. História e Atualidade. In; *Notícia de Varia História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

RODRIGUES, José Honório. Historiografia pernambucana. In; *Notícia de Varia História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

RODRIGUES, José Honório. Historiografia cearense. In; *Notícia de Varia História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

RODRIGUES, J.H. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 2ª ed. revista, aumentada e ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. 2 vols. (Coleção Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5ª Série, Grande Formato, vol. 11).

RODRIGUES, J.H. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 3ª ed. revista, atualizada e com dois capítulos novos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. (Coleção Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5ª Série, Grande Formato, vol. 11).

RODRIGUES, J.H *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 4ª ed. atualizada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. (Coleção Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5ª Série, Grande Formato, vol. 11).

RODRIGUES, J.H *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 5ª ed. acrescida de um posfácio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. (Coleção Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5ª Série, Grande Formato, vol. 11).

RODRIGUES, José Honório. *Pesquisa Histórica no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/INL, 1952.

RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Instituto Ceará, 1959.

RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. XLIV. 1954-1959. Pernambuco, 1961.

RODRIGUES, José Honório. *Historiografia del Brazil, siglo XVI*. México: IPHG, 1957.

RODRIGUES, José Honório. *Historiografia del Brazil, siglo XVII*. México: IPGH, 1963.

RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fugor, 1965.

RODRIGUES, José Honório. *História, Corpo do Tempo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil: a historiografia colonial*. São Paulo: Companhia Nacional, 1979.

RODRIGUES, José Honório. Vamos discutir o Brasil: Entrevista a Carlos Guilherme Motta. In: *Tempo e Sociedade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

2. Demais Referências

ALVES JUNIOR, Paulo. *Um Intelectual na Trincheira: José Honório Rodrigues, Interprete do Brasil*. [Tese de Doutorado]. Araraquara: São Paulo, 2010.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. In; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livro de Fontes de Historiografia Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

ARAÚJO, V. L. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. Juiz de Fora. *Locus*, v. 12, p. 79-94, 2006.

_____. História da Historiografia como analítica da historicidade. Ouro Preto. Revista de História da Historiografia, nº12, agosto, p.34-44, 2013.

- BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de Fontes de historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- BARTHES, Rolando. A Morte do Autor. In: *Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BAUER, Guillermo. [Wilhelm]. *Introducción al Estudio de la Historia*. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1944.
- BERNHEIM, Ernst. *Introducción al estudio de la Historia*. Barcelona: Editorial Labor, 1937.
- BEZERRA, Alcides. Os historiadores do Brasil no século XIX. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOMFIM, Manoel. Os que fizeram a história do Brasil. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão Biográfica. In; AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BRAUDEL, Fernand. A Longa Duração. In; *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presenta, 1990.
- BOSI, Alfredo. A Dialética da Colonização. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- CALDAS, Pedro S. P. As dimensões do Historicismo: Um estudo dos casos Alemães. *Revista Opsi*. Vol.7, nº9, jun-dez, p.47-66, 2007.
- CAMPOS, Pedro Moacyr. “O estudo da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”. *Revista de História*, São Paulo, Nº 18, v.2, p, 491-503, 1954.
- CAMPOS, Haroldo de. Da Razão Antropofágica: Diálogo e Diferença na Cultura Brasileira. In: *Metalinguagem e outras metas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1959.
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. As ideias estão no lugar. *História do Brasil: Cadernos de Debate*1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976, p.61– 64.
- CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. Rio de Janeiro, *Revista Topoi*, nº1, p, 123-152, 2000.

CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: Ensaio de História intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

_____. Lição sobre a escrita da história: Historiografia e Nação no Brasil no século XIX. Maringá. *Revista Diálogos*, v.8,n.1,p.11-29,2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura Brasileira: Um Intimismo Deslocado, À Sombra do Poder*. História do Brasil: Cadernos de Debate1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972, p.65 – 67.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã: O Ensino Superior, da Colônia à Era Vargas*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DE ABREU, J. Capistrano. Necrológico de Francisco Adolfo de Varnhagen. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos. In: PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. *Odisseias do conceito moderno de história: Necrológico de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O Pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sergio Buarque de Holanda, revisitados*. São Paulo. Revista IEB, nº50, 2010, p. 27-78.

DE MORAIS, R. B.; BERRIEN, W. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. V.1e v.2. Brasília: Senado Federal, 1998.

DERRIDA, Jacques. O que é uma tradução “Relevante”. Alfa, São Paulo, nº44, p.13-44, 2000.

DIAS DUARTE, João de Azevedo e. Tempo e Crise na Teoria da modernidade de Reinhart Koselleck. *Revista de História da Historiografia*. Ouro Preto. Nº8. Abril. 2012.

FALCON, F. C. Historicismo: Antigas e Novas Questões. Goiás: *História Revista*. Vol.7 .nº.1-2. P, 23-54, 2002.

FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. Cooperação Internacional: Estilos de Atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. *DAIDOS: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 49, nº1, p.159-191, 2006.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 43, p.227-246, 2005.

_____. Os professores Franceses e o ensino da História no Rio de Janeiro dos Anos 30. In: MAIO, Marco Chor; BÓAS, Glaucia Villas. *Ideias de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Pinto*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor. In: *Ditos e Escritos III – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FRANÇA, Eduardo Oliveira. A Teoria Geral da História: Considerações a propósito de um livro recente. *Revista de História*. São Paulo. Nº7, vol.3, 1951.

FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras*. A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936 – 1959) [Tese de Doutorado]. São Paulo: USP, 2006.

FREIXO, André de Lemos. *A Arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues* [Tese de doutorado]. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Ousadia e Redenção: o Instituto de Pesquisa Histórica de José Honório Rodrigues. *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto. Nº11. Abril, p.140-161,2013.

FURTADO, Celso. *A Hegemonia dos EUA e o subdesenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da Consciência Histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. *Verdade e Método*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica* Tese (Doutorado) – USP. São Paulo, 1977 (2v.).

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GUIMARÃES, G.G. José Honório Rodrigues: Por uma História Combatente. [Trabalho Conclusão de Curso]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista Estudos Históricos*: São Paulo, p. 5-27. Jan. / jun. 1988.

_____. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Cultural: experiência de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Âgora*: Santa Cruz, v.11.p.31-47, jan. /jun.2005.

_____. Entre as Luzes e o Romantismo: As Tensões da Escrita da História no Brasil Oitocentista. In: *Estudos Sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7letras, 2006.

GULLAR, Ferreira. *Vanguarda e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 1978.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato S. OLIVEIRA (Org.). Narrar o passado, repensar a história. Campinas, S.P.: IFCH/Unicamp, 2000.

HEGEL, G. W. G. A Razão na História: Uma introdução geral à Filosofia da História. São Paulo: Centauro, 2001.

HEIDEGGER, Martin. El Concepto de tempo en la ciencia histórica. In; *Tiempo e historia*. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

IGGERS, George G. La Ciencia Histórica en el siglo XX: Las tendencias actuales. Una Visión Panorámica y crítica del debate internacional. Barcelona: Editorial Labor S.A., 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. *História e Literatura*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p.169.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-RIO, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Historiografia Brasileira Contemporânea: A História em Questão*. Editora Vozes: Petrópolis, 1981.

LE GOFF, Jacques. *A História deve ser dividida em pedaços?*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

LESSA, Pedro. Reflexões sobre o conceito da História. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.

MARQUES, Ana Luiza. José Honório Rodrigues: Uma sistemática teórico-metodológica a serviço da História do Brasil. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2000.

MELLO NETO, Gonsalves. *Tempo dos Flamengos: Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultural, 1979.

MEUCCI, Simone. Gilberto Freyre e a Sociologia no Brasil: Da sistematização à constituição do campo científico [Tese de Doutorado]. Campinas: UNICAMP, 2006.

MICELI, S (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Vértice: IDESP, 1989.

MICELI, Sérgio. Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920 -1945). In: *Intelectuais a Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.

_____. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. Sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. *A História e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história* (MIMEO).

_____. *Um estilo de História: A viagem, a memória, o ensaio*. Sobre Casa-Grande e Senzala e a representação do passado [Tese de Doutorado]. Porto Alegre, 2008.

OLIVEIRA LIMA, Manoel. O Atual papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.

OLIVEIRA VIANA, José de. O Valor pragmático do estudo do passado. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.

PALTI, Elías J. Lugares y no lugares de las ideas en América Latina. In; *El Tiempo de la Política: El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O Pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sergio Buarque de Holanda, revisitados. São Paulo. *Revista IEB*, nº50, 2010.

POMBO, Rocha. Prefácio à História do Brasil. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das coleções brasileiras, nas décadas de 1930, 40 e 50. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 26, p. 56-89, 1988.

REIS, José Carlos. Anos 1900: Capistrano de Abreu – O surgimento de um povo novo: o brasileiro. In: *As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC*. São Paulo: Editora FGV, 2006.

_____. *Wilhem Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003.

RIBEIRO, João. Discurso de Posse no IHGB. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.

RICUPERO, Bernardo. Da Formação à Forma. Ainda as “Ideias Fora do Lugar”. *Revista Lua Nova*. São Paulo. n.73, p.59-69, 2008.

RICUPERO, BERNARDO. O Lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. *Revista de Sociologia e Antropologia*. Rio de Janeiro, V.03.06, p. 525-556, Novembro, 2013.

RODRIGUES, Lêda B. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

_____. *Correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2000.

_____. *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004.

- ROMERO, Sílvio. Interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.
- SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: *Uma literatura nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SCHMIDT, Lawrence K. *Hermenêutica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: Forma Literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.
- SCHWARZ, Roberto. Dépendance nationale, déplacent d'ideologies, littérature. *L'Homme et La Société*, Paris, n.26, 1972.
- SCHWARZ, Roberto. Ideias fora do fugar. São Paulo: *Revista Estudos CEPBRAP*, Vol.3, p. 151-161, 1973.
- SCHWARZ, Roberto. Na Periferia do Capitalismo (Entrevista). In; *Martinha Versus Lucrecia*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- SCHWARZ, Roberto. Por que “ideias fora do lugar”. In; *Martinha Versus Lucrecia*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora de Lugar: Ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classic Companhia das Letras, 2014.
- SEVECENKO, Nicolau. *A literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.
- SILVA PONTES, Rodrigo de Souza. Quais os meios de que se deve lançar mãos para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil? In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de Fontes de historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERG, 2010.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Ideologia do Colonialismo: Seus Reflexos no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.
- TAUNAY, Afonso. A propósito do curso de História da Civilização Brasileira. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.
- TURIN, Rodrigo. Apresentação. In: NICOLAZZI, F. *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Puc/RS, 2015.
- TURIN, Rodrigo. História da Historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. Ouro Preto. *Revista de História da Historiografia*. Nº13. Dezembro, p.75-98, 2013.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* historiador oitocentista. Ouro Preto. *Revista de História da Historiografia*, n°.2, março, p.12-28, 2009.

VAN DEN BOOGAARDT, Ernst. As perspectivas da Holanda e do Brasil do “Tempo dos Flamengos”. In; Brasil Holandês: História, Memória e Patrimônio Compartilhado. VIEIRA, Hugo Coelho (org.). São Paulo: Ed. Alameda, 2012.

VELLOSO, Mônica. Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*. Paraná, v. 1, p. 1, 1997.

VERELHA, F.F[et.al.](org.). *A Dinâmica do Historicismo: Revisitando a Historiografia Moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

VON MARTIUS, Karl Friederich P. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de Fontes de historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERG, 2010.